RELATÓRIOS CGD

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1º Semestre de 2013

www.cgd.pt

Caixa Geral de Depósitos

Caixa Geral de Depósitos, S.A. • Sede Social: Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa • Capital Social EUR 5 900 000 000 • CRCL e Contribuinte sob o n.º 500 960 046

[Folha propositadamente deixada em branco]

ÍNDICE GERAL

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 7

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO 7
2. ASPETOS MAIS RELEVANTES 9
3. EVOLUÇÃO DO GRUPO CGD 13
4. SEGMENTOS DE ATIVIDADE 16

4.1. BANCA COMERCIAL 16
4.2. CRÉDITO ESPECIALIZADO 31
4.3. ATIVIDADE INTERNACIONAL 33
4.4. BANCA DE INVESTIMENTO 43
4.5. GESTÃO DE ATIVOS 46
4.6. ATIVIDADE SEGURADORA E DA SAÚDE 48

5. RESULTADOS, BALANÇO, LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA 59

5.1. ATIVIDADE CONSOLIDADA 59
5.2. ATIVIDADE INDIVIDUAL 70

6. *RATING* 73
7. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA E INVESTIMENTO NO FUTURO 74
8. PRÉMIOS E DISTINÇÕES 77
9. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS NO 2º SEMESTRE DE 2013 79
10. EVENTOS SUBSEQUENTES 81
11. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA 82
12. DECLARAÇÃO SOBRE A AUDITORIA ÀS CONTAS 83
13. POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 84
14. INDICAÇÃO SOBRE ACIONISTAS DA CGD 85
15. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 86

BALANÇOS INDIVIDUAIS 86
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS 87
DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL 88
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS 89
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS 90
BALANÇOS CONSOLIDADOS 91
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS 92
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL 93
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS 94
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS 95

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 97

16. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 97

1. NOTA INTRODUTÓRIA 97
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 98
3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS 118
4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO 119
5. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS 120
6. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA 122
7. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA 128
8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO 129
9. CRÉDITO A CLIENTES 131
10. DERIVADOS 135
11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS 137
12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 141
13. OUTROS ATIVOS 146
14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO 151
15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS 152
16. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS 153
17. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS 159
18. PROVISÕES E IMPARIDADE 162
19. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS 164
20. OUTROS PASSIVOS 169
21. CAPITAL 170
22. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO 171
23. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES 173
24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL 175
25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES 176
26. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL 177
27. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA 179
28. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS 180
29. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO 181
30. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS 182
31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS 183
32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS 184
33. RELATO POR SEGMENTOS 187
34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS 189

17. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 202

1. NOTA INTRODUTÓRIA 202
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 203
3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO 236
4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS 241
5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO 242

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO 243
7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS 245
8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA 247
9. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA 254
10. PRODUTOS "UNIT-LINKED" 255
11. DERIVADOS 256
12. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE 258
13. CRÉDITO A CLIENTES 261
14. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA 265
15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS 267
16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 269
17. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO 273
18. OUTROS ATIVOS 274
19. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS 277
20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS 279
21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS 280
22. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES 286
23. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS 290
24. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS 292
25. OUTROS PASSIVOS 298
26. CAPITAL 299
27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CGD 300
28. INTERESSES MINORITÁRIOS 304
29. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES 306
30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL 308
31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES 309
32. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS 310
33. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO 312
34. MARGEM TÉCNICA DA ATIVIDADE DE SEGUROS 313
35. CUSTOS COM PESSOAL 316
36. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS 317
37. IMPARIDADE EM ATIVOS 318
38. RELATO POR SEGMENTOS 319
39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS 323

18. RELATÓRIOS EBA 338

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING AUTHORITY (EBA) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS 338

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - PRINCIPAIS INDICADORES ... 9
TABELA 2 - NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO ... 14
TABELA 3 - NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD ... 15
TABELA 4 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO – SALDOS ... 19
TABELA 5 - DEPÓSITOS DE CLIENTES (CONSOLIDADO) ... 20
TABELA 6 - DEPÓSITOS DE CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO ... 21
TABELA 7 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS ... 21
TABELA 8 - PASSIVOS SUBORDINADOS ... 21
TABELA 9 - CRÉDITO A CLIENTES - CONSOLIDADO ... 28
TABELA 10 - CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL) ... 28
TABELA 11 - PRODUÇÃO DO SETOR DO CRÉDITO ESPECIALIZADO NO SEMESTRE ... 31
TABELA 12 - PRODUÇÃO NO GRUPO CGD ... 31
TABELA 13 - PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS DA CLF ... 32
TABELA 14 - CONTRIBUTO DA ÁREA INTERNACIONAL PARA O RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO ... 34
TABELA 15 - MONTANTES SOB GESTÃO E ACONSELHAMENTO ... 46
TABELA 16 - COMISSÕES GERADAS ... 46
TABELA 17 - FUNDOS SOB GESTÃO ... 47
TABELA 18 - CARTEIRAS SOB GESTÃO ... 47
TABELA 19 - FUNDOS IMOBILIÁRIOS SOB GESTÃO ... 48
TABELA 20 - FUNDOS SOB GESTÃO ... 48
TABELA 21 - CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A. - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS INDICADORES ... 49
TABELA 22 - INDICADORES GERAIS - CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS ... 51
TABELA 23 - RESPONSABILIDADES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO ... 55
TABELA 24 - ATIVIDADE SEGURADORA ... 57
TABELA 25 - COMISSÕES LÍQUIDAS – CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO ... 60
TABELA 26 - RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO - CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO ... 60
TABELA 27 - CUSTOS OPERATIVOS E AMORTIZAÇÕES ... 61
TABELA 28 - RÁCIOS DE EFICIÊNCIA ... 61
TABELA 29 - PROVISÕES E IMPARIDADE DO PERÍODO ... 62
TABELA 30 - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE ... 62
TABELA 31 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA ... 63
TABELA 32 - QUALIDADE DO CRÉDITO (CONSOLIDADO) ... 65
TABELA 33 - APLICAÇÃO EM TÍTULOS ... 66
TABELA 34 - ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD ... 66
TABELA 35 - BALANÇO CONSOLIDADO ... 67
TABELA 36 - CAPITAIS PRÓPRIOS ... 69
TABELA 37 - RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (EM BASE CONSOLIDADA) ... 69
TABELA 38 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL ... 70
TABELA 39 - BALANÇO INDIVIDUAL ... 71
TABELA 40 - CAPITAIS PRÓPRIOS (INDIVIDUAL) ... 72
TABELA 41 - *RATINGS* ... 73
TABELA 42 - POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ... 84
TABELA 43 - ACIONISTAS DA CGD ... 85

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CAPTAÇÃO (PARTICULARES) - REDE COMERCIAL (PORTUGAL) ... 16
GRÁFICO 2 - DEPÓSITOS - REDE COMERCIAL (PORTUGAL) ... 17
GRÁFICO 3 - DEPÓSITOS DE CLIENTES NA ÁREA INTERNACIONAL ... 19
GRÁFICO 4 - QUOTAS DE MERCADO - CRÉDITO A EMPRESAS (PORTUGAL) ... 22
GRÁFICO 5 - LINHA DE CRÉDITO PME INVESTE - CRÉDITO A EMPRESAS (PORTUGAL) ... 23
GRÁFICO 6 - CARTEIRA DE CRÉDITO HABITAÇÃO - REDE COMERCIAL (PORTUGAL) ... 26
GRÁFICO 7 - QUOTAS DE MERCADO DO GRUPO CGD ... 32
GRÁFICO 8 - CONTRIBUTO DA ÁREA INTERNACIONAL ... 35
GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DO Nº DE COLABORADORES DE SERVIÇO ... 52
GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO ... 53
GRÁFICO 11 - RESULTADO TÉCNICO - RAMO VIDA ... 53
GRÁFICO 12 - RESULTADO TÉCNICO - RAMO NÃO VIDA ... 54
GRÁFICO 13 - MARGEM DE SOLVÊNCIA ... 55
GRÁFICO 14 - PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO - RAMO VIDA ... 58
GRÁFICO 15 - PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO - RAMO NÃO VIDA ... 58
GRÁFICO 16 - PROVISÕES E IMPARIDADE (DR) ... 61
GRÁFICO 17 - RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS ... 64

GLOSSÁRIO

AE	Área Euro
AERLIS	Associação Empresarial da Região de Lisboa
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ALF	Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting
App	Aplicação
ATM	*Automated Teller Machine*
	Caixa Multibanco
ATS	*Automated Teller System*
	Caixautomática
BCE	Banco Central Europeu
CoCo	*Contingent convertible bonds*
	Obrigações de conversão contingente
COSEC	Companhia de Seguro de Créditos
DG Comp	Direcção-Geral da Concorrência da União Europeia
DR	Demonstração de Resultados
EBA	*European Banking Authority*
	Autoridade Bancária Europeia
ECP	*Euro Commercial Paper*
	Papel Comercial em Euros
EFMA	*European Financial Management and Marketing Association*
	Associação Europeia de Gestão e Marketing Financeiro
ELOS	Ligações de Alta Velocidade
EMTN	*Euro Medium Term Note*
	Títulos da Dívida Médio Prazo
ENI	Empresário em nome individual
FDU	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GEE	Gases com Efeito de Estufa
HPP	Hospitais Privados de Portugal
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
INE	Instituto Nacional de Estatística
iOS	Sistema Operativo da Apple Inc
IPDAL	Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina
IPO	*Initial Public Offering*
	Oferta Pública Inicial
JESSICA	*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*
	Apoio Europeu Conjunto ao Investimento Sustentável em Zonas Urbanas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
POR	Programas Operacionais Regionais
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PROMAR	Programa Operacional de Pescas
PSI20	*Portuguese Stock Index 20*
	Índice Bolsista Português
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
Repos	*Repurchase agreements*
	Operações com Acordo de Recompra
SAREB	Sociedade de Gestão de Ativos procedentes da Reestruturação Bancária
SEPFOP	Secretaria de Estado para a Politica de Formação Profissional e Emprego
SGM	Sociedades de Garantia Mútua
SIAC	Sistema de Apoio a Ações Coletivas
SIAM	Salão Internacional de Agricultura de Marrocos
SPGM	Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua
UE	União Europeia

Relatório do Conselho de Administração

1. Enquadramento Económico-Financeiro

A economia mundial continuou em crescimento, ainda que a ritmo moderado, no 1º semestre de 2013.

Crescimento moderado da economia mundial.

O ano iniciou-se em clima de algum otimismo associado a perspetivas menos negativas de crescimento para os EUA, após os legisladores terem evitado o denominado "abismo orçamental", e à retoma da confiança dos empresários observada ainda no final de 2012.

O sentimento positivo veio, no entanto, a desvanecer-se em resultado de incertezas de natureza política, primeiro em Espanha e mais tarde em Itália, seguindo-se, no final do primeiro trimestre, a crise cipriota, que foi objeto do acordo de assistência financeira entretanto negociado.

EUA: forte ajustamento orçamental e anúncio de eventual redução de estímulos monetários a verificar no futuro próximo.

Nos EUA, a atividade económica continuou a registar um moderado ritmo de expansão para o qual contribuiu, sem surpresa, o forte ajustamento orçamental.

Na Área Euro (AE), o BCE reduziu a taxa de referência em 25 p.b. para 0,50% e a taxa de facilidade permanente de liquidez em 50 p.b. para 1%. A partir do 2º trimestre assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança, quer de empresas, quer de famílias. Salientam-se as decisões dos Ministros das Finanças no sentido da construção da União Bancária Europeia no que respeita ao Mecanismo Único de Supervisão Bancária e ao Mecanismo Único de Resolução de crises bancárias.

Na zona euro, redução de taxas de referência e novos passos para a construção da União Bancária Europeia.

O desemprego voltou a destacar-se pela negativa ao atingir, em junho, o nível mais elevado dos últimos 23 anos (12,1%). A inflação homóloga na AE continuou a cair, desta vez situando-se, em junho, em 1,6%.

Em Portugal o ritmo de contração foi menos acentuado do que o observado durante o final de 2012. No 1º trimestre de 2013 o PIB registou uma queda de 0,4% face ao último trimestre de 2012, o que corresponde, em termos homólogos, a uma redução de 4%. Segundo as projeções do Banco de Portugal (Boletim Económico de Verão 2013) o PIB para o ano de 2013 deverá reduzir-se em 2%, não obstante o bom desempenho das exportações.

Em Portugal, economia em contração ainda que atenuada no final do semestre. Desemprego em níveis preocupantes.

Os indicadores publicados continuaram a apontar para uma queda da atividade. A taxa de desemprego situou-se em junho em 17,4% após ter alcançado o valor de 17,8% em abril, segundo o Eurostat. A taxa de inflação homóloga, que havia encerrado 2012 em 1,9%, baixou perto do final da primeira metade de 2013 para 1,2%.

O abrandamento das economias emergentes, mas sobretudo a atuação das autoridades, nomeadamente em termos de política monetária, contribuiu para a incerteza relativa à conjuntura internacional. No caso da China a inércia do Banco Central pode ser enquadrada no contexto de algum arrefecimento pretendido pelos próprios dirigentes. O caso do Brasil foi mais marcante, tendo o Banco Central brasileiro aumentado por duas vezes a taxa de juro de referência, em resposta ao elevado nível da inflação.

A conjuntura de incerteza contribuiu para que durante grande parte do semestre os investidores reforçassem posições em ativos seguros, prevalecendo um ambiente de taxas baixas. Consequentemente, assistiu-se à queda das taxas de rendibilidade, a 10 anos, para novos mínimos históricos, quer no caso da Alemanha, quer no da França. A sinalização por parte da Reserva Federal no final do semestre de eventual redução dos estímulos à economia veio a traduzir-se num aumento nas taxas de juro na Área Euro,

que regressaram aos valores mais elevados desde a primeira metade de 2012.

A deterioração do sentimento em torno da conjuntura económica europeia, conjugada com a decisão do BCE em reduzir as taxas diretoras, levou a uma descida das taxas Euribor, que nos prazos a 6 e a 12 meses chegaram a atingir novos mínimos históricos, tendo-se posteriormente verificado uma correção decorrente da melhoria de alguns indicadores económicos e da referida sinalização da Reserva Federal.

Novos máximos históricos dos principais índices acionistas nos EUA e na Europa.

Os principais índices acionistas atingiram perto do final do mês de maio novos máximos históricos, quer nos EUA, quer na Europa, registando ganhos semestrais de respetivamente 12,6% e de 1,9%, No caso dos países da periferia europeia, exceção feita à Irlanda cujo índice valorizou 16,7%, os índices acionistas encerraram o semestre a acumular perdas, entre -6,6% da Grécia e -1,7% do PSI20 de Portugal. O índice alemão registou na primeira metade de 2013 uma valorização de 4,6%.

2. Aspetos mais Relevantes

O apoio continuado às famílias, a promoção da poupança, o financiamento e acompanhamento das empresas que apresentam valor acrescido para a retoma da economia portuguesa e, de grande importância, o desenvolvimento do negócio internacional continuam a orientar a condução da política e a estratégia do Grupo CGD.

Num contexto de esperada retoma da atividade económica, a Caixa ajusta o seu modelo de negócio aos novos objetivos e às necessidades dos diferentes segmentos da sua base de clientes.

Em maio e em julho, respetivamente, a Caixa recebeu Carta de Missão do acionista Estado e viu aprovado pela DG Comp. o Plano de Reestruturação. Ambos confirmaram e reforçaram as principais linhas de orientação estratégicas já seguidas pelo Grupo CGD.

TABELA 1 - PRINCIPAIS INDICADORES

(milhões de euros)

RESULTADOS	Jun/12 (*)	Dez/12 (*)	Jun/13	Var. Jun/13 Jun/12	Var. Jun/13 Dez/12
Margem Financeira Estrita	722,5	-	414,1	-42,7%	-
Margem Financeira Alargada	803,0	-	468,3	-41,7%	-
Comissões Líquidas	257,8	-	256,1	-0,7%	-
Margem Complementar	542,0	-	475,6	-12,2%	-
Margem Técnica da Atividade de Seguros	247,9	-	214,9	-13,3%	-
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	1 592,9	-	1 158,8	-27,3%	-
Custos Operativos	797,2	-	813,6	2,1%	-
Resultado Bruto de Exploração	795,7	-	345,2	-56,6%	-
Resultados antes de Impostos e Interesses Minoritários	63,7	-	-199,7	-	-
Resultado Líquido do Período	-12,7	-	-181,6	-	-
BALANÇO					
Ativo Líquido	117 694	116 859	112 684	-4,3%	-3,6%
Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito	5 798	5 423	4 769	-17,8%	-12,1%
Aplic. em Títulos (com Ativos com Ac. de Recompra)	25 794	28 697	27 613	7,1%	-3,8%
Crédito a Clientes (líquido)	77 544	74 735	72 673	-6,3%	-2,8%
Crédito a Clientes (bruto)	81 392	78 924	77 109	-5,3%	-2,3%
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	13 996	12 227	9 837	-29,7%	-19,5%
Recursos de Clientes	70 345	71 355	71 827	2,1%	0,7%
Responsabilidades Representadas por Títulos	11 150	10 591	9 085	-18,5%	-14,2%
Provisões Técnicas de Atividade de Seguros	4 363	4 224	4 185	-4,1%	-0,9%
Capitais Próprios	6 839	7 280	7 106	3,9%	-2,4%
RECURSOS CAPTADOS DE CLIENTES	86 411	89 267	89 611	3,7%	0,4%

(%)

RÁCIOS DE RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA	Jun/12 (*)	Dez/12 (*)	Jun/13	Var. Jun/13 Jun/12	Var. Jun/13 Dez/12
Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios - ROE (1) (2)	2,17%	-5,69%	-5,55%	-	-
Rendibilidade Líquida dos Capitais Próprios - ROE (1)	0,23%	-5,34%	-4,41%	-	-
Rendibilidade Bruta do Ativo - ROA (1) (2)	0,11%	-0,31%	-0,35%	-	-
Rendibilidade Líquida do Ativo - ROA (1)	0,01%	-0,29%	-0,28%	-	-
Cost-to-Income (Atividade Consolidada) (2)	50,1%	57,7%	70,1%	-	-
Custos Pessoal / Produto Atividade (2)	27,2%	30,8%	40,0%	-	-
Fornecimentos e Serv. de Terceiros / Produto Atividade	18,1%	21,3%	24,1%	-	-
Custos Operativos / Ativo Líquido Médio	1,33%	1,41%	1,41%	-	-
Produto Atividade / Ativo Líquido Médio (2)	2,65%	2,44%	2,01%	-	-
QUALIDADE DO CRÉDITO E GRAU DE COBERTURA					
Crédito Vencido / Crédito Total	5,4%	5,7%	6,7%	-	-
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito Total	4,6%	5,3%	5,9%	-	-
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (2)	5,7%	6,4%	7,4%	-	-
Crédito com Incumprimento Líq. / Crédito Total Líq. (2)	1,0%	1,1%	1,8%	-	-
Crédito em Risco / Crédito Total (2)	8,7%	9,4%	10,2%	-	-
Crédito em Risco Líquido / Crédito Total Líquido (2)	4,2%	4,4%	4,7%	-	-
Cobertura do Crédito Vencido	87,5%	92,8%	85,6%	-	-
Cobertura do Crédito Vencido > 90 dias	103,3%	100,6%	98,1%	-	-
Imparid. de Créd. (DR) / Créd. a Clientes (saldo médio)	1,17%	1,24%	0,95%	-	-
RÁCIOS DE ESTRUTURA					
Crédito a Clientes (Líquido) /Ativo Líquido	65,9%	64,0%	64,5%	-	-
Crédito a Clientes (Líquido) / Depósitos de Clientes (2)	120,4%	114,0%	110,5%	-	-
RÁCIOS DE SOLVABILIDADE					
Solvabilidade (2)	13,8%	13,6%	13,6%	-	-
Tier 1 (2)	11,3%	11,2%	11,0%	-	-
Core Tier 1 (2)	11,7%	11,6%	11,4%	-	-
Core Tier 1 (EBA)	9,6%	9,4%	9,3%	-	-

(1) Considerando os valores de Capitais Próprios e de Ativo líquido médios (13 observações).

(2) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 23/2012).

(*) Os valores relativos a 2012 são proforma uma vez que as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial.

- O compromisso da Caixa para com a sua extensa e estável base de clientes continuou a ser remunerado com uma evolução positiva dos depósitos que, em termos consolidados e homólogos, cresceram 2,2%.

  A Caixa mantém a liderança em termos de quota de mercado dos depósitos de clientes, ultrapassando 30% no segmento dos particulares.

- O Ativo Líquido consolidado registou novo decréscimo, desta feita de -3,6% face ao final do ano anterior e de -4,3% face a junho de 2012, cifrando-se em 112 684

milhões de euros.

- Num contexto de contração de financiamento bancário à economia, a Caixa registou uma estabilização do crédito a empresas em Portugal (decréscimo de 0,4% face ao semestre homólogo) verificando-se um aumento da respetiva quota de mercado.
- O Rácio de Crédito Vencido Total fixou-se em 6,7% no final de junho, acima dos 5,7% verificados em dezembro de 2012. O Rácio de Crédito Vencido com mais de 90 dias foi de 5,9%, contra 5,3% no final de 2012.

  Os rácios de Crédito em Risco e de Crédito com Incumprimento, calculados de acordo com a Instrução n º 23/2012 do Banco de Portugal, foram respetivamente de 10,2% e 7,4% no final de junho de 2013, contra 9,4% e 6,4% respetivamente no final de 2012.
- O Resultado Líquido consolidado do Grupo CGD no primeiro semestre de 2013 foi negativo de 181,6 milhões de euros.
- A Margem Financeira Alargada atingiu 468,3 milhões de euros, registando uma quebra de 41,7% face a junho de 2012, verificada quer na Margem Financeira (-42,7%), quer nos Rendimentos de Instrumentos de Capital (-32,6%). A Margem Financeira continuou a ser penalizada de forma notória pelo facto do balanço da CGD ter uma forte sensibilidade à evolução das taxas de juro de curto prazo, devido ao peso ainda dominante das operações hipotecárias na carteira de crédito, quase totalmente indexadas à Euribor com *spreads* médios muito reduzidos.
- A evolução desfavorável da Margem Financeira foi agravada pelo pagamento dos encargos extraordinários associados à emissão de obrigações subordinadas de conversão contingente (CoCos), que ascenderam a 39,8 milhões de euros no semestre.
- Os Resultados de Operações Financeiras registaram um expressivo proveito de 195,3 milhões de euros.
- O Produto da Atividade Bancária e Seguradora reduziu-se assim em 434,2 milhões de euros (-27,3%) para 1 158,8 milhões de euros no 1º semestre de 2013.
- O Resultado Bruto de Exploração, que se reduziu em 56,6% face a junho de 2012, reflete também a interrupção da tendência descendente dos custos de estrutura devido fundamentalmente à reintrodução dos subsídios de férias e de natal.
- Mantendo uma evolução decrescente, as Imparidades registaram, porém, valores ainda muito elevados sobretudo no segmento do crédito, situando-se, líquidas de reversões, em 371,9 milhões de euros (483,3 no semestre homólogo anterior). As Provisões e Imparidades de Outros Ativos, líquidas de reversões e recuperações, reduziram-se para 175,2 milhões de euros contra 245,2 em junho de 2012.
- O contributo das unidades do exterior para o Resultado Líquido consolidado foi negativo (-54,6 milhões de euros). Excluindo Espanha, o contributo foi positivo, atingindo 35,8 milhões de euros no semestre.
- A Caixa Seguros e Saúde registou, de acordo com as regras contabilísticas aplicáveis pela CGD, um Resultado Líquido de 76,0 milhões de euros no 1º semestre de 2013, o que representa um crescimento de 107,4% relativamente ao período homólogo 2012 (36,6 milhões de euros).

Para este resultado contribuiu a alienação dos HPP, concretizada durante o primeiro trimestre, transação que teve um impacto positivo de 36,4 milhões de euros.

- No âmbito doméstico, o Caixa Banco de Investimento evidenciou um desempenho muito positivo, contribuindo com cerca de 14 milhões de euros para o resultado consolidado do Grupo.
- Pese embora a sua desafogada situação de liquidez, a Caixa voltou a testar a recetividade dos mercados no início de 2013 com o lançamento de uma emissão de 750 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias (*Covered Bonds*) a 5 anos e cupão fixo de 3,75%.
- Prosseguindo a orientação de menor dependência de fundos do BCE, o recurso a financiamento obtido pela CGD (individual) junto desta instituição reduziu-se em mais cerca de 2 mil milhões de euros no primeiro semestre, situando-se em 4,75 mil milhões de euros no final de junho.
- O comportamento favorável dos depósitos, conjugado com um menor dinamismo do crédito, traduziu-se numa redução do rácio de transformação para 110,5%.
- Este enquadramento conduziu a uma deterioração do *Cost-to-Income* que se situou em 70,1% em junho de 2013.

  Os Outros Gastos Administrativos mantiveram a sua trajetória descendente (-3,0% do que no período homólogo de 2012) refletindo a prossecução da política de otimização operativa em curso no Grupo.
- Em 31 de maio a Caixa recebeu do seu acionista uma Carta de Missão e no final de julho viu aprovado pela DG Comp. o respetivo plano de reestruturação. Em ambos os casos, as principais orientações que deles resultaram confirmaram e reforçaram as linhas estratégicas essenciais que vinham já a ser seguidas pelo Grupo.

3. Evolução do Grupo CGD

A estrutura e organização do Grupo CGD prosseguiram no primeiro semestre a trajetória de convergência para um modelo centrado na sua atividade nuclear, o negócio bancário, cujo desenvolvimento se opera numa plataforma geográfica alargada e com polos e vetores estratégicos prioritários.

Enfoque do Grupo na atividade bancária e reorganização convergente para novo paradigma económico.

As principais alterações na estrutura e composição do Grupo ocorridas no primeiro semestre de 2013 foram:

- **Fevereiro** - Autorizada e entrada em funcionamento da Sucursal Offshore em Macau;
- **Março** - Conclusão da venda pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA da HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, detentora de seis hospitais em todo o país e da gestão do Hospital de Cascais, ao grupo brasileiro Amil;
- **Maio** - Incorporação da CGD - Participações em Instituições Financeiras, Lta. ("CGD PINF"), na CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. ("CGD Securities"), no Brasil;
- **Junho** - Publicação do DL nº 80/2013 que define as regras referentes à alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, SA, Multicare-Seguros de Saúde, SA e Cares-Companhia de Seguros, SA ou da sociedade ou sociedades que detenham, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte dos respetivos ativos.

Conclusão da venda dos Hospitais Privados de Portugal.

Aprovação em DL das regras de alienação do negócio segurador.

Na sequência do entendimento estabelecido entre os governos da República de Angola e República de Portugal, efetivou-se a alienação da totalidade da participação da CGD no capital social do Banco para a Promoção e Desenvolvimento (BPD) ao Grupo Sonangol.
De salientar ainda as seguintes ações em curso:

- Continuação do processo de otimização da rede comercial doméstica ajustando-a à nova conjuntura económica e tecnológica, bem como à evolução do perfil e objetivos dos vários segmentos de clientes;
- Continuação do processo de transformação da presença do Grupo em Espanha nomeadamente através do respetivo redimensionamento e maior enfoque no negócio bilateral envolvendo fluxos de exportação ou operações de investimento entre clientes do Grupo em Portugal e Espanha;
- Reorganização da estrutura e funcionamento da CGD, nomeadamente no segmento imobiliário, no sentido de prevenção de incumprimento e recuperação de crédito e de um melhor ajustamento à atual conjuntura.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede comercial do Grupo CGD contava, no final de junho de 2013, com 1 284 agências, das quais 815 em Portugal (814 da CGD e 1 do Caixa BI) e 469 no estrangeiro.

As Agências em Portugal registaram uma redução de 33 unidades no semestre, passando a abarcar 780 Agências CGD, 34 Gabinetes CGD e uma Agência Caixa BI.

TABELA 2 - NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
CGD (Portugal)	857	847	814
Agências com atendimento presencial	804	793	758
Agências automáticas	17	18	22
Gabinetes de Empresas	36	36	34
Caixa – Banco de Investimento (Lisboa + Madrid)	2	2	2
Sucursal de França	46	47	48
Banco Caixa Geral (Espanha)	209	172	172
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	14	14	15
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	127	128	130
Banco Nacional de Investimentos (Moçambique)	1	-	-
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	9	9	9
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	33	33	33
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	15	15	15
Banco Caixa Geral Brasil	2	2	2
Banco Caixa Geral Totta de Angola	25	25	26
Outras Sucursais da CGD	16	16	18
Subsidiária Offshore de Macau	1	1	0
Total	**1 357**	**1 311**	**1 284**
Escritórios de representação (*)	**11**	**12**	**12**

(*) Inclui o ER da Argélia que aguarda autorização das autoridades Argelinas.

Ligeiro reforço da rede comercial no estrangeiro.

Assistiu-se, no primeiro semestre de 2013, a um ligeiro reforço da rede comercial no estrangeiro de 463 para 469 agências, refletindo a consolidação da atividade internacional, mesmo após a reestruturação efetuada em 2012, nomeadamente em Espanha (-37 agências).

De salientar a abertura de 3 unidades em África e 2 na Ásia, com a criação de uma nova Sucursal em Macau em substituição da Subsidiária Offshore de Macau.

RECURSOS HUMANOS

Em junho de 2013, faziam parte do quadro do Grupo 19 853 colaboradores, dos quais 9 340 afetos à atividade bancária (CGD Portugal), traduzindo uma redução global de 2 121 e de 2 232 empregados face a junho e dezembro de 2012, respetivamente. Esta redução de cerca de 10% ficou a dever-se, em grande parte, à não contabilização dos efetivos do HPP-SGPS, cuja alienação ocorreu no primeiro semestre de 2013.

TABELA 3 - NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD

	Jun/12 (*)	Dez/12 (*)	Jun/13
Atividade Bancária (CGD Portugal)	9 495	9 401	9 340
Outros	12 590	12 573	10 513
Total	**22 085**	**21 974**	**19 853**

(*) Para efeitos de comparabilidade, não estão incluídos os empregados da Esegur e da Locarent, entidades que passaram a ser consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Não considerando em 2012 o efeito da alienação do HPP-SGPS (2 064 em junho e 2 093 em dezembro) o número de empregados do Grupo teria decrescido 168 face a junho e 28 face a Dezembro de 2012.

Reforço dos recursos humanos do Grupo na área internacional, no primeiro semestre de 2013.

Em contrapartida, o reforço da presença do Grupo na área internacional, durante o primeiro semestre de 2013, conduziu a um aumento de 187 colaboradores na atividade bancária no estrangeiro, com destaque para o Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique) com 133, a Sucursal de França com 25 e Banco Caixa Geral Totta Angola com 21 empregados.

4. Segmentos de Atividade

4.1. BANCA COMERCIAL

Ligeiro redimensionamento da rede e continuação do processo de aperfeiçoamento do modelo de serviço a todos os clientes.

A Rede Comercial em Portugal no final do semestre era constituída por 815 Agências, das quais 22 automáticas e 34 Gabinetes Caixa Empresas, em resultado da continuidade da política de redimensionamento e otimização dos modelos de serviço.

RECURSOS

A fragilidade macroeconómica e social e o ambiente de incerteza que persistem em Portugal não impediram, e terão até contribuído, para que, não obstante a redução do rendimento disponível, se tenha acentuado o esforço de poupança das famílias portuguesas. Este fator continua a refletir-se no bom desempenho dos depósitos na CGD, que manteve a sua quota de mercado em Portugal em níveis próximos de 28%.

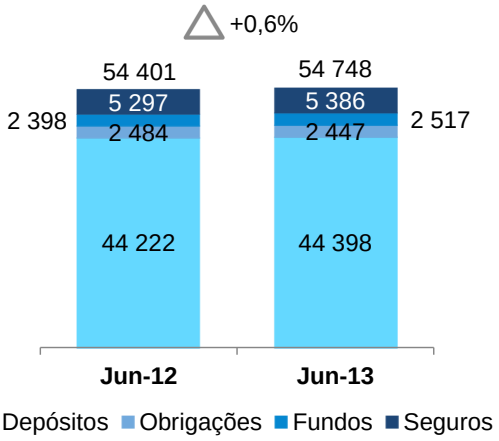
Os Depósitos de Particulares na rede comercial em Portugal continuaram a aumentar em termos homólogos (+0,4%), revelando a confiança que os clientes continuam a ter na Caixa, nomeadamente em períodos de maior dificuldade e incerteza.

Neste segmento, a totalidade dos produtos de Captação cresceu 0,6%, face a junho de 2012, destacando-se além do crescimento dos Depósitos, o aumento das aplicações em Fundos de Investimento (+5%) e em Seguros (+1,7%).

GRÁFICO 1 - CAPTAÇÃO (PARTICULARES) - REDE COMERCIAL (PORTUGAL) POR PRODUTO

Aumento do volume de depósitos e dos restantes instrumentos de captação.

(milhões de euros)



De salientar, a evolução positiva dos novos produtos de poupança os quais, pelo seu carater inovador e pela sua aderência às presentes necessidades e objetivos dos diferentes estratos de clientes, têm desempenhado um papel pedagógico de relevo na motivação da população para o aforro.

Refira-se por exemplo o Serviço Caixa Família que oferece a possibilidade de criar uma rede de poupança junto da comunidade natural de cada Cliente – a família. Este novo e inovador conceito de poupança coletiva permite melhorar a taxa de juro de cada conta individual, com atribuição de um escalão de remuneração superior aplicável a todas as contas.

No sentido da promoção de soluções de poupança junto dos estudantes e estratos jovens, a Caixa associou-se, uma vez mais, aos Festivais de Verão. Para o efeito, foi lançada a Campanha Festivais de Verão Caixa Poupança Superior que, para além de dinamizar a oferta dirigida aos universitários, procurou fomentar a poupança e os depósitos num

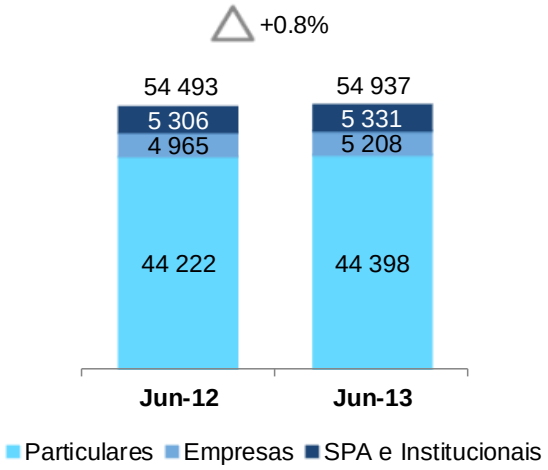
produto exclusivo para clientes do ensino superior.

A totalidade dos produtos de Captação do segmento Empresas na rede comercial em Portugal cresceu 5,2% no 1º semestre de 2013, com destaque para o crescimento dos Depósitos (+4,9%) e dos Fundos de Investimento (+16,3%).

Na rede comercial em Portugal os Depósitos Totais atingiram 54 937 milhões de euros (+0,8% em termos homólogos), influenciados pelos crescimentos verificados nos segmentos de Empresas (+4,9%) e de Particulares (+0,4%). Face a dezembro de 2012, os Depósitos das Empresas e dos Particulares cresceram 5,4% e 0,2%, respetivamente.

GRÁFICO 2 - DEPÓSITOS - REDE COMERCIAL (PORTUGAL) POR SEGMENTO DE CLIENTES

(milhões de euros)



Bom desempenho dos novos produtos de poupança.

A clara liderança da CGD na captação de recursos é o resultado evidente da sua credibilidade junto da população portuguesa bem como da bem sucedida estratégia de oferta de um conjunto de soluções de aforro.

Aprofundamento e melhoria dos modelos de serviço nos segmentos de Particulares e Empresas.

Atenta à importância da sua base de depositantes, a Caixa prosseguiu ao longo do semestre, o aprofundamento do modelo de serviço Caixa Mais, nomeadamente através do alargamento da cobertura de clientes (496 634 representando 58% do volume de negócios de particulares, dando particular destaque aos que apresentam potencial de crescimento de negócio) e de uma renovada e mais interligada oferta de produtos e serviços disponíveis para este universo.

Primazia da CGD em atendimento dedicado.

No segmento de Particulares deve ainda salientar-se o Serviço Caixazul, vocacionado para a gestão personalizada de clientes Gama alta que, em 30 de junho de 2013 abrangia 297 238 clientes e contribuía com cerca de 37% para o volume de Negócio de Particulares. A rede comercial contava com 674 agências com espaços dedicados a este modelo de serviço (89% da rede), o qual era assegurado por 1 069 assistentes comerciais.

No final de junho de 2013, mais de 834 mil clientes Particulares e Empresas eram geridos por um comercial dedicado, mantendo a Caixa a primazia na Banca nacional em atenção e serviço ao cliente.

No final do primeiro semestre de 2013, a *App* Caixadirecta era a primeira *App* financeira gratuita no *ranking* de *downloads* da loja “Google Play” e a 2ª na “App Store” da Apple, contando com cerca de 136 000 *downloads* e cerca de 65 000 Clientes, o que é revelador da sua boa aceitação.

As novas *Apps* Caixadirecta oferecem uma nova experiência de gestão do património financeiro, permitindo nomeadamente uma navegação agradável e interativa através da

visualização gráfica da posição global dos saldos e movimentos das contas e de alertas da variação do saldo nos últimos 7 dias.

Ao nível dos canais não presenciais, destacam-se ainda:

- Lançamento a 5 de abril da nova aplicação Caixadirecta para os sistemas operativos iOS (Apple) e Android, acessível através de *tablet* e *smartphone*;
- Lançamento do Serviço Caixa *e-banking* (*on-line* e *mobile*) com nova imagem, navegação e mais funcionalidades;
- Novas funcionalidades no serviço Caixadirecta *on-line*, nomeadamente a disponibilização do *Callback* para Clientes Caixa Mais;
- A linha de atendimento ao Cidadão Surdo, uma iniciativa no âmbito da política de responsabilidade social e de inovação da CGD.

Segmento dos Residentes no Estrangeiro:

- Estratégico para a CGD;
- Contributo elevado no total dos recursos de clientes particulares;
- Potencial elevado de criação de valor.

O segmento dos Residentes no Estrangeiro é um segmento estratégico para a Caixa, pelo contributo que representa para o total de recursos dos clientes particulares e pelo potencial de criação de valor, na atual conjuntura macroeconómica e financeira.

Conjunto de ações de dinamização comercial e reforço do relacionamento com os clientes.

Ao longo do 1º semestre de 2013 foi lançado um conjunto de ações de dinamização comercial com reforço do relacionamento com estes clientes, nomeadamente:

- Campanha da Páscoa, apoiada numa ação publicitária com o *headline "Diversifique a sua Poupança"* e com o principal objetivo de promover as soluções de poupança da Caixa (em euros e dólares americanos);
- Campanha de Verão (a decorrer também durante o terceiro trimestre), com o objetivo de promover o investimento em Portugal através da venda de imóveis do Grupo Caixa e da captação de poupanças. A campanha publicitária teve como mensagem *"É bom ser português e ter vantagens cá e lá"* e pretende comunicar as vantagens da oferta da Caixa no estrangeiro e em Portugal;
- Campanha de conhecimento do Cliente, com o objetivo de recolher informação de suporte à construção de propostas personalizadas;
- Campanha de identificação de clientes residentes no estrangeiro, com ações de contacto junto de clientes recém emigrados a fim de aferir e ajustar a oferta a cada caso.

A par destas iniciativas de dinamização e a fim de aprofundar a relação com os clientes residentes no estrangeiro, a Caixa prosseguiu a política de articulação e complementaridade entre a Rede de Agências da Caixa em Portugal, Sucursais e Escritórios de Representação no exterior e canais de gestão à distância, designadamente o serviço Caixadirecta Internacional e Caixazul Internacional (para os clientes com maior património). No final do 1º semestre, cerca de 20% dos clientes residentes no estrangeiro eram acompanhados por um destes serviços de gestão personalizada.

Saldo dos Recursos Totais Captados manteve-se relativamente estável.

A nível do Grupo CGD o saldo dos Recursos Totais Captados (excluindo o mercado monetário interbancário) manteve-se estável relativamente ao semestre homólogo anterior e face aos valores de final de 2012, situando-se em 99 127 milhões de euros.

TABELA 4 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO – SALDOS

(milhões de euros)

				Variação Jun/13 vs. Jun/12		Variação Jun/13 vs. Dez/12	
	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Abs.	(%)	Abs.	(%)
No Balanço	**86 818**	**87 718**	**86 599**	**-218**	**-0,3%**	**-1 118**	**-1,3%**
Retalho	75 318	76 823	77 083	1 765	2,3%	260	0,3%
Depósitos de clientes	64 398	65 546	65 795	1 397	2,2%	250	0,4%
Outros recursos de clientes	10 920	11 278	11 288	368	3,4%	10	0,1%
Investidores Institucionais	10 600	9 995	8 616	-1 984	-18,7%	-1 378	-13,8%
EMTN	5 287	5 357	3 920	-1 367	-25,9%	-1 437	-26,8%
Obrigações hipotecárias	3 146	3 042	3 806	660	21,0%	764	25,1%
Outros	2 167	1 596	891	-1 276	-58,9%	-705	-44,2%
Estado Português (CoCos)	900	900	900	-	-	-	-
Fora de Balanço	**11 094**	**12 443**	**12 527**	**1 434**	**12,9%**	**84**	**0,7%**
Unid. particip. em fundos de inv.	4 343	4 588	4 621	278	6,4%	33	0,7%
Fundos de Pensões	2 124	2 306	2 282	158	7,4%	-24	-1,0%
Gestão de Patrimónios [(a)]	4 627	5 549	5 624	998	21,6%	75	1,4%
Total	**97 911**	**100 161**	**99 127**	**1 215**	**1,2%**	**-1 035**	**-1,0%**
Total (excluindo Investidores Institucionais e Estado Português)	**86 411**	**89 267**	**89 611**	**3 199**	**3,7%**	**345**	**0,4%**

(a) Não inclui as carteiras das seguradoras do Grupo CGD.

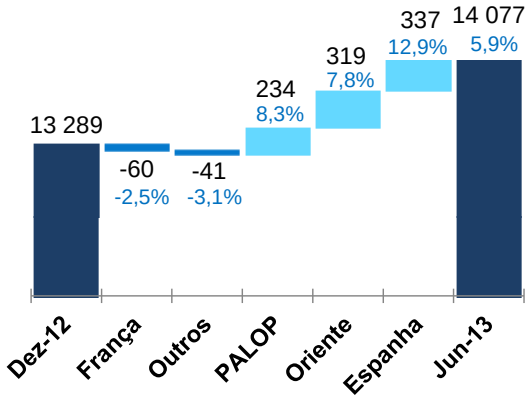
O saldo dos Depósitos de Clientes cresceu 2,2% face a junho de 2012, ascendendo a 65 795 milhões de euros, refletindo a promoção ativa da captação de depósitos junto dos clientes, e contribuindo assim para uma diminuição das necessidades de financiamento do Grupo CGD no mercado grossista.

Rede internacional com contributo positivo para a captação de depósitos.

As unidades no exterior continuam a contribuir de forma positiva para o total da captação do Grupo (+5,9% do que no final de 2012), destacando-se por áreas geográficas, o aumento dos depósitos de clientes em Espanha (+12,9%), no Oriente (+7,8%) e nos PALOP (+8,3%).

GRÁFICO 3 - DEPÓSITOS DE CLIENTES NA ÁREA INTERNACIONAL

(milhões de euros)



Em Espanha, não obstante a difícil conjuntura económica, a reorientação do modelo de negócio que passou a conferir maior enfase à captação de recursos, aliada à menor agressividade da banca espanhola, tornaram possível o aumento dos depósitos.

A promoção ativa da captação de depósitos junto dos clientes contribuiu para uma diminuição das necessidades de financiamento do Grupo CGD no mercado grossista.

Os Recursos "Fora do Balanço" atingiram 12 527 milhões de euros no final de junho de 2013, evidenciando um acréscimo homólogo de 12,9%, traduzindo um bom desempenho da atividade de Gestão de Patrimónios com o saldo correspondente a registar uma variação absoluta de 998 milhões de euros (5 624 milhões de euros que comparam com 4 627 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2012).

TABELA 5 - DEPÓSITOS DE CLIENTES (CONSOLIDADO)
SALDOS

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Variação Jun/13 vs. Dez/12	
				Abs.	%
Particulares	52 666	53 126	52 371	-756	-1,4%
Depósitos à ordem	12 196	12 557	12 698	141	1,1%
Dep. a prazo e poupança	40 463	40 569	39 672	-897	-2,2%
Empresas	9 263	9 429	11 716	2 287	24,3%
Depósitos à ordem	4 362	4 285	4 859	574	13,4%
Depósitos a prazo	4 900	5 144	6 857	1 713	33,3%
Setor Público	2 150	2 671	1 400	-1 272	-47,6%
Depósitos à ordem	1 164	959	1 235	276	28,8%
Depósitos a prazo	987	1 713	164	-1 548	-90,4%
Depósitos obrigatórios	324	318	309	-10	-3,0%
Total	**64 397**	**65 545**	**65 795**	**250**	**0,4%**

Por segmentos, refira-se o comportamento muito positivo dos depósitos de Empresas, que progrediram 2,3 mil milhões de euros (+24,3% desde o início do ano), impulsionados pela modalidade de depósitos a prazo, com um crescimento de 1,7 mil milhões (+33,3%).

Por modalidades, cerca de 46 694 milhões de euros (71% do total dos depósitos de clientes) respeitavam a depósitos a prazo e de poupança.

Subida das quotas de mercado nos Depósitos de Clientes, na generalidade dos segmentos.

A Caixa mantém a liderança em termos de quota de mercado dos depósitos de clientes, em Portugal, que subiu de 27,3% em junho de 2012 para 27,5% em junho de 2013, traduzindo uma subida das quotas da generalidade dos segmentos. Salienta-se que a quota no segmento dos Particulares ultrapassou os 32%.

TABELA 6 - DEPÓSITOS DE CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO [(a)] POR SEGMENTO DE CLIENTES

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Empresas	10,1%	10,8%	11,3%
Setor Público Administrativo	16,9%	19,3%	12,0%
Particulares	32,2%	32,7%	32,4%
Emigrantes	39,4%	40,6%	40,4%
Obrigatórios	96,4%	96,8%	96,9%
Total	**27,3%**	**28,1%**	**27,5%**

(a) Atividade em Portugal.

Lançamento de uma emissão de Obrigações Hipotecárias a 5 anos, no valor de 750 M€, reabrindo este segmento de mercado às instituições financeiras portuguesas.

As Responsabilidades Representadas por Títulos totalizaram 9,1 mil milhões de euros, correspondente a uma quebra de 14,2% desde o final de 2012, traduzindo as reduções nos saldos das obrigações emitidas ao abrigo dos Programas EMTN e ECP. No sentido inverso, o saldo das obrigações hipotecárias aumentou 764 milhões de euros (+25,1%), graças ao lançamento no início do ano de uma emissão de Obrigações Hipotecárias a 5 anos, no montante de 750 milhões de euros, que marcou a reabertura deste segmento de mercado às instituições financeiras portuguesas.

TABELA 7 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Variação Jun/13 vs. Dez/12	
				Abs.	%
Emissões do Programa EMTN [(a)]	5 733	5 801	4 371	-1 431	-24,7%
Emissões do Programa ECP	1 140	636	18	-618	-
Nostrum Mortgages	376	343	252	-91	-26,5%
Obrigações hipotecárias	3 146	3 042	3 806	764	25,1%
Obrigações sobre o setor público	651	617	621	4	0,6%
Obrigações de caixa e certificados de depósito	104	151	18	-133	-
Total	**11 150**	**10 591**	**9 085**	**-1 505**	**-14,2%**

(a) Não inclui emissões classificadas como Passivos Subordinados.

Sob a forma de Passivos Subordinados, a Caixa captou recursos que totalizaram 2,9 mil milhões de euros, o que representou um acréscimo de 52 milhões (+1,8%) face a dezembro de 2012.

TABELA 8 - PASSIVOS SUBORDINADOS

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Variação Jun/13 vs. Dez/12	
				Abs.	%
Emissões do Programa EMTN [(a)]	1 125	1 136	1 119	-17	-1,5%
Obrigações de Conversão Contingente (CoCos)	900	900	900	0	-
Outros	849	853	922	70	8,2%
Total	**2 874**	**2 889**	**2 941**	**52**	**1,8%**

(a) Não inclui emissões classificadas como Responsabilidades Representadas por Títulos.

CRÉDITO

Empresas

Estabilização do crédito a empresas em Portugal, no primeiro semestre de 2013.

O processo de desalavancagem iniciado ainda em 2011, a manutenção de uma conjuntura recessiva em ambiente de enfraquecida confiança na evolução económica futura quer em Portugal quer na UE, têm continuado a contribuir para uma evolução negativa do crédito bruto consolidado da Caixa, o qual, excluindo operações de *repos*, registou uma redução de 2,1% desde o início de 2013.

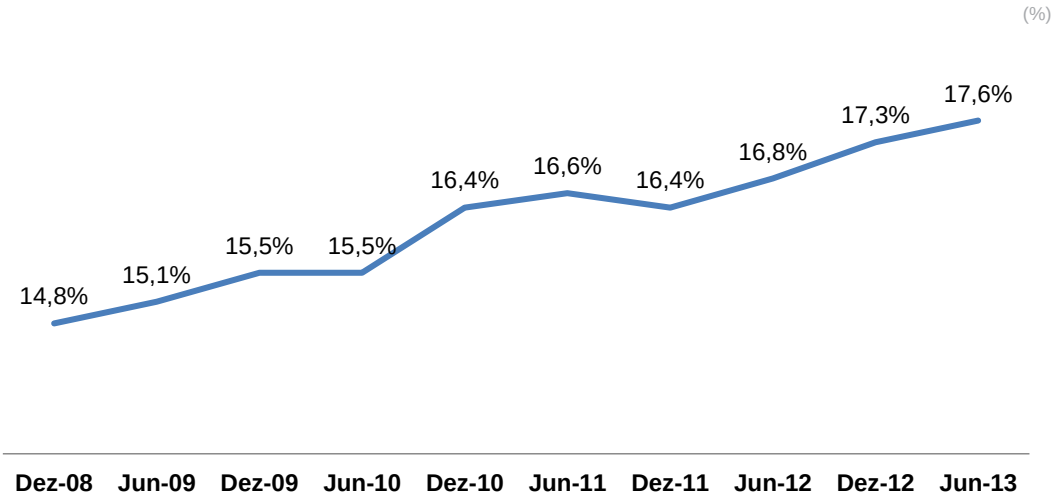
Apesar desta redução, verificou-se uma estabilização do crédito a empresas em Portugal, no primeiro semestre de 2013, tendo-se registado apenas um ligeiro decréscimo de 0,4%.

No apoio à economia, a Caixa financiou mais de 2 200 milhões de euros no 1º semestre de 2013. A focalização neste segmento estratégico, com a apresentação de novas soluções exclusivas, procurou gerar confiança no espírito empreendedor nacional e solidificar a imagem da Caixa como alicerce do desenvolvimento da economia nacional.

Deve salientar-se, num contexto de retração do crédito no mercado nacional, o aumento de quota de mercado e sobretudo a expansão do negócio em segmentos de particular dinamismo e importância para a economia portuguesa. Com efeito, através das suas equipas de gestores comerciais dedicados às PME, Micro Empresas e Empreendedores, a Caixa prosseguiu e aprofundou o apoio à economia de forma transversal a todos os setores económicos, mas com particular destaque para as empresas produtoras de bens transacionáveis (alavancando na presença internacional da Caixa e na dinamização da oferta especifica), no apoio à tesouraria e capitalização de empresas.

GRÁFICO 4 - QUOTAS DE MERCADO - CRÉDITO A EMPRESAS (PORTUGAL)

Quotas de mercado do crédito a empresas em crescimento sustentado.



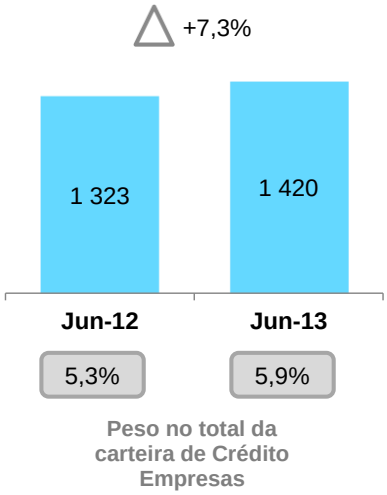
À data de junho de 2013, a quota de mercado da Caixa no crédito a empresas era de 17,6%, sendo de referir o facto de, nos últimos 3 anos, a quota de mercado no crédito a empresas ter apresentado uma variação positiva de +2,1 p.p.

O volume de crédito da carteira contratado pela CGD, no âmbito das empresas com estatuto PME Líder, totalizava 1 385 milhões de euros no final de junho de 2013, apresentando no ano um crescimento de 4,4%.

A quota nas Linhas PME Investe 2012/13 foi de 16,5% em montante de financiamento e 12,9% em número de operações.

GRÁFICO 5 - LINHA DE CRÉDITO PME INVESTE - CRÉDITO A EMPRESAS (PORTUGAL)

(milhões de euros)



Dinamização do crédito a PME e setores prioritários para a retoma económica.

Na Linha PME Crescimento 2012/13 estas quotas são respetivamente de 16,6% e 13,8%.

O universo de empresas nacionais distinguidas com o Estatuto de PME Líder totalizou em junho deste ano 8 468 empresas, das quais 2 359 são clientes da Caixa (cerca de 28%). No que se refere às PME Excelência, 1 314 conseguiram alcançar esta distinção em 2012, apoiando a Caixa no dia-a-dia 331 PME com este estatuto, o que representa uma quota de mercado neste setor de 25%.

Lançamento de novos produtos e linhas específicas da Caixa.

Até ao final de 2013, a Caixa tem ainda disponíveis mais de 1,9 mil milhões de euros para fomentar a atividade e dinâmica empresariais, através de produtos exclusivos da Caixa e linhas governamentais.

Estes indicadores refletem o enfoque estratégico da CGD no financiamento de projetos e entidades de acrescida valia, especialmente as produtoras de bens transacionáveis e/ou dotadas de um elevado grau de inovação. Também por esta via, a Caixa prossegue no seu relevante papel de apoio à procura externa e à internacionalização da economia e, da maior importância, de reestruturação do tecido produtivo português e de contenção do desemprego.

Deve realçar-se o lançamento de novos produtos e linhas específicas da Caixa, nomeadamente o Iva EnCaixa, a Linha Caixa Capitalização, Caixa Exportações e Caixa Mais Tesouraria, que sustentaram o reforço da quota de mercado da Caixa no segmento das empresas.

Criação de instrumentos para financiar as empresas portuguesas: uma prioridade da CGD.

A criação de instrumentos para financiar as empresas portuguesas foi uma das prioridades da Caixa, com 1 200 milhões de euros de crédito disponível em produtos exclusivos da Caixa:

- IVA EnCaixa: disponíveis 333 milhões de euros para adiantamento do reembolso do IVA a receber pelas empresas com contabilidade organizada e viabilidade económica que privilegiem a Caixa na sua relação principal;
- Exportações e Produção de Bens Transacionáveis: disponíveis 600 milhões de euros com melhores condições de prazo e *spread* para as empresas exportadoras e produtoras de bens transacionáveis;
- Linha Caixa Capitalização: 250 milhões de euros no apoio à recapitalização de empresas com viabilidade económica.

Para apoiar a economia nacional, através da melhoria das condições de acesso ao financiamento das empresas, a Caixa disponibilizou um conjunto de Linhas de Apoio ao

Investimento, nomeadamente:

Linha PME Crescimento 2013

Linhas de apoio ao investimento:
- Linhas PME Crescimento 2013;
- Linhas PME Investe;
- Linhas Investe QREN;
- Linhas de crédito para setores agrícola, pecuária e das pescas.

Linha de crédito especial para Micro Empresas e PME, com garantia mútua, criada no âmbito do protocolo celebrado entre a CGD, Sociedades de Garantia Mútua, o IAPMEI e a PME Investimentos, oferecendo *spreads* competitivos, prazos até 9 anos e carência de capital até 24 meses.

A Linha PME Crescimento 2013 com um *plafond* de 2 000 milhões de euros e duas sub-linhas específicas - Linha Geral e Linha Micro e Pequenas Empresas - incluindo uma dotação específica para empresas exportadoras (até 10% do montante destas sub-linhas específicas destina-se exclusivamente ao setor primário).

A Caixa tem aprovado mais de 150 milhões de euros nesta Linha (operações entradas nas Sociedades de Garantia Mútua (SGM) até junho de 2013), o que corresponde a uma quota de mercado de aproximadamente 15%.

Linhas PME INVESTE

Desde 2008 a Caixa já aprovou mais de 5 000 milhões de euros nas linhas PME Investe/PME Crescimento (operações entradas nas SGM até junho de 2013).

Linha INVESTE QREN

Linha de crédito especial para Pequenas e Médias Empresas, com garantia mútua, criada no âmbito do protocolo celebrado entre a CGD, as Sociedades de Garantia Mútua, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) e a Sociedade de Investimento (SPGM).

Com um montante global de 1 000 milhões de euros, dos quais 600 milhões de euros se destinam a projetos QREN apresentados por cada PME, a Linha INVESTE QREN visa apoiar projetos de investimento aprovados no âmbito do QREN/SIAC, em complemento ao financiamento comunitário.

As principais vantagens desta Linha são:

- Financiamento em montantes elevados (até 4 milhões de euros);
- Prazos alargados (até 8 anos, com carência de 2 anos);
- Cobertura por garantia mútua (quando os beneficiários são PME), até 50% do financiamento;
- *Spreads* muito competitivos para este tipo de financiamento (médio e longo prazo);
- Comissões de garantia mútua totalmente bonificadas;
- Ausência de comissões bancárias.

Linhas de Crédito para os Sectores Agrícola, Pecuário e das Pescas:

Para apoiar o sector primário, a Caixa disponibilizou 222 milhões de euros, através de:

- Linha de Crédito PRODER/PROMAR – Com um montante global de 150 milhões de euros, esta linha de crédito oferece condições especiais para apoiar as operações de investimento aprovadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e do Programa Operacional de Pescas (PROMAR), cujo pagamento do apoio público é assegurado pelo IFAP, com um prazo total até 7 anos e um período de carência de capital até 2 anos.

- Linha de Crédito PRODER Intempéries Janeiro 2013 – Esta Linha visou dar resposta às condições climáticas adversas do inverno de 2013. Dirige-se aos

projetos de investimento destinados ao restabelecimento do potencial produtivo, com condições bancárias preferenciais.

- Linha de Crédito de Curto Prazo para Apoio à Agricultura, Silvicultura e Pecuária (Crédito de Campanha) – Protocoladas com o IFAP, foram favorecidas as condições de cálculo das bonificações.

Para a progressão na atividade da Caixa como "Banco das Empresas" tem contribuído de forma visível a consolidação do modelo de Serviço Caixa Empresas na rede de agências, o qual tem subjacente um conceito de serviço de gestão personalizado prestado aos clientes ENI, bem como às pequenas e microempresas. Este modelo materializa no Gestor de Cliente a vertente de relacionamento através duma abordagem integrada às necessidades empresariais e particulares dos seus clientes.

Serviço de gestão personalizado a ENI.

Em 30 de junho de 2013 estavam abrangidos por este modelo de serviço 24 445 clientes, com um volume de negócios de 3 677 milhões de euros.

Inovação em produtos e serviços

Ao longo deste semestre, no âmbito do apoio às empresas, merecem ainda destaque as seguintes soluções:

Inovação em produtos e serviços:
- Cartão Caixa Break.

Cartão Caixa Break

Cartão bancário pré-pago para empresas que se destina ao pagamento do subsídio de alimentação dos colaboradores.

Melhoria do serviço

Melhoria do serviço:
- Caixa E-banking;
- Solução Automóvel;
- Caixa Mais Tesouraria.

Caixa E-Banking

O Caixa *e-banking* é um serviço de internet *banking* para empresas e institucionais, que permite efetuar um vasto conjunto de consultas e operações bancárias. A empresa pode consultar a sua posição e executar operações (respeitando as condições de movimentação contratadas e atribuindo aos utilizadores apenas as permissões de movimentação das contas que lhes foram atribuídas para movimentação).

A Caixa continua a introduzir melhorias neste serviço através da disponibilização de novas funcionalidades, nomeadamente nos produtos de comércio externo.

Solução Automóvel

Através de crédito, *leasing* ou *renting*, a Caixa disponibiliza soluções financeiras mais adequadas para a gestão de frotas das empresas, tendo lançado, no 1º trimestre de 2013, uma campanha com condições especiais em *leasing* e *renting*.

O Caixa Leasing Auto é uma solução de *leasing* mobiliário para o financiamento da frota automóvel, financiando a 100% a compra de viaturas novas ligeiras de passageiros e/ou de mercadorias.

Sem necessidade de entrada inicial, a opção pelo CaixaRenting permite à empresa reduzir custos administrativos e eliminar tarefas relacionadas com a gestão da sua frota automóvel, acedendo, por exemplo, a uma gama de serviços associados como a gestão da manutenção automóvel de sinistros, a gestão oficinal, assistência 24 horas, seguros e serviços fiscais.

Caixa Mais Tesouraria

Solução que integra, num único produto, a gestão de fluxos de tesouraria, antecipando créditos sobre devedores e/ou garantindo pagamentos a fornecedores.

Na conjuntura atual, este instrumento revela-se essencial para uma gestão eficaz da carteira de clientes e fornecedores, com vantagens na redução do risco de crédito sobre clientes e possibilitando a antecipação automática e imediata de fundos a fornecedores.

Para apoiar as empresas em todas as vertentes da sua atividade, o reforço da dinâmica comercial assentou, uma vez mais, na atribuição de limites financeiros (com a simplificação na contratação e na aprovação das operações) sendo utilizável para apoiar a tesouraria, desconto comercial, emissão de garantias bancárias, *plafond* de cartões de crédito e aquisição de equipamento corrente.

Particulares

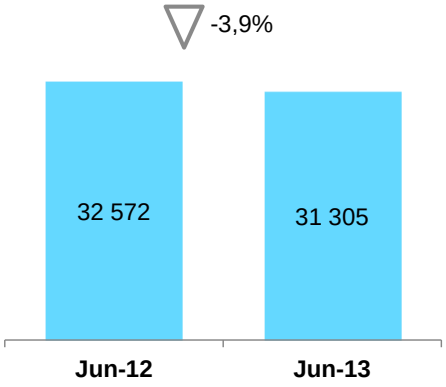
Diminuição do crédito hipotecário associada à ainda reduzida confiança da população portuguesa no futuro próximo da economia.

A redução observada no crédito a particulares resultou sobretudo do menor fluxo de novas operações de crédito hipotecário, decorrente da fragilidade da conjuntura atual, que se traduz nomeadamente no adiamento de algumas decisões de aquisição ou substituição de habitações, estando também associado a outros fatores de natureza mais estrutural, como o amadurecimento do mercado, os aperfeiçoamentos em curso na legislação do mercado de arrendamento e alterações do padrão comportamental da população portuguesa.

Assim, o saldo vivo do crédito à habitação concedido pela rede comercial em Portugal reduziu-se em 2% face a dezembro de 2012 e 3,9% em termos homólogos, atingindo 31 305 milhões de euros no final do 1º semestre de 2013.

GRÁFICO 6 - CARTEIRA DE CRÉDITO HABITAÇÃO - REDE COMERCIAL (PORTUGAL)

(milhões de euros)



Nas novas operações de crédito habitação assistiu-se a uma inversão do movimento decrescente observado em 2012.

Todavia, no que se refere a novas operações, assistiu-se no decurso da primeira metade do ano a alguma inversão do movimento decrescente observado em 2012, tendo-se realizado 2 815 novas operações correspondentes a um valor total de 216 milhões de euros (+10,8% face ao primeiro semestre de 2012), em resultado da alienação de ativos imobiliários na carteira da CGD.

Inscrita como uma das iniciativas do Programa de Racionalização Orgânico-Funcional da Caixa, a Otimização do Modelo de Gestão do Negócio Imobiliário resultou na integração num único órgão de estrutura – Direção de Financiamento e Negócio Imobiliário (DNI) – de um diversificado conjunto de funções e competências que se encontravam dispersas por um significativo leque de entidades no seio do Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo em vista facilitar a concretização de oportunidades de negócio, nomeadamente através de um melhor aproveitamento das sinergias existentes no seio do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

A acrescer às medidas que há muito a Caixa vem praticando para minimizar o risco de muitos dos seus clientes, atento o atual aumento da taxa de desemprego, o acentuado endividamento das famílias portuguesas e a consequente degradação do respetivo nível

de rendimentos, a que acresce o facto de a grande maioria dos contratos de financiamento se encontrar indexado à Euribor, a CGD apresentou em 2013, uma nova iniciativa no âmbito do crédito à habitação que assenta em três vetores de atuação, nomeadamente e sem que tal determine a obrigatoriedade de agravamento do *spread* das operações:

- Alargamento do prazo do empréstimo;
- Introdução de uma percentagem de diferimento do capital;
- Introdução de um período de carência.

Nova iniciativa no âmbito do crédito à habitação com base em 3 vetores principais:

- Alargamento do prazo do empréstimo;
- % de diferimento de capital;
- Introdução de um período de carência.

Para beneficiarem destas medidas de apoio adicionais, os clientes apenas terão de fazer prova de que foram alvo de uma redução no seu nível de rendimentos e que, após a aplicação de uma ou mais das medidas apresentadas, a sua taxa de esforço não se revele inferior a 30%.

Otimização da colocação em mercado de imóveis da carteira do Grupo CGD

Com o intuito de conter o aumento do *stock* de imóveis a integrar na carteira de imóveis do Grupo e potenciar o número de alienações, a Caixa tem disponibilizado um número alargado de canais, destacando-se:

- Plataformas de apoio à divulgação e colocação em mercado dos imóveis da carteira do Grupo CGD;
- *Newsletter* Caixa Imobiliário, em duas versões;
- *Corner* Imobiliário: presente em 25 agências (12 no Norte, 10 na zona da Grande Lisboa e 3 no Sul), para divulgação dos novos empreendimentos em comercialização, as campanhas em curso, a realização de leilões imobiliários, etc.
- Diferentes *sites* específicos como o www.liveinportugal.pt.

No âmbito da reabilitação urbana, atentos os objetivos da iniciativa Comunitária Jessica, desenvolvida pela Comissão Europeia, a CGD apresentou proposta para a gestão de um Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU).

A proposta da Caixa foi uma das selecionadas, cabendo-lhe a gestão do FDU Jessica/CGD que contempla os Programas Operacionais Regionais (POR) do Norte, Centro e Alentejo. Este FDU é o único veículo financeiro a nível nacional que possibilita a participação no capital de projetos de apoio à reabilitação e à regeneração urbana e gere cerca de 51 milhões de euros com origem comunitária, a que acrescem 127 milhões disponibilizados pela CGD, totalizando um valor global sob gestão de 178 milhões de euros.

Ainda no âmbito do FDU Jessica/CGD, de referir o lançamento de dois novos instrumentos de apoio à reabilitação e regeneração urbana: o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Cidades de Portugal” e o “Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Caixa Reabilita”.

No segmento do Crédito Pessoal ao Consumo (o qual representa apenas cerca de 2% do crédito CGD a Particulares), a Caixa implementou em 2013 um conjunto de soluções para prevenção e regularização de incumprimento no Crédito Pessoal, LDN e Cartões de Crédito, permitindo aos clientes a reestruturação de operações de crédito em vigor em função da sua capacidade financeira.

Verificou-se também a simplificação da oferta que se consubstanciou numa redução do número de produtos comercializáveis, 49% desde janeiro de 2010. A oferta encontra-se agrupada em 5 finalidades: formação, saúde, energias renováveis, automóvel e multifinalidades.

Em termos consolidados, o Crédito a Clientes (bruto) atingiu 77 109 milhões de euros no final de junho de 2013, valor inferior em 1 814 milhões (-2,3%) e 4 282 milhões (-5,3%) ao registado, respetivamente, no final de dezembro e de junho de 2012 (em base comparável). A CGD Portugal totalizou 60 201 milhões de euros e as restantes unidades do Grupo 16 908 milhões de euros, 78% e 22% do total do Crédito a Clientes.

TABELA 9 - CRÉDITO A CLIENTES - CONSOLIDADO [(a)]

(milhões de euros)

				Variação Jun/13 vs. Jun/12		Variação Jun/13 vs. Dez/12	
	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Empresas	36 519	35 751	35 065	-1 454	-4,0%	-686	-1,9%
Particulares	39 660	38 639	37 700	-1 960	-4,9%	-939	-2,4%
Habitação	37 322	36 387	35 611	-1 712	-4,6%	-776	-2,1%
Outros Fins	2 338	2 253	2 090	-249	-10,6%	-163	-7,2%
Setor Público Administrativo	5 212	4 534	4 344	-868	-16,6%	-190	-4,2%
Total	**81 392**	**78 924**	**77 109**	**-4 282**	**-5,3%**	**-1 814**	**-2,3%**

(a) Antes de imparidade.

Rede Internacional com atividade de crédito em expansão.

Os bancos localizados em África registaram, nos primeiros seis meses de 2013, um ligeiro crescimento de 0,2% no Crédito a Clientes, totalizando 2 439 milhões de euros. Salienta-se o BCI em Moçambique que registou um acréscimo de 71 milhões de euros (+7,3%) em relação a dezembro de 2012.

Em Macau, o crédito concedido pelo BNU aumentou 97,1 milhões de euros, +6,7% face ao final de 2012.

Na Europa, a Sucursal da CGD em França, país que não revela ainda sinais evidentes de recuperação, decresceu 309,8 milhões de euros (-7,9%). Também o crédito nas unidades do Grupo em Espanha continuou a decrescer em 2,4% e 6,3%, face a dezembro e junho de 2012, respetivamente.

Comparativamente a dezembro de 2012, verificou-se um reforço da quota de mercado do Grupo CGD no Crédito a Clientes, de 21,3% para 21,4% em junho de 2013, refletindo o aumento na quota de mercado no segmento de Empresas, para 17,6%. A quota de crédito à habitação manteve-se em 26,6%.

TABELA 10 - CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL) [(a)] POR SEGMENTO DE CLIENTES

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Empresas	16,8%	17,3%	17,6%
Particulares	23,5%	23,6%	23,6%
Habitação	26,6%	26,6%	26,6%
Outros Fins	9,1%	9,1%	9,2%
Setor Público Administrativo	34,2%	34,3%	33,6%
Total	**21,1%**	**21,3%**	**21,4%**

(a) Atividade em Portugal e incluindo os créditos titularizados.

CANAIS ELETRÓNICOS

Self-Service

No período, a rede de *self-service* da Caixa, constituída por 4 781 equipamentos, efetuou 134,9 milhões de operações e movimentou 7,95 mil milhões de euros, i.e., cerca de 43 milhões euros/dia.

A rede privativa CAIXAUTOMÁTICA, com 2 442 equipamentos, caixas automáticos e atualizadores de caderneta, foi responsável por 66,5 milhões de operações e movimentou 4,27 mil milhões de euros. A rede Multibanco gerida pela Caixa, com 2 339 equipamentos, realizou 68,3 milhões de operações e movimentou perto de 3,7 mil milhões de euros.

Alargamento no 1º semestre da nova plataforma de canais não presenciais aos clientes empresa.

Canais não presenciais

Destaca-se o alargamento, no primeiro semestre de 2013, da nova plataforma de canais não presenciais aos clientes empresa, a qual suporta agora, para além do funcionamento dos canais telefone, *online, mobile* e *sms* do serviço Caixadirecta de particulares, também o funcionamento dos canais *on-line* e *mobile* do serviço Caixa *e-banking* para empresas.

Através do canal telefone do Serviço CaixaDirecta, foram realizados 1,8 milhões de contactos. As chamadas recebidas – atividade de *inbound,* ultrapassaram os 519 000. Quanto à atividade de *outbound*, foram efetuadas cerca de 1,1 milhões de chamadas e contactados cerca de 146 mil clientes.

As agências à distância, focalizadas no acompanhamento e na gestão de clientes (universitários, recém licenciados e residentes no estrangeiro) servem já cerca de 120 000 clientes, com um volume de negócio correspondente a 1 000 milhões de euros.

O serviço Caixadirecta *on-line*, manteve a tendência de crescimento ao nível do montante de operações, em cerca de 1,68% face ao período homólogo.

Caixa e-banking

O *Caixa e-banking é o serviço de Internet banking* para empresas e clientes institucionais. A sua utilização cresceu 0,36%, medida pelo montante de operações realizadas. O número de contratos ativos cresceu 10,02%.

Caixa manteve liderança do mercado nacional na componente de emissão de cartões, com uma quota de mercado de 25,9%.

MEIOS DE PAGAMENTO

A CGD manteve a liderança do mercado nacional na componente de emissão de cartões, de débito, pré-pagos e de crédito, com uma quota de mercado de 25,9%, em junho de 2013, (24,3% em junho de 2012), apesar da difícil conjuntura.

Relativamente ao *Acquiring*, a Caixa manteve a sua orientação estratégica de dinamização e incentivo à utilização dos meios de pagamentos eletrónicos reforçando o seu posicionamento no mercado nacional. O serviço *netcaixa*, que consiste na oferta global e integrada de aceitação de cartões nacionais e estrangeiros das marcas Multibanco, Visa e Mastercard, nas vertentes de débito e crédito em Terminais de Pagamento Automático apresenta um crescimento sustentado, com um aumento de quota de mercado de 11,6% para 12,2% em termos homólogos.

Cartões

Foi dada continuidade ao investimento na melhoria dos serviços prestados, em campanhas e outras ações de captação e de fidelização de clientes, lançaram-se novos produtos e precedeu-se à alteração do portfólio dos cartões existentes.

Tendo em vista o aumento da base de clientes com cartões da CGD, e o aumento da utilização, dinamizaram-se os mecanismos de melhoria e eficácia dos custos.

Desenvolveu-se uma nova ferramenta de comunicação destinada a aumentar a conveniência e a segurança na utilização quotidiana dos cartões – Alertas de Cartões da Caixa – que consiste num conjunto de comunicações específicas dos cartões da Caixa, enviadas por *e-mail* diretamente para os endereços constantes na Base de Dados de clientes titulares de cartões de crédito. Inicialmente esta ferramenta será utilizada apenas para informar os clientes titulares de cartões de crédito sobre a situação de limite de crédito excedido. Posteriormente será alargado a comunicações sobre prevenção do incumprimento, alerta de fraude e emissão/cancelamento de cartões.

Continuaram a ser desenvolvidas ações e campanhas proactivas de comunicação e de dinamização para promover a adesão e a intensificação da utilização seletiva dos cartões e a utilização do crédito, apostando na angariação de novos clientes, na definição de novos atributos, em novos segmentos e em novas funcionalidades, diferenciando-se a oferta e os canais.

No plano das campanhas de fidelização e de dinamização de produtos/funcionalidades, realizadas no decurso do 1º semestre de 2013, destacam-se:

Investimento na melhoria dos serviços prestados em ações/campanhas de captação/fidelização de clientes.

- Arredondamento – (de 2012/12/01 a 2013/01/31) - Com o objetivo de estimular a poupança através da utilização dos meios de pagamento da CGD, todos os clientes com funcionalidade de arredondamento ativa e associada aos cartões de crédito particulares (exceto o cartão *Made By*) e cartões de débito diferido particulares (exceto o cartão Caixautomática) e que aforraram, por esta via, um valor mínimo de 10 euros nos extratos de dezembro e janeiro, habilitaram-se à oferta de 100 euros mensais na sua conta poupança, durante 1 ano.
- Pagamentos fracionados – (de 2012/12/01 a 2013/01/31) – Permitiu a transferência do saldo em dívida dos cartões para pagamentos fracionados, no prazo de 12 meses.
- Cartões MasterCard 2013 – (de 2013/03/20 a 2013/05/10) – Ao titular do cartão de crédito MasterCard com maior valor de compras, no período da Campanha foi oferecido 1 bilhete duplo para a final da Liga dos Campeões Europeus (*Champions League*), incluindo viagem e estadia para 2 pessoas. Aos 50 titulares de cartão MasterCard com maior valor de compras, no referido período, foram atribuídas 50 Playstation 3.
- *Cash Lovers* – (de 2013/01/01 a 2013/05/31) – Ação de marketing direto que teve como alvo clientes particulares com idade compreendida entre 18 e 69 anos, detentores apenas de um cartão de débito efetivo, e que, entre janeiro e maio de 2013, realizaram levantamentos em ATM num montante igual ou superior a 2 500 euros e não fizeram nenhuma compra. Esta ação compreende a atribuição de prémios àqueles que realizaram compras, incentivando a utilização dos cartões em compras, em detrimento dos levantamentos, numa lógica de conveniência.

Reconhecimento externo da atividade da Caixa

Tal como aconteceu nos exercícios anteriores, a CGD voltou a ser finalista de um concurso internacional, o "RETAIL BANKER INTERNATIONAL AWARDS 2013", na Categoria “Best Payment Innovation”.

4.2. CRÉDITO ESPECIALIZADO

SETOR DO CRÉDITO ESPECIALIZADO EM PORTUGAL

O setor da locação financeira em Portugal cresceu 1,6%, face ao período homólogo, com variações distintas para o leasing imobiliário (+15,0%) e para o leasing mobiliário (-9,2%).

O setor do factoring, não obstante as suas características de apoio à tesouraria, contraiu a sua atividade em 6,5%.

O setor da locação financeira cresceu 1,6% face ao período homólogo.

TABELA 11 - PRODUÇÃO DO SETOR DO CRÉDITO ESPECIALIZADO NO SEMESTRE

(milhões de euros)

	Jun/12	Jun/13	Var. (%)
Leasing imobiliário	230,1	264,6	15,0%
Leasing mobiliário	503,7	457,5	-9,2%
Factoring [(a)]	11 586,4	10 832,8	-6,5%

Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting.
(a) Valores provisórios (junho 2013).

CAIXA LEASING E FACTORING

A Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (CLF), representa o Grupo CGD no setor do crédito especializado, desenvolvendo a sua atividade nos setores da locação financeira (leasing imobiliário e leasing mobiliário), do factoring e do crédito ao consumo.

A concessão de novo crédito, no primeiro semestre, sofreu uma redução de 17,2% no leasing imobiliário,14,1% no factoring e 21,1% no crédito ao consumo; Contrariamente aos outros produtos, o leasing mobiliário cresceu 1,4%.

Caixa Leasing e Factoring (CLF) representa o Grupo CGD no setor do crédito especializado.

TABELA 12 - PRODUÇÃO NO GRUPO CGD

(milhões de euros)

	Jun/12	Jun/13	Var (%)
Leasing imobiliário	32,0	26,5	-17,2%
Leasing mobiliário	62,6	63,5	1,4%
Total Leasing	**94,6**	**89,9**	**-4,9%**
Factoring	**1 085,7**	**933,1**	**-14,1%**
Crédito ao consumo	**2,4**	**1,9**	**-21,1%**
Da qual:			
Financiamento automóvel [(a)]	**17,3**	**23,0**	**32,8%**
Leasing mobiliário	15,5	21,5	38,9%
Crédito ao consumo	1,8	1,5	-18,7%

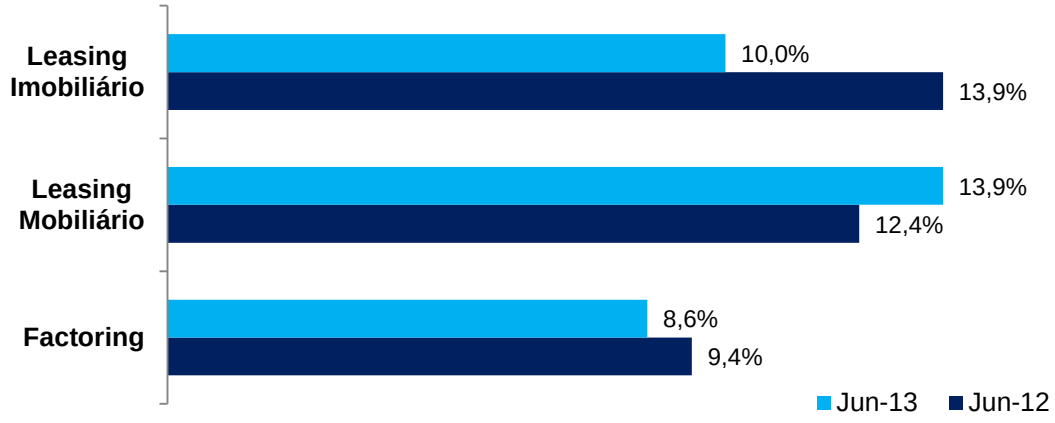
(a) Viaturas ligeiras.

Em termos de posicionamento no mercado, a Sociedade ocupa a quarta posição no leasing imobiliário (terceira posição em junho de 2012), com uma quota de mercado de 10% (13,9% em junho de 2012) e mantém a liderança no leasing mobiliário, com uma quota de 13,9% (12,4% em junho de 2012). No factoring, a CLF ocupa a quarta posição no *ranking* do setor (igual posição em junho de 2012), com uma quota de mercado de 8,6 % (9,4 % em junho de 2012).

Ranking do setor:

- Leasing imobiliário: 4º lugar (10,0%);
- Leasing mobiliário: 1º lugar (13,9%);
- Factoring: 4º lugar (8,6%).

GRÁFICO 7 - QUOTAS DE MERCADO DO GRUPO CGD



Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting

O ativo líquido da Caixa Leasing e Factoring diminuiu 16%, em resultado do decréscimo de 18,1% na carteira de crédito a clientes (líquida de provisões).

TABELA 13 - PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS DA CLF

(milhões de euros)

	Jun/12	Jun/13
Ativo líquido	2 956,3	2 482,9
Créditos sobre clientes	3 005,5	2 534,0
Provisões para créd. vencido, cobrança duvidosa e crédito ao exterior (saldos)	-173,4	-207,3
Capitais próprios	99,4	57,7
Resultado líquido	-27,5	-29,8
Capital Social	10,0	10,0
% do Grupo	51%	51%
Nº de colaboradores ao serviço [(a)]	191	187

(a) Nº de Colaboradores ao serviço = Colaboradores no quadro + Contratados a termo + Cedências à CLF – Cedências ao Grupo

A margem financeira e produto bancário decresceram 13,4% e 22,6%, respetivamente. O aumento das provisões associadas ao incumprimento do crédito a clientes originou um valor de 31,8 milhões de euros na rubrica de correção de valores associadas ao crédito (líquida de reposições e de anulações) e, consequentemente, um Resultado Liquido negativo em 29,8 milhões de euros.

4.3. ATIVIDADE INTERNACIONAL

O desenvolvimento da atividade internacional constitui um dos principais vetores da política seguida pelo Grupo CGD, tendo a respetiva importância vindo a ser gradualmente reforçada pela presente situação e perspetivas da economia portuguesa. A quebra do rendimento disponível das famílias, a ainda fraca expetativa de progressão da procura doméstica e o imperativo de desenvolvimento sustentado do setor de transacionáveis constituem, entre outros, fatores determinantes para que o negócio transfronteiriço se revista de elevada prioridade estratégica no Grupo CGD.

Reforço da importância estratégica da Atividade Internacional.

Esta vertente de atividade tem vindo assim a desenvolver-se de forma estruturada e deverá contribuir para um retorno tão rápido quanto possível a níveis de rentabilidade consolidada do Grupo em linha com a respetiva posição de referência no País.

A política de expansão e consolidação do negócio internacional da rede global CGD é, aliás, consonante com o cumprimento do objetivo do Grupo, atualmente de acrescida importância, de promoção e reestruturação da atividade produtiva e de criação do emprego em Portugal.

Constitui missão estratégica da CGD o apoio ao empreendedorismo, à inovação e internacionalização das empresas com elevado potencial de crescimento, exportadoras e dos setores estratégicos da nossa economia, bem como à atualização tecnológica em setores tradicionais e a promoção de setores emergentes da economia.

O Grupo CGD está presente em múltiplas latitudes através de participações no capital ou na gestão de entidades instaladas em países com os quais Portugal tem afinidade histórica, cultural ou linguística, em quase todos os países de expressão oficial portuguesa e em alguns dos principais corredores comerciais internacionais.

O Grupo CGD está presente ou representado em 4 continentes, através de sucursais, filiais, participadas, escritórios de representação e representantes: 9 Sucursais Bancárias (localizadas em Nova Iorque, França, Luxemburgo, Londres, Zhuhai/China, Timor Leste, Ilhas Caimão, Espanha e Macau), 8 Filiais (em 7 países: Espanha, Macau/China, Moçambique, Angola, Cabo Verde, África do Sul e Brasil), 1 Participada (São Tomé e Príncipe) e 8 Escritórios de Representação (situados na Bélgica, Alemanha, Canadá, Suíça, Venezuela, México, Índia e Xangai/China) e uma Representação na Argélia.

Os mercados geográficos definidos como prioridade estratégica para o desenvolvimento internacional do Grupo CGD são os de destino das exportações das empresas portuguesas onde se verificam visíveis ritmos de crescimento económico, a saber: (i) o mercado Africano, com destaque para Moçambique (onde a CGD tem o controlo do segundo maior banco do sistema financeiro – o Banco Comercial e de Investimentos), Angola (através do Banco Caixa Geral Totta de Angola) e África do Sul (através do Banco Mercantile); (ii) o mercado Brasileiro, através do Banco Caixa Geral-Brasil; (iii) o mercado Asiático, através do Banco Nacional Ultramarino.

A Caixa tem assumido um ativo posicionamento no apoio à internacionalização das empresas portuguesas, contribuindo para o aumento da sua capacidade exportadora e competitividade, bem como no apoio às comunidades de portugueses geograficamente dispersas e com relevante papel na captação de recursos.

Apoio à internacionalização e à competitividade das melhores empresas portuguesas.

Dando resposta a este desafio, no 1º semestre de 2013, a Caixa continuou o esforço de qualificação de meios e recursos à disposição das equipas dedicadas a esta vertente do negócio, nomeadamente Gestores de Negócio Internacional e *Pivots* de Mercado, com vista ao incremento da interação entre toda a rede (doméstica e internacional), permitindo o levantamento e exploração de novas oportunidades de negócio internacional e de comércio externo.

Aumento e reforço da qualificação dos elementos dedicados ao negócio internacional.

É de relevar, neste contexto, a atividade desenvolvida pelas *Desks* Internacionais, localizadas em mercados prioritários, com vista a uma maior interação com as diversas Unidades do Grupo no exterior. Além das *Desks* já existentes no BNU Macau, BCG Espanha, Suc França e Suc NY, também o BCG Brasil e o Mercantile Bank da África do Sul contam com interlocutores privilegiados para o negócio bilateral de Empresas, estando em curso a implementação de estruturas semelhantes no BCGT Angola e BCI Moçambique, para dedicação exclusiva a esta atividade de dinamização.

A CGD produz e divulga ainda Manuais de Mercado para as empresas interessadas em conhecer as oportunidades e o leque de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo nos diversos mercados. Estes instrumentos visam a divulgação da capacidade do Grupo CGD em apoiar e dinamizar o desenvolvimento dos negócios dos nossos clientes.

Desempenho muito favorável das unidades da Ásia e África.

Prosseguindo esta estratégia, o Grupo deverá aumentar o número e volume de operações cruzadas entre a CGD e as Unidades no Exterior, sendo dirigida sobretudo a clientes que exportem para mercados com presença do Grupo, devendo em paralelo permitir a captação de novos clientes com atividade internacional.

Neste âmbito a extensa rede internacional do Grupo tem grande valia sobretudo no potencial de desenvolvimento de fluxos comerciais e de investimento entre Portugal e áreas geográficas que constituem hoje importantes polos de crescimento à escala mundial e onde a Caixa mantem importantes presenças.

Novos polos de desenvolvimento como a India, Canadá e Argélia.

A Caixa tem vindo também a dirigir a sua estratégia de negócio internacional no sentido de novos polos como a Índia, Canadá e Argélia. O primeiro centrado na penetração, ainda incipiente mas promissora, de empresas e exportações portuguesas naquele mercado, bem como no desenvolvimento do negócio entre a Índia e outros territórios com presença CGD, nomeadamente a China. O segundo por ora mais vocacionado para a captação de recursos de não residentes, através de uma relação de maior proximidade. O mercado argelino, por sua vez tem sido um importante polo de atração para empresas portuguesas.

O impulso crescente conferido ao negócio internacional, não se traduz por ora em sinais evidentes ao nível dos resultados globais, os quais continuam a ser penalizados pela presença CGD em Espanha, operação em fase de redimensionamento e reestruturação. A situação do país a nível económico e setorial tem determinado valores anormalmente elevados de provisionamento com os consequentes efeitos negativos sobre a rentabilidade do Grupo naquele país.

Importância do negócio ibérico conduz a reestruturação da rede e do modelo de atividade na península.

O negócio ibérico continua a ser, no entanto, da maior relevância para a Caixa e para o país, razão pela qual é um objetivo imediato e prioritário do Grupo a reestruturação e dinamização da respetiva atividade e presença em Espanha. Este processo que está já a consubstanciar-se num visível redimensionamento traduzir-se-á igualmente num renovado modelo de negócio a ter lugar numa rede ibérica integrada resultante da expansão natural da rede doméstica CGD ao mercado espanhol.

TABELA 14 - CONTRIBUTO DA ÁREA INTERNACIONAL PARA O RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

(milhões de euros)

	Jun-12	Jun-13	Variação
Filiais África e Ásia	35,6	43,4	7,8
Outras Filiais e Sucursais	-47,2	-97,9	-50,8
Total Internacional	**-11,6**	**-54,6**	**-43,0**
Total Internacional, excl. Espanha	**55,6**	**35,8**	**-19,9**

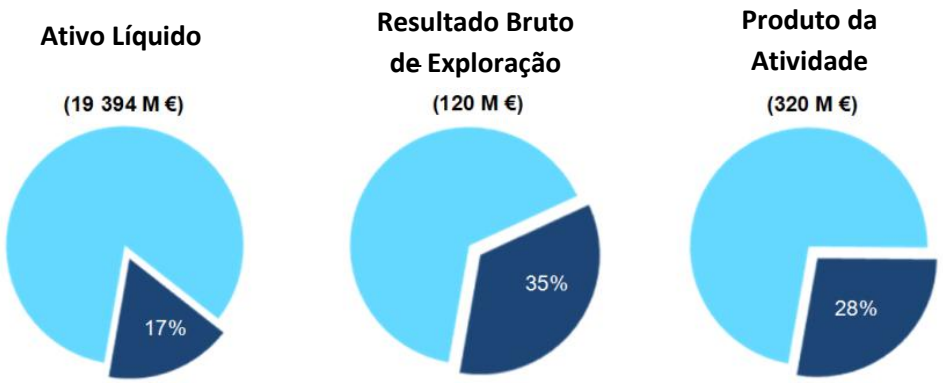
O contributo para o resultado líquido consolidado do Grupo foi, deste modo, ainda

negativo situando-se no final do semestre em -54,6 milhões de euros em termos globais. Excluindo Espanha, este contributo é positivo e de 35,8 milhões de euros, valor que compara com 25 milhões de euros no primeiro trimestre de 2013 e 55,6 milhões de euros no semestre homólogo de 2012.

Grupo CGD tem tido crescente enfoque em regiões de elevado potencial de crescimento.

Confirmando a estratégia seguida pelo Grupo de crescente enfoque em regiões de elevado potencial de crescimento, continuam a verificar-se importantes contributos para os resultados líquidos das unidades do Grupo na Ásia, com o BNU Macau a apresentar lucros no semestre de 18,7 milhões de euros, em África, com o BCI Moçambique a contribuir com 6,9 milhões de euros (correspondentes à participação de 51%), o BCG Totta Angola com 7 milhões de euros (participação de 26,01%) e o Mercantile da África do Sul com 6 milhões de euros. Na esfera dos chamados mercados maduros, merece uma referência especial o bom desempenho da Sucursal de França traduzido num resultado líquido de 8,7 milhões de euros no final do primeiro semestre.

GRÁFICO 8 - CONTRIBUTO DA ÁREA INTERNACIONAL



Contributo da área internacional:
- 28% da Produto da Atividade;
- 35% do Resultado Bruto de Exploração.

Não obstante a área internacional representar apenas cerca de 17% do total dos ativos do Grupo, o seu contributo para o Produto da Atividade e Resultado Bruto de Exploração, de 28% e 35%, respetivamente, constituem indicadores da eficiência do segmento internacional da Caixa.

No sentido de dinamização da atividade internacional e de uma maior penetração junto de comunidades ligadas a esta vertente de atividade, realizaram-se diversas ações, em concertação com entidades como a Tektónica, o AICEP e a AERLIS, em Moçambique, Africa do Sul, Marrocos, Cabo Verde, República Popular da China e Argélia, com destaque para:

- Deslocação a Marrocos, em abril, ao Salão Internacional da Agricultura (SIAM), no âmbito da Visita da Ministra do Mar, do Ambiente e do Ordenamento da Território, em que participaram empresários portugueses e se efetuaram contactos com empresários locais relevantes para a internacionalização das empresas e produtos portugueses;
- Participação no II Fórum CGD IPDAL subordinado ao tema “Oportunidades de negócio na América Latina” realizado em maio, que privilegiou o contacto direto entre empresários nacionais e embaixadores de 12 países, para empresas que pretendam ampliar o seu negócio para o outro lado do Atlântico, esclarecendo-as acerca do ambiente de negócio em cada um destes países;
- Participação na Missão Empresarial ao México, em junho, que contou com a presença de empresários portugueses, tendo sido efetuados contactos com entidades locais e reforçadas as relações comerciais com as empresas portuguesas já instaladas;
- ABC Mercado Moçambique, em parceria com a AICEP Portugal Global, que decorreu em junho e visou o desenvolvimento da capacitação das empresas

portuguesas a operar neste país ou a preparar a sua entrada no mesmo, através da divulgação dos obstáculos e potencial do mercado. A partilha de experiências de quem já opera no mercado, e é bem-sucedido, serve de facilitador do processo de internacionalização;

- Assinatura de um Acordo de Cooperação entre o *Mercantile Bank* e a *Gauteng Growth and Development Agency* (GGDA), em junho, para apoiar as empresas portuguesas que pretendam investir ou reforçar investimentos na África do Sul. A GGDA visa promover o desenvolvimento da economia e a competitividade em diversas áreas e projetos na região;
- Acompanhamento de diversas empresas na abordagem aos mercados, essencialmente na componente de exportação e acompanhamento no relacionamento institucional com diversas entidades, a exemplo da COSEC.

CGD tem procurado desenvolver e melhorar a oferta de Comércio Externo para os seus clientes.

Para aproveitar as sinergias provenientes da relação com Bancos e Instituições Financeiras de todo o globo, a CGD tem procurado desenvolver e melhorar a oferta de Comércio Externo para os seus clientes. Neste âmbito, concretizou-se a adesão à plataforma *International Business Network* (IBN), desenvolvida e gerida pelo *European Savings Bank Group*, que vai permitir oferecer uma solução *end-to-end* de abertura de conta para os clientes PME em diversos mercados.

Comunidade não residente dá novos sinais de confiança e lealdade à CGD.

Complementarmente, a relevância do negócio dos clientes particulares residentes no estrangeiro, acrescida pelos novos fluxos de emigração, justifica a especial atenção que a Caixa tem vindo a dedicar a este segmento, A captação de fundos tem registado uma evolução positiva apesar da perceção desfavorável do risco soberano, confirmando a confiança que o Grupo tem também junto deste universo de clientes.

No 1º semestre de 2013 registou-se um reforço da captação total dos Residentes no Estrangeiro de 0,4% e um crescimento de 2,9% do número de clientes. Também as remessas recebidas apresentam uma tendência de crescimento, alinhada com a evolução apresentada nas Estatísticas de Balança de Pagamentos do Banco de Portugal. Os maiores crescimentos têm origem sobretudo na Suíça, França, Alemanha e Reino Unido, sendo também relevante a contribuição dos clientes residentes em Angola e Brasil.

Os novos fluxos de emigração, decorrentes essencialmente das atuais dificuldades no mercado de trabalho português, constituem um desafio ao qual a Caixa tem vindo a responder de forma consistente. Neste período, a Caixa incrementou o *cross-selling* entre particulares e empresas, ciente da importância de uma abordagem comercial global aos seus clientes e da satisfação plena das suas necessidades.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS UNIDADES NO EXTERIOR

O setor financeiro espanhol continua o processo de reestruturação da carteira de ativos e de racionalização de meios e estruturas bancárias, sob pressão da União Europeia e do Banco de Espanha. Foi criada uma sociedade de gestão de ativos imobiliários (SAREB) para receber os ativos tóxicos das entidades bancárias que beneficiaram da capitalização com fundos europeus, ou que entraram no capital da entidade.

Espanha é o 1º cliente e o 1º fornecedor comercial de Portugal e, de acordo com dados do INE, há 4,9 mil empresas portuguesas exportadoras para Espanha.

O **Banco Caixa Geral (BCG)** apoia os empresários com negócios peninsulares através de crédito e serviços, agilizando também o respetivo negócio com outras áreas geográficas em que o Grupo está presente. No primeiro semestre de 2013 os clientes ibéricos aumentaram mais de 3% e os empréstimos e avales concedidos a clientes que trabalham em Portugal e Espanha aumentaram 49%, enquanto os recursos captados cresceram 26%.

O BCG possui uma rede de 172 agências que cobrem particularmente as regiões espanholas com relações mais significativas com Portugal, nomeadamente Madrid, Galiza, Estremadura, Castilha-Leão e Catalunha.

O enquadramento económico em que o Banco Caixa Geral opera, de profunda recessão, e os consequentes efeitos sobre a rentabilidade do sector bancário, levaram o Grupo a por em prática um profundo processo de redimensionamento e restruturação de toda a sua presença em Espanha.

Grupo CGD pôs em prática um profundo processo de redimensionamento e restruturação de toda a sua presença em Espanha.

Os objetivos do Banco passam por continuar a ajustar o seu balanço, estrutura de custos e modelo de negócio à nova realidade competitiva da banca espanhola, nomeadamente reduzindo a taxa de dependência do financiamento do Grupo por via da captação de depósitos e de um crescimento seletivo da carteira de empréstimos focado no segmento das PME, nomeadamente com negócio ibérico, acompanhado pela redução da restante carteira.

No primeiro semestre registou um aumento significativo dos depósitos que cresceram 13% e uma diminuição de 4,3% do crédito liquido. O nível de incumprimento aumentou, tal como em toda a Banca espanhola, como consequência de problemas em algumas grandes empresas espanholas. A taxa de mora subiu para os 7,65%, mantendo-se, no entanto, consideravelmente abaixo da média do setor (11,2% em abril).

França cresceu 0,2% em 2012 e para 2013 o acréscimo esperado é de 0,8%, ainda sob o impacto da crise que afeta a zona euro.

As relações bilaterais de Portugal com França são muito importantes com o país a ocupar a 3ª posição no *ranking* cliente/fornecedor. Cerca de 5,7 mil empresas em Portugal importaram produtos de França e há 3,6 mil empresas exportadoras portuguesas a operar neste país, sendo algumas do grupo das 50 maiores empresas portuguesas.

Há uma extensa comunidade de lusodescendentes a residir em França e de acordo com dados dos primeiros cinco meses do ano, publicados pelo Banco de Portugal, as remessas de emigrantes provenientes de território francês ascendem a 357,3 milhões de euros.

A **Sucursal da CGD em França** está vocacionada para o mercado natural da comunidade portuguesa em França, servindo também outras comunidades com particular enfoque para as lusófonas, e apoiando as empresas portuguesas que desenvolvem a sua atividade em França.

Sucursal de França:

- Vocacionada para o mercado natural da comunidade portuguesa em França;
- Promove o negócio bilateral entre Portugal e França.

Como resultado da contração da atividade no mercado altamente concorrencial em que opera, a Sucursal reduziu o crédito concedido (-3,5%) e os depósitos de clientes (-2,5%), tendo as remessas para Portugal ascendido a 143,5 milhões de euros no primeiro semestre do ano.

Sempre atenta às necessidades dos seus clientes naturais e de proximidade, a Sucursal continuou a alargar a sua rede na região parisiense com a abertura de mais uma agência em *Boulogne Billancourt*, nos arredores de Paris.

A Sucursal está, por outro lado, empenhada na promoção do negócio bilateral entre Portugal e a França e contribui, de forma ativa, para a promoção da venda de imóveis do Grupo CGD no mercado francês, tendo estado presente, pela segunda vez, no Salão do Imobiliário Português em Paris.

A **Africa subsariana** é a segunda região com crescimento mais acelerado, a seguir à Asia, com um acréscimo de 5% no PIB em 2012.

Em **Angola** o produto cresceu 5,8% em 2012 e prevê-se que cresça 8,3% em 2013. A riqueza produzida no país continua associada à exploração de recursos naturais, com o petróleo a contribuir em 46% para o PIB e 96% das exportações. Os diamantes e as

indústrias extrativas em geral também aumentaram a produção, impulsionadas pelos preços crescentes no mercado internacional.

No sector terciário, as telecomunicações e os serviços financeiros registam também um crescimento robusto. As indústrias da tecnologia de comunicação e informações de Angola estão em rápida expansão, com o uso de telemóveis e de internet a crescer constantemente, servindo já cerca de 52% e de 12% da população, respetivamente. O sector financeiro continua a desenvolver-se, com o mercado de crédito a crescer cerca de 50% ao ano durante os últimos cinco anos.

Portugal constitui o principal fornecedor de Angola, sendo responsável por um quinto das importações.

O sector transformador de Angola continua reduzido e representa menos de 6% do PIB, com as importações de bens de capital e de consumo a responderem a uma procura interna em expansão, por efeito do aumento sustentados do rendimento *per capita* e da crescente urbanização.

Portugal é o principal fornecedor de Angola, responsável por um quinto das importações, asseguradas por mais de dez mil empresas portuguesas.

O **Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA)** tem por foco estratégico a banca de empresas e clientes particulares de gama alta. Neste sentido, de salientar que o BCGTA aderiu ao programa "*Angola Invest*", estando em condições de oferecer um produto competitivo e diferenciador de apoio às pequenas e médias empresas angolanas.

Foco estratégico do BCGTA: banca de empresas e clientes particulares de gama alta.

No primeiro semestre de 2013, o Banco prosseguiu a sua política de acompanhamento do negócio dos clientes do Grupo CGD, quer em termos de apoio ao investimento em Angola, quer no que respeita ao comércio externo entre os dois países e entre Angola e outras geografias onde existem presenças do Grupo. A implementação em curso de um *Desk Internacional* exclusivamente dedicada a esta atividade vai potenciar a dinamização do negócio cruzado e a internacionalização das empresas.

Moçambique pode tornar-se o principal fornecedor de energia da África austral, dadas as reservas abundantes em gás natural e carvão. O país possui também outros recursos naturais a exemplo de ouro, pedras preciosas, bauxite e pescas.

Na última década a economia tem crescido a uma taxa média anual superior a 7%, prevendo-se 8,5% para 2013, com o suporte de grandes projetos ligados ao alumínio, energia elétrica, gás natural, titânio e carvão.

A OCDE adianta que a extensão das reservas de gás encontradas justifica a construção de uma unidade produtiva de grandes dimensões de gás liquefeito em Moçambique. Se as estimativas estiverem corretas, o país tem a quarta maior reserva de gás natural do mundo, a seguir à Rússia, Irão e Qatar, e está bem posicionado para vir a abastecer de matérias-primas os mercados emergentes do Brasil, Índia e China.

A prosperidade futura de Moçambique é consensual entre os analistas económicos internacionais e, recentemente, um relatório da *Economist Intelligence Unit* coloca-o entre os países com maior potencial em África. Embora as descobertas de gás tenham ainda um impacto reduzido na atividade económica, no médio/longo prazo podem vir a alterar completamente os contornos de desenvolvimento económico, social e humano do país.

No contexto dos PALOP, Moçambique é o 3º cliente de Portugal, a seguir a Angola e Cabo Verde, e o 2º fornecedor a seguir a Angola. Cerca de duas mil empresas portuguesas exportam para Moçambique e sete dezenas importam bens daquele país. Portugal é um dos principais investidores em Moçambique: em 2010 foi o 1º e em 2011 desceu para 3º, a seguir à China e África do Sul. Entre as 100 maiores empresas moçambicanas, 28 têm capital português.

O **Banco Comercial e de Investimentos (BCI)** é o segundo maior banco de Moçambique, destacando-se no sector bancário da região pela sua reconhecida

credibilidade, pelo esforço contínuo e bem-sucedido de inovação e pela adoção de práticas de inclusão social, nomeadamente pelo contributo dado ao aumento dos níveis de bancarização da população.

O Banco dispõe de uma rede comercial significativa, com cobertura nas várias regiões do país e apresenta conceitos inovadores na abordagem aos seus clientes, como a criação de Centros Integrados de Negócios que reúnem, num mesmo local, uma agência universal do BCI, um Centro BCI *Corporate* e um Centro BCI Exclusivo. A marca BCI é reconhecida como um banco moçambicano, que valoriza a cultura nacional, a tradição e o desenvolvimento sustentável do país, associada aos valores de solidez e confiança do Grupo CGD.

BCI dispõe de uma rede comercial significativa.

Durante o primeiro semestre de 2013, o BCI recebeu, pela 4ª vez nos últimos cinco anos, diversos prémios da *PMR.africa*, entre os quais o *Diamond Arrow Award*, enquanto primeiro classificado na categoria "Banca de Empresas (*Business Banking*)", o *Diamond Arrow Award*, como primeiro classificado na categoria "Banca de Particulares "(*Personal Banking*)" e o *Diamond Arrow Award*, como primeiro classificado na categoria "Empresas/Instituições que demonstram excecionais qualidades de Gestão e Governação Corporativa em Moçambique".

BCI recebeu pela 4ª vez nos últimos 5 anos diversos prémios da *PMR.africa*.

Cabo Verde inclui-se no grupo dos países africanos mais estáveis em 2013-2014 e o *Outlook* para a economia do arquipélago mantém-se favorável.

O governo tem por estratégia a atração de investimento interno e externo para o turismo, cultura e setor financeiro, bem como para *clusters* ligados ao mar (pescas, transportes e oceanografia), céu (transportes aéreos) e novas tecnologias. Projeções do FMI para o turismo indicam que as receitas deverão crescer mais de 110%, entre 2009 e 2016, ultrapassando 400 milhões de euros em 2016 (45% das exportações de bens e serviços), num setor que absorve 14% do emprego total. No contexto dos PALOP, Cabo Verde é o 2º cliente de Portugal, a seguir a Angola, e o 3º fornecedor, depois de Angola e Moçambique. Neste contexto, 2,8 mil empresas em Portugal exportaram para Cabo Verde e cerca de oito dezenas importaram bens deste país.

A conjuntura económica e financeira desfavorável da Zona Euro tem condicionado o financiamento da economia cabo-verdiana, por via da redução das exportações de mercadorias, das remessas dos emigrantes, da ajuda orçamental e, sobretudo, do investimento direto estrangeiro.

O cenário de conjuntura recessiva refletiu-se na atividade comercial dos bancos do Grupo CGD em Cabo Verde, o **Banco Comercial do Atlântico** e o **Banco Interatlântico**.

BCA e Banco Interatlântico sentiram efeitos da conjuntura recessiva na sua atividade.

O **Banco Comercial do Atlântico (BCA)** é considerado o banco de referência a nível nacional e na diáspora, com uma presença forte nos principais mercados de emigração cabo-verdiana. O Banco registou um ligeiro crescimento de 3,2% da carteira de crédito líquida em relação a dezembro 2012.

O **Banco Interatlântico** registou um ligeiro crescimento de 1% na carteira de crédito líquido a clientes mas, em resultado da situação económica, continuou a assistir-se a um aumento da morosidade.

No entanto, destaca-se um acréscimo no nível da captação dos depósitos de clientes na ordem dos 2,2% em relação a dezembro de 2012.

Em conjunto os dois bancos possuem uma rede de 42 agências, estando o Grupo CGD presente em todas as ilhas do arquipélago.

Grupo CGD está presente em todas as ilhas de Cabo Verde.

A economia de **São Tomé e Príncipe** é dependente da ajuda externa e mais recentemente dos rendimentos do petróleo, cuja exploração se tem caracterizado por atrasos e, na ótica dos investidores, pela insuficiência da quantidade explorada. O sistema financeiro em S. Tomé é pouco desenvolvido e muito "dolarizado". Os depósitos em moeda estrangeira representam cerca de 60% do *stock* da massa monetária e cerca de 70% dos empréstimos concedidos pelos bancos comerciais ao setor privado são expressos em moeda estrangeira.

O comércio das ilhas é irrelevante a nível mundial e a balança comercial é muito deficitária, com um coeficiente de cobertura a rondar 12%. Portugal é o 1º fornecedor e o 3º cliente do país, com 1,3 mil empresas portuguesas a venderam produtos para S. Tomé e três dezenas a compraram os produtos do arquipélago.

BISTP tem mantido a sua posição de líder no mercado.

O **Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP)** tem mantido a sua posição de líder no mercado. Apesar da adoção de uma política restritiva na concessão de crédito, continua a registar uma taxa de crescimento interessante ao nível do crédito, na ordem dos 10%, tendo porém a quota de mercado registado uma ligeira queda de 0,5pp, passando de 46,4% para 45,8%;

Quota de mercado nos depósitos: 73%.

As ações comerciais e de marketing, orientadas para a inovação e satisfação plena dos clientes, e a transmissão de uma imagem de confiança e solidez aos clientes têm permitido um crescimento sustentado dos depósitos que aumentaram cerca de 15%. A quota de mercado do BISTP no que toca a depósitos de clientes é de 73%, representando um aumento de 3 pp face a maio de 2012.

Estratégia de negócio:
- Reforço de liderança;
- Expansão geográfica;
- Diversificação das áreas de negócio;
- Estreitamento dos laços de proximidade com os clientes.

A gestão prudencial e rigorosa dos ativos e passivos e a forte ambição de continuar a ser um parceiro bem presente na vida social, económica e financeira dos santomenses e do Estado, na construção de um desenvolvimento económico mais harmonioso, têm permitido ao BISTP, no exercício das suas atividades, evoluir positiva e firmemente na persecução de uma solidez financeira acrescida.

A edificação da nova sede, inaugurada neste semestre, é parte integrante da estratégia de negócio, com o objetivo de reforçar a posição de líder no mercado, a expansão geográfica e diversificação das áreas de negócio, o estreitamento de laço de proximidade e de confiança com os clientes, e a procura pela excelência na oferta de produtos e serviços.

A **África do Sul** tem a economia mais desenvolvida do continente africano e representa cerca de 34% do PIB de África Subsaariana. O país dispõe de recursos naturais abundantes (platina, ouro, diamantes, carvão), possui uma rede de infraestruturas e transportes relativamente desenvolvido e um sistema financeiro desenvolvido. Em 2012 o PIB cresceu 2,2% e espera-se para 2013 um crescimento de 3,1%, com a contribuição positiva das exportações e da procura interna.

O sector mineiro é dos mais importantes da economia sul-africana e representa cerca de um décimo da riqueza produzida no país. Em 2010, a África do Sul foi o maior produtor mundial de crómio, o 5º maior produtor de ouro e o 4º maior produtor de diamantes (em volume e valor). Nesse ano foi ainda o maior produtor de platina e assegurou 76% da produção mundial.

O comércio bilateral de Portugal com a África do Sul não é muito relevante, sendo efetuado por cerca de meio milhar de empresas portuguesas exportadoras e três centenas de importadoras de produtos sul-africanos.

Mercantile Bank é um banco de nicho de mercado orientado para as PME.

O **Mercantile Bank** posiciona-se como um banco de nicho de mercado, orientado para as PME, diferenciando-se dos seus pares através de um modelo de serviço personalizado e de uma oferta de soluções financeiras à medida dos seus clientes.

Com o objetivo de apoiar a internacionalização da economia portuguesa, o Banco, em conjunto com a AICEP, realizou uma série de visitas a empresas portuguesas durante

2012, tendo resultado no investimento de seis dessas empresas na África do Sul, com o apoio *end-to-end* do Grupo CGD.

Tendo em conta o sucesso do ano anterior, durante 2013 o Banco realizou um conjunto adicional de visitas, novamente com a AICEP e em colaboração com a GGDA (Agência de desenvolvimento e crescimento de Gauteng), existindo 19 empresas portuguesas com interesse potencial em investir na África do Sul.

Mercantile realizou um conjunto de ações destinadas a promover a internacionalização.

A participação da GGDA neste projeto foi possível devido à assinatura de um protocolo para promoção de negócios entre o Grupo CGD e a província de Gauteng (a maior da África do Sul que é a quarta principal economia africana).

No Oriente, a **China** é a segunda maior economia mundial e das que maior crescimento tem apresentado nos últimos anos. Começam a surgir alguns sinais de abrandamento da atividade: no primeiro trimestre deste ano o PIB cresceu 7,7% e desacelerou para 7,5% entre abril e junho do ano corrente. As vendas ao exterior acompanharam a tendência com uma ligeira quebra, de 25% em 2012 para 24,6% previstos no final deste ano.

A China está entre os dez maiores mercados de Portugal, quando, há cerca de uma década, tinha uma expressão muito reduzida. Nos primeiros onze meses de 2012, as exportações portuguesas para a China tiveram um crescimento homólogo de 34%, excedendo pela primeira vez os mil milhões de euros.

O investimento da China na Europa tem crescido nos últimos anos. Em Portugal, a *China Three Gorges* adquiriu 21,35% do capital da EDP, tornando-se o maior acionista da elétrica portuguesa; outra grande empresa estatal chinesa, a *State Grid*, comprou 25% do capital da REN (Redes Energéticas Nacionais). Em Portugal há um universo de mais de seis mil empresas que importam produtos chineses e mais de nove centenas que exportam para aquele país. Em termos de financiamento, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco da China concederam recentemente avultados empréstimos à empresa elétrica portuguesa, prevendo-se que, no futuro próximo, se intensifique o relacionamento comercial e de fluxos financeiros entre Portugal e a China.

A economia de **Macau** manteve o seu bom desempenho, ainda que a um ritmo mais lento, atingindo um crescimento homólogo de 10,8% nos primeiros 3 meses deste ano, devido ao desempenho da exportação de serviços, do investimento e do consumo privado, num quadro de taxas de juro em níveis historicamente baixos. Cerca de três dezenas de empresas portuguesas são importadoras de bens de Macau.

O mercado de trabalho permanece próximo do pleno emprego, com a taxa de desemprego em Macau a descer para 1,8% no final de maio de 2013, a mais baixa de sempre, levando ao aumento dos salários e a dificuldades das empresas em contratar e reter recursos humanos qualificados.

O sector do jogo, turismo e atividades conexas continuou a crescer de forma sustentada, com um acréscimo de 14,2% da receita bruta do jogo no primeiro semestre de 2013, devido ao aumento de 3% do número de visitantes do Território.

A conjuntura económica local beneficiou o sector bancário, com a entrada no mercado de grandes bancos da China que procuram conquistar quota de mercado.

O **Banco Nacional Ultramarino (BNU Macau)** desenvolve em Macau atividades de banca universal, continuando a ser um dos dois bancos a emitir moeda, num contexto em que a circulação monetária tem vindo a aumentar, tendência que se deve manter.

BNU Macau apresentou um bom desempenho a nível do volume de negócios (+9,1% face a dez. 2012).

Nos primeiros 6 meses deste ano o BNU apresentou um bom desempenho ao nível do crescimento do seu volume de negócios, beneficiando do clima económico favorável que o Território continua a ter, pese embora a intensificação da concorrência no sector

bancário, com o consequente impacto nas margens, na captação de depósitos e na concessão de crédito a particulares.

No primeiro semestre de 2013, o volume total de negócios do BNU expandiu-se em cerca de 9,1% face a dezembro de 2012, com preponderância do crescimento dos recursos de clientes sobre o do crédito, de 10,2% contra 6,8%, respetivamente.

A Sucursal de Zhuhai dá um contributo importante no relacionamento comercial com os países de expressão portuguesa.

Por outro lado, a presença da CGD na China, através da sua **Sucursal de Zhuhai**, é encarada como um elemento positivo podendo contribuir para o relacionamento comercial com os países de expressão portuguesa. Essa vantagem da CGD constitui uma importante alavanca de apoio ao desenvolvimento de negócios dos empresários portugueses.

Em **Timor** a exploração de petróleo representa 80% do PIB e a receita obtida permite mitigar os efeitos da fragilidade da estrutura produtiva face ao objetivo de reduzir a pobreza e fomentar o crescimento económico.

O saldo da balança comercial é muito negativo com um coeficiente de cobertura das importações pelas exportações inferior a 10%. O café representa 97,5% das exportações do país e os principais parceiros comerciais são da própria região geográfica ou próximos. Os fluxos comerciais com Portugal são muito reduzidos e somente uma dezena de empresas portuguesas importa produtos de Timor (com maior relevo para o café).

Com a transformação da Autoridade Bancária em Banco Central, ocorrida há um ano, iniciou-se um ciclo novo no sistema financeiro do território. O Instituto de Micro-Finanças foi transformado no Banco Nacional Comercial de Timor-Leste, sendo o único banco, a par da Sucursal da CGD, com uma estratégia de banco de retalho com oferta universal.

A **Sucursal de Timor** tem vindo a desenvolver a sua atividade num contexto conservador, centrando-se no segmento de particulares com estabilidade de rendimentos, designadamente os trabalhadores do setor público e pensionistas. O segmento de "empresas" tem sofrido os efeitos de uma maior contenção na concessão de crédito, refletindo-se na gradual perda de quota que tem "migrado" para as duas instituições estrangeiras (ANZ e Mandiri).

Em Timor-Leste, à marca CGD/BNU estão sempre associados conceitos de estabilidade, rigor e segurança.

Em Timor-Leste, à marca CGD/BNU estão sempre associados conceitos de estabilidade, rigor e segurança, que têm sido um ativo fundamental para o crescimento, apesar dos vários constrangimentos que a Sucursal tem revelado na captação de depósitos.

O prosseguimento do Protocolo com a Secretaria de Estado para a Promoção do Emprego e Formação Profissional (SEPFOPE) tem permitido manter uma linha de crédito a jovens timorenses que se deslocam para a Coreia do Sul, onde frequentam estágios de aprendizagem em diversos setores estruturantes para o futuro da economia timorense (pesca, agricultura, indústria, algumas engenharias). Para além do reforço da notoriedade da marca CGD/BNU, esta colaboração institucional permite criar as bases para a consolidação de um vínculo bancário a médio/longo prazo com estes jovens.

O **Brasil** é a primeira economia da América Latina e ocupa o sétimo lugar no *ranking* das maiores economias mundiais.

A economia brasileira registou elevadas taxas de crescimento nos anos mais recentes e desacelerou em 2011-2012, sobretudo por motivos internos associados à deficiente transparência e baixa eficiência da atividade económica. Para 2013 prevê-se um crescimento de 3% do PIB.

Nos últimos anos a economia brasileira tem beneficiado de programas públicos de investimento e de apoio social, que mobilizam recursos à escala do país. A OCDE opina que é necessário haver uma melhor coordenação entre organismos públicos a nível da administração federal, dos Estados e das coletividades locais para que os programas

tenham maior sucesso em termos de crescimento económico e da promoção do desenvolvimento social.

O Brasil é uma economia pouco aberta e ocupa a 22ª posição no *ranking* de exportadores e importadores. É o 11º cliente de Portugal e o 13º fornecedor, havendo 1,4 mil empresas em Portugal importadoras de produtos do Brasil e 1,6 mil empresas portuguesas que exportam para aquele país.

O **Banco Caixa Geral Brasil (BCGB)** é um pequeno banco de empresas e investimento, procurando apoiar as ligações comerciais e de investimentos que os seus clientes brasileiros vêm estabelecendo na Europa, África e China e, também, os investimentos e operações dos clientes do Grupo CGD presentes no Brasil.

BCGB tem vindo a apostar no polígono geográfico de elevado potencial de negócios - Ibéria-Brasil-África.

O BCGB tem vindo a apostar no polígono geográfico de elevado potencial de negócios - Ibéria-Brasil-África - dado o interesse das empresas brasileiras nestes polos de desenvolvimento. Para as empresas ibéricas o Brasil é um destino de grande potencial para expansão de suas atividades.

O Banco possui uma oferta integrada de serviços financeiros, que abrange financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivados, operações cambiais e aplicações financeiras. O Banco também desenvolve atividades de banco de investimento, tais como assessoria a financiamento de projetos, fusões e aquisições, financiamentos estruturados e operações de mercado de capitais. As atividades direcionadas para o atendimento de particulares e investidores institucionais completam a sua oferta de produtos e serviços.

Para além destas unidades, a rede internacional do Grupo CGD inclui ainda as Sucursais de Nova Iorque, Ilhas Caimão, Londres, Espanha, Luxemburgo e Macau, e ainda um conjunto de 12 Escritórios de Representação nos 4 continentes.

4.4. BANCA DE INVESTIMENTO

O resultado líquido consolidado do Caixa - Banco de Investimento, S.A. (Caixa BI) a junho ascendeu a 10,9 milhões de euros, beneficiando da participação do Caixa BI em operações de relevo, que permitiram alcançar comissões líquidas que ascenderam a 32,9 milhões de euros, e do desempenho positivo dos resultados em ativos financeiros que atingiram cerca de 7 milhões de euros, quando ajustados pelo registo de imparidades em ativos financeiros.

Banca de investimento com lucro líquido de 10,9 M€ apesar do reforço de provisões e imparidades.

O produto bancário alcançou em junho os 48,1 milhões de euros. Quando ajustado pelas variações de imparidades em ativos financeiros, o produto bancário ascende a 53,1 milhões.

O atual enquadramento macroeconómico continua a impactar negativamente os resultados do Caixa BI, afetados pelo reforço de provisões e imparidade, que no semestre ascenderam a 26,2 milhões de euros (36,2 milhões em junho de 2012).

PROJECT FINANCE

Relativamente à atividade de financiamento numa base de *project finance* destacam-se o *financial close* da concessão de águas à Indaqua Oliveira de Azeméis, com assessoria, estruturação e montagem do financiamento pelo Caixa BI, e a conclusão com sucesso da transferência de parte do pacote contratual da ELOS para a Parpública.

Importante desempenho de assessoria do Caixa BI no Brasil.

Ao nível internacional, o Caixa BI, em parceria com o BCG – Brasil, assessorou a Abengoa no concurso para a atribuição de uma concessão para a prestação de serviços de operação, manutenção e expansão do sistema de reservatórios de controlo de cheias

da bacia hidrográfica do Alto Tietê, no Estado de São Paulo. Também no Brasil e em parceria com o BCG – Brasil, o Caixa BI é assessor de um dos principais *players* brasileiros no concurso para um conjunto de rodovias Federais no Brasil, cuja primeira licitação se espera que ocorra em Setembro.

STRUCTURED FINANCE

No que respeita a operações estruturadas numa base *corporate*, destaca-se a estruturação e montagem do financiamento à Tagus Holding SARL (sociedade detida em 55% pelo Grupo José de Mello e em 45% pela Arcus European Infrastructure Fund) no âmbito do Mecanismo de Saída dos Acionistas Minoritários da Brisa e a conclusão de diversos processos de reorganização de passivos financeiros sindicados participados pelo Grupo CGD, dos quais se destacam a Ges Siemsa, a Yelmo, o Grupo Erosky, a Blinker e o Grupo Bodybell.

CORPORATE FINANCE – DÍVIDA

No primeiro semestre de 2013, são de assinalar as seguintes operações no mercado obrigacionista com a participação do Caixa BI:

Participação nas mais significativas operações no mercado obrigacionista.

- Obrigações do Tesouro: *joint bookrunne*r e *joint lead manager* de uma emissão de Obrigações do Tesouro *Benchmark* com vencimento em 2014, no montante total de 3 000 milhões de euros;
- CGD: *joint bookrunner* e *joint lead manager* de emissão de obrigações hipotecárias no montante de 750 milhões de euros, naquele que constituiu o primeiro acesso ao mercado internacional de *covered bonds* por um banco português desde janeiro de 2010;
- REN: *joint bookrunner* e *joint lead manager* na emissão de *Eurobond* no montante de 300 milhões de euros;
- PT: *joint bookrunner* e *joint lead manager* de uma emissão obrigacionista da PT no montante de 1 000 milhões de euros;
- Sonae Sierra, EDA e Viola Contesi: organização e liderança de emissões obrigacionistas no montante de 75 milhões, 50 milhões e 10 milhões de euros respetivamente;
- Galp: organização e liderança de empréstimo obrigacionista no montante de 600 milhões de euros pelo prazo de 4 anos.

Caixa BI organizou e liderou nove novos Programas de Papel Comercial.

Adicionalmente, o Caixa BI organizou e liderou nove novos Programas de Papel Comercial e concluiu vinte e quatro prorrogações e/ou revisões de condições de Programas abertos em anos anteriores.

MERCADO DE CAPITAIS - AÇÕES

Ao nível do mercado de capitais, é de realçar a participação do Caixa BI enquanto assessor da Parpública e *joint bookrunner* na alienação da participação correspondente a 4,14% do capital da EDP. Esta transação, que marcou a conclusão do processo de reprivatização da EDP, constituiu a operação de mercado de capitais de maior relevo realizada durante os primeiros seis meses de 2013 em Portugal, correspondendo à venda de um bloco de 151 517 000 ações da EDP, através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigido em exclusivo a investidores institucionais nacionais e internacionais.

Adicionalmente, o Caixa BI foi também assessor da Parpública no processo de admissão à negociação na NYSE Euronext Lisbon do referido bloco de 151 517 000 ações da EDP.

O Caixa BI consolidou a sua posição de destaque ao nível de mercado de capitais no mercado ibérico, tendo sido a única instituição financeira nacional a integrar o *top* 10 da *league table* ECM Ibéria no primeiro semestre de 2013.

CORPORATE FINANCE – ASSESSORIA

Relevante ação de assessoria financeira em Portugal.

Nos primeiros seis meses de 2013, o Caixa BI desenvolveu e concluiu com sucesso diversos projetos dos quais se destacam a assessoria financeira dada à Parpública na alienação da já referida participação de 4,14% na EDP, bem como o *closing* da transação da HPP Saúde, cujo *signing* ocorreu no final de 2012.

SINDICAÇÃO E VENDAS

No primeiro semestre de 2013 o Caixa BI participou nas seguintes emissões de mercado primário:

- *Tap* de PGB 4,35% 2017 (MS+395): *co-lead*, com procura total de 12 mil milhões de euros para colocação final de 2,5 mil milhões de euros.
- CGD 3,75% 2018, Obrigações Hipotecárias (MS+295): *lead manager*, com procura acima de 3,5 mil milhões de euros para colocação final de 750 milhões de euros.
- REN 4,125% 2018 (MS+320,4): *lead manager*, com procura acima de 650 milhões de euros para colocação final de 300 milhões de euros.
- Portugal Telecom 4,625% 2020: *joint lead manager*, numa operação com colocação final de 1 000 milhões de euros.
- Banque Populaire Caisse D'Épargne 1,325% 2017: *co-lead manager*, numa emissão de 500 milhões de euros.

Em relação ao segmento de Papel Comercial, foram colocadas, durante o primeiro semestre, 159 emissões correspondentes a um montante total de 2 146 milhões de euros.

INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com os dados publicados pela CMVM, o Caixa BI registava a maio uma quota de mercado de 11,6%, apresentando um crescimento de 53,4% no volume transacionado face ao mesmo período de 2012. Para este resultado contribuíram a participação do Caixa BI enquanto *bookrunner* no *accelerated bookbuilding* de 4,14% do capital da EDP e o crescimento da atividade no segmento de clientes internacionais.

De salientar ainda a participação com o Banque Degroof no IPO da Belgium Post e com o Bankia Bolsa no *accelarated bookbuilding* de 12% do capital do International Airlines Group (IAG), detidos pelo Bankia.

TRADING – DÍVIDA PÚBLICA E *LIQUIDITY PROVIDING*

A atividade do Caixa BI enquanto *liquidity provider* manteve-se com um bom desempenho, continuando a atuar sobre um conjunto de títulos cotados na NYSE Euronext Lisbon, como a Cofina, Orey Antunes, Altri, Inapa, Ibersol e SAG Gest, tendo a Euronext atribuído ao CaixaBI o *rating* máximo "A" em todos os títulos e categorias.

No que se refere à atividade de *market-making*, esta incidiu sobre um fundo imobiliário Fundiestamo e sobre uma emissão perpétua *Tier* 1 *deeply subordinated* do Millenniumbcp.

ASSESSORIA E GESTÃO DE RISCO A EMPRESAS

Das operações contratadas ao longo do primeiro semestre de 2013 destaca-se a cobertura para a operação de crédito do projeto Luanda Shopping, reforçando a posição

do Caixa BI como centro de competência de derivados para a Área Internacional do Grupo CGD.

Face à reduzida procura por coberturas de taxas de juro, o Caixa BI manteve a atividade de estruturação de operações de cobertura de risco com opções estruturadas *tailor made* e de desenvolvimento de soluções para cobertura de *commodities*.

CAPITAL DE RISCO

O Caixa BI prosseguiu no primeiro semestre a atividade de captação e análise de oportunidades de investimento suscetíveis de enquadramento nos quatro fundos de capital de risco sob a gestão da Caixa Capital. O número total de projetos objeto de apreciação ascendeu a 70, dos quais 25 foram arquivados ou recusados, 31 mantiveram-se em análise e 14 mereceram aprovação. Os projetos aprovados correspondem a um investimento potencial de aproximadamente 43 milhões de euros, dos quais foram concretizados 2,1 milhões de euros.

4.5. GESTÃO DE ATIVOS

Renovado interesse dos clientes particulares pelos fundos mobiliários de mercado monetário.

No primeiro semestre de 2013 assistiu-se a um abrandamento do ritmo de crescimento do volume de ativos geridos na CGD em resultado do reembolso de vários fundos de capital garantido, verificando-se, contudo um renovado interesse dos clientes particulares pelos fundos mobiliários de mercado monetário.

TABELA 15 - MONTANTES SOB GESTÃO E ACONSELHAMENTO

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Fundos Mobiliários	2 791	3 071	3 124
Patrimónios sob Gestão (sem Fundos de Pensões)	15 559	17 524	17 457
Patrimónios sob Aconselhamento	361	392	313
Fundos Imobiliários	1 552	1 499	1 497
Fundos de Pensões	2 124	2 306	2 282
Total	**22 388**	**24 792**	**24 673**

Comissões geradas

O nível de proveitos do negócio da gestão de ativos do Grupo CGD até junho de 2013 totalizou 22,8 milhões de euros, o que correspondeu a um ligeiro decréscimo relativamente ao semestre homólogo, devido à diminuição da cobrança de comissões de resgate no fundo Fundimo.

TABELA 16 - COMISSÕES GERADAS

(milhares de euros)

	Jun/12	Jun/13	Var. (%)
Fundos Mobiliários	7 596	8 214	*8,1%*
Gestão de Patrimónios	4 243	5 221	*23,1%*
Fundos Imobiliários	9 714	7 771	*-20,0%*
Fundos de Pensões	1 502	1 611	*7,3%*
Total	**23 055**	**22 817**	**-1,0%**

FUNDOS MOBILIÁRIOS - CAIXAGEST

O montante dos Fundos Mobiliários registou um crescimento líquido de 54 milhões de euros ao longo dos primeiros seis meses do ano, apesar do reembolso de quatro fundos de capital garantido, no valor de 320 milhões de euros. Para este saldo positivo contribuiu a boa recetividade dos clientes aos fundos de mercado monetário que foram promovidos pela Caixagest, em articulação com a rede comercial e de *marketing* da CGD.

Boa recetividade dos clientes aos fundos de mercado monetário que foram promovidos pela Caixagest, em articulação com a rede comercial e de *marketing* da CGD.

Fundos sob gestão

No final de junho, a Caixagest geria 42 fundos de investimento mobiliário, com ativos no valor de 3 124 milhões de euros, aplicados globalmente em diferentes mercados financeiros internacionais.

TABELA 17 - FUNDOS SOB GESTÃO

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Fundos de Mercado Monetário	721	1 010	1 341
Fundos de Obrigações	311	349	325
Fundos de Fundos e Mistos	71	71	109
Fundos de Ações	169	181	180
Fundos Especiais de Investimento	498	476	498
Fundos de Capital Protegido	1 021	983	672
Total	**2 791**	**3 071**	**3 124**

As comissões geradas nos primeiros seis meses do ano totalizaram 8,2 milhões de euros e situaram-se 8,1% acima do semestre homólogo.

GESTÃO DE PATRIMÓNIOS - CAIXAGEST

A Caixagest continuou a desenvolver o serviço de Gestão de Patrimónios, numa lógica de proximidade da rede comercial da CGD e dos respetivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço foram adequadas à nova conjuntura.

Desde o início do ano, os patrimónios sob gestão e aconselhamento diminuíram ligeiramente, situando-se em 19 742 milhões de euros no final do semestre.

TABELA 18 - CARTEIRAS SOB GESTÃO

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Carteiras de Seguros	10 932	11 935	11 833
Institucionais	4 463	5 425	5 465
Fundos de Pensões	1 815	1 946	1 973
Particulares e Empresas	164	165	160
Aconselhamento	361	392	313
Total	**17 736**	**19 862**	**19 742**

O comissionamento gerado pelo serviço de gestão de carteiras até junho situou-se em 5,2 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 23,1% relativamente ao semestre homólogo.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS – FUNDGER

Os 27 fundos imobiliários geridos pela Fundger totalizavam 1 497 milhões de euros, no final de junho do ano corrente.

O fundo aberto Fundimo registou um volume subscrições negativo, em resultado da menor atratividade dos produtos imobiliários na conjuntura atual.

No que respeita aos fundos fechados geridos pela Fundger e atendendo à situação de se encontrarem maioritariamente afetos ao desenvolvimento e promoção imobiliária, manteve-se algum abrandamento de atividade. Registando-se, contudo, o início da gestão de um fundo de Reabilitação Urbana e de um fundo de Arrendamento Habitacional.

TABELA 19 - FUNDOS IMOBILIÁRIOS SOB GESTÃO

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Fundos Abertos (Fundo Fundimo)	967	914	860
Fundos Fechados	585	604	637
Total	**1 552**	**1 517**	**1 497**

O montante de comissões geradas pelos fundos imobiliários situou-se em quase 7,8 milhões de euros, montante 20% inferior ao do semestre homólogo devido ao abrandamento da cobrança de comissões de resgate no fundo Fundimo.

FUNDOS DE PENSÕES - CGD PENSÕES

No final de junho de 2013, a CGD Pensões geria mais dois fundos de pensões e o valor patrimonial dos fundos geridos ascendia a 2 282 milhões de euros.

TABELA 20 - FUNDOS SOB GESTÃO

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Fundos Abertos	2 019	2 155	2 169
Fundos Fechados	105	112	113
Total	**2 124**	**2 267**	**2 282**

O volume de comissões geradas até ao final de junho totalizou 1,6 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 7,3%, relativamente ao semestre homólogo.

4.6. ATIVIDADE SEGURADORA E DA SAÚDE

Resultado líquido de 76,0 M€ da Caixa Seguros e Saúde mais do que duplica relativamente a semestre homólogo devido sobretudo a alienação de HPP.

CONTRIBUTO PARA O RESULTADO DA CGD

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. obteve, em junho de 2013, de acordo com as normas IAS/IFRS (Grupo CGD), um resultado líquido de 76,0 milhões de euros (36,6 milhões de euros no ano anterior).

A Caixa Seguros e Saúde contribuiu com 290,2 milhões de euros (+5,4 milhões do que em junho de 2012) para o produto da atividade do Grupo CGD, sendo 203,9 milhões de euros provenientes da margem técnica da atividade de seguros e 86,3 milhões de euros provenientes do produto da atividade financeira.

Face ao ano anterior, registou-se uma redução de 35,0 milhões de euros do contributo da margem técnica da atividade de seguros, resultante sobretudo da redução de prémios e aumento da sinistralidade. Esta redução foi parcialmente compensada pelo comportamento favorável da atividade financeira (+40,5 milhões de euros face a junho de 2012), na qual se encontra refletida, em 2013, a alienação dos HPP, transação que teve um impacto de 36,4 milhões de euros nas contas da Caixa Seguros e Saúde.

Comportamento favorável da atividade financeira da Caixa Seguros e Saúde refletiu a alienação dos HPP.

TABELA 21 - CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS INDICADORES

(milhões de euros)

ATIVO LÍQUIDO	Jun/12	Jun/13
Carteira de títulos, depósitos e caixa	11 062,1	11 692,4
Imóveis de rendimento e investimentos em associadas	324,4	440,7
Ativos não correntes detidos para venda	92,4	0,0
Outros ativos tangíveis e intangíveis	440,7	298,0
Ativos por impostos correntes e diferidos	194,0	188,9
Provisões técnicas de resseguro cedido	224,1	209,1
Outros ativos	532,5	516,7
Total do Ativo	**12 870,1**	**13 345,9**

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

PASSIVO	Jun/12	Jun/13
Passivos financeiros (contratos de investimento)	6 338,3	6 809,6
Provisões técnicas (contratos de seguro)	4 353,9	4 176,3
Outras provisões	77,0	112,3
Passivos por impostos correntes e diferidos	41,7	146,8
Passivos não correntes detidos para venda	107,3	0,0
Outros passivos	578,1	536,6
Total do Passivo	**11 496,3**	**11 781,6**
SITUAÇÃO LÍQUIDA	Jun/12	Jun/13
Capital	799,9	799,9
Prémios de emissão	184,4	184,4
Reservas	186,2	485,4
Resultado líquido	36,6	76,0
Interesses minoritários	166,7	18,5
Total da Situação Líquida	**1 373,8**	**1 564,3**
Total do Passivo e da Situação Líquida	**12 870,1**	**13 345,9**

Resultado estatutário da Caixa Seguros e Saúde de 77,5 M€, com os seguintes contributos:

- Área seguradora com +48,7 M€;
- Atividade individual, Linha de Cuidados de Saúde e HPP Internacional com -7,4 M€;
- Venda dos HPP com +36,3 M€.

(milhões de euros)

RESUMO DOS GANHOS E PERDAS - CONSOLIDADO	Jun/12	Jun/13
Produto da atividade financeira	45,8	86,3
Margem técnica da atividade de seguros	238,9	203,9
Custos de exploração	-154,6	-158,2
Variação de provisões	4,9	-28,5
Imparidades	-73,3	-7,9
Resultados em empresas associadas	0,6	0,5
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	**62,3**	**96,1**
Imposto sobre o rendimento	-23,4	-20,1
Interesses minoritários	-2,2	-0,1
Resultado do exercício atribuível ao acionista CGD	**36,6**	**76,0**

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. obteve, no primeiro semestre de 2013, um resultado estatutário de 77,5 milhões de euros (38,8 milhões de euros em junho de 2012), desdobrando-se num contributo positivo de 48,7 milhões de euros na área seguradora (45,0 milhões de euros em junho de 2012), num contributo negativo de -7,4 milhões de euros relativos à atividade da Caixa Seguros individual, Linha de Cuidados de Saúde e HPP Internacional (-6,1 milhões de euros em junho de 2012) e um contributo positivo de 36,3 milhões de euros relativos ao impacto da venda dos HPP.

Os níveis de solvência do conjunto das seguradoras da Caixa Seguros e Saúde evidenciaram um aumento considerável, alcançando uma taxa de cobertura da margem de solvência de 233,7% (216,1% em junho de 2012).

Em termos de atividade seguradora, a Caixa Seguros e Saúde atingiu em junho de 2013 um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 1 754 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 25,8%, resultante sobretudo do comportamento favorável registado pelos ramos Vida (+46,1% face a junho de 2012).

A atividade em Portugal, responsável pela maioria da produção (97,7%), atingiu um volume de prémios de seguro direto de 1 714 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 26,1% face ao período homólogo de 2012, comportamento em linha com o registado pelo Mercado. Deste modo, a Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança no mercado segurador nacional, com uma quota de mercado total de 28,4%, idêntica à registada em junho de 2012, ocupando, de forma destacada, o lugar de topo quer no conjunto da atividade Vida, quer no conjunto da atividade Não Vida e em todos os seus principais ramos.

O Ativo Líquido consolidado da Caixa Seguros e Saúde situou-se em 13,3 mil milhões de euros, tendo por sua vez o Capital Próprio e Interesses Minoritários ascendido a 1,6 mil milhões de euros.

TABELA 22 - INDICADORES GERAIS - CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS [(a)]

(milhões de euros)

	Jun/12	Jun/13
Ativo líquido	**12 764,2**	**13 221,0**
Capitais próprios e interesses minoritários	**1 494,5**	**1 662,0**
Passivo	**11 269,7**	**11 559,0**
Do qual: Passivo subordinado	0,0	0,0
Responsabilidades com contratos de seguros	**10 648,2**	**10 939,2**
Provisões técnicas de seguro direto e de resseguro aceite	4 309,9	4 129,7
Responsabilidades com instrumentos financeiros	6 338,3	6 809,6
***Combined Ratio* dos ramos Não Vida (líquido de resseguro)**	**97,2%**	**100,9%**
Loss ratio (sem custos imputados)	71,1%	74,4%
Expense ratio (alargado)	26,1%	26,5%
Resultado líquido	**38,8**	**77,5**
Do qual: Atividade seguradora	45,0	48,7
Atividade hospitalar	-6,1	-7,4
Impacto Venda HPP	-	36,3
RENTABILIDADE	Jun/12	Jun/13
ROE líquido	**3,1%**	**4,9%**
Número de empregados	**5 688**	**3 547**
Seguradoras	3 399	3 328
Empresas instrumentais	225	219
HPP (consolidado)	2 064	0
INDICADORES ATIVIDADE SEGURADORA	Jun/12	Jun/13
Prémios de seguro direto	**1 394,2**	**1 754,2**
Ramos Vida	140,9	119,8
Contratos de Investimento (instrumentos financeiros)	678,7	1 077,7
Ramos Não Vida	574,6	556,7
Quotas de mercado (atividade em Portugal)	**28,4%**	**28,4%**
Ramos Vida (incluindo contratos de investimento)	29,8%	29,4%
Ramos Não Vida	26,6%	26,5%
Solvabilidade (Local GAAP)		
A. Margem de solvência (Total)	1 298,8	1 486,5
B. Margem de solvência (requisito obrigatório)	601,2	636,1
Cobertura de margem de solvência (A./B.)	216,1%	233,7%
Número de Agências / Centros de Mediadores	**147**	**142**
Número de mediadores exclusivos	**2 785**	**2 806**

(a) Contas estatutárias consolidadas.

Dimensão/Posicionamento da Caixa Seguros e Saúde

Redução de 2 141 colaboradores no conjunto das empresas integradas na Caixa Seguros e Saúde.

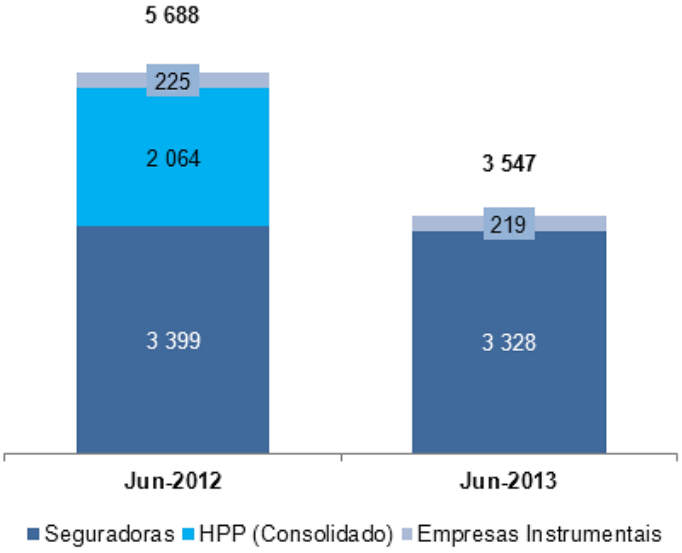
A Caixa Seguros e Saúde atua globalmente no mercado segurador, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores ligados; agentes; corretores; agências bancárias CGD; balcões CTT; internet e canal telefónico.

No que respeita à atividade internacional, a área seguradora da Caixa Seguros e Saúde definiu o enfoque da sua atuação no acompanhamento das operações desenvolvidas nos mercados estrangeiros onde a CGD marca presença própria ou através de subsidiárias, sem prejuízo de operações com maior autonomia e diversificação de canais de distribuição, como são, designadamente, os casos de Angola e Espanha.

Recursos Humanos

Em termos quantitativos, verificou-se uma redução de 2 141 colaboradores no conjunto das empresas integradas na Caixa Seguros e Saúde face a igual período homólogo. Esta redução resulta sobretudo da alienação dos HPP em 2013. Excluindo esse efeito, o número de colaboradores registou um decréscimo de 77 efetivos, 71 dos quais pertencem às seguradoras.

GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DO Nº DE COLABORADORES DE SERVIÇO



ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

Resultados Técnicos

Os resultados técnicos consolidados atingiram, em junho de 2013, 64,2 milhões de euros, mantendo-se em linha com os valores registados em igual período homólogo.

Da análise das principais rubricas da conta técnica destacam-se os seguintes aspetos:

- Nos ramos Não Vida, o resultado técnico situou-se em 0,9 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 15,6 milhões de euros face ao período homólogo. Em termos técnicos, o Rácio Combinado líquido de resseguro ascendeu a 100,9%, um acréscimo de 3,7 p.p. face a junho de 2012. O *Loss Ratio* apresentou um incremento de 3,3 p.p., por via do acréscimo de sinistralidade registada no 1º trimestre do ano resultante das intempéries ocorridas. Não obstante a saída de 77 colaboradores, o *Expense Ratio* teve um crescimento de 0,4 p.p., resultante

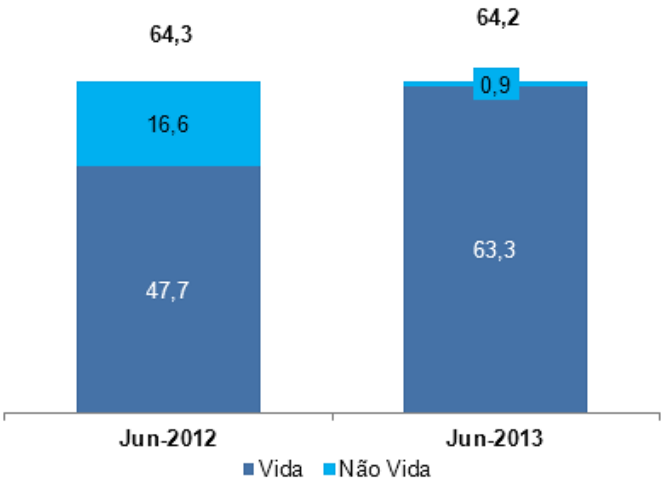
essencialmente, este semestre, da contabilização em custos com pessoal dos subsídios férias e natal e do provisionamento dos benefícios pós-emprego e por cessação de emprego.

- Os ramos Vida evidenciaram uma acentuada melhoria do resultado técnico, de 15,6 milhões de euros, decorrente do comportamento favorável do resultado financeiro, assim como de um menor montante pago a título de resgates e vencimentos face a igual período do ano anterior.

Os resultados técnicos consolidados atingiram, em junho de 2013, 64,2 M€, mantendo-se em linha com os valores registados em igual período homólogo.

GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO

(milhões de euros)



Ramo Vida

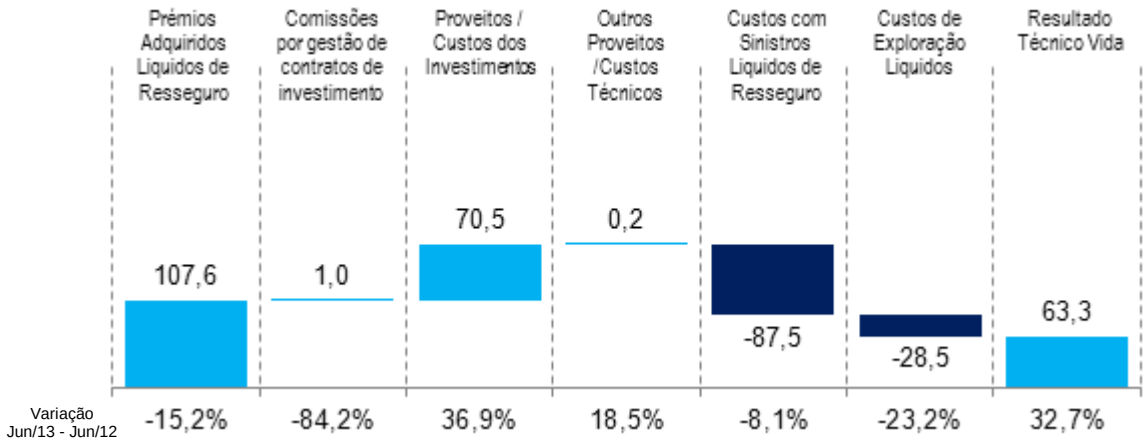
No que respeita ao ramo Vida, a Caixa Seguros e Saúde desenvolve a sua atividade através da Fidelidade, que segue uma abordagem multicanal (nomeadamente canais tradicionais, bancário e CTT).

Em junho de 2013, a Caixa Seguros e Saúde atingiu um montante de prémios do ramo Vida, incluindo recursos captados no âmbito de contratos de investimento, de 1 198 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 46,1% face ao período homólogo, em linha com o Mercado.

O resultado técnico foi de 63,3 milhões de euros, um acréscimo de 15,6 milhões de euros face ao ano anterior, cujo detalhe pode ser observado no gráfico seguinte (sendo de referir que os recursos captados no âmbito de contratos de investimento não são contabilizados em prémios de seguro direto):

GRÁFICO 11 - RESULTADO TÉCNICO - RAMO VIDA

(milhões de euros)



Ramos não vida

Nos ramos Não Vida, para além da Fidelidade, a Caixa Seguros e Saúde desenvolve ainda a sua atividade através da marca Ok!teleseguros, especialmente vocacionada para os canais remotos (telefone e internet).

Atuam, igualmente, nesta área de negócio, mas essencialmente na vertente de resseguro, as seguradoras Multicare, Cares e Companhia Portuguesa de Resseguros.

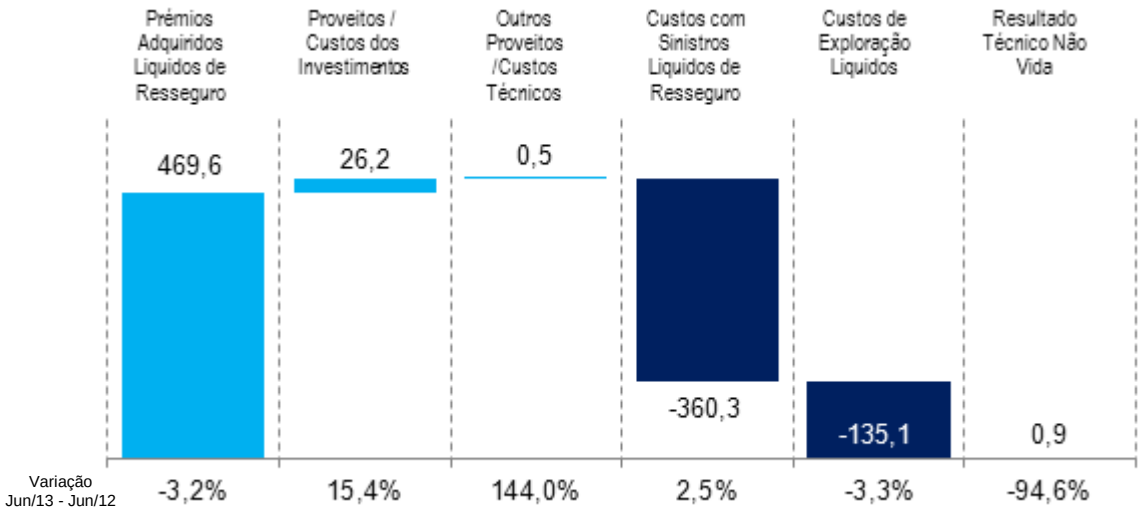
Em junho de 2013, a Caixa Seguros e Saúde atingiu um montante de prémios de seguro direto no conjunto Não Vida de 557 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 3,1% face ao ano anterior.

O Rácio Combinado ascendeu a 100,9%, um acréscimo de 3,7 p.p. face a junho de 2012, reflexo essencialmente do aumento do *Loss ratio* para 74,4% (+3,3pp face a junho de 2012), tendo igualmente o *Expense ratio* registado um agravamento de 0,5 p.p..

O resultado técnico foi de 0,9 milhões de euros, uma redução de 15,7 milhões de euros face a junho de 2012, cujo detalhe pode ser observado no gráfico seguinte:

GRÁFICO 12 - RESULTADO TÉCNICO - RAMO NÃO VIDA

(milhões de euros)



Resultados Líquidos e Capital Próprio

No primeiro semestre de 2013 os resultados antes de impostos e interesses minoritários atingiram 103,5 M€ (+39,6 M€ face ao período homólogo do ano anterior).

No primeiro semestre de 2013 os resultados antes de impostos e interesses minoritários atingiram 103,5 milhões de euros, um acréscimo de 39,6 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Este acréscimo resultou da melhoria do resultado das componentes Técnica Vida e Não Técnica, parcialmente anulada pelo decréscimo da componente Técnica Não Vida.

Por seu lado, o resultado líquido situou-se em 77,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 38,7 milhões de euros face a junho de 2012.

Os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascenderam a 1,7 mil milhões de euros, um aumento de 168 milhões de euros, resultante essencialmente do acréscimo registado nas reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros.

Responsabilidades Técnicas e Solvência

As responsabilidades técnicas de seguro direto e de resseguro aceite apresentavam um montante de 10,9 mil milhões de euros, correspondente a um acréscimo de,

aproximadamente 291 milhões de euros face a junho de 2012, refletindo, sobretudo, o aumento das responsabilidades relativas à componente financeira da atividade Vida.

TABELA 23 - RESPONSABILIDADES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

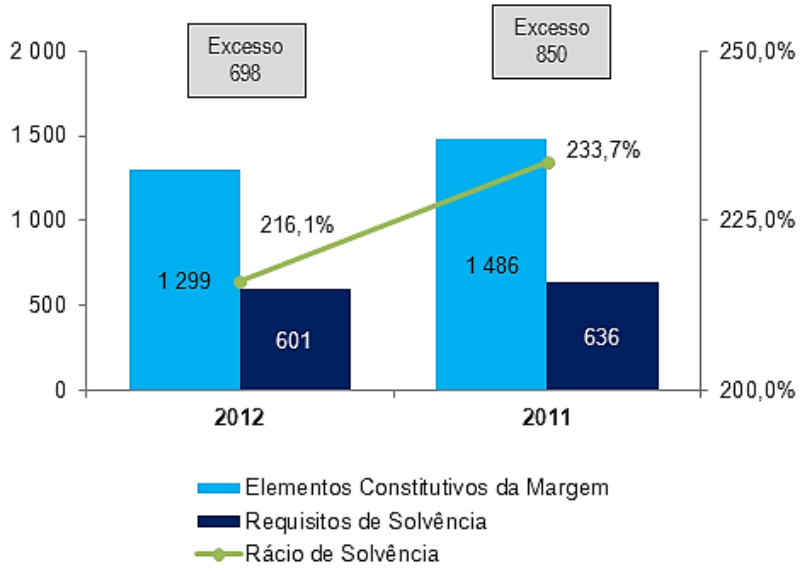
(milhões de euros)

	Jun/12	Jun/13
Provisão para Prémios Não Adquiridos	312,1	297,2
Provisão Matemática Vida	2 028,9	1 845,8
Provisão para Sinistros	1 850,9	1 826,6
De Vida	126,3	108,6
De Acidentes de Trabalho	739,5	776,6
De Outros Ramos	985,1	941,5
Provisão para Participação nos Resultados	46,9	82,3
Outras Provisões Técnicas	71,1	77,7
Passivos Financeiros	6 338,3	6 809,6
Total de Responsabilidades Técnicas	**10 648,2**	**10 939,2**
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	224,1	209,1
Responsabilidades Técnicas Líquidas de Resseguro	**10 424,1**	**10 730,1**

O montante da margem de solvência exigível da Caixa Seguros e Saúde era, em junho de 2013, de 636 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiram 1 487 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 233,7% face a 216,1% no final do ano anterior.

GRÁFICO 13 - MARGEM DE SOLVÊNCIA

(milhões de euros)



A Caixa Seguros e Saúde tem inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros, cumprindo os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo, significativamente, os valores mínimos legalmente fixados.

A Caixa Seguros e Saúde tem inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia.

ANÁLISE DA ATIVIDADE SEGURADORA

Aspetos Gerais

A atividade da Caixa Seguros e Saúde no primeiro semestre de 2013 fica marcada pelo processo de alienação da HPP, SGPS, focalizando a atividade da empresa na área seguradora.

A atividade da Caixa Seguros e Saúde no primeiro semestre de 2013 fica marcada por vários eventos significativos. Desde logo, concluiu-se, ainda no primeiro trimestre, o processo de alienação da HPP, SGPS, focalizando a atividade da empresa na área seguradora e permitindo a contabilização de uma mais-valia com a referida alienação, com impacto favorável nos resultados de 2013.

Ainda relacionado com a implementação das medidas preconizadas no Programa de Assistência Económico-Financeira ao Estado Português, o Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 2 de Maio, o processo de alienação das empresas seguradoras do grupo CGD, cujo modelo de base consiste na venda direta a investidores de referência mediante procedimento competitivo.

Ao nível das empresas participadas há a referir, como principal aspeto, o lançamento, no final do semestre, da nova marca Fidelidade, que resulta da fusão das anteriores marcas Fidelidade Mundial e Império Bonança e surge como consequência natural da fusão jurídica concretizada no primeiro semestre de 2012. De mencionar igualmente o facto de a Fidelidade Mundial ter sido eleita Marca de Confiança na categoria de seguradoras, na iniciativa promovida pelas Seleções do Reader's Digest – e isto, pelo 12º ano consecutivo.

Há igualmente a mencionar a criação de uma nova empresa para a gestão do parque imobiliário, a Fidelidade Investimentos Imobiliários, SA. (FISA), que sucede à Fidelidade Mundial SGII, S.A. (FMSGII) e materializa uma nova abordagem a ser aplicada na gestão dos ativos imobiliários da Companhia.

No que respeita a políticas relativas aos colaboradores, continuou o processo de uniformização de condições entre todas as empresas integrantes da Caixa Seguros e Saúde, entrou em vigor um novo protocolo relativo a condições específicas no Crédito à Habitação junto da CGD.

Por outro lado, deu-se início ao Programa Alta Fidelidade, que visa reenquadrar as politicas atualmente existentes na área dos recursos humanos.

Quanto à atividade corrente, as empresas integradas na Caixa Seguros e Saúde continuaram a centrar a sua atuação no aprofundamento da relação com as redes comerciais, na conceção de produtos adaptados às necessidades dos clientes, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional.

O desenvolvimento do *franchising* e da mediação exclusiva, o crescimento comercial dos grandes mediadores e a profissionalização da rede de mediação em geral, mantêm os eixos de atuação que pautam a atividade das seguradoras do Grupo, sendo igualmente de referir, ao nível do relacionamento com as redes comerciais, que continuou a ser divulgada uma *newsletter* com informação útil para o desempenho da atividade, nomeadamente novidades sobre produtos, linhas de atuação e de orientação comercial, informação sobre a atividade seguradora e notícias de caráter institucional.

No que respeita aos ramos Vida, a área da poupança para a reforma continuou a ser o objetivo estratégico, comercializando-se um Plano de Poupança Reforma inovador, sob a marca 'Leve'.

Para a generalidade dos produtos Não Vida continuaram a introduzir-se melhorias em diversos produtos, com vista a adequá-los às condições de mercado e às necessidades dos clientes.

Enquadramento Competitivo da Atividade Seguradora

De acordo com os elementos divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores, o mercado segurador em junho de 2013 terá contabilizado, na sua atividade em Portugal, um valor de 6,0 mil milhões de euros de prémios de seguro direto, incluindo recursos captados via contratos de investimento, a que corresponde um acréscimo de 26,0% face a igual período homólogo do ano anterior.

Esta evolução decorre essencialmente dos ramos Vida, com um acréscimo de 49,0% face ao ano anterior, por via dos produtos de Capitalização e PPR. Os ramos Não Vida evidenciam uma redução de 3,8%, uma vez que se encontram influenciados pela difícil situação económica e pela degradação do nível de preços. Tal facto fez-se sentir de forma mais intensa nos ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel e Responsabilidade Civil, sendo de destacar, pela positiva, o aumento da carteira de prémios dos ramos Doença e Multirriscos Habitação.

Posicionamento no Mercado Segurador

A Caixa Seguros e Saúde mantém a liderança destacada do sector segurador nacional, detendo uma quota global de 28,4%, correspondente a um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 1 714 milhões de euros, representando um acréscimo de 26,1% face ao ano anterior, evolução em linha com a registada, em média, no sector segurador.

Quotas de mercado da Caixa Seguros e Saúde
- Global: 28,4%;
- Vida: 29,4%;
- Não Vida: 26,5%.

TABELA 24 - ATIVIDADE SEGURADORA

(milhões de euros)

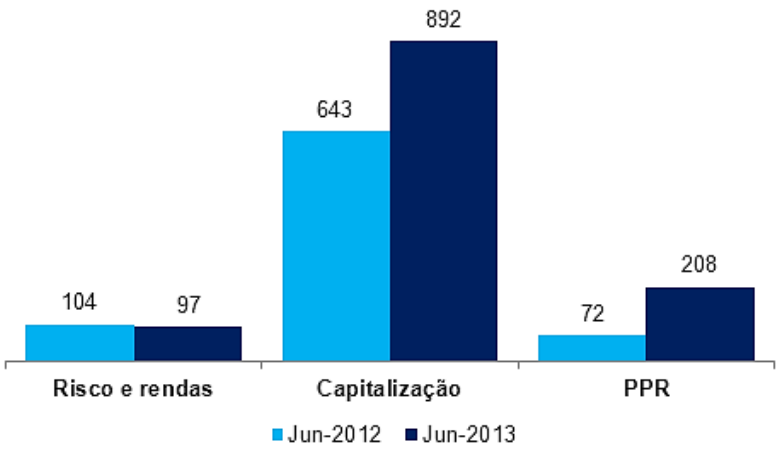
	Jun/12	Jun/13
Atividade em Portugal		
Quota de Mercado Total	28,4%	28,4%
Ramos Vida	29,8%	29,4%
Ramos Não Vida	26,6%	26,5%
Prémios de Seguro Direto	1 359	1 714
Ramos Vida	806	1 184
Ramos Não Vida	553	530
Atividade no Estrangeiro		
Prémios de Seguro Direto	33	35
Ramos Vida	13	13
Ramos Não Vida	20	22

A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 1 184 milhões de euros de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), tendo registado um acréscimo de 46,9% face a junho de 2012, por via dos produtos de Capitalização e PPR's, pelos motivos já atrás referenciados. A Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança do mercado, alcançando uma quota de 29,4% (-0,4 p.p. face a junho de 2012).

A atividade internacional registou um montante de prémios de 13 milhões de euros, um decréscimo de 1,3% face a igual período homólogo.

GRÁFICO 14 - PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO - RAMO VIDA

(milhões de euros)



A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 1 184 M€ em prémios de seguro direto (+46,9% face a junho de 2012), enquanto a atividade Não Vida registou um decréscimo de 4,2% no mesmo período.

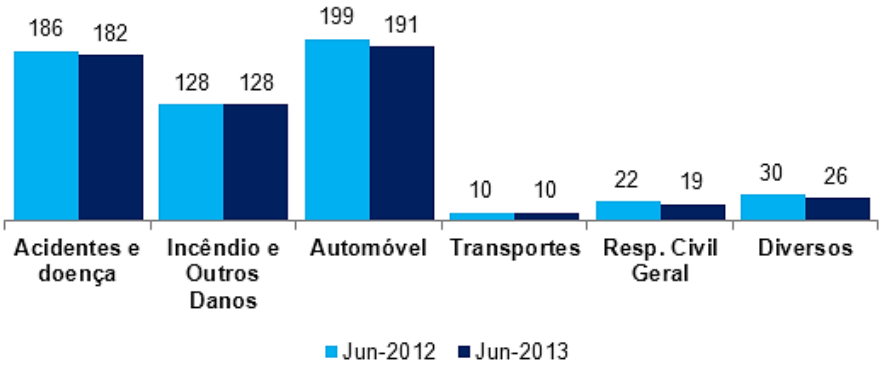
Na atividade Não Vida, a produção da Caixa Seguros e Saúde, em Portugal, atingiu 530 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 4,2% face a igual período de 2012, centrada nos ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho, Responsabilidade Civil e Acidentes Pessoais, repercutindo a redução do investimento e do consumo privado, bem como a manutenção de uma forte pressão sobre os preços.

A Caixa Seguros e Saúde detém uma quota de mercado de 26,5% nos ramos Não Vida, sendo líder destacada neste agregado (mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos), bem como em todos os seus principais ramos.

Por sua vez, a atividade no estrangeiro registou um montante de prémios Não Vida de 22 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 6,2% face ao ano anterior.

GRÁFICO 15 - PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO - RAMO NÃO VIDA

(milhões de euros)



5. Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência

5.1. ATIVIDADE CONSOLIDADA

No primeiro semestre de 2013, a Caixa apresentou ainda resultados consolidados negativos decorrentes da conjugação de um conjunto de fatores que refletem em larga medida o prolongamento da situação recessiva da economia Portuguesa e a ausência de sinais evidentes de recuperação da atividade na zona Euro, com consequências para a procura externa dirigida à economia portuguesa.

A evolução das taxas Euribor, afetando a margem financeira, e ainda que em menor escala do que no passado recente, a elevada carga representada pelas imparidades voltaram a refletir-se num desempenho menos favorável da rentabilidade do Grupo CGD.

Foi prosseguida a política de otimização operacional que constitui, aliás, um compromisso firme do Grupo CGD. Porém, fatores de ordem não recorrente condicionaram a trajetória de redução de custos que se vinha observando desde há alguns períodos sucessivos.

Salienta-se, por outro lado, a confortável situação de liquidez, graças à muito favorável captação de recursos estáveis junto dos clientes, e à maior capacidade de recurso aos mercados financeiros internacionais.

Num contexto de redução de financiamento bancário agregado à economia, a Caixa continua a aumentar a sua quota de mercado no crédito a particulares e empresas.

5.1.1. RESULTADOS

Resultado Consolidado negativo de 181,6 M€.

Traduzindo o comportamento desfavorável da margem financeira e o ainda acentuado impacto das imparidades, bem como o aumento não recorrente de custos com pessoal, o Resultado Líquido consolidado do Grupo CGD no primeiro semestre de 2013 foi negativo de 181,6 milhões de euros, contra -12,7 milhões de euros no período homólogo do ano precedente.

Margem financeira, alargada e estrita, em redução refletindo sobretudo evolução taxas Euribor.

A Margem Financeira Alargada atingiu 468,3 milhões de euros, registando uma quebra de 41,7% face ao 1º semestre de 2012, com origem quer na Margem Financeira (-42,7%), quer nos Rendimentos de Instrumentos de Capital (-32,6%).

A estrutura do ativo da CGD, com um peso ainda muito elevado de crédito à habitação com taxa de juro indexada à Euribor, tem contribuído de forma significativa para a deterioração da Margem Financeira que apresentou uma redução de 42,7% face ao 1º semestre de 2012.

De referir que a carteira de crédito hipotecário da Caixa, banco que pela sua natureza e tradição se assume como importante entidade financiadora das famílias portuguesas, não representa um risco elevado, dado o seu reduzido *Loan-to-Value* (LTV) médio, que se situa abaixo de 60% comparando muito favoravelmente com outros bancos portugueses e europeus e a sua elevada granularidade traduzida num valor médio dos empréstimos vivos inferior a 50 mil euros.

Agravamento da margem devido a encargos com CoCos.

A evolução desfavorável da margem financeira foi também agravada pelo pagamento ao Estado dos encargos associados à emissão de obrigações subordinadas de conversão contingente (CoCos) que ascenderam a 39,8 milhões de euros no semestre. Expurgando este fator, cuja natureza é exógena à atividade de negócio do Grupo, a margem financeira teria registado uma variação negativa menos acentuada de 37,2%.

Face à inexistência de um mecanismo de transmissão monetária eficaz, a Caixa tem procurado mitigar o consequente efeito negativo na margem através de um

Acompanhamento ativo das taxas de juro, quer das operações ativas quer das operações passivas.

acompanhamento ativo das taxas de juro, quer das operações ativas quer das operações passivas.

As Comissões líquidas totalizaram 256,1 milhões de euros, valor muito próximo do observado no período homólogo de 2012 (-0,7%).

TABELA 25 - COMISSÕES LÍQUIDAS – CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO

(milhões de euros)

	Jun/12	Jun/13	Var. (%)
CGD Portugal	171,8	173,5	1,0%
Atividade Internacional	69,3	65,8	-5,0%
Banca de Investimento	26,3	32,4	23,3%
Gestão de Ativos	10,7	9,3	-12,5%
Outros	-20,3	-25,0	-
Total	**257,8**	**256,1**	**-0,7%**

Muito bom desempenho das operações financeiras.

As operações financeiras continuaram a apresentar um desempenho muito favorável expresso num proveito de 195,3 milhões de euros. Deve salientar-se que não obstante este valor se situar abaixo do verificado no primeiro semestre de 2012 (-23,7%), nesse período foram realizados ganhos com operações de recompra de dívida própria. Expurgados destes ganhos, os Resultados de Operações Financeiras teriam aumentado 115,4% no primeiro semestre de 2013, graças ao bom desempenho das atividades regulares de *trading* e de gestão das carteiras.

Redução da margem técnica da atividade seguradora.

A Margem Técnica da Atividade Seguradora refletiu também o decréscimo da atividade económica tendo registado uma variação negativa de 13,3%, situando-se em 214,9 milhões de euros em junho de 2013.

O Produto da Atividade Bancária e Seguradora reduziu-se assim em 434,2 milhões de euros (-27,3%), para 1 158,8 milhões de euros no 1º semestre de 2013.

Agravamento dos custos resultante exclusivamente da reintrodução dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores.

O Resultado Bruto de Exploração foi ainda agravado pela interrupção da tendência descendente dos custos de estrutura que registaram um aumento extraordinário associado à reintrodução dos subsídios de férias e de natal, traduzido num aumento dos Custos com Pessoal de 30,5 milhões de euros (+7%), não obstante a redução verificada na remuneração base dos empregados do Grupo em Portugal (cerca de 19%). Verificou-se no mesmo período um aumento dos encargos relativos ao Fundo de Pensões.

TABELA 26 - RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO
CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO

(milhões de euros)

	Jun/12	Jun/13	Variação Jun./13 vs. Jun./12	
			Abs.	%
Banca Comercial Nacional	488,1	59,2	-429,0	-87,9%
Atividade Internacional	151,9	119,7	-32,2	-21,2%
Atividade dos Seguros	131,5	127,8	-3,7	-2,8%
Banca de Investimento	24,2	38,5	14,3	59,1%
Resultado Bruto de Exploração	**795,7**	**345,2**	**-450,5**	**-56,6%**

Os Outros Gastos Administrativos mantiveram a sua trajetória descendente (-3,0% do que no período homólogo de 2012) refletindo a prossecução da política de otimização

operativa em curso no Grupo.

TABELA 27 - CUSTOS OPERATIVOS E AMORTIZAÇÕES

(milhões de euros)

			Variação	
	Jun/12	Jun/13	Abs.	(%)
Custos com Pessoal	433,4	464,0	30,5	7,0%
Outros Gastos Administrativos	288,0	279,3	-8,7	-3,0%
Depreciações e Amortizações	75,8	70,4	-5,4	-7,1%
Total	**797,2**	**813,6**	**16,4**	**2,1%**

Redução continuada de Outros Gastos Administrativos e das Amortizações.

Não obstante a Caixa continuar a atribuir elevada prioridade à racionalização operacional e ao aumento de eficiência, os factos extraordinários antes referidos, traduziram-se numa evolução desfavorável do *Cost-to-Income* que registou em junho um valor de 70,1% (57,7% em dezembro de 2012).

TABELA 28 - RÁCIOS DE EFICIÊNCIA

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Cost-to-Income (ativ. consolidada) (1)	50,1%	57,7%	70,1%
Custos Pessoal / Produto Atividade (1)	27,2%	30,8%	40,0%
Fornec. e Serv. de Terceiros / Produto de Atividade	18,1%	21,3%	24,1%
Custos Operativos / Ativo líquido médio	1,33%	1,41%	1,41%

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal.

Mantendo uma evolução decrescente, face ao pico verificado em junho do ano passado, as imparidades registaram, todavia, valores ainda muito elevados sobretudo no segmento do crédito situando-se, líquidas de reversões, em 371,9 milhões de euros no 1º semestre de 2013 (483,3 milhões no semestre homólogo anterior). Verificou-se também uma evolução positiva nas provisões e imparidades de outros ativos, líquidas de reversões e recuperações que se reduziram para 175,2 milhões de euros contra 245,2 milhões no primeiro semestre de 2012.

Valores decrescentes mas ainda muito elevados das imparidades, sobretudo do crédito, as quais se encontram, contudo, também em redução.

GRÁFICO 16 - PROVISÕES E IMPARIDADE (DR)

(milhões de euros)

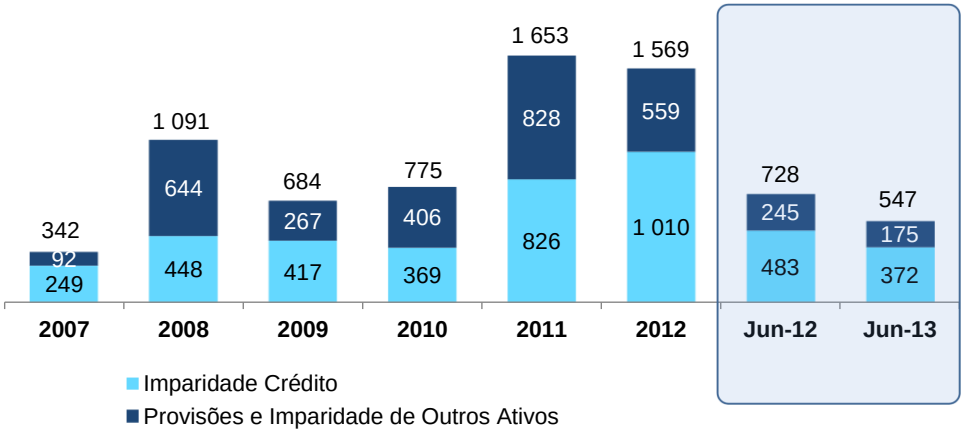


TABELA 29 - PROVISÕES E IMPARIDADE DO PERÍODO

(milhares de euros)

	Jun/12	Jun/13	Variação	
			Abs.	%
Provisões, líquidas	**19 621**	**62 957**	**43 336**	**220,9%**
Imparidade, líquida de reversão	**708 859**	**484 224**	**-224 636**	**-31,7%**
De crédito	483 302	371 940	-111 362	-23,0%
Crédito a clientes	498 985	385 406	-113 579	-22,8%
Recuperação de crédito	15 683	13 466	-2 217	-14,1%
De outros ativos	225 558	112 284	-113 274	-50,2%
Aplicações em instituições de crédito	1 604	559	-1 045	-65,2%
Devedores e outras aplicações	2 722	6 167	3 445	126,6%
Títulos	178 216	44 977	-133 239	-74,8%
Ativ. não correntes detidos para venda	24 023	43 315	19 292	80,3%
Ativos não financeiros e outros	18 993	17 267	-1 726	-9,1%
Provisões e Imparidade do Período	**728 480**	**547 181**	**-181 299**	**-24,9%**

Os impostos sobre os lucros reduziram-se de forma significativa para um valor negativo de 40,9 milhões de euros, relativos sobretudo a impostos diferidos, que se situaram em -40,1 milhões de euros.

Traduzindo a evolução descrita, o Resultado Líquido consolidado do Grupo CGD foi negativo de 181,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2013, contra -12,7 milhões de euros no período homólogo do ano precedente.

A Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios (ROE) situou-se em -5,55% (-4,41% após impostos) e a Rendibilidade Bruta do Ativo (ROA) em -0,35% (-0,28% após impostos).

TABELA 30 - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

(%)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13
Rend. Bruta dos Capitais Próprios – ROE (1) (2)	2,17%	-5,69%	-5,55%
Rend. Líquida dos Capitais Próprios – ROE (2)	0,23%	-5,34%	-4,41%
Rendibilidade Bruta do Ativo – ROA (1) (2)	0,11%	-0,31%	-0,35%
Rendibilidade Líquida do Ativo – ROA (2)	0,01%	-0,29%	-0,28%
Produto de Atividade (3) / Ativo Líquido médio (1) (2)	2,65%	2,44%	2,01%

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal.
(2) Considerando os valores de Capitais Próprios e de Ativo Líquido médios (13 observações).
(3) Inclui Resultados em Empresas Associadas.

TABELA 31 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

(milhares de euros)

			Variação	
	Jun/12 (*)	Jun/13	Abs.	(%)
Juros e Rendimentos Similares	2 758 727	1 921 095	-837 632	-30,4%
Juros e Encargos Similares	2 036 239	1 507 044	-529 195	-26,0%
Margem Financeira	722 488	414 051	-308 437	-42,7%
Rendimentos de Instrumentos de Capital	80 533	54 257	-26 276	-32,6%
Margem Financeira Alargada	**803 021**	**468 307**	**-334 713**	**-41,7%**
Rendimentos de Serviços e Comissões	347 366	330 495	-16 871	-4,9%
Encargos com Serviços e Comissões	89 541	74 398	-15 143	-16,9%
Comissões Líquidas	257 825	256 097	-1 728	-0,7%
Resultados em Operações Financeiras	256 118	195 348	-60 770	-23,7%
Outros Resultados de Exploração	28 012	24 152	-3 860	-13,8%
Margem Complementar	**541 955**	**475 597**	**-66 358**	**-12,2%**
Prémios Líquidos de Resseguro	614 289	579 440	-34 850	-5,7%
Rendimento Investimentos Afetos Contratos Seguro	76 053	71 155	-4 898	-6,4%
Custos c/ Sinistros Líquidos de Resseguro	396 759	401 627	4 868	1,2%
Comissões e Outros Proveitos e Custos Associados	-45 638	-34 104	11 534	-
Margem Técnica da Atividade de Seguros	247 945	214 863	-33 082	-13,3%
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	**1 592 921**	**1 158 767**	**-434 153**	**-27,3%**
Custos com Pessoal	433 448	463 954	30 506	7,0%
Outros Gastos Administrativos	287 968	279 255	-8 713	-3,0%
Depreciações e Amortizações	75 802	70 396	-5 407	-7,1%
Custos Operativos e Amortizações	797 218	813 605	16 387	2,1%
Resultado Bruto de Exploração	**795 702**	**345 162**	**-450 540**	**-56,6%**
Provisões e Imparidade Outros Ativos, Líquida	245 178	175 241	-69 937	-28,5%
Imparidade do Crédito Líquida de Reversões	483 302	371 940	-111 362	-23,0%
Provisões e Imparidades	**728 480**	**547 181**	**-181 299**	**-24,9%**
Resultados de Filiais Detidas para Venda	**-1 433**	**0**	**1 433**	**-**
Resultados em Empresas Associadas	**-2 078**	**2 321**	**4 399**	**-**
Resultados antes de Impostos e de Int. Minoritários	**63 711**	**-199 698**	**-263 409**	**-**
Impostos	**56 838**	**-40 905**	**-97 743**	**-**
Correntes e Diferidos	41 926	-53 472	-95 398	-
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário	14 912	12 567	-2 345	-15,7%
Resultado Consolidado do Período	**6 873**	**-158 793**	**-165 666**	**-**
do qual:				
Interesses Minoritários	19 586	22 802	3 216	16,4%
Resultado Líquido atribuível ao Acionista da CGD	**-12 713**	**-181 595**	**-168 882**	**-**

(*) Os valores relativos a 2012 são proforma uma vez que as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial.

5.1.2. BALANÇO

Continuando a refletir o efeito da política de progressiva desalavancagem do Balanço, acentuada aquando da introdução do Programa de Assistência Financeira, o Ativo Líquido consolidado registou novo decréscimo, desta feita de 3,6% face ao final do ano anterior e de 4,3% face a junho de 2012, cifrando-se em 112 684 milhões de euros.

Redução do crédito na generalidade dos segmentos de negócio.

Este decréscimo ficou a dever-se sobretudo à diminuição do crédito, visível em todos os segmentos do negócio, num contexto de reduzida procura por financiamento associada ao atual enquadramento económico.

Verificou-se também uma redução nos saldos das Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (-1 030 milhões de euros, -17,8% do que no semestre homólogo de 2012) e a um aumento na carteira de Títulos (incluindo Ativos com Acordo de Recompra) que registou um valor de 27 613 milhões de euros (+7,1% do que em junho de 2012).

O Crédito a Clientes (bruto) reduziu-se 2,3% face a dezembro de 2012, totalizando 77 109 milhões de euros em junho de 2013.

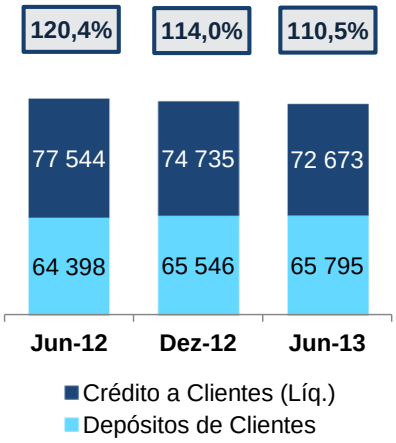
No Passivo salienta-se o efeito da redução em 4 250 milhões de euros do financiamento da Caixa junto do BCE que se situava em junho de 2013 em 4 750 milhões de euros (9 000 milhões de euros no final de junho de 2012). Verificou-se também uma redução de 1 505 milhões de euros (-14,2%) nas Responsabilidades Representadas por Títulos, que registaram um valor de 9 085 milhões de euros no final do semestre.

Aumento dos depósitos de clientes confirmando confiança dos Portugueses no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

O saldo dos Depósitos de Clientes ascendeu a 65 795 milhões de euros o que representa um acréscimo de 2,2% face a junho de 2012. No final do primeiro semestre de 2013, o rácio de transformação era de 110,5%, situando-se abaixo do limite máximo recomendado pelas autoridades.

GRÁFICO 17 - RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS

(milhões de euros)



Redução do custo do risco de crédito para 0,95%.

A Imparidade do Crédito, Líquida de Anulações e Reversões representou 0,95% do valor médio da carteira de crédito, inferior ao observado no final de 2012 em 0,29 p.b.

O montante da Imparidade Acumulada relativa ao Crédito a Clientes (normal e vencido) ascendeu a 4 437 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2013 (+589 milhões, +15,3% do que em igual data de 2012), resultando num grau de cobertura de Crédito Vencido com mais de 90 dias de 98,1% (100,6% no final de 2012).

A deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira não permitiu ainda a estabilização da qualidade de crédito, refletindo-se num agravamento dos respetivos indicadores, com o Rácio de Crédito Vencido Total a fixar-se em 6,7% no final de junho de 2013, acima dos 5,7% verificados em dezembro de 2012. O Rácio de Crédito Vencido com mais de 90 dias foi de 5,9%, contra 5,3% no final de 2012.

Os rácios de Crédito em Risco e de Crédito com Incumprimento, calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2012 do Banco de Portugal, foram respetivamente de 10,2% e 7,4% no final de junho de 2013, contra 9,4% e 6,4% respetivamente no final de 2012. O Crédito em Risco, para além do Crédito Vencido por um período igual ou superior a 90 dias e do Crédito Vincendo associado, considera ainda o valor total em dívida do crédito reestruturado e outras operações de crédito sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, nomeadamente a falência ou liquidação do devedor.

O custo do risco de crédito, medido pela respetiva imparidade em percentagem do saldo médio do crédito a clientes, foi de 0,95%, tendo registado um decréscimo de 0,29% face ao final de 2012.

Deve referir-se que se tem vindo a assistir a um "envelhecimento" dos créditos vencidos na carteira da CGD Portugal, sobretudo no segmento do crédito à habitação, indicador de um decréscimo do número e do volume de novos casos de incumprimento.

Reorganização interna no sentido da prevenção ao incumprimento.

Não menos importante, a Caixa tem reforçado as políticas de prevenção em matéria de crédito em todos os segmentos do negócio, procurando mitigar a evolução desfavorável da qualidade do crédito no presente período de ajustamento da economia portuguesa.

Assim, a Caixa instituiu circuitos de acompanhamento dos contratos de crédito possibilitando a deteção precoce dos indícios de risco de incumprimento com vista à adoção célere de medidas suscetíveis de prevenir o referido incumprimento.

TABELA 32 - QUALIDADE DO CRÉDITO (CONSOLIDADO)

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Variação Jun/13 vs. Dez/12	
				Abs.	%
Crédito Total	81 392	78 924	77 109	-1 814	-2,3%
Crédito sobre clientes (vincendo)	76 995	74 411	71 927	-2 484	-3,3%
Crédito e juros vencidos	4 397	4 513	5 183	669	14,8%
Do qual: vencido há mais de 90 dias	3 724	4 165	4 523	358	8,6%
Imparidade do crédito	3 848	4 189	4 437	247	5,9%
Crédito líquido de imparidade	77 544	74 735	72 673	-2 062	-2,8%
RÁCIOS					
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (1)	5,7%	6,4%	7,4%	-	-
Crédito em Risco / Crédito Total (1)	8,7%	9,4%	10,2%	-	-
Crédito Vencido / Crédito Total	5,4%	5,7%	6,7%	-	-
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito Total	4,6%	5,3%	5,9%	-	-
Créd. com Incumprimento, líq. / Créd. Total, líq. (1)	1,0%	1,1%	1,8%	-	-
Crédito em Risco, líq. / Crédito Total, líq. (1)	4,2%	4,4%	4,7%	-	-
Imparidade de Créd. / Crédito Vencido	87,5%	92,8%	85,6%	-	-
Imparidade de Créd. / Crédito Vencido > 90 dias	103,3%	100,6%	98,1%	-	-
Imparidade do Créd. (DR) / Crédito Total (médio)	1,17%	1,24%	0,95%	-	-

(a) Indicadores calculados de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal.

A carteira de Títulos registou um acréscimo de 1 819 milhões de euros (+7,1%) face a junho de 2012.

A carteira de Títulos (incluindo Ativos com Acordo de Recompra) registou um acréscimo de 1 819 milhões de euros (+7,1%) relativamente a junho de 2012, em grande parte fruto da recuperação do valor da sua componente de dívida. No entanto se comparado com o valor a dezembro de 2012, regista-se uma redução de 1 084 milhões de euros, quase exclusivamente na componente da carteira bancária. Esta redução resulta sobretudo do vencimento de ativos não *core*, no quadro do processo de desalavancagem previsto no plano de reestruturação.

TABELA 33 - APLICAÇÃO EM TÍTULOS [(a)]

(milhões de euros)

				Variação Jun/13 vs. Jun/12		Variação Jun/13 vs. Dez/12	
	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Atividade bancária	**17 352**	**19 606**	**18 575**	**1 223**	**7,0%**	**-1 033**	**-5,3%**
Ativ. fin. justo valor atr. resultados	4 029	3 943	3 576	-454	-11,3%	-367	-9,3%
Ativ. fin. disponíveis para venda	13 322	15 664	14 999	1 677	12,6%	-665	-4,2%
Atividade seguradora	**8 442**	**9 091**	**9 038**	**596**	**7,1%**	**-52**	**-0,6%**
Ativ. fin. justo valor atr. resultados	84	56	43	-41	-49,3%	-14	-24,3%
Ativ. fin. disponíveis para venda	5 232	5 417	5 589	357	6,8%	172	3,2%
Invest. assoc. produtos *unit-linked*	624	1 148	1 064	440	70,6%	-84	-7,3%
Invest. a deter até à maturidade	2 502	2 469	2 342	-160	-6,4%	-127	-5,1%
Total	**25 794**	**28 697**	**27 613**	**1 819**	**7,1%**	**-1 084**	**-3,8%**

(a) Após Imparidade e inclui Repos (Ativos com Acordo de Recompra).

A distribuição do Ativo líquido consolidado por entidades era a seguinte:

TABELA 34 - ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

(milhões de euros)

GRUPO CGD	Jun/12		Dez/12		Jun/13	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	80 873	68,7%	78 885	67,5%	76 004	67,4%
Caixa Seguros e Saúde	9 990	8,5%	10 772	9,2%	10 789	9,6%
Banco Caixa Geral (Espanha)	5 441	4,6%	5 503	4,7%	5 374	4,8%
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	2 543	2,2%	3 029	2,6%	2 770	2,5%
Caixa Banco de Investimento	2 070	1,8%	2 094	1,8%	1 959	1,7%
Caixa Leasing e Factoring	2 906	2,5%	2 638	2,3%	2 447	2,2%
Banco Caixa Geral Totta Angola	1303	1,1%	1 160	1,0%	1 242	1,1%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	605	0,5%	616	0,5%	623	0,6%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	1558	1,3%	1654	1,4%	1726	1,5%
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	633	0,5%	644	0,6%	574	0,5%
Outras empresas	9 773	8,3%	9 863	8,4%	9 175	8,1%
Ativo Líquido Consolidado	**117 694**	**100,0%**	**116 859**	**100,0%**	**112 684**	**100,0%**

TABELA 35 - BALANÇO CONSOLIDADO

(milhões de euros)

				Variação Jun/13 vs. Jun/12		Variação Jun/13 vs. Dez/12	
ATIVO	Jun/12 (*)	Dez/12 (*)	Jun/13	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Caixa e disponib. em bancos centrais	1 265	1 603	1 497	232	18,3%	-107	-6,6%
Aplicações em instituições de crédito	4 533	3 819	3 272	-1 262	-27,8%	-548	-14,3%
Crédito a clientes	77 544	74 735	72 673	-4 871	-6,3%	-2 062	-2,8%
Aplicações em títulos	25 381	28 193	26 937	1 556	6,1%	-1 256	-4,5%
Ativos com acordo de recompra	413	504	676	263	63,6%	172	34,0%
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	227	218	40	-187	-82,4%	-178	-81,7%
Ativos intangíveis e tangíveis	1 379	1 316	1 167	-212	-15.4%	-150	-11.4%
Ativos por impostos correntes	93	61	91	-2	-1,7%	30	49,5%
Ativos por impostos diferidos	1 670	1 468	1 459	-211	-12,6%	-9	-0,6%
Provisões téc. de resseguros cedidos	229	197	214	-15	-6,5%	17	8,5%
Outros ativos	4 962	4 744	4 659	-303	-6,1%	-86	-1,8%
Total do Ativo	**117 694**	**116 859**	**112 684**	**-5 011**	**-4,3%**	**-4 175**	**-3,6%**
PASSIVO							
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	13 996	12 227	9 837	-4 159	-29,7%	-2 389	-19,5%
Recursos de clientes	70 345	71 355	71 827	1 482	2,1%	472	0,7%
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2 151	2 217	1 760	-391	-18,2%	-457	-20,6%
Responsabilidades representadas por títulos	11 150	10 591	9 085	-2 065	-18,5%	-1 505	-14,2%
Provisões	894	973	1 026	132	14,8%	53	5,5%
Provisões técnicas de atividade de seguros	4 363	4 224	4 185	-178	-4,1%	-39	-0,9%
Passivos subordinados	2 874	2 889	2 941	68	2,4%	52	1,8%
Outros passivos	5 083	5 103	4 915	-168	-3,3%	-188	-3,7%
Total do Passivo	**110 855**	**109 579**	**105 577**	**-5 278**	**-4,8%**	**-4 001**	**-3,7%**
Capitais Próprios	**6 839**	**7 280**	**7 106**	**267**	**3,9%**	**-174**	**-2,4%**
Total do Passivo e Capitais Próprios	**117 694**	**116 859**	**112 684**	**-5 011**	**-4,3%**	**-4 175**	**-3,6%**

(*) Os valores relativos a 2012 são proforma uma vez que as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial.

5.1.3. LIQUIDEZ

Situação desafogada em matéria de liquidez cria condições para o Grupo CGD apoiar o financiamento dos agentes económicos.

O ambiente de maior estabilidade dos mercados financeiros internacionais e o fortalecimento da situação financeira dos bancos possibilitou, nos primeiros meses de 2013, um incremento da liquidez nos mercados interbancários e a progressiva abertura do mercado de capitais aos créditos dos países não *core*, incluindo os portugueses. Ainda assim, a persistente fragilidade da economia na zona euro conduziu em maio, à decisão do BCE de reduzir as respetivas taxas de juro de referência para níveis mínimos (taxa de refinanciamento em 0,5% e taxa de depósito em 0%). Esta resolução, em conjunto com outras ações desta instituição no sentido de criação de mecanismos facilitadores da gestão de liquidez e de acesso aos mercados, permitiram um fortalecimento da confiança dos investidores, e uma melhoria progressiva do funcionamento do mercado de capitais.

Reabertura do mercado de Obrigações Hipotecárias com emissão largamente procurada pelos investidores de diversas regiões geográficas e setores institucionais.

Aproveitando as condições mais favoráveis no mercado, a CGD lançou no início do ano uma emissão de Obrigações Hipotecárias a 5 anos, no montante de 750 milhões de euros com um cupão de 3,75%, reabrindo este segmento a instituições financeiras portuguesas. A excelente recetividade desta emissão foi evidenciada pela forte procura, que ultrapassou os 4 mil milhões de euros, e pela colocação de cerca de 90% do montante junto de mais de 200 investidores externos, nomeadamente no Reino Unido, Alemanha, Áustria, França e Suíça.

A agência de *rating* DBRS atribuiu a notação A a esta emissão e confirmou a mesma notação para todas as séries de obrigações hipotecárias da CGD.

Nova redução do recurso a fundos do BCE.

Este enquadramento em conjunto com o bom desempenho dos depósitos levou a que a CGD tenha optado por uma cuidadosa normalização da sua política de financiamento, incluindo a desejável redução da dependência do financiamento junto do BCE. O Grupo CGD reduziu, no primeiro semestre, o montante financiado junto desta instituição em 1 965 milhões de euros, passando de 8 415 milhões em dezembro para 6 450 milhões de euros no final de junho. No caso da CGD individual esta redução foi ainda superior, passando o financiamento junto do Banco Central de 6 950 milhões de euros em dezembro para 4 750 milhões de LTRO em junho de 2013. Por seu lado, a *pool* de ativos elegíveis como colateral do Grupo CGD no final do semestre fixou-se nos 17 034 milhões de euros, ascendendo o montante não utilizado a 10 584 milhões de euros.

No âmbito do programa EMTN, o saldo das emissões vivas reduziu-se, no período em análise, em 1 704 milhões de euros, dos quais 1 000 milhões de euros corresponderam à amortização de uma emissão pública efetuada em 2009.

5.1.4. SOLVABILIDADE

Reforço dos Capitais Próprios do Grupo (+ 3,9% em termos homólogos).

Os Capitais Próprios do Grupo totalizaram 7 106 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2013, tendo sido reforçados em 267,1 milhões de euros (+3,9%) face ao observado em junho 2012.

TABELA 36 - CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhões de euros)

				Variação Jun/13 vs. Jun/12		Variação Jun/13 vs. Dez/12	
	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Capital social	5 900	5 900	5 900	0	-	0	-
Reservas de justo valor	-1 197	-190	-169	1 028	-	20	-
Outras reservas e result. transitados	1 147	979	563	-584	-50,9%	-417	-42,5%
Interesses minoritários	1 002	985	994	-8	-0,8%	9	0,9%
Resultado do período	-13	-395	-182	-169	-	213	-
Total	**6 839**	**7 280**	**7 106**	**267**	**3,9%**	**-174**	**-2,4%**

Para a variação positiva contribuiu a melhoria das Reservas de Justo Valor em 1 028 milhões de euros.

O Rácio de Solvabilidade em base consolidada e incluindo os resultados retidos manteve o mesmo valor em junho de 2013 em relação ao registado no final de 2012: 13,6%.

O Rácio *Core Tier 1,* em base consolidada e incluindo os resultados retidos, fixou-se em 11,4% em junho de 2013, que compara com 11,6% em dezembro de 2012.

Rácios de Solvabilidade

- *Tier I*: 11,0%;
- *Core Tier I* (BdP): 11,4%;
- *Core Tier I* (EBA): 9,3%.

TABELA 37 - RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (EM BASE CONSOLIDADA) [(a)]
SALDOS

(milhões de euros)

Fundos próprios	Jun/12	Dez/12	Jun/13
1. *Core capital*	8 200	7 926	7 698
1.1. Dedução das participações em IC's e seguradoras	-346	-392	-359
1.2. Ações preferenciais (*Tier I*)	96	96	96
2. Base – *TIER I*	7 950	7 629	7 435
3. Complementares – *TIER II*	1 799	1 749	1 793
4. Deduções aos fundos próprios	-45	-47	-48
5. Fundos próprios totais elegíveis (2+3+4)	9 704	9 331	9 180
6. Posições Ponderadas Totais	70 370	68 383	67 663
Rácios			
Core Tier I (BdP) (1./6.)	11,7%	11,6%	11,4%
Core Tier I (EBA) (1.-1.1-(b))/6.	9,6%	9,4%	9,3%
Tier I (2./6.)	11,3%	11,2%	11,0%
Rácio de solvabilidade (5./6.)	13,8%	13,6%	13,6%

(a) Com inclusão do resultado do período.

(b) Buffer divida soberana (1 073 milhões de euros).

5.2. ATIVIDADE INDIVIDUAL

5.2.1. RESULTADOS

No primeiro semestre de 2013, a atividade individual da CGD apresentou um resultado liquido negativo de 468,3 milhões de euros. A evolução desfavorável decorreu em grande medida do comportamento da margem financeira conjugado com o ainda elevado esforço de provisionamento do semestre e do agravamento dos custos de estrutura.

TABELA 38 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL [(a)]

(milhares de euros)

			Variação	
	Jun-12	Jun-13	Abs.	(%)
Juros e Rendimentos Similares	2 706 971	1 488 232	-1 218 740	-45,0%
Juros e Encargos Similares	2 259 527	1 328 529	-930 997	-41,2%
Margem Financeira	447 444	159 702	-287 742	-64,3%
Rendimentos de Instrumentos de Capital	113 983	73 607	-40 376	-35,4%
Margem Financeira Alargada	**561 427**	**233 309**	**-328 118**	**-58,4%**
Rendimentos de Serviços e Comissões	248 992	240 411	-8 581	-3,4%
Encargos com Serviços e Comissões	58 640	53 236	-5 404	-9,2%
Comissões Líquidas	190 352	187 175	-3 177	-1,7%
Resultados em Operações Financeiras	211 156	128 115	-83 041	-39,3%
Outros Resultados de Exploração	54 042	21 414	-32 628	-60,4%
Margem Complementar	**455 550**	**336 704**	**-118 846**	**-26,1%**
Produto Bancário	**1 016 978**	**570 013**	**-446 965**	**-44,0%**
Custos com Pessoal	248 506	276 898	28 391	11,4%
Outros Gastos Administrativos	164 799	160 613	-4 186	-2,5%
Depreciações e Amortizações	49 347	43 780	-5 567	-11,3%
Custos Operativos e Amortizações	462 652	481 291	18 638	**4,0%**
Resultado Bruto de Exploração	**554 325**	**88 723**	**-465 603**	**-84,0%**
Provisões e Imparidade Outros Ativos, Líquida	165 568	46 151	-119 417	-72,1%
Correção de valor associado ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	467 174	690 308	223 134	47,8%
Provisões e Imparidades	**632 742**	**736 459**	**103 718**	**16,4%**
Resultados antes de Impostos	**-78 416**	**-647 737**	**-569 320**	-
Impostos	**-6 779**	**-179 447**	**-172 668**	-
Correntes	73 207	-44 202	-117 409	-
Diferidos	-93 745	-146 844	-53 099	-
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário	13 759	11 599	-2 160	-15,7%
Resultado do Período	**-71 637**	**-468 290**	**-396 652**	-

(a) Incluindo a atividade das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Grand Cayman, Financeira Exterior da Madeira, Timor e Zhuhai.

A Margem Financeira Alargada totalizou 233,3 milhões de euros, diminuindo 58,4% relativamente ao valor verificado no 1º semestre de 2012, em resultado quer da quebra da Margem Financeira, quer dos Rendimentos de Instrumentos de Capital cujas reduções foram de 287,7 milhões de euros (-64,3%) e de 40,4 milhões de euros (-35,4%), respetivamente.

A Margem Complementar também apresentou um comportamento desfavorável ficando 118,8 milhões de euros aquém do valor registado no primeiro semestre de 2012. Para tal contribuíram os Resultados em Operações Financeiras e os Outros Resultados de Exploração.

Relativamente aos Custos Operativos, é de destacar o aumento de 28,3 milhões de euros 11,4%) face a junho de 2012 dos Custos com Pessoal, que devido à reintrodução dos subsídios de férias e de Natal viram interrompida a tendência decrescente observada em períodos anteriores.

O aumento registado nos Custos com Pessoal ficou a dever-se à reintrodução dos subsídios de férias e de Natal, interrompendo a tendência decrescente observada em períodos anteriores.

Para além destes aspetos e traduzindo ainda o esforço de provisionamento no semestre, que totalizou um montante de 736,5 milhões de euros, o Resultado Líquido da atividade individual da CGD foi negativo de 468,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2013, contra 71,6 milhões no período homólogo do ano anterior.

5.2.2. BALANÇO

O Ativo Líquido da atividade individual da CGD alcançou, no final do primeiro semestre de 2013, 96 660 milhões de euros, valor inferior ao registado em dezembro de 2012 em 5 553 milhões (-5,4%), situação que em grande medida traduz o efeito de desalavancagem do balanço.

No que diz respeito ao Ativo, e analisando as variações face a dezembro de 2012, salientam-se as diminuições no Crédito a Clientes (-2 594 milhões, -4,1%) e nas e nas Aplicações em Instituições de Crédito (-1 274 milhões de euros, -18,6%).

TABELA 39 - BALANÇO INDIVIDUAL

(milhões de euros)

				Variação Jun/13 vs. Jun/12		Variação Jun/13 vs. Dez/12	
Ativo	Jun-12	Dez-12	Jun-13	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Caixa e disponib. em bancos centrais	629	924	759	130	20,7%	-165	-17,9%
Aplicações em instituições de crédito	8 872	6 864	5 590	-3 282	-37,0%	-1 274	-18,6%
Crédito a clientes	66 485	64 002	61 408	-5 077	-7,6%	-2 594	-4,1%
Aplicações em títulos	18 655	20 083	19 502	846	4,5%	-581	-2,9%
Ativos com acordo de recompra	1 572	1 500	676	-896	-57,0%	-824	-54,9%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3 959	3 945	3 746	-213	-5,4%	-199	-5,0%
Ativos intangíveis e tangíveis	584	554	534	-50	-8,6%	-20	-3,7%
Ativos por impostos diferidos	1 261	1 151	1 268	7	0,5%	117	10,1%
Outros ativos	3 399	3 189	3 178	-221	-6,5%	-11	-0,4%
Total do Ativo	**105 416**	**102 213**	**96 660**	**-8 756**	**-8,3%**	**-5 553**	**-5,4%**

(milhões de euros)

Passivo	Jun-12	Dez-12	Jun-13	Variação Jun/13 vs. Jun/12 Abs.	Variação Jun/13 vs. Jun/12 (%)	Variação Jun/13 vs. Dez/12 Abs.	Variação Jun/13 vs. Dez/12 (%)
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	15 271	13 103	10 164	-5 107	-33,4%	-2 939	-22,4%
Recursos de clientes	57 296	58 248	57 918	622	1,1%	-330	-0,6%
Passivos financeiros	7 732	7 217	6 667	-1 065	-13,8%	-550	-7,6%
Responsabilidades representadas por títulos	12 387	11 549	9 869	-2 518	-20,3%	-1 680	-14,5%
Provisões	1 074	1 145	1 139	65	6,1%	-6	-0,5%
Passivos subordinados	2 962	2 978	3 031	68	2,3%	53	1,8%
Outros passivos	2 763	2 044	2 377	-386	-14,0%	333	16,3%
Total do Passivo	**99 485**	**96 284**	**91 164**	**-8 321**	**-8,4%**	**-5 120**	**-5,3%**
Capitais Próprios	**5 930**	**5 929**	**5 496**	**-435**	**-7,3%**	**-434**	**-7,3%**
Total do Passivo e Capitais Próprios	**105 416**	**102 213**	**96 660**	**-8 756**	**-8,3%**	**-5 553**	**-5,4%**

Os Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito diminuíram 2,9 mil milhões de euros (-22,4%) face a dezembro de 2012.

No tocante ao Passivo, os Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito diminuíram 2 939 milhões de euros (-22,4%) face a dezembro de 2012 e as Responsabilidades Representadas por Títulos diminuíram 1 680 milhões (-14,5%) no semestre em análise.

5.2.3. SOLVABILIDADE

Os Capitais Próprios totalizaram 5 496 milhões de euros no final do 1º semestre de 2013, montante inferior em 434 milhões ao observado em dezembro último (-7,3%). Não obstante a melhoria das Reservas de Reavaliação ocorrida no semestre (+727 milhões de euros), a evolução dos capitais próprios foi desfavorável dada a redução das outras reservas e resultados transitados e o resultado liquido negativo de 468 milhões de euros no período em análise.

TABELA 40 - CAPITAIS PRÓPRIOS (INDIVIDUAL)
SALDOS

(milhões de euros)

	Jun/12	Dez/12	Jun/13	Variação Jun/13 vs. Jun/12 Abs.	Variação Jun/13 vs. Jun/12 (%)	Variação Jun/13 vs. Dez/12 Abs.	Variação Jun/13 vs. Dez/12 (%)
Capital	5 900	5 900	5 900	0	0,0%	0	0,0%
Reservas de reavaliação	-752	-68	-25	727	96,7%	43	62,8%
Out. reservas e result. transitados	854	776	89	-765	-89,6%	-687	-88,5%
Resultado do período	-72	-679	-468	-397	-	-	-
Total	**5 930**	**5 929**	**5 496**	**-435**	**-7,3%**	**-434**	**-7,3%**

6. *Rating*

Em junho de 2013 a agência de notação DBRS decidiu manter os *ratings* atribuídos à CGD, tendo a FitchRatings e a Moody's confirmado igualmente os *ratings* da CGD em julho de 2013.

Por sua vez, a Standard & Poor's alterou, em 11 de julho, de estável para negativo, o *outlook* do *rating* da Caixa (BB-/B), na sequência de idêntica revisão do *outlook* do *rating* da República Portuguesa em 5 de julho último.

TABELA 41 - *RATINGS*

	Curto Prazo		Longo Prazo		
	CGD	Portugal	CGD	Portugal	
Standard & Poor's	B	B	BB-	BB	jul/2013
FitchRatings	B	B	BB+	BB+	jul/2013
Moody's	N/P	N/P	Ba3	Ba3	jul/2013
DBRS	R-2 (mid)		BBB (low)	BBB (low)	jun/2013

7. Responsabilidade Corporativa e Investimento no Futuro

A Caixa devolve à comunidade o capital de confiança que esta lhe oferece.

Mais do que uma referência no sistema financeiro português, o Grupo CGD apresenta perante a comunidade um reconhecido compromisso de responsabilidade social e investimento no futuro, visível num conjunto diferenciado de ações e na abordagem que assume perante os pilares de desenvolvimento do próprio negócio.

Alicerçando a sua atividade numa gestão corporativa forte, promovendo elevados padrões éticos e defendendo o desenvolvimento sustentável, a CGD está permanentemente comprometida com o Progresso e a Inovação – económica, social e ambiental - valorizando o diálogo com os seus *stakeholders* e respondendo às necessidades emergentes que impelem a construção de um futuro melhor para todas as gerações.

MARCA

Numa conjuntura exigente marcada por indicadores adversos, o desempenho da marca CGD contraria tendências setoriais e revela uma subida nos resultados - da Confiança gerada, à Reputação conquistada e ao Valor Financeiro atribuído - que consolidam a liderança, racional e emocional, da Caixa junto da sociedade, cidadãos, organizações e agentes económicos.

- 13 anos consecutivos como Marca de Confiança dos portugueses e como banco de referência, com um impacto potencial junto de 5,3 milhões de indivíduos;
- Marca bancária portuguesa com maior Reputação (Metodologia *Reputation Institute*);
- Marca bancária portuguesa com maior valor financeiro - 446 milhões de euros - pelo 6.º ano consecutivo (Metodologia *Brand Finance*);
- Marca de Excelência pela 4.ª vez consecutiva (*Superbrand*);
- “Banco de (p)referência dos portugueses” (Prémios *Marketeer* 2013).

RELAÇÃO E ENVOLVIMENTO

- Marca com um grau de envolvimento muito forte - 98% - junto dos seus colaboradores;
- Banco com elevados níveis de fidelização e satisfação: 85% das PME e 60% dos clientes particulares recomendam a CGD;
- Banco com maior número de clientes individuais e de clientes “família”.

INVESTIMENTO NO FUTURO (SUSTENTABILIDADE)

- Empresa *Prime* no desempenho sustentável (*Rater* OEKOM);
- Instituição Financeira Ibérica líder na Economia de Baixo Carbono e Top 6 das melhores (grandes) empresas ibéricas (*Rater Carbon Disclosure Project CGD*);
- Instituição Financeira mais Sustentável de Portugal, pela 3ª vez consecutiva (*The New Economy Sustainable Finance Awards*);
- Banco líder na associação ao microcrédito;
- Banco líder na associação à Economia Azul / Economia do Mar;

- Banco líder na Economia Social e Inclusão Financeira;
- Maior e mais abrangente programa de literacia Financeira do sector bancário português: Saldo Positivo - para jovens, cidadãos e PME;
- Banco para o Conhecimento: junto da Academia e PME – Área de Estudos CGD e *Research*; Conferências, Seminários e Cadernos para a Internacionalização em países emergentes ou potencialmente recetores de negócios nacionais (Micro e PME).
- Banco com resultados ambientais auditados e relatados:
    - Reduções anuais (2012) face a 2011:
        - 3 784 t/CO2 de emissões compensadas, relacionadas com parte da atividade corrente;
        - 9% do consumo de água;
        - 7% do consumo de eletricidade;
        - 11% das emissões de GEE;
        - Aumento de 22% na reciclagem de resíduos.
    - Redução anual (2012) face a 2006:
        - 19% no consumo de eletricidade, evitando a emissão de 7 204 t CO2, equivalentes ao consumo de eletricidade de 5 028 casas.
- Marca mais associada à divulgação e promoção da Cultura em Portugal, suplantando organizações culturais de prestígio internacional no país.

INOVAÇÃO E PIONEIRISMO

- 1.º banco em Portugal a implementar um Sistema de Gestão Ambiental, numa ótica de eficiência energética, gestão responsável de recursos, mitigação de riscos diretos e indiretos e cultura interna;
- Único banco em Portugal a emitir, pelo 3.º ano consecutivo, um Relatório de Neutralidade Carbónica com auditoria independente/externa;
- Banco promotor do 1.º programa educativo de voluntariado jovem em escolas secundárias de Portugal – *Young VolunTeam*, acreditado/certificado pela Direção Geral da Educação do MEC para efeitos de obtenção de créditos para os *curricula* dos alunos;
- Único portal financeiro e institucional, português, com 100% acessibilidade W3C;
- Banco orientado à criação de emprego e pioneiro na promoção do Empreendedorismo, através do apoio a iniciativas nacionais (concursos, conferências, etc.) e de *venture capital*;
- "The best Mobile Banking APP" (EFMA): a *App* Caixadirecta constitui hoje a primeira escolha das *App* financeiras gratuitas das varias lojas de aplicações. Mais de 3 500 000 de operações em maio, com cerca de 80 000 instalações.

A inovação e o pioneirismo são imagens de marca da Caixa.

No âmbito da política de inserção, é de realçar a nova linha de atendimento ao Cidadão Surdo através de vídeo chamada com o Caixa *Contact Center*. A Caixa foi a 1ª instituição financeira a disponibilizar este tipo de atendimento a Clientes/não Clientes com necessidades especiais, permitindo obter informação sobre os seus produtos e serviços. O Cliente/não Cliente estabelece contacto visual com um intérprete de Língua Gestual Portuguesa, através de vídeo chamada que, por sua vez, assegura a ligação em áudio

com o Caixa *Contact Center.*

A vocação de participação construtiva na vida da sociedade civil, que a Caixa entende como uma "missão", abrange naturalmente o seu próprio universo sendo visíveis (e percebidos como naturais) os sinais de responsabilidade bilateral da instituição para com os seus colaboradores e destes entre si.

Proteção do ambiente, promoção da cultura e das pessoas.

Fazem parte integrante da cultura Caixa, por exemplo, a promoção de um ambiente de equilíbrio saudável entre a vida profissional e familiar, bem como a deteção, estímulo e progressão do talento e o estímulo à participação ativa na vida da sociedade.

Caracterizando-se por um elevado nível de identificação dos trabalhadores com a sua instituição, a Caixa deverá ser, mais do que o lugar onde se pretende continuar a trabalhar, aquele lugar a que novas valias humanas ambicionam pertencer.

8. Prémios e Distinções

A aposta continuada na sustentabilidade demonstra a liderança e inovação da CGD na integração de critérios de índole social, ambiental e corporativa na atividade corrente. A CGD prossegue um programa de sustentabilidade estruturado e abrangente, reconhecido por entidades nacionais e internacionais que regularmente acompanham e auditam a sua execução.

- Banco Mais Sustentável em Portugal em 2012

  The New Economy

- Top 6 ibérico "Iberia 125 Climate Change Report 2012"

  Carbon Disclosure Project.

- Empresa "*best in class*" no sector financeiro ao nível internacional

  Oekom

A marca Caixa Geral de Depósitos foi também várias vezes distinguida ao longo do primeiro semestre de 2013.

- Marca de Confiança em Portugal - pela 13ª vez consecutiva

  Seleções do Reader's Digest

- Marca bancária portuguesa com maior Reputação

  Reputation Institute

- Marca Bancária Portuguesa Mais Valiosa de Portugal

  Brand Finance Banking

- Marca de Excelência - pela 5ª vez consecutiva

  Superbrands

- Marcas que Marcam 2012

  QSP – Consultoria de Marketing, em parceria com o Diário Económico.

- Banco de referência dos portugueses

  Prémios Marketeer 2013

Ao nível das novas tecnologias a CGD tem feito um esforço para acompanhar as últimas novidades:

- The Best Mobile Banking App

  European Financial Management & Marketing Association

Na área de Banca de Investimento a Caixa BI recebeu este ano os seguintes prémios:

- Caixa BI - Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2013

  World Finance

- Caixa BI - Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2012

  Euromoney

- Caixa BI - Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2012

  Emeafinance

- Caixa BI - Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2012

  Global Finance

- Caixa BI - Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2012

  World Finance

- Caixa BI - Melhor Cross-border M&A Deal em 2012

  Emeafinance

9. Principais Riscos e Incertezas no 2º Semestre de 2013

A implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira tem vindo gradualmente a tornar-se visível na correção de alguns dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados em Portugal ao longo do tempo e tornados mais evidentes sobretudo no período de crise financeira.

O panorama futuro continua, contudo, frágil não se tendo desanuviado ainda as incertezas sobre o futuro, com a taxa de desemprego superior ao esperado e a atividade mais lenta do que inicialmente previsto, elementos a que não são alheios os efeitos negativos da fraca evidência da recuperação europeia e, não menos importante, dos desenvolvimentos que ocorrerão na esfera institucional e de politica económica e financeira na Área Euro.

O panorama futuro continua frágil, com a taxa de desemprego superior ao esperado e a atividade mais lenta do que previamente previsto.

A incidência e extensão das designadas "reformas estruturais" não se encontram também completamente desenhadas.

No decurso dos últimos anos a banca europeia vem a enfrentar desafios materiais a que tem sabido responder com eficácia ainda que não se tivesse verificado até hoje (salvo em algumas situações excecionais, como a da banca espanhola) uma transformação tão rápida e profunda das fundações globais da indústria bancária, como aquela que a severidade da crise levaria a prever.

Em Portugal, os bancos têm mostrado uma enorme resiliência à crise e procederam a uma profunda restruturação e redimensionamento dos respetivos balanços. Contudo, fatores de diversa natureza associados à persistência da recessão no país e à falta de retoma na Europa e, de grande importância, ao rigor acrescido a nível regulamentar e de supervisão, têm penalizado de forma evidente a rentabilidade dos bancos. Nos chamados mercados periféricos onde Portugal se inclui, os bancos são ainda objeto dos efeitos negativos do deficiente funcionamento do mecanismo de transmissão monetária a nível europeu e da consequente segmentação de mercados, a qual acaba por penalizar a atividade normal de intermediação financeira dos bancos portugueses.

Não obstante a sua solidez financeira intrínseca, o Grupo CGD, nomeadamente pela sua dimensão, estrutura de balanço e atuação enquanto entidade financiadora dos agentes económicos, tem sentido estes efeitos com forte impacto traduzido em perdas consolidadas que se sucedem desde 2010 e que se continuarão a registar no ano em curso; tais resultados não se apresentaram, porém, ainda mais agudos devido à precoce adoção de uma política de provisionamento e de acompanhamento da carteira de crédito pautada por elevada prudência.

Com uma situação de capital reforçado, e um muito evidente maior desafogo em matéria de liquidez, o Grupo terá de saber ajustar o seu modelo de negócio a uma conjuntura económica nacional ainda débil.

Com uma situação de capital reforçado e um muito evidente maior desafogo em matéria de liquidez, o Grupo, à semelhança do restante setor bancário, tem no entanto à sua frente um difícil, e talvez longo, período no qual a condução da respetiva política e a definição do seu modelo de negócio terão de saber ajustar-se a uma conjuntura económica nacional ainda débil (não obstante o segundo semestre se ter iniciado com os primeiros sinais, ainda precários, de aumento de confiança dos agentes económicos), e a uma envolvente regulamentar e prudencial cujos contornos não se encontram ainda completamente encerrados mas que confirmam uma ação das autoridades mais "intrusiva" e a um já previsível acrescido grau de exigência e rigor (quer a nível macro quer a nível micro-prudencial).

Não existem hoje já dúvidas sobre a persistência de um cenário de política monetária acomodatícia e de baixas taxas de juro na Europa, o que, na situação antes referida de segmentação monetária, vai continuar a afetar a margem financeira da CGD obrigando a

que continuem a ser desenvolvidas ações no sentido de reduzir a sensibilidade do balanço e da rentabilidade às taxas de juro.

Muito importantes serão os desenvolvimentos a verificar na política comercial da Caixa na sequência da vaga de iniciativas regulatórias, algumas já em curso outras em fase de preparação, que deverão prevenir e controlar choques exógenos e mitigar situações pró-cíclicas, as quais se traduzirão, por exemplo, na adição de *buffers* de capital e num tratamento mais rigoroso de vários segmentos de crédito e instrumentos de financiamento, bem como de alguns tipos de transações com derivados. O próprio conceito de capital parece não se encontrar completamente estabilizado em toda a Área Euro (a qual, também nesta vertente continua a apresentar significativa heterogeneidade), tendo a EBA, por exemplo, publicado em junho de 2013, novas definições para o capital híbrido.

Muito importantes serão os desenvolvimentos a verificar na política comercial da Caixa na sequência da vaga de iniciativas regulatórias.

No âmbito da transformação a ocorrer, por exemplo, nos métodos de avaliação subjacentes às políticas de gestão de risco refira-se, uma vez mais a título ilustrativo, o caso de metodologias até há pouco consagradas (mas não isentas de debate), como o VAR que estão presentemente a ser reequacionadas tendo sido introduzido, por exemplo, um novo conceito de VAR ajustado que poderá resultar num valor significativamente superior ao resultante da aplicação do método típico VAR.

Não são também completamente previsíveis as consequências da introdução da nova MIFID2 que, pretendendo uma maior transparência agora em todos os segmentos do mercado, está a criar receios junto de alguns investidores de que venha a penalizar a liquidez.

Todo este leque de medidas permitirá por certo uma melhor avaliação e controlo do risco da indústria bancária contribuindo para a respetiva estabilização e crescimento e eventualmente para um novo paradigma de funcionamento, mais adequado a uma envolvente económica em transformação.

Não deixarão, porém, de obrigar no imediato a novos investimentos e custos acrescidos e eventualmente maiores riscos transitórios.

Por natureza, a atividade financeira caracteriza-se por um típico dinamismo e contínua inovação, pelo que os agentes de mercado têm, em geral, uma grande flexibilidade e capacidade de ajustamento rápido às mudanças. Ainda assim, na presente conjuntura, assiste-se a uma necessidade de recuperação de confiança, que exige uma estabilização rápida e definição clara do novo conjunto de regras a que os mercados e os agentes económicos em geral deverão responder.

10. Eventos Subsequentes

Em julho de 2013, por deliberação unânime do acionista, foram nomeados:

1. Como membros da **mesa da assembleia geral** da sociedade para o mandato 2013-2015, as seguintes pessoas:
   - Presidente: Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto
   - Vice-Presidente: Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
   - Secretário: Dr. José Lourenço Soares;
2. Como membros do **conselho de administração** da sociedade para o mandato 2013-2015, as seguintes pessoas:
   - Presidente: Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento
   - Vice-Presidente: Dr. José Agostinho Martins de Matos
   - Vogal: Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
   - Vogal: Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma
   - Vogal: Dr. José Pedro Cabral dos Santos
   - Vogal: Dr.ª Ana Cristina de Sousa Leal
   - Vogal: Dr.ª Maria João Borges Carioca Rodrigues
   - Vogal: Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
   - Vogal: Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
   - Vogal: Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho
   - Vogal: Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco
   - Vogal: Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
   - Vogal: Prof. Doutor Daniel Traça
   - Vogal: Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão;
3. Como membros da **comissão executiva** para o mandato 2013-2015:
   - Presidente: Dr. José Agostinho Martins de Matos
   - Vice-Presidente: Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
   - Vogal: Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma
   - Vogal: Dr. José Pedro Cabral dos Santos
   - Vogal: Dr.ª Ana Cristina de Sousa Leal
   - Vogal: Dr.ª Maria João Borges Carioca Rodrigues
   - Vogal: Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso;
4. Como membros da **comissão de auditoria** da sociedade para o mandato 2013-2015:
   - Presidente: Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
   - Vice-Presidente: Prof. Doutor Daniel Traça
   - Vogal: Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão.

Também em julho, a Caixa viu aprovada pela DG Comp. o seu Plano de Reestruturação, confirmando e reforçando as principais linhas de orientação estratégicas já seguidas pelo Grupo CGD.

11. Declaração sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

Nos termos da alínea c) do n º 1 do artigo 246 º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1º semestre de 2013 tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 30 de Agosto de 2013

O Conselho de Administração

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Ana Cristina de Sousa Leal
Maria João Borges Carioca Rodrigues
Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho
José Hernst Henzler Vieira Branco
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Daniel Traça
Pedro Fontes Falcão

12. Declaração sobre a Auditoria às Contas

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao 1º semestre de 2013 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 30 de Agosto de 2013

O Conselho de Administração

Presidente:	Álvaro José Barrigas do Nascimento
Vice-Presidente:	José Agostinho Martins de Matos
Vogais:	Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
	João Nuno de Oliveira Jorge Palma
	José Pedro Cabral dos Santos
	Ana Cristina de Sousa Leal
	Maria João Borges Carioca Rodrigues
	Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
	Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
	José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho
	José Hernst Henzler Vieira Branco
	Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
	Daniel Traça
	Pedro Fontes Falcão

13. Posição Obrigacionista dos Membros do Conselho de Administração

(Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

TABELA 42 - POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Obrigacionistas	Título	Nº títulos em 30/06/2013
Membros do Conselho de Administração:		
Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma	Obrig. Subordin. CGD – 2009/2019 – Aniversário Obrigações CGD 5,125% 2014	50 1
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	15

14. Indicação sobre Acionistas da CGD

(Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais)

TABELA 43 - ACIONISTAS DA CGD

Acionistas	Capital Social em 30/06/2013	% da Participação em 30/06/2013
Estado Português	5 900 000 000 Euros	100%

Lisboa, 30 de agosto de 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento
Vice-Presidente	Dr. José Agostinho Martins de Matos
Vogais	Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
	Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma
	Dr. José Pedro Cabral dos Santos
	Dr.ª Ana Cristina de Sousa Leal
	Dr.ª Maria João Borges Carioca Rodrigues
	Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
	Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
	Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho
	Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco
	Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
	Prof. Doutor Daniel Traça
	Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão

15. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BALANÇOS INDIVIDUAIS

(euros)

ATIVO	Notas	30-06-2013 Ativo bruto	30-06-2013 Provisões, imparidade e amortizações	30-06-2013 Ativo líquido	31-12-2012 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	758 965 226	-	758 965 226	924 054 500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	453 793 585	-	453 793 585	424 550 958
Ativos financeiros detidos para negociação	5	2 235 917 257	-	2 235 917 257	2 609 075 904
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	649 404 170	-	649 404 170	113 180 017
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	17 191 816 223	(575 326 203)	16 616 490 020	17 360 929 659
Ativos financeiros com acordo de recompra	7	675 759 962	-	675 759 962	1 500 019 362
Aplicações em instituições de crédito	8	5 150 651 518	(14 509 078)	5 136 142 440	6 439 699 822
Crédito a clientes	9	65 434 850 559	(4 026 603 642)	61 408 246 917	64 002 245 182
Derivados de cobertura	10	63 472 300	-	63 472 300	97 193 263
Ativos não correntes detidos para venda		397 814 162	(100 076 523)	297 737 639	286 443 108
Propriedades de investimento		3 600 156	-	3 600 156	3 600 156
Outros ativos tangíveis		1 229 480 315	(797 644 592)	431 835 723	450 934 216
Ativos intangíveis		622 431 924	(520 583 347)	101 848 577	103 002 032
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	4 079 692 479	(333 979 396)	3 745 713 083	3 944 829 543
Ativos por impostos correntes	12	57 282 663	-	57 282 663	32 282 907
Ativos por impostos diferidos	12	1 267 780 016	-	1 267 780 016	1 151 222 867
Outros ativos	13	2 977 162 159	(221 347 475)	2 755 814 684	2 769 825 681
Total do ativo		103 249 874 674	(6 590 070 256)	96 659 804 418	102 213 089 177

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2013	31-12-2012
Recursos de bancos centrais	14	4 865 656 044	7 057 438 351
Passivos financeiros detidos para negociação	10	1 825 606 340	2 296 505 227
Recursos de outras instituições de crédito	14	5 298 306 657	6 045 877 342
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	57 917 667 479	58 247 843 317
Responsabilidades representadas por títulos	16	9 869 123 344	11 548 674 576
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	17	4 841 198 568	4 920 333 545
Derivados de cobertura	10	80 673 351	84 478 780
Provisões	18	1 139 215 185	1 145 191 741
Passivos por impostos correntes	12	1 662 625	2 607 744
Passivos por impostos diferidos	12	62 072 988	74 400 571
Outros passivos subordinados	19	3 030 673 607	2 978 120 539
Outros passivos	20	2 232 425 594	1 882 357 223
Total do passivo		91 164 281 782	96 283 828 956
Capital	21	5 900 000 000	5 900 000 000
Reservas de reavaliação	22	(25 171 138)	(67 731 298)
Outras reservas e resultados transitados	22	88 983 446	776 058 342
Resultado do período	22	(468 289 672)	(679 066 823)
Total do capital próprio		5 495 522 636	5 929 260 221
Total do passivo e do capital próprio		96 659 804 418	102 213 089 177

O Técnico Oficial de Contas

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Ana Cristina de Sousa Leal
Maria João Borges Carioca Rodrigues
Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho
José Hernst Henzler Vieira Branco
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Daniel Traça
Pedro Fontes Falcão

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

(euros)

	Notas	30-06-2013	30-06-2012
Juros e rendimentos similares	23	1 488 231 518	2 706 971 021
Juros e encargos similares	23	(1 328 529 475)	(2 259 526 908)
MARGEM FINANCEIRA		159 702 043	447 444 113
Rendimentos de instrumentos de capital	24	73 607 102	113 983 224
Rendimentos de serviços e comissões	25	240 411 084	248 992 069
Encargos com serviços e comissões	25	(53 236 327)	(58 640 261)
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	26	44 996 740	172 227 979
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	27	80 320 906	37 417 134
Resultados de reavaliação cambial	26	6 415 610	2 663 336
Resultados de alienação de outros ativos	28	(3 617 817)	(1 152 155)
Outros resultados de exploração	29	21 413 740	54 042 174
PRODUTO BANCÁRIO		570 013 081	1 016 977 613
Custos com pessoal	30	(276 897 807)	(248 506 357)
Gastos gerais administrativos	31	(160 612 723)	(164 799 171)
Amortizações do exercício		(43 780 031)	(49 346 658)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	8 911 866	(15 752 253)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	18	(690 308 203)	(467 173 955)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(37 321 626)	(99 347 524)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	18	(17 741 318)	(50 468 013)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(647 736 761)	(78 416 318)
Impostos sobre lucros			
Correntes	12	32 603 281	(86 965 679)
Diferidos	12	146 843 808	93 744 699
		179 447 089	6 779 020
RESULTADO DO PERÍODO		(468 289 672)	(71 637 298)
Número médio de ações ordinárias emitidas	21	1 180 000 000	1 030 000 000
Resultado por ação (Euros)		(0,40)	(0,07)

O Técnico Oficial de Contas

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Hernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Traça

Pedro Fontes Falcão

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

	30-06-2013	30-06-2012
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação no período	106 931	789 939
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no período	36 327	93 207
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(80 321)	(37 417)
Efeito fiscal	(20 377)	(244 729)
Benefícios a empregados - amortização do impacto de transição		
Variação ocorrida no período	(11 246)	(16 728)
Efeito fiscal	3 284	4 690
Variações cambiais	35	(1 638)
Outros	(82)	1 071
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	34 552	588 394
Resultado líquido do período	(468 290)	(71 637)
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	(433 738)	516 756

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

(milhares de euros)

	30-06-2013	30-06-2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1 764 126	3 040 896
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(1 109 820)	(1 855 658)
Recuperação de capital e juros	11 231	13 927
Pagamentos a empregados e fornecedores	(385 521)	(429 652)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(10 920)	(10 007)
Outros resultados	21 217	37 288
	290 312	796 795
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	3 465 087	2 448 051
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliadosao justo valor através de resultados	(68 720)	381 132
Outros ativos	95 946	(69 454)
	3 492 313	2 759 729
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(2 920 210)	(1 565 633)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(294 747)	(597 996)
Outros passivos	393 760	97 972
	(2 821 198)	(2 065 657)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	961 427	1 490 866
Impostos sobre lucros	(104 548)	(53 810)
Caixa líquida das atividades operacionais	856 879	1 437 056
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de filiais e associados	35 151	49 108
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	41 997	70 536
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	7 068	(5 027)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	877 934	(209 935)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(23 498)	(35 200)
Caixa líquida das atividades de investimento	938 653	(130 518)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(26 803)	(32 959)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(274 039)	(418 232)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	-	791 186
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquidas de reembolsos	(1 630 536)	(3 632 917)
Aumento de capital	-	750 000
Caixa líquida das atividades de financiamento	(1 931 378)	(2 542 923)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(135 847)	(1 236 385)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 348 605	2 338 920
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(135 847)	(1 236 385)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**1 212 759**	**1 102 535**

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício / período	Total
		Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Imobilizado	Total	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5 150 000	(2 052 719)	589 423	110 425	(1 352 871)	862 906	345 921	(26 004)	1 182 823	(316 255)	4 663 697
Distribuição do resultado do exercício de 2011:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(316 255)	(316 255)	316 255	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	845 728	(244 729)	-	600 999	-	-	-	-	-	600 999
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(12 039)	(12 039)	-	(12 039)
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	(1 638)	-	(1 638)	-	(1 638)
Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(419)	419	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	1 071	-	1 071	-	1 071
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	845 728	(244 729)	-	600 999	-	(986)	(11 620)	(12 606)	-	588 394
Aumento do Capital Social	750 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	750 000
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71 637)	(71 637)
Saldos em 30 de junho de 2012	750 000	845 728	(244 729)	-	600 998	-	(986)	(327 875)	(328 861)	244 618	1 266 755
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5 900 000	(254 742)	76 586	110 425	(67 731)	862 906	279 038	(365 886)	776 058	(679 067)	5 929 260
Distribuição do resultado do exercício de 2012:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(679 067)	(679 067)	679 067	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	62 937	(20 377)	-	42 560	-	-	-	-	-	42 560
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(7 962)	(7 962)	-	(7 962)
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	35	-	35	-	35
Outros	-	-	-	-	-	-	(82)	-	(82)	-	(82)
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	62 937	(20 377)	-	42 560	-	(46)	(7 962)	(8 008)	-	34 552
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(468 290)	(468 290)
Saldos em 30 de junho de 2013	5 900 000	(191 805)	56 209	110 425	(25 171)	862 906	278 992	(1 052 915)	88 983	(468 290)	5 495 523

BALANÇOS CONSOLIDADOS

(euros)

ATIVO	Notas	30-06-2013 Ativo bruto	30-06-2013 Imparidade e amortizações	30-06-2013 Ativo líquido	Pró-forma 31-12-2012 Ativo líquido	Pró-forma 01-01-2012 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	1 496 781 258	-	1 496 781 258	1 603 281 326	2 704 479 429
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	935 094 132	-	935 094 132	1 302 011 713	985 260 969
Aplicações em instituições de crédito	6	2 349 616 917	(12 844 902)	2 336 772 015	2 517 399 809	4 956 118 288
		4 781 492 307	(12 844 902)	4 768 647 405	5 422 692 848	8 645 858 686
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7	3 618 032 321	-	3 618 032 321	3 998 697 991	4 132 482 512
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	20 580 551 527	(667 894 349)	19 912 657 178	20 576 476 647	16 843 642 881
Ativos financeiros com acordo de recompra	9	675 759 962	-	675 759 962	504 159 727	777 953 832
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	10	1 064 017 601	-	1 064 017 601	1 148 224 882	584 878 996
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	11	65 190 570	-	65 190 570	98 725 204	108 128 626
Investimentos a deter até à maturidade	12	2 342 406 736	-	2 342 406 736	2 469 277 441	2 837 379 183
		28 345 958 717	(667 894 349)	27 678 064 368	28 795 561 892	25 284 466 030
Crédito a clientes	13	77 109 485 825	(4 436 536 527)	72 672 949 298	74 734 583 513	78 282 277 762
Ativos não correntes detidos para venda	14	911 438 699	(277 023 822)	634 414 877	677 623 425	473 484 857
Propriedades de investimento		718 346 141	-	718 346 141	534 237 709	459 088 203
Outros ativos tangíveis		1 836 339 703	(1 055 741 868)	780 597 835	903 606 978	990 325 243
Ativos intangíveis		1 141 957 666	(755 748 297)	386 209 369	412 882 775	400 435 589
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	15	39 776 835	-	39 776 835	217 603 386	229 016 881
Ativos por impostos correntes	16	91 002 580	-	91 002 580	60 862 136	87 538 023
Ativos por impostos diferidos	16	1 458 636 003	-	1 458 636 003	1 467 788 866	1 928 120 388
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	214 156 548	-	214 156 548	197 427 457	226 202 088
Outros ativos	18	3 472 766 016	(231 980 456)	3 240 785 560	3 433 756 958	3 557 907 104
Total do ativo		120 121 357 040	(7 437 770 221)	112 683 586 819	116 858 627 943	120 564 720 854

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2013	Pró-forma 31-12-2012	Pró-forma 01-01-2012
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	19	9 837 381 761	12 226 705 289	15 836 929 994
Recursos de clientes e outros empréstimos	20	71 827 104 396	71 355 037 433	70 537 533 250
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"	10	1 063 997 919	1 148 224 882	584 878 996
Responsabilidades representadas por títulos	21	9 085 279 876	10 590 627 336	14 923 308 602
		81 976 382 191	83 093 889 651	86 045 720 848
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	11	1 759 913 479	2 217 043 052	1 917 762 652
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	11	80 671 775	84 478 780	93 071 712
Passivos não correntes detidos para venda	14	-	100 745 748	-
Provisões para benefícios dos empregados	22	552 958 149	549 949 797	497 493 181
Provisões para outros riscos	22	473 189 586	422 853 716	389 635 342
Provisões técnicas de contratos de seguros	23	4 185 386 350	4 224 143 023	4 607 614 617
Passivos por impostos correntes	16	179 711 845	184 062 756	52 324 348
Passivos por impostos diferidos	16	171 444 882	190 650 194	166 219 860
Outros passivos subordinados	24	2 941 453 146	2 889 067 239	2 075 416 185
Outros passivos	25	3 418 966 246	3 394 992 373	3 545 278 812
Total do passivo		105 577 459 410	109 578 581 618	115 227 467 551
Capital	26	5 900 000 000	5 900 000 000	5 150 000 000
Reserva de justo valor	27	(169 243 222)	(189 663 644)	(2 078 222 234)
Outras reservas e resultados transitados	27	562 579 834	979 109 402	1 708 697 168
Resultado atribuível ao acionista da CGD	27	(181 595 308)	(394 715 421)	(488 424 904)
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD		6 111 741 304	6 294 730 337	4 292 050 030
Interesses minoritários	28	994 386 105	985 315 988	1 045 203 273
Total do capital próprio		7 106 127 409	7 280 046 325	5 337 253 303
Total do passivo e do capital próprio		112 683 586 819	116 858 627 943	120 564 720 854

O Técnico Oficial de Contas

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Ana Cristina de Sousa Leal
Maria João Borges Carioca Rodrigues
Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho
José Hernst Henzler Vieira Branco
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Daniel Traça
Pedro Fontes Falcão

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(euros)

	Notas	30-06-2013	Pró-forma 30-06-2012
Juros e rendimentos similares	29	1 921 094 548	2 758 726 886
Juros e encargos similares	29	-1 507 043 850	-2 036 239 281
Rendimentos de instrumentos de capital	30	54 256 768	80 533 083
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		468 307 466	803 020 688
Rendimentos de serviços e comissões	31	330 494 880	347 366 045
Encargos com serviços e comissões	31	-74 398 069	-89 541 221
Resultados em operações financeiras	32	195 347 915	256 118 113
Outros resultados de exploração	33	24 152 108	28 011 713
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		943 904 300	1 344 975 338
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS			
Prémios, líquidos de resseguro	34	579 439 625	614 289 499
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	34	71 154 759	76 053 063
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	34	-401 627 328	-396 758 924
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	34	-34 103 916	-45 638 287
		214 863 140	247 945 351
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		1 158 767 440	1 592 920 689
Custos com pessoal	35	-463 954 063	-433 447 680
Outros gastos administrativos	36	-279 255 391	-287 968 349
Depreciações e amortizações		-70 395 822	-75 802 391
Provisões líquidas de anulações	22	-62 957 144	-19 620 715
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	37	-371 939 829	-483 301 648
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	37	-112 283 813	-225 557 672
Resultados em filiais detidas para venda	14	0	-1 433 268
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos		2 320 783	-2 077 941
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		(199 697 839)	63 711 025
Impostos sobre os resultados			
Correntes	16	808 772	-152 794 470
Diferidos	16	40 095 888	95 956 498
		40 904 660	(56 837 972)
RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO, do qual:		(158 793 179)	6 873 053
Interesses minoritários	28	-22 802 129	-19 586 141
RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CAIXA		(181 595 308)	(12 713 088)
Número médio de ações ordinárias emitidas	26	1 180 000 000	1 030 000 000
Resultado por ação (Euros)		(0,15)	(0,01)

O Técnico Oficial de Contas

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Ana Cristina de Sousa Leal
Maria João Borges Carioca Rodrigues
Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho
José Hernst Henzler Vieira Branco
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Daniel Traça
Pedro Fontes Falcão

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

		Pró-forma
	30-06-2013	30-06-2012
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação no período	91 158	1 116 600
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no período	45 002	128 174
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(86 921)	(46 725)
Efeito fiscal	(33 247)	(366 610)
Variações cambiais		
Variação no período	(22 643)	9 008
Ajustamentos de reclassificação da reserva cambial para resultados		
Reconhecimento de imparidade no período em ativos financeiros disponíveis para venda		
- Unidades de participação em moeda estrangeira	(1 031)	(6 185)
Reconhecimento de resultados cambiais no âmbito da operação de alienação de		
participações em entidades do Grupo em moeda estrangeira	(2 695)	-
Efeito fiscal	(7)	745
Outros	10 575	(34 463)
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	192	800 543
Resultado líquido do período	(158 793)	6 873
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO do qual:	(158 601)	807 416
Interesses minoritários	(24 388)	3 462
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(182 989)	810 878

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

		Pró-forma
	30-06-2013	30-06-2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	2 279 813	3 143 286
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(1 321 572)	(1 660 126)
Prémios recebidos (seguros)	542 789	584 467
Indemnizações pagas (seguros)	(475 474)	(678 843)
Recuperação de capital e juros	13 466	15 683
Pagamentos a empregados e fornecedores	(692 285)	(740 935)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(13 506)	(21 279)
Outros resultados	113 704	301 043
	446 935	943 295
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	1 835 982	1 760 473
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	125 914	(41 652)
Outros ativos	336 795	(140 494)
	2 298 691	1 578 327
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(2 402 296)	(1 876 479)
Recursos de clientes e outros empréstimos	349 785	280 750
Outros passivos	(75 946)	303 684
	(2 128 458)	(1 292 045)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	617 169	1 229 576
Impostos sobre lucros	(149 324)	(49 223)
Caixa líquida das atividades operacionais	467 845	1 180 353
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de instrumentos de capital	54 223	92 292
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	7 143	(105 533)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	670 959	223 814
Aquisições de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	62 737	(20 687)
Caixa líquida das atividades de investimento	795 061	189 885
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(27 765)	(32 614)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(219 337)	(403 973)
Dividendos pagos de ações preferenciais	-	(1 043)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	-	792 085
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e recompras	(1 489 222)	(3 644 965)
Aumento de Capital	-	750 000
Caixa líquida das atividades de financiamento	(1 736 324)	(2 540 510)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(473 418)	(1 170 272)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 905 293	3 689 740
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(473 418)	(1 170 272)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 431 875	2 519 469

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

			Outras reservas e resultados transitados						
	Capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total	Resultado do período	Subtotal	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5 150 000	(2 078 222)	1 833 961	(125 264)	1 708 697	(488 425)	4 292 050	1 045 203	5 337 253
Distribuição do resultado do exercício de 2011:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	(172 170)	(316 255)	(488 425)	488 425	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:									
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	881 289	(41 550)	-	(41 550)	-	839 738	(8 300)	831 438
Variações cambiais	-	-	4 191	-	4 191	-	4 191	(623)	3 568
Outros	-	-	(20 338)	-	(20 338)	-	(20 338)	(14 125)	(34 463)
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	881 289	(57 697)	-	(57 697)	-	823 591	(23 048)	800 543
Aumento de Capital	750 000	-	-	-	-	-	750 000	-	750 000
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	(16 590)	-	(16 590)	-	(16 590)	(16 287)	(32 877)
Aquisição de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance	-	-	490	-	490	-	490	(1 400)	(910)
Dividendos de ações preferenciais e outros dividendos pagos a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(21 869)	(21 869)
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	2 793	(2 793)	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	(12 713)	(12 713)	19 586	6 873
Saldos em 30 de junho de 2012	5 900 000	(1 196 934)	1 590 787	(444 312)	1 146 474	(12 713)	5 836 828	1 002 186	6 839 014
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5 900 000	(189 664)	1 423 524	(444 414)	979 109	(394 715)	6 294 730	985 316	7 280 046
Distribuição do resultado do exercício de 2012:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	284 351	(679 067)	(394 715)	394 715	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:				-					
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	20 420	(2 556)	-	(2 556)		17 864	(1 872)	15 992
Variações cambiais	-	-	(28 678)	-	(28 678)		(28 678)	2 302	(26 376)
Outros	-	-	9 420	-	9 420		9 420	1 155	10 575
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	20 420	(21 814)	-	(21 814)	-	(1 394)	1 586	192
Aumento de Capital	-	-	-	-	-		-	-	-
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	-	-	-		-	(1 713)	(1 713)
Dividendos pagos a interesses minoritários	-	-	-	-	-		-	(13 605)	(13 605)
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	(36 587)	36 587	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	(181 595)	(181 595)	22 802	(158 793)
Saldos em 30 de junho de 2013	5 900 000	(169 243)	1 649 474	(1 086 894)	562 580	(181 595)	6 111 741	994 386	7 106 127

[Folha propositadamente deixada em branco]

Anexos às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

16. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua atividade numa ótica de banca universal, atuando também, diretamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 30 de junho de 2013 a Caixa contava com uma rede nacional de 814 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 9 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai, Macau e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua atividade global (ou atividade individual). Todos os saldos e transações entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respetivas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;

ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

iii. Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Adicionalmente, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, aditado pelo Aviso nº 7/2008, de 14 de outubro, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, no que respeita a benefícios dos empregados pós-emprego, foi registado pela Caixa em custos diferidos, estando a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 8 anos, com exceção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar são 10 anos.

As demonstrações financeiras da CGD para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 são apresentadas em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar" e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras anuais.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional"). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, a Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados como "forwards" e "swaps cambiais". As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas na Nota 2.4. d) abaixo.

Nas contas globais, os ativos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, sendo os proveitos e custos convertidos à taxa de câmbio média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas em "Outras reservas" do capital próprio.

2.3. Instrumentos financeiros

a) <u>Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores</u>

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1, estes ativos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respetivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às operações de titularização de créditos efetuadas pela Caixa (Nota 17), os procedimentos adotados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efetuadas antes de 1 de janeiro de 2004.

Deste modo, os créditos titularizados não estão registados no balanço da Caixa.

- Relativamente à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2010, a Caixa não procedeu ao seu desreconhecimento, uma vez que não se encontravam reunidos os requisitos que permitissem proceder à sua remoção do balanço. Desta forma os montantes em dívida de créditos titularizados mantêm-se contabilizados na rubrica "Créditos a clientes", tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos ativos transferidos (Notas 2.3. c) e 17).

Provisionamento

O regime de provisionamento destes ativos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afetos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

(i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

(ii) estarem em incumprimento há mais de:

. seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

. doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;

. vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de

acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Em 30 de junho de 2013 o saldo desta provisão é superior ao limite mínimo definido pelo Banco de Portugal, com o objetivo de refletir o diferencial face à imparidade calculada de acordo com os requisitos do IAS 39.

Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os ativos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com exceção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;

- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica "Provisões líquidas de reposições e anulações", da demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo CGD, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/2005 do Banco de Portugal.

b) Outros ativos financeiros

Os restantes ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e

de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
  - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
  - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou

perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data têm impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 6.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - i) Preços ("bid prices") difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a

Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como "market-makers";

iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto (short selling).

Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

ii) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos ao consumo e à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.3. a) e 17).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Caixa apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;

- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

<u>Derivados de negociação</u>

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com

exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respetivamente.

Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

A CGD efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade foi efetuada numa base individual.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. b), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.4. Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos”. Esta última rubrica é regularizada quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados em “Ativos não correntes detidos para venda”.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

2.5. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas de "Outros proveitos e custos de exploração".

2.6. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A CGD avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.7. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no ativo e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Juros e rendimentos similares".

2.8. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Caixa.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.9. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a CGD exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, as quais são denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas em que a CGD tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"), assim como sociedades em que o controlo é partilhado de forma equitativa com os restantes investidores ("empreendimentos conjuntos"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

2.10. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no

artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeito ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 90% no capital social por um período superior a 1 ano (com um período inicial de referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo nos termos do artigo 91.º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiou, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerou-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global da entidade era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira. Contudo, tendo-se apurado prejuizo fiscal na actividade global, os lucros apurados na Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira não foram considerados como isentos de IRC em 2011, face ao disposto na circular 3/2003.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, o lucro tributável da Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira passou a estar sujeito a IRC.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Ajustamentos ao resultado contabilístico

- *Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado*

  Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

  Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício

em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

- *Provisões*

No apuramento do lucro tributável do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e do exercício de 2012, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

- Disposições do artigo 37.º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais a Caixa detenha uma participação superior a 10%;
- Disposições do artigo 35.º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (Nota 2.4.a. iii). Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

- *Encargos com pessoal*

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilísticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite da contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-A, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- *Resultado da liquidação*

O artigo 92.º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do

montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade ou da sociedade incorporante.

Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e para o exercício de 2012, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, custos diferidos com o fundo de pensões e os respeitantes à alteração da política contabilística realizada no âmbito do registo de responsabilidades com o Fundo de pensões e outros beneficios pós emprego, conforme o previsto no artigo 183.º da Lei 64.ª-A/2011, de 30 de dezembro. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

2.12. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo é refletido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em custos. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por

morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.13. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3). No entanto, sempre que considera necessário estas provisões são complementadas de forma a refletir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efetuada de forma casuística pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados por contrapartida de reservas de reavaliação

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de reavaliação. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Caixa determina a existência ou

não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.3. e)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.12. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pela Caixa tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuada caso se conclua estarem reunidas condições para a sua reversão no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Caixa	315.880	336.409
Depósitos à ordem em bancos centrais	442.965	587.491
	758.845	923.900
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	121	155
	758.965	924.055

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Cheques a cobrar		
- No país	63.825	74.450
- No estrangeiro	13.410	4.085
i)	77.235	78.535
Depósitos à ordem		
- No país	642	287
- No estrangeiro	373.520	337.614
ii)	374.161	337.901
Outras disponibilidades iii)	-	3.326
i) + ii) + iii)	451.396	419.762
Juros a receber	2.398	4.789
	453.794	424.551

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do período subsequente.

5. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013			31-12-2012		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos de dívida pública	164.690	-	164.690	188.927	-	188.927
. Obrigações de outros emissores públicos						
Estrangeiros	269.782	-	269.782	299.846	-	299.846
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	-	8.568	8.568	-	8.855	8.855
De não residentes	-	50	50	-	-	-
i)	434.472	8.618	443.090	488.773	8.855	497.628
Instrumentos de capital						
De residentes	7.968	9	7.977	6.946	11	6.957
De não residentes	43.149	-	43.149	4.238	-	4.238
ii)	51.118	9	51.126	11.184	11	11.195
Outros instrumentos financeiros						
. Unidades de Participação						
De residentes	2.171	559.889	562.060	1.464	24.505	25.970
De não residentes	137	80.888	81.025	-	79.809	79.809
iii)	2.308	640.777	643.085	1.464	104.315	105.779
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)						
- Swaps	1.331.224	-	1.331.224	1.638.569	-	1.638.569
- Opções de divisas e cotações	261.984	-	261.984	283.202	-	283.202
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	150.839	-	150.839	182.564	-	182.564
- Futuros e outras operações a prazo	3.972	-	3.972	3.320	-	3.320
iv)	1.748.019	-	1.748.019	2.107.655	-	2.107.655
i)+ii)+iii)+iv)	**2.235.917**	**649.404**	**2.885.321**	**2.609.076**	**113.180**	**2.722.256**

Em 30 de junho de 2013, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 80.007 mEuros e 350.401 mEuros, respetivamente (6.410 mEuros e 16.275 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 a rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida” inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 127.143 mEuros (128.247 mEuros em 31 de dezembro de 2012) (Nota 16).

Em junho de 2012, na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa no decorrer do mês de março desse mesmo ano, a CGD alienou à InterCement Austria Holding Gmbh a totalidade de uma participação que detinha na Cimpor pelo valor global de 354.233 mEuros, correspondente a um valor unitário de 5,5 Euros por ação. A referida participação, representativa de 9,584% do capital social desta sociedade, tinha sido adquirida pela Caixa em fevereiro de 2009 por 317.844 mEuros, e encontrava-se registada na classe de ativos financeiros "Ao justo valor através de resultados". Nos termos do acordo assinado à data com o vendedor, este detinha uma opção de compra da participação à Caixa pelo respetivo custo de aquisição, capitalizado a

uma taxa indexada à Euribor, opção esta que até ao seu término (em fevereiro de 2012) não foi exercida.

6. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
De outros emissores públicos		
Títulos de dívida pública nacional	5.957.026	6.334.496
Outros emissores públicos estrangeiros	44.054	98.600
De organismos financeiros internacionais	-	34.574
De outros emissores	9.284.595	9.762.839
i)	15.285.676	16.230.508
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	571.625	666.395
Valorizados ao custo histórico	25.007	26.678
ii)	596.632	693.073
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação iii)	1.309.509	1.054.618
i)+ii)+iii)	17.191.816	17.978.198
Imparidade (Nota 18)		
Instrumentos de dívida	-	(9.364)
Instrumentos de capital	(390.835)	(434.772)
Unidades de participação	(184.491)	(173.133)
iv)	(575.326)	(617.269)
i)+ii)+iii)+iv)	**16.616.490**	**17.360.930**

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Instrumentos de dívida - De outros emissores” inclui 4.936.996 mEuros e 5.029.908 mEuros, respetivamente, de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (dos quais 80.176 mEuros referem-se a obrigações residuais), no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2. Estes títulos, integralmente subscritos pela CGD, encontram-se registados pelo respetivo valor nominal. A 30 de junho de 2013, esta rubrica inclui igualmente 9.444 mEuros de obrigações residuais referentes à operação de titularização Nostrum Mortgages nº1 (10.347 mEuros em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores”, inclui ainda, 3.042.131 mEuros e 2.887.320 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 8). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Outros instrumentos financeiros - unidades de participação" inclui 510.099 mEuros e 390.031 mEuros,

respetivamente, relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêem autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos, equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de desreconhecimento de balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a exposição mantida pela CGD apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.000	(16.738)	163.262	-
Flit-Ptrel SIVAC	119.125	(12.590)	106.535	10.947
Discovery Portugal Real Estate Fund	79.692	(15.288)	64.403	14.119
Vallis Construction Sector	73.417	(9.248)	64.169	9.140
OXI Capital, SCR	59.682	-	59.682	(318)
Fundo Recuperação Turismo, FCR	59.271	(13.597)	45.674	13.505
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.374	-	6.374	(9)
	577.561	(67.461)	510.099	47.383

	31-12-2012			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	150.000	(14.608)	135.392	-
Flit-Ptrel SIVAC	128.489	(14.663)	113.826	13.936
Vallis Construction Sector	71.715	(9.248)	62.467	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	65.416	(15.263)	50.153	-
Fundo Recuperação Turismo, FCR	41.189	(13.597)	27.593	-
OXI Capital, SCR	600	-	600	-
	457.409	(67.379)	390.031	13.936

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço e imparidade ascendiam em 30 de junho de 2013 a 47.835 mEuros e 46.592 mEuros, respetivamente (46.939 mEuros e 46.191 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Imparidade - Unidades de Participação” inclui 44.774 mEuros e 42.234 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 30 de junho de 2013 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 248.259

mEuros e 134.890 mEuros, respetivamente (266.251 mEuros e 33.952 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os instrumentos de capital classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013					31-12-2012				
TITULO	Percentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor	Percentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor										
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	6,11%	459.990	(296.223)	163.768	-	6,11%	476.093	(270.754)	205.339	16.103
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	1,10%	12.929	-	12.929	4.136	1,10%	12.060	-	12.060	3.268
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	0,33%	45.495	(39.255)	6.240	2.080	0,91%	121.785	(108.332)	13.453	1.973
La Seda Barcelona	14,24%	52.736	(48.971)	3.765	(141)	14,24%	52.795	(47.986)	4.809	-
GALP Energia, SGPS, S.A.	0,00%	428	-	428	(52)	0,00%	443	-	443	(37)
Outros instrumentos com características de capital	-	35	(10)	25	1	-	41	(20)	21	-
EDP - Energias Renováveis	0,00%	10	(4)	6	2	0,00%	10	(4)	6	2
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	-	-	-	-	0,02%	3.136	(1.304)	1.832	341
Outros	-	1	-	1	24	-	32	-	32	53
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico										
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	4,47%	4.359	(1.845)	2.513	-	4,47%	4.359	(1.845)	2.513	-
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	10,00%	2.170	-	2.170	-	10,00%	2.170	-	2.170	-
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-
Outros	-	14.421	(3.349)	11.072	-	-	16.091	(3.349)	12.742	-
		596.632	(390.835)	205.797	6.050		693.073	(434.772)	258.301	21.703

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 foi o seguinte:

	31-12-2012						30-06-2013
TITULO	Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Transferências e outros movimentos	Imparidade registada no periodo	Variação da reserva de justo valor	Valor Balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	205.339	-	-	-	(25.469)	(16.103)	163.768
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	12.060	-	-	-	-	868	12.929
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	13.453	(76.397)	69.077	-	-	107	6.240
La Seda Barcelona	4.809	-	-	82	(985)	(141)	3.765
GALP Energia, SGPS, S.A.	443	-	-	-	-	(15)	428
Outros instrumentos com características de capital	21	(7)	10	-	-	1	25
EDP - Energias Renováveis	6	-	-	-	-	-	6
EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.832	(2.795)	1.304	-	-	(341)	-
Outros	32	(1)	-	-	-	(29)	1
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico							
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	2.513	-	-	-	-	-	2.513
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	2.170	-	-	-	-	-	2.170
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	2.880	-	-	-	-	-	2.880
Outros	12.742	(1.670)	-	-	-	-	11.072
	258.301	(80.870)	70.391	82	(26.454)	(15.653)	205.797

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no decorrer do exercício de 2012 foram os seguintes:

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

No decorrer do primeiro semestre de 2013, a Caixa alienou 114.380.012 ações do BCP por um valor global de 12.522 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 5.201 mEuros (Nota 27).

Em março de 2012, a Caixa alienou 6.000.000 ações do BCP por um valor global de 981 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 165 mEuros (Nota 27).

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

Em janeiro de 2013, a Caixa alienou 800.000 ações da EDP por um montante global de 1.882 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 390 mEuros (Nota 27).

No exercício de 2012, a Caixa alienou 2.728.914 ações da EDP pelo valor de 6.230 mEuros. Em resultado destas transações, a Caixa reconheceu uma mais valia de 1.143 mEuros.

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON)

Em junho de 2012, a Caixa Geral de Depósitos celebrou com a empresa Jadeium B.V. um acordo para a venda de 33.181.144 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON), correspondentes a 10,735% do respetivo capital social, por um preço unitário de 2,6 euros.

A concretização da operação e respetiva transmissão da titularidade das ações ocorreu em 2 de julho de 2012, data da liquidação do preço de venda acordado entre as partes, pelo valor global de 86.271 mEuros. Em resultado desta transação, a CGD registou no exercício de 2012 uma mais valia de 10.751 mEuros.

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

Em novembro de 2012, a Caixa alienou através de operações de bolsa 8.295.510 ações da Galp, representativas de 1% do seu capital social, por um montante de 95.232 mEuros tendo em consequencia desta transação reconhecido menos valias de 10.807 mEuros.

Esta venda foi realizada no âmbito do exercício do direito de "*tag along*" previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Amorim Energia B.V. e a ENI S.p.A. (datado de março de 2012), dado esta última ter decidido proceder à alienação em mercado da participação que detinha na Galp.

Brisa – Auto Estradas de Portugal (Brisa)

Em resultado da oferta pública de aquisição de ações lançada sobre o capital da Brisa pela Tagus Holdings, a CGD alienou a esta última pela sua totalidade, a posição que detinha nesta participada. O preço da transação ascendeu a 24.840 mEuros, tendo sido registada uma mais valia de 2.115 mEuros.

Reclassificação de títulos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.3, e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no

que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afetados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente afetados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.001.797	n.a
Valor de balanço em 31-12-2008	873.101	n.a
Valor de balanço em 31-12-2009	560.350	n.a
Valor de balanço em 31-12-2010	336.275	n.a
Valor de balanço em 31-12-2011	261.035	n.a
Valor de balanço em 31-12-2012	156.972	n.a
Valor de balanço em 30-06-2013	139.825	n.a
Justo Valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	139.825	n.a
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	(12.041)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.315	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(6.673)	n.a
Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60.758)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57.186	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(52.234)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2.247)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17.620)	n.a
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	14.112	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.210)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	7.457	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 30-06-2013		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	2.571	n.a
Imparidade reconhecida no período	(2.725)	n.a

Títulos reclassificados no exercício de 2010

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.414.007	503.466
Valor de balanço em 31-12-2010	1.039.972	504.393
Valor de balanço em 31-12-2011	483.799	495.037
Valor de balanço em 31-12-2012	342.668	477.515
Valor de balanço em 30-06-2013	190.407	452.587
Justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	190.407	447.287
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	(9.968)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36.589)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(47.894)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(1.234)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	70.581	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	604	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 30-06-2013		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	3.934	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	2.149	n.a

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial, e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

7. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2013				31-12-2012			
	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de reservas	Ao custo amortizado	Total	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de reservas	Ao custo amortizado	Total
Instrumentos de dívida								
- De emissores públicos:								
. Títulos da dívida pública	-	99.500	-	99.500	-	68.576	-	68.576
- De organismos financeiros internacionais	-	224.290	-	224.290	-	223.851	-	223.851
- De outros emissores								
. Obrigações e outros títulos:								
De não residentes	-	351.970	-	351.970	-	211.733	-	211.733
i)	-	675.760	-	675.760	-	504.160	-	504.160
Outros instrumentos financeiros								
. Unidades de Participação								
De residentes	-	-	-	-	513.205	199.165	-	712.370
iii)	-	-	-	-	513.205	199.165	-	712.370
Créditos e valores titulados								
De residentes								
Outros créditos e valores a receber	-	-	-	-	-	-	283.726	283.726
Juros de ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	2.303	2.303
iv)	-	-	-	-	-	-	286.029	286.029
i)+ii)+iii)+iv)	-	675.760	-	675.760	513.205	703.325	286.029	1.502.559
Imparidade acumulada (Nota 18)								
. Unidades de Participação	-	-	-	-	-	(2.540)	-	(2.540)
	-	**675.760**	**-**	**675.760**	**513.205**	**700.785**	**286.029**	**1.500.019**

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício de 2012 a Caixa celebrou junto de instituições financeiras e clientes, operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 14) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos - Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Imparidade - Unidades de Participação” referia-se na sua integralidade a perdas de valor em fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros com acordo de recompra ascende a 180.450 mEuros e 405.221 mEuros, respetivamente.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Mercado Monetário Interbancário	365.500	610.000
Depósitos a prazo		
- No país	127.768	19.197
- No estrangeiro	925.427	1.325.015
Empréstimos		
- No país	2.210.646	2.930.087
- No estrangeiro	195.691	164.646
Outras aplicações		
- No país	157.614	182.912
- No estrangeiro	1.146.728	1.062.040
Operações de compra com acordo de revenda	-	131.891
Crédito e juros vencidos	7.472	8.085
	5.136.846	6.433.873
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos		
Juros a receber	13.806	19.896
Proveitos diferidos	-	(290)
Correção de valor	-	121
	5.150.652	6.453.601
Provisões para risco país (Nota 18)	(2.469)	(1.848)
Imparidade (Nota 18)	(12.040)	(12.053)
	(14.509)	(13.901)
	5.136.142	6.439.700

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Empréstimos - no país" incluía 150.000 mEuros relativos a um programa de papel comercial com um limite de 400.000 mEuros, contratado junto do Banco BIC Português, S.A. (BIC), entidade anteriormente designada por Banco Português de Negócios, S.A. (BPN). O referido programa, o qual beneficia de garantia do Estado Português até à sua data de vencimento em março de 2015, decorre do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do ex-BPN no âmbito da sua reprivatização pelo Estado Português ultimada no decurso do primeiro trimestre de 2012. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do ex-BPN.

No decurso do processo de alienação do Banco, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (detentores de um conjunto de ativos transferidos do BPN em resultado do processo de reestruturação implementado após a sua privatização), e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da

Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas, cujo valor nominal em 30 de junho de 2013 ascendia a 362.879 mEuros (Nota 9) e 3.100.000 mEuros (Nota 6), respectivamente, foram transferidos para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem (Nota 9). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a referida sociedade.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia no quadro do programa de intervenção em curso. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos, ascendia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a 12.040 mEuros e 12.053 mEuros, respetivamente.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, é apresentado na Nota 18.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Crédito interno		
Empréstimos	29.253.720	29.324.890
Créditos em conta corrente	2.986.977	2.968.334
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	374.263	419.913
Descobertos em depósitos à ordem	259.739	256.135
Créditos tomados - factoring	43.797	40.748
Operações de compra com acordo de revenda	-	884.432
Outros créditos	1.486.981	1.552.658
Crédito ao exterior		
Empréstimos	1.908.675	1.914.900
Descobertos em depósitos à ordem	59.417	78.084
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	12.514	13.058
Créditos em conta corrente	9.523	9.257
Outros créditos	2.995.664	3.314.915
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	3.418.145	4.056.494
Outros	1.608.723	1.281.608
i)	44.418.139	46.115.425
Créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 16)	10.425.751	10.932.732
Créditos afectos à emissão de obrigações sobre o setor público (Nota 16)	1.320.459	1.418.068
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 17)	4.802.606	4.892.634
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	226.458	248.666
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	282	410
Crédito e juros vencidos	4.241.155	3.833.855
ii)	21.016.712	21.326.365
i)+ii)	65.434.851	67.441.790
Provisões para crédito a clientes (Nota 18)		
Crédito e juros vencidos	(2.948.254)	(2.610.693)
Créditos de cobrança duvidosa	(1.075.086)	(825.529)
Risco-país	(3.264)	(3.323)
iii)	(4.026.604)	(3.439.545)
i)+ii)+iii)	61.408.247	64.002.245

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 83.034 mEuros e 88.531 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” incluía 750.437 mEuros, relativos a contratos celebrados com a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. Estes contratos previam a realização de operações de venda de instrumentos de dívida com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos financeiros com acordo de

revenda. Nessa data, o valor de balanço das correspondentes operações de venda com acordo de recompra ascendia a 751.396 mEuros (Nota 15).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" incluía ainda 133.995 mEuros relativos a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Empréstimos" inclui 362.879 mEuros e 381.667 mEuros, respetivamente, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A (Notas 6 e 8). Estes créditos encontrando-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de reprivatização do então denominado BPN, concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da posição contratual entre o Banco e a Parvalorem. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica "Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial".

O movimento nas provisões, durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, é apresentado na Nota 18.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem ainda provisões genéricas para riscos gerais de crédito refletidas no passivo (Nota 18).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	30-06-2013	31-12-2012
Até três meses	336.872	147.442
De três a seis meses	238.989	108.445
De seis meses a um ano	292.752	680.297
De um a três anos	1.815.658	1.431.449
Mais de três anos	1.556.884	1.466.222
	4.241.155	3.833.855

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o crédito concedido a clientes, excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	30-06-2013								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	-	-	336.732	21.045	357.778	336.732	21.045	357.778
Indústrias extrativas	-	-	-	76.838	8.898	85.735	76.838	8.898	85.735
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	642.045	62.273	704.318	642.045	62.273	704.318
Indústria têxtil	-	-	-	206.525	33.193	239.718	206.525	33.193	239.718
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	50.653	4.777	55.431	50.653	4.777	55.431
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	125.496	20.566	146.062	125.496	20.566	146.062
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	170.036	7.105	177.141	170.036	7.105	177.141
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	480.735	8	480.742	480.735	8	480.742
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	221.399	4.174	225.573	221.399	4.174	225.573
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	83.624	9.335	92.960	83.624	9.335	92.960
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	251.647	29.311	280.958	251.647	29.311	280.958
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	274.476	46.418	320.893	274.476	46.418	320.893
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	53.851	4.398	58.249	53.851	4.398	58.249
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	177.848	2.142	179.989	177.848	2.142	179.989
Fabrico de material de transporte	440	-	440	77.848	2.014	79.862	78.288	2.014	80.303
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	116.543	13.899	130.442	116.543	13.899	130.442
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	49	-	49	1.272.036	15.094	1.287.130	1.272.085	15.094	1.287.179
Construção	-	10	10	3.507.149	1.264.406	4.771.555	3.507.149	1.264.416	4.771.565
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	39	0	39	1.703.826	248.689	1.952.515	1.703.865	248.689	1.952.554
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	174	-	174	612.047	70.021	682.068	612.221	70.021	682.242
Transportes, armazenagem e comunicações	49.950	-	49.950	1.627.162	37.581	1.664.743	1.677.112	37.581	1.714.693
Atividades financeiras	96.231	-	96.231	7.243.883	197.875	7.441.758	7.340.114	197.875	7.537.989
Atividades imobiliárias	874	-	874	2.208.062	563.873	2.771.935	2.208.937	563.873	2.772.809
Outras atividades	1.277.068	-	1.277.068	1.756.735	78.747	1.835.482	3.033.803	78.747	3.112.550
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.525.263	58.736	2.583.999	181.113	212	181.325	2.706.377	58.948	2.765.324
Educação	3.131	-	3.131	143.000	3.438	146.438	146.131	3.438	149.569
Saúde e segurança social	975	6.489	7.464	381.410	64.518	445.928	382.386	71.007	453.392
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	13.789	364	14.154	1.089.438	178.585	1.268.023	1.103.227	178.950	1.282.177
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	34	74	108	34	74	108
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	26	-	26	10	-	10	37	-	37
	3.968.010	65.599	4.033.609	25.072.203	2.992.669	28.064.872	29.040.214	3.058.268	32.098.481
Particulares									
Habitação	-	-	-	30.834.851	1.057.168	31.892.020	30.834.851	1.057.168	31.892.020
Outros fins	-		-	1.318.348	125.719	1.444.067	1.318.348	125.719	1.444.067
	-	-	-	32.153.199	1.182.888	33.336.087	32.153.199	1.182.888	33.336.087
	3.968.010	65.599	4.033.609	57.225.403	4.175.556	61.400.959	61.193.413	4.241.155	65.434.568

	31-12-2012								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	-	-	342.884	19.989	362.873	342.884	19.989	362.873
Indústrias extrativas	-	-	-	82.900	7.637	90.537	82.900	7.637	90.537
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	692.448	47.151	739.599	692.448	47.151	739.599
Indústria têxtil	-	-	-	200.167	36.721	236.888	200.167	36.721	236.888
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	52.285	4.442	56.727	52.285	4.442	56.727
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	147.525	21.400	168.925	147.525	21.400	168.925
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	170.327	6.322	176.648	170.327	6.322	176.648
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	456.944	8	456.952	456.944	8	456.952
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	234.598	2.831	237.429	234.598	2.831	237.429
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	91.406	3.962	95.369	91.406	3.962	95.369
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	245.094	27.789	272.883	245.094	27.789	272.883
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	278.801	25.072	303.874	278.801	25.072	303.874
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	59.217	4.863	64.080	59.217	4.863	64.080
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	122.140	1.988	124.128	122.140	1.988	124.128
Fabrico de material de transporte	443	-	443	47.277	1.654	48.931	47.720	1.654	49.374
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	128.605	14.064	142.669	128.605	14.064	142.669
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	92	-	92	1.216.062	3.628	1.219.690	1.216.154	3.628	1.219.782
Construção	8	5	12	3.983.037	911.762	4.894.800	3.983.045	911.767	4.894.812
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	47	-	47	1.863.293	219.868	2.083.161	1.863.339	219.868	2.083.207
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	159	-	159	620.407	73.106	693.513	620.566	73.106	693.672
Transportes, armazenagem e comunicações	50.138	-	50.138	1.579.931	32.921	1.612.852	1.630.069	32.921	1.662.991
Atividades financeiras	96.594	-	96.594	8.007.563	245.167	8.252.730	8.104.157	245.167	8.349.324
Atividades imobiliárias	1.253	-	1.253	2.335.866	638.037	2.973.904	2.337.120	638.037	2.975.157
Outras atividades	1.295.906	-	1.295.906	1.832.271	59.267	1.891.539	3.128.177	59.267	3.187.444
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.664.365	47.938	2.712.303	101.338	1.114	102.452	2.765.703	49.052	2.814.755
Educação	3.836	0	3.836	150.586	2.910	153.497	154.422	2.910	157.333
Saúde e segurança social	1.145	6.544	7.690	405.629	61.614	467.243	406.774	68.159	474.933
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	15.591	322	15.913	1.111.997	150.611	1.262.608	1.127.588	150.933	1.278.521
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	260	61	321	260	61	321
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	35	-	35	12	-	12	47	-	47
	4.129.612	54.809	4.184.421	26.560.871	2.625.960	29.186.832	30.690.484	2.680.769	33.371.253
Particulares									
Habitação	-	-	-	31.504.659	1.029.613	32.534.272	31.504.659	1.029.613	32.534.272
Outros fins	-	-	-	1.412.383	123.473	1.535.856	1.412.383	123.473	1.535.856
	-	-	-	32.917.042	1.153.086	34.070.128	32.917.042	1.153.086	34.070.128
	4.129.612	54.809	4.184.421	59.477.914	3.779.046	63.256.960	63.607.526	3.833.855	67.441.381

10. DERIVADOS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2013							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				2.742	(4.020)	-	-	(1.278)
Compras	1.888.327	-	1.888.327					
Vendas	1.888.551	-	1.888.551					
FRA (forward rate agreements)	8.000	-	8.000	66	(2)	-	-	64
Swaps								
Swaps Cambiais				18.790	(5.096)	-	-	13.694
Compras	3.001.442	-	3.001.442					
Vendas	2.987.445	-	2.987.445					
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps				1.308.404	(1.318.064)	63.472	(80.673)	(26.861)
Compras	53.432.635	660.119	54.092.754					
Vendas	53.425.153	668.541	54.093.694					
Swaps de Eventos de Crédito				4.030	(7.661)	-	-	(3.631)
Compras	165.566	-	165.566					
Vendas	82.339	-	82.339					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições longas	(148.751)	-	(148.751)					
Posições curtas	1.205.401	-	1.205.401					
Futuros de Cotações				-	(4)	-	-	(4)
Posições longas	6.860	-	6.860					
Posições curtas	7.923	-	7.923					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições longas	(100.597)	-	(100.597)					
Posições curtas	167.651	-	167.651					
Opções								
Divisas				380	(184)	-	-	196
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Cotações				261.604	(312.763)	-	-	(51.159)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				150.839	(161.746)	-	-	(10.907)
Compras	310.142	-	310.142					
Vendas	302.933	-	302.933					
Outros			-	1.164	(16.066)	-	-	(14.902)
	118.631.020	1.328.660	119.959.680	1.748.019	(1.825.606)	63.472	(80.673)	(94.789)

	31-12-2012							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.972	(6.300)	-	-	(4.328)
Compras	604.505	-	604.505					
Vendas	604.234	-	604.234					
NDF's (Non Deliverable Forward)				-	(22)	-	-	(22)
Compras	25.814	-	25.814					
Vendas	7.362	-	7.362					
FRA (forward rate agreements)	5.000	-	5.000	75	-	-	-	75
Swaps								
Swaps Cambiais				559	(29.436)	-	-	(28.877)
Compras	1.798.301	-	1.798.301					
Vendas	1.826.374	-	1.826.374					
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps				1.633.139	(1.709.414)	97.193	(84.479)	(63.560)
Compras	58.864.842	800.413	59.665.255					
Vendas	58.834.866	786.049	59.620.914					
Swaps de Eventos de Crédito				4.871	(11.726)	-	-	(6.855)
Compras	164.740	-	164.740					
Vendas	81.844	-	81.844					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições longas	-	-	-					
Posições curtas	3.580.457	-	3.580.457					
Futuros de Cotações				-	(9)	-	-	(9)
Posições longas	4.877	-	4.877					
Posições curtas	763	-	763					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições longas	(170.307)	-	(170.307)					
Posições curtas	274.558	-	274.558					
Opções								
Divisas				517	(334)	-	-	184
Compras	960	-	960					
Vendas	953	-	953					
Cotações				282.685	(326.305)	-	-	(43.620)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				182.564	(194.472)	-	-	(11.907)
Compras	303.067	-	303.067					
Vendas	302.933	-	302.933					
Outros	-	-	-	1.273	(18.489)	-	-	(17.216)
	127.116.142	1.586.462	128.702.604	2.107.655	(2.296.505)	97.193	(84.479)	(176.136)

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013				31-12-2012			
	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 18)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 18)	Valor de balanço
Filiais								
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Caixa Geral, S.A.	99,79%	597.134	(248.753)	348.381	99,79%	597.134	(248.753)	348.381
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	99,43%	213.557	-	213.557	99,43%	213.557	-	213.557
Banco Caixa Geral Brasil	99,91%	150.840	-	150.840	99,91%	150.839	-	150.839
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	91,60%	128.606	(19.146)	109.460	91,60%	128.606	(19.146)	109.460
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	70,00%	6.352	-	6.352	70,00%	6.352	-	6.352
CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	-	-	-	-	100,00%	15.905	-	15.905
Em outras empresas no País								
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	100,00%	1.580.729	-	1.580.729	100,00%	1.580.729	-	1.580.729
Parcaixa, SGPS, S.A.	51,00%	510.000	-	510.000	51,00%	510.000	-	510.000
Gerbanca, SGPS, S.A.	91,95%	63.340	-	63.340	91,95%	63.340	-	63.340
Partang, SGPS, S.A.	51,00%	53.248	-	53.248	51,00%	53.248	-	53.248
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	100,00%	27.683	-	27.683	100,00%	27.683	-	27.683
Caixa - Gestão de Ativos, S.A.	100,00%	10.350	-	10.350	100,00%	10.350	-	10.350
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	80,00%	8.000	-	8.000	80,00%	8.000	-	8.000
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	80,00%	400	-	400	80,00%	400	-	400
Caixatec - Tecnologias Comunicação	100,00%	8	-	8	100,00%	8	-	8
Parbanca, SGPS, S.A.	10,00%	5	-	5	10,00%	5	-	5
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	90,00%	2.275	(2.275)	-	90,00%	2.275	(2.275)	-
Wolfpart, SGPS, S.A.	100,00%	1.300	(1.300)	-	100,00%	1.300	(1.300)	-
Outras	-	19	(19)	-		19	(19)	-
Em outras empresas no Estrangeiro								
SCI – Rue du Helder	100,00%	9.583	(5.497)	4.086	100,00%	9.583	(5.497)	4.086
Inmobiliária Caixa Geral, S.A.U.	100,00%	60	(60)	-	100,00%	60	(60)	-
Associadas e empreendimentos conjuntos								
Em outras empresas no País								
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60%	12.969	-	12.969	21,60%	12.969	-	12.969
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	50,00%	12.952	-	12.952	50,00%	12.952	-	12.952
Prado Cartolinas da Lousã, S.A.	37,40%	6.178	-	6.178	37,40%	6.178	-	6.178
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	50,00%	4.467	-	4.467	50,00%	4.467	-	4.467
Companhia de Papel do Prado, S.A.	37,40%	2.533	(1.278)	1.255	37,40%	2.533	(1.278)	1.255
SOFID- Sociedade Financiamento Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.	10,00%	1.250	-	1.250	10,00%	1.250	-	1.250
Fundo Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	33,47%	125	-	125	33,47%	125	-	125
Bem Comum - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	32,00%	80	-	80	32,00%	80	-	80
Floresta Atlântica SGFII, S.A.	11,89%	51	-	51	11,89%	51	-	51
Gestínsua - Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário S.A.	21,06%	12	(5)	7	21,06%	12	(5)	7
YUNIT Serviços, S.A.	33,33%	3	-	3	33,33%	3	-	3
Em outras empresas no estrangeiro								
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	47,66%	21.726	(8.424)	13.302	47,66%	21.726	(8.424)	13.302
Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.	-	-	-	-	49,99%	183.212	-	183.212
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	41,55%	6.848	(2.486)	4.362	41,55%	6.848	(2.486)	4.362
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	36,21%	1.326	(212)	1.114	36,21%	1.326	(212)	1.114
Banco Internacional de S. Tomé	27,00%	624	-	624	27,00%	624	-	624
IMOBCI	40,00%	144	(62)	82	40,00%	144	(62)	82
GCI - Sociedade de Capital de Risco	30,00%	66	(66)	-	30,00%	66	(66)	-
Outros								
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD - Caixa Capital	85,63%	318.606	(37.609)	280.997	85,63%	318.606	(37.609)	280.997
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	87,86%	101.243	-	101.243	87,86%	101.243	-	101.243
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine - Caixa Capital	100,00%	100.000	(655)	99.345	100,00%	100.000	(655)	99.345
Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR	100,00%	100.000	(2.031)	97.969	100,00%	100.000	(2.031)	97.969
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	100,00%	25.000	(4.101)	20.899	100,00%	25.000	(4.101)	20.899
CGD - North America Finance	100,00%	1	-	1	100,00%	-	-	-
CGD Finance Limited	100,00%	1	-	1	100,00%	1	-	1
Caixa Geral Finance, Limited	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-
		4.079.692	(333.979)	3.745.713		4.278.809	(333.979)	3.944.830

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas atividades, os quais se encontram registados em “Outros ativos” (Nota 13).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício de 2012, foram os seguintes:

Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A. (BPD)

O Banco para Promoção e Desenvolvimento foi constituído em 14 de fevereiro de 2011 mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, S.G.P.S., S.A., a Caixa - Participações, S.G.P.S., S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., tendo por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela lei.

O capital social do Banco ascendia a 45.900.000.000 Kwanzas, (correspondentes, na data da sua constituição, a USD 500.000.000), dos quais 23.500.000 Kwanzas realizados no ato do registo desta sociedade. A participação do Grupo Caixa no capital do BPD era de 50%, repartido entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

O montante da parcela não realizada do capital do BPD atribuível à Caixa em 31 de dezembro de 2012 ascendia a 171.838 mEuros considerando o câmbio de fecho nessa data (Nota 20).

Ainda em 31 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de compra e venda para alienação da participação detida pelas empresas do grupo CGD às entidades do grupo Sonangol Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola , Empresa Pública (Sonangol EP) e Sonip - Sonangol Imobiliária e Propriedades, LDA.(Sonip), por um montante global de USD 29.664.249, acordo este cuja concretização à data se encontrava pendente da obtenção das necessárias autorizações para transmissão de participações sociais e licença de exportação de capitais por parte do Banco Nacional de Angola.

Em resultado desta transação, concluída no decurso do primeiro semestre de 2013, a Caixa Geral de Depósitos reconheceu mais valias de 1.950 mEuros registadas em rubricas de "Resultados de reavaliação cambial - reavaliação da posição cambial " (Nota 26).

CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. (em liquidação) e CGD - Sucursal Offshore de Macau, S.A.

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da reavaliação efectuada à configuração da presença mantida pela CGD na Região Administrativa Especial de Macau (REAM) através da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi decidido proceder à alteração da estrutura jurídica até então adotada, passando esta a assumir a forma de sucursal.

O pedido formulado ao Chefe do Executivo da REAM para o estabelecimento de uma instituição financeira offshore sob a forma de sucursal foi outorgado através da publicação da Ordem Executiva nº 7/2013, de 25 de janeiro, a qual veio simultâneamente revogar a autorização anteriormente concedida para o exercício de atividades financeiras offshore sob a forma de subsidiária.

Em resultado da obtenção das necessárias aprovações administrativas e legais, foram implementados os procedimentos necessários ao estabelecimento da nova unidade, em paralelo com o encerramento da subsidiária.

Desta forma, com data de 1 de fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor da Ordem Executiva), a CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. alienou ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A., pelo respetivo valor nominal, a totalidade dos seus ativos e passivos afetos à exploração da sua atividade comercial, incluindo direitos e obrigações sobre ela incidentes, independentemente da sua natureza. Estes foram na mesma data transferidos para a sucursal, a qual assegurará a sua gestão no âmbito da prossecução dos seus objetivos.

O registo de dissolução da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi realizado em 4

de fevereiro de 2013, tendo a respetiva liquidação sido subsequentemente formalizada já no decorrer do mês de maio.

Inmobiliária Caixa Geral, S.A.U. (Inmobiliaria Caixa Geral)

No decorrer do mês de Janeiro de 2012, a Sucursal da CGD em Espanha adquiriu pelo respetivo valor nominal ao Banco Caixa Geral, S.A., 600 ações, com um preço unitário de 10 Euros cada, da sociedade Inmobiliária Caixa Geral, representativas da totalidade do seu capital social.

Já no decorrer do mês de dezembro de 2012, a Sucursal da CGD em Espanha, na sequência da deliberação do acionista, subscreveu na sua totalidade o aumento de capital da Inmobiliária de 6 mEuros para 60 mEuros, tendo igualmente esta sociedade alterado a sua forma legal de responsabilidade limitada para sociedade anónima unipessoal.

De referir que na data da transmissão desta participação pelo Banco Caixa Geral à Sucursal, foram igualmente cedidos a esta entidade os direitos creditórios inerentes a empréstimos concedidos à Inmobiliária no montante global de 65.714 mEuros. Os referidos créditos foram subsequentemente reforçados (no decorrer de 2012 e no primeiro semestre de 2013) no valor global de 2.500 mEuros, encontrando-se os valores em dívida registados em rubricas de “Outros ativos – devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 13).

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)

Em 31 de maio de 2012 foi concretizada a fusão das seguradoras Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e da Império Bonança - Companhia de Seguros S.A., tendo esta última sido incorporada na primeira. A fusão produziu efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2012. Na sequência desta operação verificou-se a alteração da denominação social da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. para Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. (Fidelidade) bem como o aumento do capital social desta entidade, de 400.000 mEuros para 520.000 mEuros.

Em junho de 2012, em resultado da deliberação do acionista Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A. o capital social da Fidelidade foi aumentado de 520.000 mEuros para 605.000 mEuros. Este aumento de capital social foi integralmente subscrito pela CGD, mediante conversão de empréstimos subordinados de igual montante concedidos a esta entidade, tendo a Caixa Seguros e Saúde abdicado do seu direito de preferência enquanto acionista único. Em resultado desta operação a CGD passou a deter uma participação direta de cerca de 14% no capital social da Fidelidade, reduzindo-se a participação da Caixa Seguros e Saúde para 86%. Posteriormente, esta participação foi alienada pela CGD à Caixa Seguros e Saúde por um valor unitário de 5 euros por ação, ascendendo o montante global da transação a 85.000 mEuros (equivalente ao valor nominal do aumento de capital).

Ainda decorrer do mês de junho de 2012, a Caixa Seguros e Saúde realizou um aumento de capital social no montante de 351.525 mEuros por contrapartida de um empréstimo subordinado e de suprimentos anteriormente concedidos pela CGD à sua subsidiária neste montante. Deste aumento de capital resultou a emissão de 175.762.460 ações com o valor nominal de 2 Euros cada, ascendendo o capital social da Caixa Seguros e Saúde nesta data a 799.925 mEuros, integralmente detido pela CGD.

Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)

No decorrer do exercício de 2012, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, o BNU realizou um aumento de capital no valor de 1.600.000 mMOPS integralmente subscrito e realizado pela CGD. Em resultado desta transação, em 30 de junho de 2013, a participação da Caixa no capital social do BNU Macau ascende a 99,43%.

Banco Nacional de Investimento, S.A. (BNI)

O Banco Nacional de Investimento, S.A. foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L., tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento. O Grupo Caixa detinha uma participação direta de 50,5% do capital social do BNI titulada em 49,5% pela CGD e 1% pelo Banco Comercial de Investimentos, S.A.R.L..

No decorrer do segundo semestre de 2012 a CGD alienou a sua participação de 49,5% no capital social do BNI ao IGEPE - Instituto de Gestão de Participações do Estado pelo montante global de 1.067.255 mMZN, tendo em resultado desta operação reconhecido menos valias de aproximadamente 3.587 mEuros, das quais 2.515 mEuros registadas em rubricas de "Resultados de reavaliação cambial - reavaliação da posição cambial" e 1.072 mEuros em "Resultados da alienação de outros ativos".

Do montante global da transação, a CGD recebeu à data da sua efectivação 450.000 mMZN, sendo o remanescente devido em três prestações iguais, anuais e sucessivas, a primeira, no prazo de um ano a contar da data do contrato.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento (FIIAH – Caixa Arrendamento)

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 34.617 novas unidades de participação pelo montante global de 34.999 mEuros (integralmente realizado em numerário), tendo em resultado desta transação reforçado a percentagem que detinha nessa data no capital do FIIAH - Caixa Arrendamento para 87,86%.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes:

	30-06-2013	31-12-2012
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	41.829	28.143
Outros	15.454	4.140
	57.283	32.283
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(1.663)	(2.608)
	55.620	29.675
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1.166.283	1.121.989
Por prejuízos fiscais reportáveis	101.497	29.234
	1.267.780	1.151.223
Passivos por impostos diferidos	(62.073)	(74.401)
	1.205.707	1.076.822

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 30-06-2013
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	27.559	-	6.914	-	34.473
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	915.826	-	67.548	3.284	986.658
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 22)	76.586	(20.377)	-	-	56.209
Prejuízos fiscais reportáveis	29.234	-	72.263	-	101.497
Benefícios dos trabalhadores	32.626	-	-	(866)	31.759
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.566)	-	109	-	(4.457)
Outros	(443)	-	11	-	(433)
	1.076.822	(20.377)	146.844	2.418	1.205.707

	Saldo em 31-12-2011	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 30-06-2012
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	11.303	-	776	-	12.080
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	665.416	-	149.671	3.290	818.377
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	589.423	(244.729)	-	-	344.694
Prejuízos fiscais reportáveis	56.986	-	(56.986)	-	-
Benefícios dos trabalhadores	26.482	-	-	(1.324)	25.158
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.945)	-	280	-	(4.665)
Outros	(449)	-	4	-	(447)
	1.344.216	(244.729)	93.745	1.966	1.195.198

Os impostos sobre lucros registados diretamente por contrapartida de capital próprio nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Impostos diferidos		
Valorização de ativos financeiros por contrapartida de reservas de reavaliação	(20.377)	(244.729)
	(20.377)	(244.729)
Impostos correntes		
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego		
- Responsabilidades com pensões	-	1.400
- Plano médico e outros benefícios pós-emprego	3.284	3.290
	3.284	4.690
Amortização do impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego (exercício de 2011)	(866)	(1.324)
	2.418	3.366

No decorrer do exercício de 2011 a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do período antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	30-06-2013	30-06-2012
Impostos correntes		
Imposto sobre o resultado	(44.202)	73.207
Contribuição sobre o sector bancário	11.599	13.759
	(32.603)	86.966
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(219.107)	(150.731)
Prejuízos fiscais reportáveis	72.263	56.986
	(146.844)	(93.745)
Total de impostos em resultados	(179.447)	(6.779)
Resultado antes de impostos	(647.737)	(78.416)
Carga fiscal	27,70%	8,64%

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica “Impostos correntes - Imposto sobre o resultado" inclui correções de exercícios anteriores com a seguintes composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2011 e 2012)	(19.731)	(1.050)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	18	(628)
Outros	(24)	(8)
	(19.737)	(1.687)

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos / (proveitos) com impostos sobre lucros em 30 de junho de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2013		30-06-2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(647.737)		(78.416)
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,85%	(186.872)	28,83%	(22.607)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de participadas	1,21%	(7.844)	20,65%	(16.191)
Mais valias isentas de tributação	0,91%	(5.866)	2,21%	(1.732)
Outras	0,07%	(429)	1,34%	(1.054)
Diferenças definitivas a acrescer:				
Provisões não aceites	(0,04%)	227	(0,35%)	271
Outras	(0,28%)	1.841	(1,62%)	1.270
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	(1,14%)	7.369	(9,37%)	7.347
Reconhecimento de imparidade em participações financeiras	0,03%	(168)	(9,28%)	7.275
Benefícios fiscais - criação líquida de postos de trabalho	0,18%	(1.183)	3,14%	(2.463)
Tributação autónoma	(0,19%)	1.203	(0,76%)	599
Contribuição sobre o sector bancário	(1,79%)	11.599	(17,55%)	13.759
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis (*)	(2,36%)	15.317	0,00%	-
Outros	0,25%	(1.633)	(7,72%)	6.052
	25,70%	(166.439)	9,53%	(7.474)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	2,00%	(12.985)	(0,90%)	702
Outras	0,00%	(24)	0,01%	(8)
	2,01%	(13.008)	(0,89%)	694
	27,70%	**(179.447)**	**8,65%**	**(6.779)**

(*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 25%, não incluindo Derrama Estadual e Municipal

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua atividade foi de 28,85% e 28,83% respetivamente.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD reflete o aditamento efetuado, ao abrigo da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual no seu nº 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000 mEuros (derrama estadual).

No âmbito da publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), a redação do artigo 87º-A do CIRC foi alterada de forma a considerar atualizações à taxa adicional de imposto a aplicar sobre a parte do lucro tributável que exceda 1.500 mEuros e 10.000 mEuros, respetivamente, quando na sua globalidade este seja superior a 10.000 mEuros, relativamente ao qual, a tributação adicional a considerar será de 3% e 5%. Considerando que a nova redação do artigo 87º-A é apenas aplicável de forma transitória aos lucros tributáveis e pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, entendeu-se não proceder, decorrente desta situação, a qualquer alteração à taxa nominal de imposto utilizada no apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos a recuperar/ (pagar) reconhecidos com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2013 o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa ascendia a

101.497 mEuros, dos quais 29.234 mEuros originados no exercício de 2010 e o remanescente no decorrer do período de tributação em curso. De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados em 2010 poderão ser recuperados num máximo de quadro anos após o seu apuramento (5 anos no que se refere a prejuízos fiscais realizados em 2013). Contudo, com referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável.

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, a Caixa reconheceu nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 um custo de 11.599 mEuros e 13.759 mEuros, respetivamente, relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura.

Em 30 de junho de 2013, a reconciliação entre o imposto corrente do período e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2013
Imposto corrente - do período	(24.466)
Imposto pago pelas Sucursais	(460)
Transferência de imposto corrente para resultados transitados	-
Transferência de imposto corrente para reservas	(802)
Retenções na fonte	(15.374)
IRC a recuperar	(14.898)
Outros	379
Imposto sobre o rendimento a pagar / (recuperar)	(55.620)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável. Considerando que os exercícios de 2009 e 2010 já foram objeto de inspeção pelas autoridades fiscais, permanecem ainda em aberto para revisão os exercícios de 2011 e 2012. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Outros ativos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.123	3.206
Outros	5.243	5.242
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos	511.717	449.169
Empréstimos subordinados	287.471	260.726
Valores a receber pela venda da EDP	481.456	460.724
Devedores diversos	1.340.733	1.470.142
Bonificações a receber:		
- Do Estado	37.606	42.433
- De outras entidades	11.439	11.263
Valores a receber pela venda de bens arrematados	6.209	10.818
Devedores por operações sobre futuros	22.966	22.680
Sector público administrativo	1.994	1.020
Outros	1.696	-
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Fundo de pensões	19.225	19.225
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões	33.737	44.982
Rendas	4.483	4.616
Outros	30.221	6.374
Rendimentos a receber	24.370	37.302
Operações ativas a regularizar	153.475	139.634
	2.977.162	2.989.558
Imparidade e provisões (Nota 18)	(221.347)	(219.732)
	2.755.815	2.769.826

O movimento na imparidade e provisões para outros ativos durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 18.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 925.262 mEuros e 1.086.542 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução da Caixa em diversas instituições financeiras.

As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "Swaps de taxa de juro" ("IRS") com essas entidades.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 50.282 mEuros, relativos a depósitos caução constituídos pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 32.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Outros ativos – devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 68.214 mEuros e 65.714 mEuros, respetivamente, relativos a empréstimos concedidos à Inmobiliária Caixa Geral, S.L., pela Sucursal da CGD em Espanha. De forma a reflectir perdas potenciais na realização destes créditos resultantes da pronunciada deterioração observada nos imóveis geridos por esta sociedade, encontram-se reconhecidas nas referidas datas imparidades acumuladas de 36.181 mEuros e 33.652 mEuros, respetivamente.

Os suprimentos e empréstimos subordinados em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Suprimentos		
Gerbanca, SGPS, S.A.	87.732	87.732
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
Wolfpart, SGPS, S.A.	196.126	135.326
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	45.573	45.573
Moretextile, SGPS, S.A.	33.581	33.105
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	25.977	25.977
Parbanca, SGPS, S.A.	15.260	15.192
Outros	21.469	20.265
	511.717	449.169
Empréstimos subordinados		
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	165.500	125.500
Banco Caixa Geral, S.A.	31.050	31.050
CGD Macau, S.A.	-	13.956
BCI Moçambique, S.A.R.L.	4.814	4.772
BNU Macau, S.A.	86.107	85.448
	287.471	260.726

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, S.A. não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros com vencimento em 30 de junho de 2014. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano;
- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pago juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial do empréstimo, tendo a taxa sofrido um incremento de *spread* de 2% até 31 de dezembro de 2012 e 3% até à nova data de vencimento dos suprimentos, a qual foi prorrogada até 30 de setembro de 2013.

Os suprimentos concedidos à Wolfpart, SGPS, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimentos no montante de 31.926 mEuros, concedidos a esta sociedade com o objetivo financiar os investimentos realizados pela sua participada Vale de Lobo, S.A. no decorrer de 2006, assim como a aquisição de 25% do capital das sociedades "Torre de Colombo Oriente – Imobiliária, S.A." e "Torre de Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A." em 2007. Estes suprimentos não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.
- Suprimentos no montante de 28.000 mEuros, concedidos a esta sociedade no exercício de 2010 e reforçados em 5.900 mEuros no decorrer do primeiro semestre de 2011 para fazer face às necessidades de financiamento dos investimentos realizados pela sua participada Caixa Imobiliário, S.A.. Estes suprimentos não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.
- Suprimento no montante de 69.500 mEuros, concedido no decorrer do segundo semestre de 2012 e reforçado em 50.800 mEuros no primeiro semestre de 2013 para apoiar financeiramente o desenvolvimento da atividade da sua participada Caixa Imobiliário, S.A. Estes suprimentos vencem juros anuais à taxa Euribor a 12 meses sendo devidos, conjuntamente com o reembolso do capital no prazo de 1 ano e 1 dia após a data da sua contratação;
- Suprimento no montante de 10.000 mEuros, concedido no decorrer do primeiro semestre de 2013 para a realização de aumento de capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Beirafundo. Este suprimento vence juros anuais à taxa Euribor a 12 meses sendo devidos, conjuntamente com o reembolso do capital no prazo de 1 ano e 1 dia após a data da sua contratação.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os suprimentos concedidos a esta sociedade apresentam imparidades acumuladas no valor de 78.420 mEuros. Estas imparidades pretendem refletir as perdas esperadas nestes ativos em face das exposições detidas no setor imobiliário quer pela Wolfpart diretamente, quer através das suas participadas Caixa Imobiliário,S.A. e Vale do Lobo, S.A.

No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos não remunerados à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. no valor de 29.538 mEuros para aquisição de um imóvel em Espanha, os quais foram posteriormente reforçados em 5.513 mEuros. Ainda no exercício de 2008 foi autorizada a concessão de suprimentos adicionais até ao montante de 21.000 mEuros, dos quais, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se encontravam utilizados 12.772 mEuros. No decorrer do exercício de 2012 a CGD realizou prestações suplementares não remuneradas no montante de 2.250 mEuros junto desta sociedade por transformação de suprimentos concedidos, permitindo assim o reforço dos seus capitais próprios. Não obstante, e considerando os impactos no seu balanço das desvalorizações

reconhecidas nos investimentos imobiliários geridos por esta sociedade, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Caixa entendeu reconhecer imparidades para fazer face a perdas potenciais nestas operações no valor de 18.208 mEuros.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A. (entidade constituída em resultado desta operação), suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011 a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22.299 mEuros, tendo este valor sido reforçado em 10.228 mEuros no decorrer de 2012.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. não são remunerados e destinaram-se essencialmente a financiar a aquisição de ações da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A., da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A. e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A.

Os suprimentos concedidos à Parbanca, SGPS, S.A. destinaram-se a financiar esta sociedade em aumentos de capital efetuados pelo Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. (BCI), bem como a aquisição no decurso do exercício de 2007 de 9% do capital social do BCI, na sequência da qual a Parbanca, SGPS, S.A. passou a deter 51% do capital social do Banco.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no valor de 40.000 mEuros concedido em dezembro de 2004 e com um prazo inicial de reembolso de 10 anos, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%;
- Empréstimo subordinado no valor de 50.000 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2008 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses;
- Empréstimo subordinado no montante de 35.500 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2011 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%;
- Empréstimo subordinado no montante de 40.000 mEuros concedido em junho de 2013 com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor 3 meses adicionada de um *spread* de 0.30%.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral, S.A. têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

Os empréstimos subordinados concedidos à CGD Macau, S.A. apresentavam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no montante de 120.000.000 de Patacas remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses. Em 31 de dezembro de 2012 procedeu-se a uma amortização antecipada no valor de 24.000.000 de Patacas, reduzindo-se o saldo desta operação para 96.000.000 de Patacas (9.114 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012);
- Empréstimo subordinado no montante de 51.000.000 de Patacas (4.842 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012), remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses.

Estes empréstimos foram integralmente reembolsados em janeiro de 2013 na sequência da transformação desta sociedade em sucursal (Nota 11).

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6.296.296 USD (4.814 mEuros ao câmbio de 30 de junho de 2013) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um *spread* de 3%. O pagamento dos juros é efetuado trimestral e postecipadamente, em 30 de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

No decorrer de 2012 foi concedido um empréstimo subordinado ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. no montante de 900.000.000 de Patacas (86.107 mEuros ao câmbio de 30 de junho de 2013), o qual é remunerado a uma taxa de juro variável Hibor a 6 meses para dólares de Hong Kong acrescida de 2,75%. Este empréstimo tem um prazo de vencimento de 10 anos, encontrando-se previsto nos termos do contrato, a realização de amortizações parciais de 20% ao ano nos últimos 5 anos de vida útil da operação.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Recursos de bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
No país	973	150
No estrangeiro	47.869	51.308
Empréstimos		
No estrangeiro	4.750.000	6.950.000
Juros a pagar	66.814	55.981
	4.865.656	7.057.438
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	1.135.279	1.289.697
De instituições de crédito no estrangeiro	3.340.122	3.815.201
Operações de venda com acordo de recompra	601.307	447.600
Recursos do mercado monetário interbancário	22.123	75.416
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	51.223	154.995
De instituições de crédito no estrangeiro	75.458	152.576
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	31.608	39.108
Despesas com encargos diferidos	(362)	(381)
Juros a pagar	41.549	71.544
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	-	121
	5.298.307	6.045.877

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Empréstimos no estrangeiro” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por títulos de dívida e emissões de papel comercial da carteira da Caixa. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 32).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pela Caixa com diversas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 7).

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Depósitos de poupança	1.839.911	1.976.279
Outros débitos		
À vista	15.982.801	15.110.567
A prazo		
Depósitos	39.005.107	39.345.380
Depósitos obrigatórios	307.366	317.180
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	-	751.396
Cheques e ordens a pagar	127.132	41.201
Empréstimos	94.100	101.614
Outros	285	7.832
	57.356.702	57.651.449
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	29.337	37.979
Juros a pagar	546.235	575.072
Receitas e encargos diferidos, líquidos	(14.606)	(16.657)
	57.917.667	58.247.843

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, referia-se exclusivamente a contratos celebrados com a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Estes contratos previam a realização de operações de venda de instrumentos financeiros com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos com acordo de revenda. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de balanço das correspondentes operações de compra com acordo de revenda ascendia a 750.437 mEuros (Nota 9).

Os instrumentos financeiros cedidos com acordo de recompra por um preço previamente fixado não são desreconhecidos de balanço, permanecendo classificados e valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato. Em 31 de dezembro de 2012, os ativos cedidos à Fidelidade no âmbito contrato de venda com acordo de recompra celebrado com estas entidades correspondiam essencialmente a instrumentos de dívida e a unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, ascendendo o seu valor de balanço nessa data a 995.860 mEuros.

16. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	743.052	1.025.749
- Remuneração indexada a ações / índices	200.900	266.220
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	641.743	712.708
- Taxa de juro fixa	3.680.776	5.000.279
i)	5.266.471	7.004.957
Obrigações hipotecárias ii)	3.750.050	3.001.450
Obrigações sobre o setor público iii)	622.700	622.700
Outros		
Emissões no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper		
- Papel Comercial	18.087	636.000
Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper and Certificate Deposits		
- Outros certificados de depósito	-	22.738
iv)	18.087	658.738
i)+ii)+iii)+iv)	9.657.308	11.287.845
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	6.621	21.855
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(16.428)	(18.753)
Juros a pagar	221.622	257.728
	9.869.123	11.548.675

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2013	31-12-2012
EMTN	15.961	127.395
Obrigações hipotecárias	3.700.000	4.843.550
Obrigações sobre o setor público	135.450	235.450
Outras obrigações de caixa	4.600.000	4.600.000
	8.451.411	9.806.395

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado "EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificate of Deposits" a CGD (diretamente ou através da Sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e "Notes" com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, atualmente até ao montante máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo

estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.451.450 mEuros e 7.845.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 30-06-2013	Taxa em 31-12-2012
	30-06-2013	31-12-2012						
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche	1.256.450	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900.000	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	0,377%	0,477%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	0,272%	0,236%
Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*)	200.000	200.000	27-02-2008	29-02-2016	Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	0,503%	0,724%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses - 0,012%	0,197%	0,171%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Serie 9 15/09/2016	175.000	175.000	08-10-2009	15-09-2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,575%	0,900%	1,068%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1.000.000	1.000.000	27-01-2010	27-01-2020	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 12 2011/2021 FRN (*)	350.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,956%	0,949%
Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*)	750.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,956%	0,949%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	31-07-2012	31-07-2022	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,957%	0,946%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	750.000	-	18-01-2013	18-01-2018	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	-
	7.451.450	7.845.000						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a 10.425.751 mEuros e 10.932.732 mEuros, respetivamente (Nota 9).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 127.143 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Nota 5).

Em 30 de junho de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações Hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB, respetivamente.

(iv) Obrigações sobre o Setor Público

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e outras categorias limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deverá representar no mínimo 106,5% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;

- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 800.000 mEuros e 900.000 mEuros, respetivamente, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a 1.320.459 mEuros e 1.418.068 mEuros, respetivamente (Nota 9).

Em 30 de junho de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	30-06-2013						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	132.900	263.803	1.962.017	2.358.720	-	-	2.358.720
De 1 a 5 anos	68.000	194.118	2.207.853	2.469.971	2.481.450	622.700	5.574.121
De 5 a 10 anos	-	26.959	243.957	270.916	1.248.600	-	1.519.516
Mais de 10 anos	-	156.864	10.000	166.864	20.000	-	186.864
	200.900	641.743	4.423.828	5.266.471	3.750.050	622.700	9.639.221

	31-12-2012						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	140.220	214.148	2.179.936	2.534.304	-	-	2.534.304
De 1 a 5 anos	126.000	268.740	3.584.988	3.979.727	1.731.450	622.700	6.333.877
De 5 a 10 anos	-	42.328	251.104	293.432	1.250.000	-	1.543.432
Mais de 10 anos	-	187.493	10.000	197.493	20.000	-	217.493
	266.220	712.708	6.026.028	7.004.957	3.001.450	622.700	10.629.107

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2012	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2013
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	7.004.957	-	(1.637.702)	(51.215)	(49.569)	5.266.471
Obrigações hipotecárias	3.001.450	750.000	-	-	(1.400)	3.750.050
Obrigações sobre o setor público	622.700	-	-	-	-	622.700
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	636.000	18.087	(636.000)			18.087
Certificados de depósito	22.738	-	(22.738)	-	-	-
	11.287.845	768.087	(2.296.440)	(51.215)	(50.969)	9.657.308

	Saldo em 31-12-2011	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2012
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	9.082.065	-	(1.565.452)	903	(289.454)	7.228.062
Obrigações hipotecárias	5.728.000	-	(2.000.000)	-	(642.197)	3.085.803
Obrigações sobre o setor público	944.700	-	-	-	(305.800)	638.900
Outras obrigações de caixa	11.896	-	(11.890)	-	-	6
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	-	1.140.000	-	-	-	1.140.000
Certificados de depósito	23.186	-	-	642	-	23.828
	15.789.847	1.140.000	(3.577.342)	1.545	(1.237.451)	12.116.599

17. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Em novembro de 2003 e novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de créditos hipotecários no montante de 1.000.000 e 5.345.504 mEuros, respetivamente, através de duas operações de titularização. As principais condições destas operações são apresentadas de seguida:

Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº1

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Mortgages 2003-1, FTC ("Nostrum Mortgages FTC" ou "Fundo"). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação direta ou indireta. A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Nostrum Mortgages FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Mortgages 2003-1 PLC (Nostrum Mortgages PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o Nostrum Mortgages FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao Nostrum Mortgages PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o Nostrum Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating (**)			Data de reembolso	Data do reembolso antecipado (*)	Remuneração	
		Moody's	Fitch	S&P			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	980.000	Ba1	A	BB	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,21%	Euribor 3 m + 0,42%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	5.000	Ba2	A	B	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	15.000	Caa1	BBB+	B-	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 1,1%	Euribor 3 m + 2,20%
	1.000.000							
Class D Mortgage Backed Securities Entitlement Notes due 2046	4.000	na	na	na			Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.004.000							

(*) Opção não exercida
(**) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Mortgages PLC celebrou com a Caixa um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o Nostrum Mortgages PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

Adicionalmente, a Caixa tem a opção de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Mortgages PLC tem a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

A remuneração das obrigações Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Mortgages PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº2

Em 5 de novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). A transmissão dos créditos foi efetuada nessa data pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5.349.775 mEuros.

A Tagus é uma sociedade de titularização de créditos, propriedade do Deutsche Bank (Portugal) S.A., que por sua vez é propriedade integral do Deutsche Bank Aktiengesekkschaft, não detendo a CGD qualquer participação direta ou indireta nesta entidade.

A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transação.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5.429.950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de rating e, consequentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating (*)		Maturidade	Remuneração
		Moody's	Fitch		
Class A Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	4.008.800	Baa3	A	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,20%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	1.336.250	na	na	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,30%
	5.345.050				
Class C Securitization Notes due 2065	84.900	na	na	20 de maio de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	5.429.950				

(*) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das Notas.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transação, a Tagus contratou um swap de taxa de juro com a CGD, através da sua Sucursal de Londres. Nos termos deste swap, a Tagus entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efetivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizados no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,67%.

Movimento nos créditos

O movimento ocorrido no valor dos ativos cedidos no semestre findo em 30 de junho de 2013 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Nostrum Mortgages nº1	Nostrum Mortgages nº2	Total
Saldos em 31-12-2012 (Notas 9 e 32)	389.692	4.892.634	5.282.326
Vendas de novos créditos	559	15.565	16.124
Reembolsos	(19.805)	(76.236)	(96.041)
Recompras	(559)	(15.717)	(16.276)
Outros	(42)	(13.640)	(13.682)
Saldos em 30-06-2013 (Notas 9 e 32)	369.845	4.802.606	5.172.451

Registo contabilístico

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação Nostrum Mortgages nº2, refletindo nessa data o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

18. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 30-06-2013
Provisões para riscos gerais de crédito	575.829	55.448	(71.159)	-	49	-	13	560.180
Provisões para risco país de passivos contingentes	616	1.362	(1.007)	-	31	-	-	1.002
Provisões para encargos com benefícios de empregados	468.014	-	-	(10.920)	-	-	14.154	471.248
Provisões para contingências judiciais	8.397	-	-	-	-	-	-	8.397
Provisões para outros riscos e encargos	92.336	7.367	(923)	(399)	7	-	-	98.388
	1.145.192	64.177	(73.089)	(11.319)	87	-	14.167	1.139.215
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	1.848	2.059	(1.363)	-	(75)	-	-	2.469
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	3.439.545	1.178.314	(488.701)	(103.128)	571	-	3	4.026.604
	3.441.394	1.180.373	(490.064)	(103.128)	496	-	3	4.029.074
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)								
Instrumentos de dívida	9.364	5	(23)	(9.388)	42	-	-	-
Instrumentos de capital	434.772	26.454	-	(70.391)	-	-	-	390.835
Unidades de participação	173.133	10.899	-	(2.073)	(7)	2.540	-	184.491
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra								
Unidades de participação (Nota 7)	2.540	-	-	-	-	(2.540)	-	-
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8)	12.053	-	(13)	-	-	-	(1)	12.040
	631.862	37.358	(36)	(81.852)	35		(1)	587.366
Imparidade de outros ativos tangíveis	2.761	-	(65)	-	-	-	-	2.696
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 11)	333.979	-	-	-	-	-	-	333.979
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	85.349	29.449	(14.722)	-	-	-	-	100.077
Imparidade de outros ativos (Nota 13)	219.732	3.502	(424)	(1.463)	-	-	-	221.347
	641.821	32.952	(15.210)	(1.463)	-	-	-	658.099
	5.860.269	1.314.859	(578.399)	(197.762)	618		14.169	6.413.754

	Saldo em 31-12-2011	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 30-06-2012
Provisões para riscos gerais de crédito	550.163	62.375	(60.550)	-	202	-	-	552.190
Provisões para risco país de passivos contingentes	2.965	1.164	(2.901)	-	34	-	-	1.262
Provisões para encargos com benefícios de empregados	423.532	-	-	(10.013)	-	-	14.658	428.177
Provisões para contingências judiciais	10.553	-	-	-	-	-	-	10.553
Provisões para outros riscos e encargos	72.455	15.760	(94)	(6.119)	23	-	-	82.025
	1.059.668	79.299	(63.545)	(16.132)	259	-	14.658	1.074.207
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito	4.152	4.794	(7.273)	-	(2)	-	-	1.671
Provisões para crédito a clientes	2.478.531	1.483.876	(1.014.222)	(48.221)	1.984	-	0	2.901.948
	2.482.683	1.488.670	(1.021.496)	(48.221)	1.983	-	0	2.903.619
Provisões para risco-país de ativos financeiros disponíveis para venda	44	-	(44)	-	-	-	-	-
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda								
Instrumentos de dívida	47.008	1.488	-	(25.100)	264	-	0	23.661
Instrumentos de capital	608.440	91.876	-	(3.241)	-	-	-	697.074
Unidades de participação	109.841	6.028	-	(7.622)	(246)	222	165	108.389
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra								
Unidades de participação	3.112	-	-	-	-	(222)	-	2.890
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito	12.157	-	-	-	-	-	-	12.157
	780.603	99.391	(44)	(35.963)	18	-	165	844.171
Imparidade de outros ativos tangíveis	3.518	-	(87)	-	-	-	-	3.432
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	239.742	6	-	-	-	-	-	239.748
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	58.804	20.095	(11.968)	-	-	-	-	66.931
Imparidade de outros ativos	80.230	51.238	(8.817)	(364)	-	-	-	122.287
	382.294	71.340	(20.872)	(364)	-	-	-	432.398
	4.705.248	1.738.700	(1.105.957)	(100.681)	2.260	-	14.823	5.254.395

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da CGD. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui 19.417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização de Investidores, a qual foi liquidada em janeiro de 2012.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Provisão para assistência médica pós-emprego	455.479	452.245
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4.425	4.425
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	744	744
Responsabilidades da Sucursal de França	10.600	10.600
	471.248	468.014

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os “Outros” movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica (Nota 30)	14.154	14.653
Subsídio por morte	-	5
	14.154	14.658

19. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Obrigações	2.873.176	2.873.177
Empréstimos	110.728	110.728
	2.983.904	2.983.905
Juros a pagar	85.816	36.968
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(39.047)	(42.752)
	3.030.674	2.978.121

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os empréstimos concedidos pela Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de ações preferenciais efetuadas por esta entidade.

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;

- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;

- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);

- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;

- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	900.000	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.830	537.730	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão)	EUR	400.000	396.634	386.454	12-11-2007	13-11-2017	Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	369.045	369.045	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	120.000	104.720	114.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	3.703	3.703	18-12-2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	03-03-2008	03-03-2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.595	81.245	81.245	12-11-2007	13-11-2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	28-12-2007	28-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Notes	EUR	21.000	21.000	21.000	14-07-2005	28-06-2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral Finance	Perpetual Non-cumulative Guaranteed Preference Shares	EUR	350.000	44.885	44.885	30-09-2005	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,77%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,77%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de março, junho, setembro e dezembro	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 30 de setembro de 2015.
Caixa Geral Finance	Perpetual Non-cumulative Guaranteed Preference Shares	EUR	250.000	65.843	65.843	28-06-2004	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,80%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 28 de junho de 2014.
Caixa Geral Finance	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	55.000	55.000	55.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

20. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Credores		
Recursos consignados	838.898	853.960
Credores por subscrições não realizadas		
BPD - Banco para Promoção e Desenvolvimento (Nota 11)	-	171.838
Fundo Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR	85.000	85.000
FCR Mezzanine - Caixa Capital	70.000	70.000
Fundo de Recuperação, FCR	64.556	34.556
OXI Capital, SCR	47.490	-
FCR Empreender Mais - Caixa Capital	10.000	10.000
Outros	7.713	3.336
Recursos - conta caução	193.470	150.145
Caixa Geral de Aposentações	238.907	46.123
Fundo de pensões CGD	23.164	226
Fornecedores de bens de locação financeira	12.835	17.310
Outros fornecedores	28.296	47.269
Credores por venda de bens arrematados	7.809	6.266
Outros	78.117	51.513
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	51.361	43.223
Outros impostos a pagar	2.867	3.383
Cobranças por conta de terceiros	1.634	1.630
Outras	4.654	4.026
Encargos a pagar	155.126	112.963
Receitas com rendimento diferido	40.092	42.000
Outras contas de regularização		
Operações passivas a regularizar	243.692	121.470
Outras operações cambiais a liquidar	26.743	6.121
	2.232.426	1.882.357

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 189.473 mEuros e 145.568 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

21. CAPITAL

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Número de ações	1.180.000.000	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	5.900.000.000	5.900.000.000

Aumentos de Capital

Em 29 de junho de 2012, no decurso da deliberação do acionista de 27 de junho desse mesmo mês, foi realizado um aumento de capital de 750.000 mEuros, através da emissão de 150.000.000 novas ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em numerário.

Adicionalmente, nesta data a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (Nota 19).

O aumento de capital e a emissão de instrumentos híbridos serviram para assegurar o cumprimento de um rácio core tier 1 de 9% em 30 de junho de 2012, de acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1).

Essa recomendação proposta pela Autoridade Bancária Europeia (acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012), com o acordo do Conselho Europeu de 26 de outubro de 2011, requeria que os bancos constituíssem um buffer temporário de capital que lhes permitisse atingir um rácio de Core Tier I de 9% em 30 de junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de setembro de 2011.

22. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	110.425	110.425
Reserva de justo valor		
Instrumentos de dívida	(262.835)	(313.791)
Instrumentos de capital (Nota 6)	6.050	21.703
Outros instrumentos	64.980	37.345
Reserva por impostos diferidos (Nota 12)	56.209	76.586
	(25.171)	(67.731)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	862.906	862.906
Outras reservas	293.085	279.038
Resultados transitados	(1.067.008)	(365.886)
	88.983	776.058
Resultado líquido	(468.290)	(679.067)
	(404.477)	29.260

As reservas de reavaliação legal de imobilizado só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	30-06-2013	30-06-2012
Actividade em Portugal	(436.038)	(31.329)
Sucursal de Espanha	(47.241)	(68.683)
Sucursal de França	13.319	21.149
Sucursal de Timor	3.026	1.914
Sucursal de Cayman	2.296	1.656
Sucursal do Luxemburgo	(1.825)	(2.564)
Sucursal de Londres	(1.195)	5.209
Sucursal de Nova Iorque	(596)	831
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	80	156
Sucursal Offshore de Macau	(67)	-
Sucursal do Zhuhai	(48)	23
	(468.290)	(71.637)

Conforme referido em maior detalhe na Nota 11, após obtenção das necessárias aprovações legais e regulamentares, a CGD - Sucursal Offshore de Macau iniciou a sua atividade em 1 de Fevereiro de 2013, assegurando assim a gestão dos recursos até então sob responsabilidade da CGD - Subsidiária Offshore de Macau.

Distribuição do resultado do exercício

Exercício de 2012

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2013, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2012, no montante de 679.067 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

23. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	28.361	63.587
No estrangeiro	12.398	29.077
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	583.295	853.398
Crédito ao exterior	89.244	113.371
Crédito vencido	19.471	16.948
Outros créditos e valores a receber - titulados		
. Papel comercial	55.797	65.881
. Outros	34.956	25.664
Juros de ativos securitizados não desreconhecidos	29.543	57.375
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos	7.406	9.095
Swaps	339.789	1.106.370
Contratos de garantia de taxa de juro	1.518	415
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de		
resultados	126	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	210.342	278.116
Juros de derivados de cobertura	13.524	20.086
Juros de devedores e outras aplicações	8.047	7.633
Juros de disponibilidades	4.447	5.289
Outros juros e rendimentos similares	1.399	2.866
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	48.570	51.800
	1.488.232	2.706.971

	30-06-2013	30-06-2012
Juros e encargos similares		
Juros de depósitos		
Do setor público administrativo	5.811	35.002
De outros residentes	466.223	503.582
De emigrantes	26.930	27.580
De outros não residentes	40.576	33.912
	539.541	600.076
Juros de recursos de instituições de crédito		
No país	11.944	16.481
No estrangeiro	73.790	116.735
Juros de passivos financeiros de negociação		
Swaps	345.090	1.079.931
Outros	5.108	613
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos		
subordinados	313.213	358.069
Juros de derivados de cobertura	2.208	9.960
Juros de credores e outros recursos	2.785	8.618
Juros de recursos consignados	2.479	6.993
Juros de passivos por ativos não desreconhecidos	29.543	57.375
Outros juros e encargos similares	2.829	4.676
	1.328.529	2.259.527

Em 30 de junho de 2013 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados", inclui 39.763 mEuros relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 19).

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	20.865	34.756
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	15.873	14.791
EDP - Energias de Portugal, S.A.	7.571	6.204
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	5.830	6.009
CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	3.133	-
Mercantile Bank Holdings Ltd.	2.510	-
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	1.877	3.353
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.266	1.544
Galp Energia, SGPS, S.A.	25	1.667
ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	16	5.310
Gerbanca, SGPS, S.A.	-	18.355
Parcaixa, SGPS, S.A.	-	9.200
Rendimentos distribuídos por fundos de investimento	12.087	9.690
Outros	2.554	3.105
	73.607	113.983

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Meios de pagamento	89.303	94.398
Prestação de serviços a terceiros	48.440	48.682
Em operações de crédito	50.420	54.227
Gestão de ativos	11.750	11.128
Por garantias prestadas	35.649	32.324
Por operações sobre instrumentos financeiros	4.113	7.409
Outros	736	824
	240.411	248.992
Encargos com serviços e comissões		
Meios de pagamento	35.806	36.973
Por serviços prestados a terceiros	7.882	5.842
Em operações de crédito	-	-
Gestão de ativos	260	373
Por garantias obtidas	60	162
Por operações sobre instrumentos financeiros	7.202	12.275
Outros	2.027	3.015
	53.236	58.640

26. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	(6.319)	23.396
Instrumentos de capital	(12.785)	(24.321)
Instrumentos derivados		
. Taxa de juro	64.255	(30.515)
. Cotações	(6.853)	15.396
. Outros	908	2.445
	58.310	(12.675)
Outros	878	287
	40.084	(13.313)
Resultados em ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	(7.112)	(766)
Instrumentos de capital	(2)	11.788
Outros títulos	6.012	1.576
	(1.102)	12.598
Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos		
Derivados de cobertura	(13.032)	37.546
Correções de valor de instrumentos financeiros objeto de operações de cobertura	15.483	(36.561)
	2.451	985
Outros		
Resultados na recompra de passivos emitidos	3.532	171.923
Outros	31	36
	3.563	171.959
	44.997	172.228

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Reavaliação da posição cambial	(18.064)	21.777
Resultados em derivados cambiais	24.479	(19.113)
	6.416	2.663

Em 30 de junho de 2013 a rubrica "Resultados de reavaliação cambial - reavaliação da posição cambial" inclui 1.950 mEuros relativos à alienação da participação detida pela Caixa no BPD (Nota 11).

27. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	68.966	33.036
Instrumentos de capital		
BCP (Nota 6)	5.201	165
EDP - Energias de Portugal (Nota 6)	390	-
Outros	2	13
Outros títulos	6.237	6.327
	80.796	39.541
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	(249)	(1.586)
Instrumentos de capital	-	(117)
Outros títulos	(226)	(421)
	(475)	(2.124)
	80.321	37.417

28. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Ganhos em investimentos em filiais	8.344	-
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	58	7
Perdas na alienação de crédito a clientes	-	(1.159)
Perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda	(12.019)	-
	(3.618)	(1.152)

Em 30 de junho de 2013, a rubrica "Ganhos em investimentos em filiais" refere-se integralmente a resultados apurados na liquidação da CGD - Sucursal Offshore de Macau (Nota 11).

29. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Outros proveitos de exploração		
Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo	21.323	22.082
Recuperação de créditos incobráveis		
Crédito concedido	10.965	12.409
Juros e despesas	266	1.518
Venda de cheques	10.260	9.565
Prestação de serviços diversos	4.652	5.116
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	692	1.764
Reembolso de despesas	915	1.154
Mais valias obtidas na alienação de bens arrematados	1.270	933
Outros	10.353	28.354
	60.696	82.894
Outros custos de exploração		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(11.531)	(6.622)
Outros impostos	(17.703)	(4.519)
Donativos e quotizações	(2.165)	(3.438)
Menos valias obtidas na alienação de bens arrematados	-	(6.937)
Outros	(7.884)	(7.335)
	(39.282)	(28.852)
	21.414	54.042

30. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	577	621
Remuneração dos empregados	196.501	174.057
Prémio de antiguidade	2.623	3.575
Assistência Médica - CGD		
Custo Normal (Nota 18)	14.154	14.653
Contribuições relativas a pessoal no ativo	15.142	12.548
Outros encargos relativos a remunerações	9.418	7.843
Fundo de Pensões - CGD		
Custo Normal	30.194	24.229
Outros	623	379
Outros encargos sociais obrigatórios	5.756	7.434
Outros custos com o pessoal	1.911	3.168
	276.898	248.506

O número médio de empregados durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, por tipo de funções, foi o seguinte:

	30-06-2013	30-06-2012
Direção	216	210
Chefias	1.779	1.805
Técnicos	3.078	2.955
Administrativos	4.910	5.125
Auxiliares	135	152
	10.118	10.247

Em 30 de junho de 2013 e 2012, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (261 e 258, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (66 e 71, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (90 e 94, respetivamente) designadamente em comissão de serviço no exterior.

31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Serviços especializados		
Serviços de informática	30.300	34.948
Serviços prestados por agrupamentos complementares de empresas	18.328	17.593
Serviços de consultoria	4.402	4.782
Serviços de limpeza	2.642	2.570
Serviços de informação	2.730	2.890
Segurança e vigilância	1.791	1.995
Outros	22.784	21.641
Publicidade e edição de publicações	6.574	7.558
Rendas e alugueres	27.703	27.427
Comunicações e despesas de expedição	11.515	12.114
Conservação e reparação	9.317	10.466
Transporte de valores e outros	3.948	4.025
Água, energia e combustíveis	8.260	8.626
Deslocações, estadas e representação	3.160	2.378
Impressos e material de consumo corrente	1.640	1.851
Outros	5.518	3.936
	160.613	164.799

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013	31-12-2012
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	20.966.886	23.510.673
Garantias e avales	4.667.101	4.304.171
Créditos documentários abertos	149.973	196.421
Cartas de crédito em "stand-by"	51.821	67.211
Aceites e endossos	-	1.089
Transações com recurso	2	2
Outras garantias prestadas e passivos eventuais	105.212	45.046
	25.940.995	28.124.612
Compromissos		
Compromissos revogáveis	7.133.827	7.459.997
Outros compromissos irrevogáveis	2.038.302	2.061.858
Contratos a prazo de depósitos:		
- A constituir	7.604	2.000
- A receber	70.443	15.720
Subscrição de títulos	1.981.338	2.418.277
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais		
para o Fundo de Garantia de Depósitos	155.391	155.391
Operações a prazo	11.441	11.441
Sistema de indemnização aos investidores	33.023	35.334
	11.431.368	12.160.019
Depósito e guarda de valores	33.834.893	33.573.998
Valores administrados pela instituição		
Ativos cedidos em operações de titularização (Nota 17)	369.845	389.692
Outros valores	40.542	37.666
	410.387	427.358

Em 30 de junho de 2013, a rubrica “Garantias e avales” inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e ações preferenciais nos montantes de 79.085 mEuros e 110.728 mEuros, respetivamente (72.523 mEuros e 110.728 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Ativos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

	30-06-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	1.071.000	1.103.452
Banco de Portugal (*)	18.984.621	21.457.305
Fundo de Garantia de Depósitos	174.500	209.500
Royal Bank of Scotland	15.000	16.000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	24.265	27.915
Euronext	5.000	4.000
Outros ativos		
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	692.500	692.500
	20.966.886	23.510.673

(*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos dados em garantia respeitam a instrumentos de dívida, os quais, em função da sua natureza, se encontram classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, com exceção das garantias ao Banco Europeu de Desenvolvimento, os quais correspondem integralmente a créditos concedidos pela Caixa no montante de 692.500 mEuros. Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui igualmente títulos adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessa data a 888.000 mEuros. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela Caixa nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal.

Em 30 de junho de 2013 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 20.118.771 mEuros (22.609.651 mEuros em 31 de dezembro de 2012, dos quais 898.109 mEuros relativos a operações de compra com acordo de revenda).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela CGD, apresentam um valor de mercado de 199.528 mEuros e 242.875 mEuros, respetivamente.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de

155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas efetuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 13).

33. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "repo" e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos no semestre findo em 30 de junho de 2013 e no decorrer do exercício de 2012 é a seguinte:

Linhas de negócio

	30-06-2013					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	27.220	241.352	(175.395)	-	66.524	159.702
Rendimentos de instrumentos de capital	11.067	-	62.540	-	-	73.607
Rendimentos de serviços e comissões	5.492	82.583	37.707	245	114.384	240.411
Encargos com serviços e comissões	(8.057)	(1.266)	(1.265)	-	(42.648)	(53.236)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	128.012	430	(326)	-	-	128.115
Outros resultados de exploração	969	(5.539)	(1.935)	(354)	28.273	21.414
Produto bancário	164.703	317.560	(78.673)	(109)	166.533	570.013
Outros custos e proveitos						(1 038 303)
Resultado Líquido do Período						(468.290)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	6.047.191	289.569	-	-	12.142	6.348.901
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.241.044	-	-	-	-	20.241.044
Crédito sobre clientes (líquido)	1.938	31.422.842	29.983.466	-	-	61.408.247
Ativo líquido total	26.290.172	31.712.411	29.983.466	-	8.673.754	96.659.804
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	10.157.561	3.219	-	-	3.182	10.163.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	304	49.923.811	7.988.562	-	4.990	57.917.667
Responsabilidades representadas por títulos	9.869.123	-	-	-	-	9.869.123

	31-12-2012					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	(106.339)	886.488	(177.788)	-	183.005	785.366
Rendimentos de instrumentos de capital	16.509	-	131.281	-	-	147.790
Rendimentos de serviços e comissões	29.460	145.394	82.838	525	230.552	488.768
Encargos com serviços e comissões	(18.257)	(4.221)	(2.038)	-	(89.891)	(114.407)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	278.360	746	(926)	-	-	278.181
Outros resultados de exploração	(1.273)	(723)	2.981	37	98.730	99.753
Produto bancário	198.460	1.027.685	36.348	562	422.396	1.685.450
Outros custos e proveitos						(2 364 517)
Resultado Líquido do Exercício						(679.067)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	7.532.410	243.373	10.973	-	1.549	7.788.305
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.680.398	-	-	-	-	21.680.398
Crédito sobre clientes (líquido)	3.037	32.335.959	31.663.249	-	-	64.002.245
Ativo líquido total	29.215.845	32.579.332	31.674.223	-	8.743.689	102.213.089
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	13.098.164	-	-	-	5.152	13.103.316
Recursos de clientes e outros empréstimos	508	48.549.364	8.992.861	-	705.110	58.247.843
Responsabilidades representadas por títulos	11.548.675	-	-	-	-	11.548.675

Mercados Geográficos

	30-06-2013						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	112.608	43.232	138	4.244	3.423	(3.943)	159.702
Rendimentos de instrumentos de capital	62.540	11.067	-	-	-	-	73.607
Rendimentos de serviços e comissões	222.430	21.988	-	232	618	(4.857)	240.411
Encargos com serviços e comissões	(48.371)	(8.819)	-	(27)	(146)	4.127	(53.236)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	136.117	(42.386)	-	0	329	34.056	128.115
Resultados de exploração	22.846	(2.435)	(25)	(60)	306	781	21.414
Produto bancário	508.169	22.648	113	4.389	4.529	30.165	570.013
Outros custos e proveitos							(1 038 303)
Resultado Líquido do Período							(468.290)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	9.773.854	2.223.512	111.116	1.497.299	950.443	(8.207.322)	6.348.901
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	19.789.390	1.189.481	-	37.172	-	(774.999)	20.241.044
Crédito sobre clientes (líquido)	56.319.542	4.301.055	-	726.208	30.859	30.582	61.408.247
Ativo líquido total	94.544.308	7.876.989	111.617	2.261.637	985.083	(9.119.829)	96.659.804
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	12.650.349	4.094.858	7	1.586.905	49.332	(8.217.489)	10.163.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	53.778.185	2.515.376	-	695.975	928.132	-	57.917.667
Responsabilidades representadas por títulos	9.859.404	460.333	-	-	-	(450.614)	9.869.123

	31-12-2012						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	655.794	86.783	397	5.818	5.328	31.246	785.366
Rendimentos de instrumentos de capital	131.281	16.509	-	-	-	-	147.790
Rendimentos de serviços e comissões	453.055	35.701	59	1.281	1.268	(2.596)	488.768
Encargos com serviços e comissões	(108.858)	(8.900)	-	(64)	(8)	3.423	(114.407)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	329.708	(4.042)	(35)	(328)	656	(47.778)	278.181
Resultados de exploração	102.986	(3.590)	(38)	1.449	371	(1.424)	99.753
Produto bancário	1.563.966	122.461	382	8.156	7.616	(17.130)	1.685.450
Outros custos e proveitos							(2 364 517)
Resultado Líquido do Exercício							(679.067)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	11.595.880	3.277.112	111.027	1.632.727	121.307	(8.949.748)	7.788.305
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.198.380	1.193.768	-	35.753	-	(747.502)	21.680.398
Crédito sobre clientes (líquido)	58.635.299	4.631.689	-	708.344	26.913	-	64.002.245
Ativo líquido total	100.195.530	9.241.459	111.503	2.377.879	154.350	(9.867.633)	102.213.089
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	15.905.716	4.428.175	7	1.681.385	43.409	(8.955.377)	13.103.316
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.868.170	2.580.658	-	696.769	102.246	-	58.247.843
Responsabilidades representadas por títulos	10.667.858	1.214.570	-	22.784	-	(356.538)	11.548.675

A coluna “Outros” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2013	31-12-2012
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados		
Divida pública	434.472	488.773
Divida privada	8.618	8.855
i)	443.090	497.628
Ativos financeiros disponíveis para venda *		
Divida pública	6.001.080	6.433.095
Divida privada	9.284.595	9.788.048
ii)	15.285.676	16.221.144
Ativos com acordo de recompra		
Divida pública	99.500	68.576
Divida privada	576.260	435.584
Crédito e valores titulados	-	286.029
iii)	675.760	790.189
i)+ii)+iii)	16.404.526	17.508.961
Instrumentos financeiros derivados	1.811.492	2.204.848
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito *	5.136.142	6.439.700
Crédito a clientes *	60.844.020	63.421.443
Outros devedores *	2.525.550	2.565.788
Outras operações a regularizar	153.475	139.634
	70.470.680	74.771.412
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas		
Garantias e avales **	4.666.096	4.303.548
Cartas de crédito *stand-by*	51.821	67.211
Créditos documentários abertos	149.973	196.421
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	105.214	46.136
Contratos de depósitos a prazo a constituir	7.604	2.000
Linhas de crédito irrevogáveis	1.158.931	1.262.778
Outros compromissos irrevogáveis	879.371	799.080
Credit Default Swaps	165.566	164.740
	7.184.575	6.841.914
Exposição máxima	**94.059.781**	**99.122.287**

[*] Saldos líquidos de imparidade e provisões para riscos gerais de crédito
[**] Saldos líquido de provisões

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

Os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desequilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por um contínuo ambiente de incerteza e instabilidade. Esta situação, visível no alargamento dos *spread* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de intervenção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito da atividade da Caixa e das suas sucursais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2013					Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual								
	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados									
Portugal	49.206	93.160	22.324	-	164.690	164.690	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	150	-	150	150	-	-	
Itália	-	-	158	-	158	158	-	-	
	49.206	93.160	22.632	-	164.998	164.998	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação									
Portugal	1.043.914	3.455.242	1.554.919	2.453	6.056.527	6.056.527	-	8.337	
Grécia	-	-	2.860	-	2.860	2.860	-	(3.483)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	10.399	1.309	-	11.708	11.708	-	119	
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.043.914	3.465.641	1.559.088	2.453	6.071.095	6.071.095	-	4.973	
Total									
Portugal	1.093.120	3.548.401	1.577.242	2.453	6.221.217	6.221.217	-	8.337	BB-
Grécia	-	-	2.860	-	2.860	2.860	-	(3.483)	B-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	10.399	1.459	-	11.859	11.859	-	119	BBB-
Itália	-	-	158	-	158	158	-	-	BBB
	1.093.120	3.558.801	1.581.720	2.453	6.236.093	6.236.093	-	4.973	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2012					Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual								
	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados									
Portugal	123.416	48.188	17.323	-	188.927	188.927	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	134	-	134	134	-	-	
Itália	-	-	147	-	147	147	-	-	
	123.416	48.188	17.605	-	189.208	189.208	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação									
Portugal	3.793.972	1.737.427	869.331	2.342	6.403.071	6.403.071	-	98.087	
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	48.903	10.128	1.309	-	60.340	60.340	-	(1.162)	
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3.842.875	1.747.555	873.248	2.342	6.466.020	6.466.020	-	93.126	
Total									
Portugal	3.917.387	1.785.615	886.654	2.342	6.591.998	6.591.998	-	98.087	BB-
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	CCC
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	48.903	10.128	1.443	-	60.474	60.474	-	(1.162)	BBB-
Itália	-	-	147	-	147	147	-	-	BBB
	3.966.290	1.795.743	890.853	2.342	6.655.228	6.655.228	-	93.126	

O ano de 2011 foi caraterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos intrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases de implementação do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International

Finance, Inc ("IIF"), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos downgrades a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte da Caixa a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano, tendo o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas destas emissões, no montante de 10.667 mEuros em 31 de dezembro de 2011, sido reclassificadas para resultados desse exercício.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, a Caixa foi notificada das condições inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo ("Private Setor Involvement - PSI"), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo a Caixa decidido pela adesão ao programa de troca. No decorrer do exercício de 2012 e em resultado da sua participação nesta operação, a Caixa não reconheceu perdas adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

				30-06-2013			31-12-2012		
TIPO	Rating emissão (a)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor
Residential mortgage-backed securities									
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	1.878	-	(590)	2.598	-	(861)
	A- até A+	Senior	União Europeia	13.625	-	(5.650)	13.399	-	(6.211)
	Menor que A-	Senior	União Europeia	19.414	-	(3.011)	19.232	-	(4.511)
		Mezzanine	União Europeia	2.206	-	(2.964)	2.568	-	(2.589)
	CCC	Mezzanine	América do Norte	-	-	-	101	(9.364)	-
		Mezzanine	União Europeia	1.815	-	(4.615)	1.308	-	(5.111)
				38.937	-	(16.830)	39.207	(9.364)	(19.283)
Collateralized loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	7.000	-	(250)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	11.829	-	(2.881)	12.316	-	(2.323)
				11.829	-	(2.881)	19.316	-	(2.573)
				50.766	-	(19.711)	58.523	(9.364)	(21.855)

(a) A apresentação dos títulos é efetuada considerando informação disponível sobre notações de rating em 30-06-2013, com excepção de espécies alienadas ou amortizadas, as quais devem ser referenciadas a 31-12-2012.

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2012	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do período		Variação da reserva de justo valor	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2013
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade		
Residential mortgage-backed securities									
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	2.598	(777)	(214)	-	271	1.878
	A- até A+	Senior	União Europeia	13.399	(338)	2	-	561	13.625
	Menor que A-	Senior	União Europeia	19.232	(1.343)	24	-	1.500	19.414
		Mezzanine	União Europeia	2.568	-	13	-	(375)	2.206
	CCC	Mezzanine	América do Norte	101	(102)	1	-	-	-
		Mezzanine	União Europeia	1.308	-	12	-	495	1.815
Collateralized loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	7.000	(7.236)	(13)	-	250	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	12.316	-	70	-	(558)	11.829
				58.523	(9.796)	(105)	-	2.144	50.766

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2013, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2012.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2011	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do período		Variação da reserva de justo valor	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2012
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade		
Commercial mortgage-backed securities									
	A- até A+	Senior	União Europeia	17.372	(7.127)	(1.118)	-	1.222	10.350
	C	Senior	União Europeia	2.697	(3.128)	2.305	-	448	2.321
Residential mortgage-backed securities									
	AAA	Senior	União Europeia	20.870	(6.709)	186	-	31	14.377
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	11.561	(399)	(9)	-	94	11.247
	A- até A+	Senior	União Europeia	19.131	(317)	(26)	-	(647)	18.142
	Menor que A-	Senior	União Europeia	12.894	(1.101)	(37)	-	256	12.011
		Mezzanine	União Europeia	3.172	(223)	(16)	-	388	3.322
	CCC	Mezzanine	América do Norte	199	-	20	-	(41)	178
Collateralized loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	6.642	-	(60)	-	349	6.931
			Outros	36.702	-	1.136	-	224	38.062
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	6.944	-	38	-	1.338	8.321
	CCC	Mezzanine	União Europeia	434	(303)	(517)	-	385	-
Outros instrumentos financeiros									
	Sem rating	Senior	União Europeia	6.700	-	(6.000)	-	-	700
				145.320	(19.306)	(4.098)	-	4.047	125.963

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2012, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2011.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de uma forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	30-06-2013									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	758.845	-	-	-	-	-	-	-	-	758.845
Disponibilidades em outras instituições de crédito	543.139	-	-	-	-	-	-	-	(91.743)	451.396
Aplicações em instituições de crédito	2.337.813	283.346	646.072	1.496.247	195.908	187.274	49.632	25.658	2.137	5.224.087
Carteira de títulos										
Negociação	14.327	237	44.919	24.632	137.049	42.721	198.755	5.798	1.834.561	2.303.001
Outros (saldos brutos) [*]	189.976	31.238	1.048.706	2.096.144	2.913.965	2.004.046	4.761.893	9.182.131	1.660.788	23.888.887
Ativos com acordo de recompra	1.249	501	5.772	100.208	207.545	378.233	17.025	-	411	710.943
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.449.445	3.544.611	5.123.738	2.994.919	10.993.603	8.303.791	15.733.547	33.316.739	(81.360)	83.379.033
	7.294.793	3.859.933	6.869.207	6.712.150	14.448.070	10.916.065	20.760.852	42.530.327	3.324.794	116.716.191
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.806.680)	(1.051.321)	(808.350)	(720.182)	(5.218.791)	(305.324)	(724.887)	-	(690)	(10.636.225)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.825.606)	(1.825.606)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19.304.364)	(5.542.400)	(6.979.882)	(7.900.595)	(13.673.202)	(5.326.256)	(358.223)	(181.038)	(123.590)	(59.389.550)
Responsabilidades representadas por títulos	(397.100)	(224.034)	(628.095)	(1.482.093)	(3.459.748)	(2.862.571)	(1.691.575)	(170.432)	3.561	(10.912.086)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(12.596)	(25.322)	(38.610)	(79.667)	(348.078)	(406.820)	(1.174.259)	(6.622.873)	(36.581)	(8.744.806)
Outros passivos subordinados	(214)	(998)	(77.547)	(57.904)	(308.725)	(2.181.534)	(969.942)	(130.349)	9.339	(3.717.874)
Recursos consignados	-	(2.964)	(1.006)	(52.518)	(53.055)	(31.622)	(525.233)	(372.360)	(196)	(1.038.954)
	(21.520.954)	(6.847.038)	(8.533.489)	(10.292.959)	(23.061.599)	(11.114.127)	(5.444.119)	(7.477.052)	(1.973.763)	(96.265.101)
Derivados	2.270	36.153	24.958	(2.488)	36.614	48.640	99.558	254.031	-	499.733
Diferencial	(14.223.892)	(2.950.953)	(1.639.324)	(3.583.296)	(8.576.915)	(149.423)	15.416.291	35.307.306	1.351.031	20.950.824

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

	31-12-2012									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	923.915	-	-	-	-	-	-	-	-	923.915
Disponibilidades em outras instituições de crédito	340.370	-	2.814	-	-	-	-	-	76.577	419.762
Aplicações em instituições de crédito	2.865.042	1.098.228	270.734	683.002	1.405.566	118.076	67.687	21.910	511	6.530.756
Carteira de títulos										
Negociação	2.150	20.200	55.965	70.682	114.360	36.767	219.123	763	2.155.935	2.675.944
Outros (saldos brutos) [*]	248.708	1.268.702	1.276.413	1.792.368	3.055.511	1.882.118	4.421.808	8.740.412	785.634	23.471.674
Ativos com acordo de recompra	946	19.853	17.674	65.930	384.202	319.948	26.681	-	707.335	1.542.569
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.056.222	4.133.100	4.922.652	3.664.707	9.974.185	8.992.839	15.554.704	33.558.774	(195.264)	84.661.918
	8.437.353	6.540.084	6.546.252	6.276.688	14.933.823	11.349.747	20.290.003	42.321.859	3.530.728	120.226.538
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2.898.641)	(1.818.510)	(558.998)	(770.487)	(6.552.344)	(849.952)	(7.263)	(10.872)	(49)	(13.467.116)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.296.505)	(2.296.505)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19.683.873)	(6.082.334)	(6.640.914)	(6.109.783)	(14.009.408)	(6.492.379)	(351.406)	(181.602)	(195.808)	(59.747.508)
Responsabilidades representadas por títulos	(235.824)	(999.245)	(1.116.251)	(1.231.878)	(4.551.540)	(2.501.372)	(1.746.787)	(202.034)	3.395	(12.581.535)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(13.150)	(25.683)	(38.639)	(77.325)	(323.425)	(365.107)	(1.105.510)	(6.643.544)	(25.656)	(8.618.039)
Outros passivos subordinados	(214)	(7.363)	(53.253)	(57.404)	(338.004)	(2.081.322)	(983.558)	(136.412)	9.339	(3.648.190)
Recursos consignados	-	(657)	(918)	(4.087)	(98.045)	(23.267)	(383.408)	(526.013)	(196)	(1.036.589)
	(22.831.702)	(8.933.791)	(8.408.974)	(8.250.963)	(25.872.765)	(12.313.400)	(4.577.933)	(7.700.475)	(2.505.480)	(101.395.483)
Derivados	(1.636)	(6.316)	6.724	69.790	45.357	41.601	82.287	220.832	-	458.639
Diferencial	(14.395.985)	(2.400.024)	(1.855.997)	(1.904.485)	(10.893.585)	(922.051)	15.794.357	34.842.217	1.025.247	19.289.694

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Para este efeito, a projeção dos rendimentos e encargos com juros futuros para instrumentos de taxa variável é realizada considerando taxas forward implícitas nas curvas que se estima estarem em vigor nas respetivas datas de refixação dos fluxos inerentes aos ativos e passivos relevantes. Até 31 de dezembro de 2012 os elementos divulgados neste âmbito eram quantificados utilizando as taxas de juro indicativas em vigor na data de referência do exercício, mantendo-se estas constantes ao longo do período relevante de geração dos fluxos de caixa futuros. De forma a assegurar a comparabilidade da informação, os dados comparativos de 31 de dezembro de 2012

apresentados foram reexpressos em conformidade com os novos pressupostos metodológicos em vigor.

Ainda no caso do Crédito à Habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expetativas relativas a taxas de reembolso antecipado, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por "bucket";
- Depósitos à ordem de clientes – reafetação do saldo de "core deposits" (montante estável de depósitos à ordem apurado com base num histórico de observações alargado) do "bucket" "Até 1 mês" para o "bucket" "Mais de 10 anos";
- Carteira de Títulos – reafetação dos títulos de dívida e de capital com elevada liquidez para a maturidade "Até 1 mês", com exceção dos títulos onerados que foram reafetados à coluna "Indeterminado".

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

	30-06-2013									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	758.845	-	-	-	-	-	-	-	-	758.845
Disponibilidades em outras instituições de crédito	451.396	-	-	-	-	-	-	-	-	451.396
Aplicações em instituições de crédito	2.331.743	273.604	631.974	1.484.280	170.850	169.686	43.057	22.043	2.137	5.129.374
Carteira de títulos										
Negociação	1.045.378	0	5.284	3.246	17.581	4.154	27.331	833	1.132.110	2.235.917
Outros (líquido de imparidade)	8.072.478	3.628	134.048	305.444	353.850	204.386	519.375	818.292	6.854.392	17.265.893
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	675.760	675.760
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.306.775	3.304.394	4.752.486	2.408.790	8.644.457	5.976.826	10.347.954	22.306.634	(81.360)	60.966.955
	15.966.615	3.581.626	5.523.791	4.201.759	9.186.739	6.355.052	10.937.717	23.147.802	8.583.040	87.484.140
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.801.133)	(1.023.527)	(790.513)	(682.054)	(4.978.813)	(224.108)	(555.123)	-	(690)	(10.055.961)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.825.606)	(1.825.606)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.499.097)	(4.548.478)	(3.516.494)	(7.367.304)	(17.607.388)	(7.892.356)	(2.578.673)	(12.223.321)	(123.590)	(57.356.702)
Responsabilidades representadas por títulos	(358.629)	(177.100)	(526.288)	(1.318.304)	(2.955.169)	(2.617.600)	(1.540.916)	(166.864)	3.561	(9.657.308)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.820)	(15.414)	(23.057)	(45.199)	(170.855)	(156.458)	(378.690)	(4.004.494)	(36.581)	(4.838.568)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(24.703)	(1.961.943)	(906.597)	(100.000)	9.339	(2.983.904)
Recursos consignados	-	-	-	(50.000)	(33.333)	-	(422.576)	(332.793)	(196)	(838.898)
	(3.666.679)	(5.764.519)	(4.856.352)	(9.462.862)	(25.770.261)	(12.852.464)	(6.382.574)	(16.827.472)	(1.973.763)	(87.556.947)
Diferencial	12.299.935	(2.182.893)	667.439	(5.261.102)	(16.583.522)	(6.497.413)	4.555.143	6.320.329	6.609.276	(72.807)

	31-12-2012									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	923.900	-	-	-	-	-	-	-	-	923.900
Disponibilidades em outras instituições de crédito	343.185	-	-	-	-	-	-	-	76.577	419.762
Aplicações em instituições de crédito	2.857.405	1.079.250	263.911	661.962	1.379.737	104.863	59.211	18.939	511	6.425.788
Carteira de títulos										
Negociação	1.055.082	3.000	8.145	9.349	13.944	3.300	30.119	114	1.486.023	2.609.076
Outros (líquido de imparidade)	7.065.025	189.592	187.665	245.285	398.391	212.094	507.901	762.198	7.905.958	17.474.109
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.497.716	1.497.716
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.904.622	3.889.146	4.567.089	3.126.558	8.000.262	7.013.185	10.402.621	22.650.641	(195.264)	63.358.859
	16.149.218	5.160.987	5.026.809	4.043.153	9.792.333	7.333.443	10.999.853	23.431.892	10.771.521	92.709.210
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2.890.155)	(1.758.964)	(546.113)	(725.394)	(6.275.851)	(767.699)	(5.416)	(6.409)	(49)	(12.976.050)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.296.505)	(2.296.505)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.682.594)	(4.661.767)	(2.915.318)	(6.889.181)	(18.200.882)	(8.984.822)	(2.544.688)	(11.556.713)	(215.484)	(57.651.449)
Responsabilidades representadas por títulos	(178.738)	(915.050)	(1.058.720)	(1.043.930)	(4.020.476)	(2.313.401)	(1.563.432)	(197.493)	3.395	(11.287.844)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.717)	(15.448)	(23.204)	(46.496)	(186.963)	(189.423)	(484.880)	(3.938.102)	(25.656)	(4.917.889)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(110.728)	(1.875.918)	(906.597)	(100.000)	9.339	(2.983.904)
Recursos consignados	-	-	-	-	(83.333)	-	(289.242)	(481.189)	(196)	(853.960)
	(4.759.203)	(7.351.229)	(4.543.356)	(8.705.001)	(28.878.234)	(14.131.262)	(5.794.256)	(16.279.906)	(2.525.156)	(92.967.602)
Diferencial	11.390.015	(2.190.242)	483.454	(4.661.847)	(19.085.901)	(6.797.819)	5.205.597	7.151.987	8.246.365	(258.392)

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	30-06-2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	758.965	758.965	-	-	758.965
Disponibilidades em outras instituições de crédito	453.794	453.781	(12)	-	453.794
Aplicações em instituições de crédito	5.129.257	5.128.747	(510)	6.886	5.136.142
Ativos com acordo de recompra	675.349	694.755	19.405	411	675.760
Crédito a clientes	61.275.155	54.009.974	(7.265.181)	133.092	61.408.247
	68.292.519	61.046.222	(7.246.298)	140.389	68.432.908
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	10.122.133	10.191.064	(68.931)	41.829	10.163.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	57.614.441	58.090.390	(475.949)	303.227	57.917.667
Responsabilidades representadas por títulos	9.866.563	9.497.730	368.833	2.560	9.869.123
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.802.606	4.632.100	170.506	38.592	4.841.199
Outros passivos subordinados	3.040.012	2.760.114	279.898	(9.339)	3.030.674
Recursos consignados	838.702	855.958	(17.256)	196	838.898
	86.284.458	86.027.356	257.102	377.066	86.661.524

	31-12-2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	924.055	923.902	(153)	-	924.055
Disponibilidades em outras instituições de crédito	424.551	424.551	-	-	424.551
Aplicações em instituições de crédito	6.356.400	6.387.126	30.726	83.300	6.439.700
Ativos com acordo de recompra	1.500.019	1.511.236	11.217	-	1.500.019
Crédito a clientes	63.531.710	58.333.537	(5.198.173)	470.535	64.002.245
	72.736.735	67.580.352	(5.156.383)	553.835	73.290.570
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	13.059.736	13.142.888	(83.152)	43.580	13.103.316
Recursos de clientes e outros empréstimos	58.024.969	58.596.769	(571.800)	222.875	58.247.843
Responsabilidades representadas por títulos	11.530.214	11.166.946	363.269	18.460	11.548.675
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.920.334	4.927.941	(7.607)	-	4.920.334
Outros passivos subordinados	2.987.459	2.635.492	351.967	(9.339)	2.978.121
Recursos consignados	853.960	877.647	(23.687)	-	853.960
	91.376.672	91.347.681	28.991	275.576	91.652.248

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida da Caixa cotadas, cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável. Para o efeito foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:

. Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads*" médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito, durante os meses de junho de 2013 e dezembro de 2012;

. Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis, durante os meses de junho de 2013 e dezembro de 2012, salvaguardando a sua representatividade.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente:

. O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;

. Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	30-06-2013			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	487.545	353	-	487.898
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	568.516	80.888	-	649.404
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.174.899	4.202.897	5.220.058	16.597.855
Ativos financeiros com acordo de recompra	462.386	213.374	-	675.760
Derivados de negociação	(4)	(77.303)	(280)	(77.588)
Derivados de cobertura	-	(17.201)	-	(17.201)
	8.693.342	4.403.008	5.219.777	18.316.128

	31-12-2012			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	500.884	537	-	501.421
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	33.371	79.809	-	113.180
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.065.456	4.071.326	5.203.840	17.340.622
Ativos financeiros com acordo de recompra	989.185	224.805	-	1.213.990
Derivados de negociação	(9)	(188.446)	(395)	(188.850)
Derivados de cobertura	-	12.714	-	12.714
	9.588.887	4.200.746	5.203.445	18.993.078

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

. **Nível 1** - Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;

. **Nível 2** - Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;

. **Nível 3** - Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

No decorrer do primeiro semestre de 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna "Outras técnicas de valorização" apresenta o seguinte detalhe:

	Ativos financeiros disponíveis para venda			Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida Asset-backed securities	Subtotal		
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2012	163.583	5.040.256	5.203.840	(395)	5.203.445
Aquisições	98.977	-	98.977	-	98.977
Amortizações e alienações	-	(112.278)	(112.278)	-	(112.278)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	-	19.211	19.211	115	19.325
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	13.187	(749)	12.438	-	12.438
Imparidade reconhecida no período	(2.130)	-	(2.130)	-	(2.130)
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2013	273.617	4.946.439	5.220.058	(280)	5.219.777

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os títulos valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) – instrumentos de dívida – "Asset backed securities"- incluem 4.936.996 mEuros e 5.029.908 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2, os quais nestas datas se encontram valorizados pelo respetivo valor nominal (Notas 6 e 17).

Em 30 de junho de 2013, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação, de aproximadamente 6.461 mEuros (9.158 mEuros em 31 de dezembro de 2012).

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos cash flows futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos cash flows resultantes de taxas forward (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/rating da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do rating considerado: nível 2 para ratings provenientes de agências, nível 3 para ratings internos.

O recurso a ratings internos verifica-se apenas nos casos em que não existe classificação de risco externa para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os inputs utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2013			31-12-2012		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,0650	0,1500	0,4250	0,0100	0,3000	0,4250
1 mês	0,0700	0,2100	0,4700	0,0600	0,3500	0,5300
2 meses	0,1159	0,2700	0,5200	0,0947	0,4000	0,5400
3 meses	0,1577	0,2936	0,5426	0,1290	0,4149	0,5600
6 meses	0,2835	0,3061	0,5557	0,2351	0,3660	0,5505
9 meses	0,3387	0,3307	0,5804	0,2504	0,3621	0,5512
1 ano	0,4061	0,3583	0,6079	0,2781	0,3652	0,5544
2 anos	0,6071	0,5120	0,7995	0,3790	0,4035	0,7076
3 anos	0,7912	0,8280	1,0001	0,4727	0,4930	0,7696
5 anos	1,2259	1,5705	1,5497	0,7714	0,8380	1,0197
7 anos	1,5944	2,1520	2,0308	1,1317	1,2570	1,3665
10 anos	2,0142	2,7090	2,5550	1,5753	1,7630	1,8749
15 anos	2,3922	3,1810	2,9880	2,0184	1,9040	2,4388
20 anos	2,4942	3,3465	3,1966	2,1715	2,2990	2,7458
25 anos	2,5102	3,4210	3,2985	2,2203	2,5210	2,9084
30 anos	2,5042	3,4610	3,3382	2,2413	2,6370	2,9885

Os valores das curvas de crédito são obtidos no sistema Bloomberg, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/rating. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2013		31-12-2012	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	0,7592	0,0085	1,1791	-0,0022
6 meses	1,1006	0,0117	1,5485	-0,0022
9 meses	1,4040	0,0266	2,0127	-0,0022
1 ano	2,1529	0,0417	2,1441	-0,0022
2 anos	3,2633	0,2011	3,3959	-0,0022
3 anos	4,8051	0,3482	4,4682	-0,0022
5 anos	5,4929	0,7645	5,2956	0,0462
7 anos	6,0794	1,1471	6,4514	0,3132
10 anos	6,3202	1,7331	6,7529	0,7502
15 anos	6,5676	2,0393	6,8670	1,2968
20 anos	6,5935	2,3005	6,8889	1,7265
25 anos	6,6071	2,5008	6,8973	2,0333
30 anos	6,6178	2,4842	6,9084	2,1204

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	30-06-2013	31-12-2012
EUR/USD	1,308	1,3194
EUR/GBP	0,8572	0,8161
EUR/CHF	1,2338	1,2072
EUR/AUD	1,4171	1,2712
EUR/JPY	129,39	113,61
EUR/BRL	2,8899	2,7036

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- "Value-at-Risk" (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de "trading" – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa;
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;
- Testes de esforço (*Stress Tests*).

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);

- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- *decay fator*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são implicitas.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	7.368	11.252	5.591	10.123
Cambial	99	1.361	45	134
Preço	988	1.788	163	165
Volatilidade	-	2	-	-
Efeito diversificação	(399)	-	-	(282)
	8.056	11.821	5.743	10.139

Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	4.065	8.374	4.065	8.437
Cambial	2.209	3.869	849	1.504
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(2.273)	-	-	(1.749)
	4.001	8.216	3.706	8.192

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	453	513	453	477
Cambial	116	4.355	19	117
Preço	2.192	4.208	1.620	3.832
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(682)	-	-	(605)
	2.079	4.198	2.023	3.821

Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	206.246	206.246	131.278	152.665
Cambial	146	520	1	99
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(151)	-	-	(61)
	206.242	206.242	131.312	152.703

O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

17. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

Para a realização das suas operações, em 30 de junho de 2013 a Caixa contava com uma rede nacional de 814 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 9 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai, Macau e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

A Caixa participa ainda, direta e indiretamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos setores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais. A Caixa detém também participações em empresas de setores não financeiros da economia Portuguesa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2013 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar" e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras anuais.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com excepção dos aspetos relacionados com a alteração da forma de reconhecimento de interesses em empreendimentos conjuntos, conforme descrito em detalhe na Nota 2.2..

2.2. Alteração de política contabilística - Reconhecimento de interesses em empreendimentos conjuntos

No exercício de 2013 o Grupo procedeu à alteração da forma de reconhecimento de interesses em empreendimentos conjuntos, os quais passaram a ser registados de acordo com o método da equivalência patrimonial (Nota 2.5), conforme opção permitida pelo parágrafo 38 do IAS 31 - "Interesses em empreendimentos conjuntos".

De notar que até 31 de dezembro de 2012 as participações detidas em sociedades conjuntamente controladas encontravam-se refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o método de integração proporcional. De acordo com o referido método os ativos, passivos, rendimentos e gastos destas entidades eram integrados nas contas consolidadas na direta extensão da percentagem detida no seu capital.

Esta decisão permitiu antecipar os impactos nas demonstrações financeiras do Grupo da implementação do IFRS 11 - "Acordos conjuntos" cuja adoção no Espaço Europeu é obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

Ao abrigo do parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de políticas contabilísticas determina a necessidade de se proceder à reexpressão das demonstrações financeiras para os períodos comparativos apresentados de acordo com as modificações introduzidas na metodologia adotada. A redefinição do método de consolidação dos empreendimentos conjuntos não produziu qualquer efeito na composição dos capitais próprios ou no resultado líquido do Grupo mas determinou a reorganização de diversos agregados de balanço e da demonstração de resultados, as quais se encontram seguidamente evidenciadas:

BALANÇOS	31-12-2012		
ATIVO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.603.284	1.603.281	(2)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.305.381	1.302.012	(3.369)
Aplicações em instituições de crédito	2.517.399	2.517.400	1
	5.426.064	5.422.693	(3.371)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.997.417	3.998.698	1.281
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.576.477	20.576.477	-
Ativos financeiros com acordo de recompra	504.160	504.160	-
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	1.148.225	1.148.225	-
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	98.725	98.725	-
Investimentos a deter até à maturidade	2.469.277	2.469.277	-
	28.794.281	28.795.562	1.281
Crédito a clientes	74.713.101	74.734.584	21.482
Ativos não correntes detidos para venda	677.623	677.623	-
Propriedades de investimento	534.238	534.238	-
Outros ativos tangíveis	1.044.599	903.607	(140.992)
Ativos intangíveis	413.911	412.883	(1.028)
Investimentos em associadas	31.503	217.603	186.101
Ativos por impostos correntes	61.474	60.862	(612)
Ativos por impostos diferidos	1.468.766	1.467.789	(977)
Provisões técnicas de resseguro cedido	197.427	197.427	-
Outros ativos	3.493.515	3.433.757	(59.758)
Total do ativo	116.856.502	116.858.628	2.126
	31-12-2012		
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	12.243.281	12.226.705	(16.576)
Recursos de clientes e outros empréstimos	71.404.154	71.355.037	(49.117)
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"	1.148.225	1.148.225	-
Responsabilidades representadas por títulos	10.590.627	10.590.627	-
	83.143.006	83.093.890	(49.117)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.218.006	2.217.043	(963)
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	84.479	84.479	-
Passivos não correntes detidos para venda	100.746	100.746	-
Provisões para benefícios dos empregados	549.950	549.950	-
Provisões para outros riscos	423.204	422.854	(350)
Provisões técnicas de contratos de seguros	4.224.143	4.224.143	-
Passivos por impostos correntes	184.386	184.063	(323)
Passivos por impostos diferidos	190.650	190.650	-
Outros passivos subordinados	2.889.067	2.889.067	-
Outros passivos	3.325.537	3.394.992	69.456
Total do passivo	109.576.456	109.578.582	2.126
Capital	5.900.000	5.900.000	-
Reserva de justo valor	(189.664)	(189.664)	-
Outras reservas e resultados transitados	979.109	979.109	-
Resultado do exercício atribuível ao acionista da CGD	(394.715)	(394.715)	-
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD	6.294.730	6.294.730	-
Interesses minoritários	985.316	985.316	-
Total do capital próprio	7.280.046	7.280.046	-
Total do passivo e do capital próprio	116.856.502	116.858.628	2.126

BALANÇOS	01-01-2012		
ATIVO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.704.482	2.704.479	(2)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	986.197	985.261	(936)
Aplicações em instituições de crédito	4.956.118	4.956.118	-
	8.646.797	8.645.859	(938)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.131.709	4.132.483	773
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.843.643	16.843.643	-
Ativos financeiros com acordo de recompra	777.954	777.954	-
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	584.879	584.879	-
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	108.129	108.129	-
Investimentos a deter até à maturidade	2.837.379	2.837.379	-
	25.283.693	25.284.466	773
Crédito a clientes	78.247.625	78.282.278	34.652
Ativos não correntes detidos para venda	473.485	473.485	-
Propriedades de investimento	459.088	459.088	-
Outros ativos tangíveis	1.153.856	990.325	(163.530)
Ativos intangíveis	402.088	400.436	(1.652)
Investimentos em associadas	35.939	229.017	193.078
Ativos por impostos correntes	87.828	87.538	(290)
Ativos por impostos diferidos	1.928.680	1.928.120	(560)
Provisões técnicas de resseguro cedido	226.202	226.202	-
Outros ativos	3.620.001	3.557.907	(62.093)
Total do ativo	120.565.281	120.564.721	(560)

	01-01-2012		
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	15.860.954	15.836.930	(24.024)
Recursos de clientes e outros empréstimos	70.587.491	70.537.533	(49.958)
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"	584.879	584.879	-
Responsabilidades representadas por títulos	14.923.309	14.923.309	-
	86.095.679	86.045.721	(49.958)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.918.488	1.917.763	(725)
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	93.072	93.072	-
Provisões para benefícios dos empregados	497.493	497.493	-
Provisões para outros riscos	389.991	389.635	(356)
Provisões técnicas de contratos de seguros	4.607.615	4.607.615	-
Passivos por impostos correntes	52.511	52.324	(186)
Passivos por impostos diferidos	166.220	166.220	-
Outros passivos subordinados	2.075.416	2.075.416	-
Outros passivos	3.470.590	3.545.279	74.689
Total do passivo	115.228.028	115.227.468	(560)
Capital	5.150.000	5.150.000	-
Reserva de justo valor	(2.078.222)	(2.078.222)	-
Outras reservas e resultados transitados	1.708.697	1.708.697	-
Resultado do exercício atribuível ao acionista da CGD	(488.425)	(488.425)	-
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD	4.292.050	4.292.050	-
Interesses minoritários	1.045.203	1.045.203	-
Total do capital próprio	5.337.253	5.337.253	-
Total do passivo e do capital próprio	120.565.281	120.564.721	(560)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	30-06-2012		
	Saldos estatutários antes de alteração de política contabilística	Saldos reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Juros e rendimentos similares	2.756.945	2.758.727	1.782
Juros e encargos similares	(2.037.281)	(2.036.239)	1.042
Rendimentos de instrumentos de capital	80.533	80.533	0
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA	800.197	803.021	2.824
Rendimentos de serviços e comissões	347.311	347.366	55
Encargos com serviços e comissões	(89.590)	(89.541)	48
Resultados em operações financeiras	255.870	256.118	248
Outros resultados de exploração	57.313	28.012	(29.301)
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA	1.371.102	1.344.975	(26.126)
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS			
Prémios, líquidos de resseguro	614.289	614.289	-
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	76.053	76.053	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(396.759)	(396.759)	-
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	(45.638)	(45.638)	-
	247.945	247.945	-
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	1.619.047	1.592.921	(26.126)
Custos com pessoal	(443.418)	(433.448)	9.971
Outros gastos administrativos	(295.348)	(287.968)	7.380
Depreciações e amortizações	(87.920)	(75.802)	12.118
Provisões líquidas de anulações	(19.393)	(19.621)	(228)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(483.302)	(483.302)	-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(226.172)	(225.558)	615
Resultados em filiais detidas para venda	(1.433)	(1.433)	-
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	2.099	(2.078)	(4.177)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS	64.159	63.711	(448)
Impostos sobre os resultados			
Correntes	(153.797)	(152.794)	1.002
Diferidos	96.510	95.956	(554)
	(57.286)	(56.838)	448
RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO, do qual:	6.873	6.873	-
Interesses minoritários	(19.586)	(19.586)	-
RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CAIXA	(12.713)	(12.713)	-

2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas “filiais” aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.4. Concentrações de atividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam diretamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra (em aquisições ocorridas entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009, estes custos foram acrescidos ao custo de aquisição). Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O "goodwill" é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos no âmbito da transação excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

A aquisição de interesses minoritários ocorridas após a obtenção de controlo sobre a filial é registada como uma transação com acionistas, não originando o registo de qualquer "goodwill" adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses minoritários na data da transação e o respetivo custo de aquisição é reconhecido diretamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses minoritários que não impliquem a perda de controlo sobre a filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses minoritários que determinem alterações no controlo sobre a filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transação.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Para este efeito, o "goodwill" é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos "cash-flows" futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao "goodwill" são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o "goodwill" gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

Contabilização de opções atribuídas a interesses minoritários ("written put options")

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses minoritários ("written put options"), são reconhecidas pelo Grupo, no momento inicial, por contrapartida de "Outras reservas". As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado com base nas condições contratadas, são igualmente registadas por contrapartida de "Outras reservas", com exceção dos custos de financiamento inerentes

ao registo da responsabilidade, os quais são reconhecidos em resultados nas rubricas de "juros e encargos similares".

2.5. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), usualmente estruturados mediante partilha de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efetuada até ao momento em que as perdas acumuladas incorridas pela associada ou empreendimento conjunto e reconhecidas pelo Grupo exceda o respetivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é descontinuado, exceto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das sociedades utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O "goodwill", correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do respetivo valor de balanço objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

2.6. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os

ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas "Outras reservas" o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação de filiais ou associadas ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

2.7. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
    - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
  - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
  - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros ativos".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade. Neste sentido, inclui também instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados em operações financeiras" ou "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares", da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como "Ativos financeiros detidos para negociação" ou "Ativos financeiros disponíveis para venda" para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados". Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada nas Notas 8 e 12.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - Preços (“bid prices”) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “market-makers”;
  - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital não cotados afetos à atividade de capital de risco são valorizados com base em:
  - Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
  - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;
  - Cash-flows descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos ativos detidos.

  As valorizações incorporam fatores de desconto para refletir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado ativo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor atual do preço para alienação do ativo, ajustado quando aplicável de modo a refletir o risco de crédito da contraparte.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e

os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, “Aplicações em instituições de crédito”, “Investimentos a deter até à maturidade” e “Crédito a clientes”.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No caso de créditos garantidos por ações, a imparidade é determinada em função do valor estimado de realização dessas ações num prazo compatível com a maturidade dos créditos concedidos, sendo também consideradas garantias adicionais recebidas e a capacidade financeira dos devedores.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” e "imparidade de outros ativos, líquida de verersões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor dos ativos a que respeitam.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o Grupo abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e

aprovação da Comissão Executiva das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade refletidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

As recuperações de juros abatidos no ativo são igualmente refletidas a crédito da rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.8. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos os quais são registados pelo valor de arrematação.

Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui ainda os ativos e passivos consolidados do Grupo HPP – Hospitais Privados de Portugal, cujo processo de alienação foi concluído no decorrer do mês de março de 2013.

2.9. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.11. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros ativos tangíveis" e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em "Juros e rendimentos similares".

2.12. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.13. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributado, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeito ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 90% no capital social por um período superior a 1 ano (com um período inicial de referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da respetiva sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo nos termos do artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa – Banco de Investimento, S.A. beneficiaram, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerou-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global da entidade era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira. Contudo, nos casos em que se tenha apurado prejuizo fiscal na actividade, os lucros apurados na Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira não foram considerados como isentos de IRC em 2011, face ao disposto na circular 3/2003.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, o lucro tributável das Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa – Banco de Investimento, S.A. passaram a estar sujeitos a IRC.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respetivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Apresentam-se de seguida, de forma resumida, alguns aspetos fiscais de maior relevo para a atividade do Grupo em Portugal.

Ajustamentos ao resultado contabilístico

- *Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado*

  Nos termos do artigo 66º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou

indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa.

- *Provisões*

No apuramento do lucro tributável do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e do exercício de 2012, a Caixa e restantes entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, consideraram o efeito dos seguintes normativos, quando aplicáveis:

- Disposições do artigo 37º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais as entidades do Grupo detanham uma participação superior a 10%;
- Disposições do artigo 35º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal; adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

- *Encargos com pessoal*

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilísticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite da contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se

encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. A componente respeitante a variações patrimoniais negativas de responsabilidades com pensões que cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-A, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, relativas à Caixa e outras participadas com sede em território nacional, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- *Resultado da liquidação*

  O artigo 92º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento de Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade incorporante.

  Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

  A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício de 2012, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes do “goodwill”;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a

possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e benefícios dos empregados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e os respeitantes à alteração da politica contabilistica realizada no âmbito do registo de responsabilidades com o Fundo de pensões e outros beneficios pós emprego, conforme o previsto no artigo 183.º da Lei 64.ª-A/2011, de 30 de dezembro). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

<u>Responsabilidades com pensões e encargos com saúde</u>

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efetuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, dos ativos do Fundo é refletido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. Seguros

a) Contratos de Seguro

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas do ISP.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais valias potenciais, líquidas de menos valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao

período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método "pró-rata temporis" aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente remíveis	Não remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90 (Homens) (-1)
		TV 88/90 (Mulheres) (-1)
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

Em 2012, o Grupo atualizou a tábua de mortalidade utilizada para o cálculo das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho tendo procedido ao rejuvenescimento, em um ano,

da tábua de mortalidade utilizada até 2011 para as pensões não remíveis, no sentido de adequar a mesma à evolução da esperança média de vida dos pensionistas.

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efetuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efetuam o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com caráter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos atuariais aplicados a matrizes de run-off destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia tem como objetivo registar as responsabilidades associadas a todas as prestações em espécie ou em dinheiro, que configurem continuidade vitalícia e que não sejam pensões. A provisão inclui duas componentes:

- provisão para assistências vitalícias declaradas;
- provisão para assistências vitalícias presumíveis.

Dadas as características destas responsabilidades a provisão é calculada considerando os princípios gerais aplicáveis ao Ramo Vida, com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	35%*TV 88/90 + 65%*TD 88/90
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

g) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades é calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tem em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os ativos afetos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa. Nos casos

em que o plano de participação nos resultados não estabelece de forma inequívoca a percentagem da atribuição, são tidas em consideração as percentagens de atribuição históricas verificadas em período não inferior a 3 anos e a informação mais recente ao dispor do Grupo.

Esta provisão é constituída por contrapartida de resultados do período, ou, em alternativa, na parte aplicável, diretamente por contrapartida de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

A provisão para participação nos resultados atribuída inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos. A partir do exercício de 2011, os saldos da provisão para participação nos resultados a atribuir com origem nas mais valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros, onde eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras, passaram a ser utilizadas para a cobertura dos prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos produtos do ramo vida com participação nos resultados, sendo os saldos remanescentes utilizados para compensação das menos valias potenciais líquidas das respetivas carteiras de investimentos. Até 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta provisão era primeiramente utilizado para compensar as menos valias potenciais líquidas das respetivas carteiras de investimentos, sendo os saldos remanescentes utilizados para cobrir os prejuízos acumulados nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo mais e menos valias realizadas e as perdas de imparidade registadas no período e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o Grupo realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor atual dos fluxos de caixa futuros associados aos contratos), incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os fluxos de caixa associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor atual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da atualização, à taxa de juro da divida pública portuguesa, dos fluxos de caixa futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos fluxos de caixa futuros de prémios.

Estes fluxos de caixa futuros são projetados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade, no início e no fim do ano, e ainda as sinistradas durante o ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real, obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade.

Resgates:

A partir dos ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas, no início e fim do período, e os montantes resgatados, por produto.

Utilizam-se os dados referidos para calibrar um modelo linear generalizado, assente no prazo decorrido desde o início do contrato, no tipo de produto e no diferencial entre taxa de juro de mercado e taxa técnica, como variáveis explicativas. Desta implementação resulta o modelo usado para estimar os resgates futuros.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A taxa de rendimento futura de cada produto é determinada com base na taxa de juro da divida pública portuguesa de maturidade igual à da duração do respetivo passivo, acrescida da provisão para participação nos resultados a atribuir e reserva de justo valor.

Com base nestas taxas de rendimento são projetadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo consequentemente incorporadas na projeção de vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos não vida

Os atuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

j) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

k) Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afetas a produtos “Unit-linked” são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do período.

l) Responsabilidades para com subscritores de contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com o IFRS 4, mas que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos".

m) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida de resultados do período, sendo o custo refletido na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

n) Ativos intangíveis resultantes da aquisição de contratos de seguro

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e o respetivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, que corresponde ao “Value in force” da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do “Goodwill” à data da aquisição e reconhecido separadamente como um ativo intangível.

O “Value in force” é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos e sujeito anualmente a um teste de imparidade.

o) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

2.17. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva, em "Juros e rendimentos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.18. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos diretos com a emissão.

A classificação das ações preferenciais emitidas pelo Grupo é efetuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As ações preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são refletidas no balanço consolidado na rubrica de "Interesses minoritários".

2.19. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.20. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.21. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7.d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em ativos valorizados por contrapartida de reservas de justo valor

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (Nota 2.7.d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.7. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.7., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.4. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são

realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas contas consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pelo Grupo tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuada caso se conclua estarem reunidas condições para a sua reversão no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

		30-06-2013			31-12-2012	
Sector de atividade/Entidade	Sede	% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	25.317	7.613	23.534	6.478
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	89.940	6.629	74.206	16.822
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	99,71%	469	5	464	(41)
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	1.412.381	89.837	1.348.944	1.870
Gerbanca, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	79.292	(24)	79.316	(54)
Parbanca, SGPS, S.A.	Madeira	100,00%	74.576	7.448	45.574	17.287
Parcaixa SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%	937.136	10.491	922.787	(77.644)
Partang, SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%	146.813	14.038	130.108	21.433
Bancário						
Banco Caixa Geral, S.A. (b)	Vigo	99,79%	442.666	(2.619)	438.533	(39.830)
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	Praia	59,33%	33.667	(257)	28.793	3.088
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Maputo	51,00%	140.891	13.562	134.128	36.019
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	São Paulo	100,00%	145.160	(2.786)	157.917	5.312
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	70,00%	15.468	572	15.054	1.170
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00%	441.786	19.122	434.875	31.788
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b)	Lisboa	99,71%	319.919	11.853	291.829	27.541
Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau	Macau	100,00%	-	416	27.374	3.304
CGD - North America	Delaware	100,00%	1	-	1	-
CGD Investimentos CVC	São Paulo	99,86%	31.435	(1.812)	35.389	(2.974)
Mercantile Lisbon Bank Holdings, Ltd. (b)	Joanesburgo	100,00%	130.131	5.964	149.821	14.057
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	Luanda	26,01%	238.737	25.574	231.423	44.303
Segurador						
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	23.563	4.039	23.391	7.087
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	1.262.013	45.898	1.322.596	98.538
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100,00%	10.174	272	10.056	302
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	Praia	65,36%	9.987	857	9.239	578
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00%	32.225	1.263	33.595	5.335
Universal Seguros, S.A. (Angola)	Luanda	70,00%	3.565	161	3.138	(2.562)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	29.072	(214)	29.334	1.012
Crédito Especializado						
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	51,00%	57.729	(29.845)	87.564	(39.416)
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	80,00%	11.781	(16)	11.796	(99)
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Praia	60,25%	110	(4)	114	(39)
Gestão de Ativos						
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	Lisboa	100,00%	27.085	835	29.245	2.995
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00%	4.177	420	4.437	736
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	4.283	2.083	6.612	3.912
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	52,72%	4.233	79	3.210	6
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,71%	44.573	2.548	42.025	3.922
Imobiliário						
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	(24.883)	(573)	(22.675)	(22.900)
Caixa-Imobiliário S.A.	Lisboa	100,00%	(46.304)	(14.702)	(31.602)	(31.826)
Fidelidade Mundial - SGII, S.A.	Lisboa	100,00%	46.479	890	45.529	838
Inmobiliaria Caixa Geral S.A.U.	Madrid	100,00%	(40.335)	(3.282)	(37.052)	(16.158)
Cibergradual, Invest. Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	(22.111)	(204)	(21.907)	(23.305)
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Cayman	100,00%	2.603	(14)	2.664	8
Caixa Geral Finance (c)	Cayman	0,00%	111.225	-	111.225	1.744

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.
(c) O capital social está representado por 1.000 ações ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 110.128 ações preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada (110.128 ações preferenciais em 31-12-2012) .

Sector de atividade/Entidade	Sede	30-06-2013			31-12-2012	
		% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Outros sectores						
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	80,00%	1.795	13	1.782	4
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A.	Lisboa	100,00%	(421)	(195)	(193)	(215)
Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	2.436	836	1.750	944
Cares Multiassitance, S.A.	Lisboa	51,00%	1.724	775	2.486	1.538
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100,00%	207	61	181	75
EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A.	Lisboa	-	-	-	524	(73)
LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00%	2.593	838	3.049	2.810
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100,00%	4.599	39	4.560	132
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100,00%	378	121	242	78
HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. (b)	Lisboa	-	-	-	1.711	(3.947)
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	100,00%	30.889	(5)	30.894	(19)
HPP International - Luxembourg, S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00%	(33.660)	274	(30.743)	(39)
Wolfpart, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	(85.126)	(6.707)	(78.420)	(64.201)
Mesquita ETVIA, Construção de Vias de Comunicação, S.A.	Lisboa	-	-	-	(10.420)	4.650
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo - Compras e Serviços Partilhados, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo - Sistemas de Informação, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo IV - Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa	100,00%	371.054	74	390.678	87
Nostrum Mortgages PLC	Dublin	100,00%	4.037	(86)	4.122	(240)
Nostrum Mortgages Nº. 2	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Intermoney Banking Caixa Geral RMBS	Madrid	99,79%	-	-	-	-
Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital	Lisboa	99,98%	328.941	803	328.138	(36.553)
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	Lisboa	100,00%	10.757	(142)	10.899	(2.080)
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine - Caixa Capital	Lisboa	100,00%	29.378	34	29.344	7
Fundo de Capital de Risco Desenvolvimento e Reorganização Empresarial	Lisboa	100,00%	12.534	(435)	12.969	(1.352)
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento						
Habitacional - Caixa Arrendamento	Lisboa	99,48%	115.255	772	114.483	(710)
Fundo Invest. Imobil. Fechado Imocentro	Lisboa	100,00%	4.326	(66)	4.392	(255)
Caixagest Estratégia Dinâmica	Lisboa	63,86%	56.773	623	56.416	2.248
Fundo Esp. Inv. Aberto Estrat. Alternat.	Lisboa	79,53%	22.641	66	25.321	(225)
Caixa Imobiliário - Fundo de						
Investimento fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	45.995	(347)	46.342	(3.872)
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	73,70%	113.091	741	113.914	4.611
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	70,69%	246.488	2.522	248.354	(1.314)
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	66,70%	80.821	1.141	79.679	3.049
Caixagest Oportunidades - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	71,03%	22.803	(224)	31.275	6.203
Fundo Fechado Beirafundo	Lisboa	95,88%	14.329	(3.037)	-	-
Cidades de Portugal - Fundo de						
Investimento fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	30.032	32	-	-
Caixa Reabilita - Fundo Especial de Investimento Imobiliário	Lisboa	100,00%	10.008	(1)	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	Lisboa	99,09%	115.886	(277)	116.163	(4.071)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1	Lisboa	100,00%	14.565	(79)	14.644	(535)

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e exercício de 2012 foram os seguintes:

CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. (em liquidação) e CGD - Sucursal Offshore de Macau, S.A.

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da reavaliação efectuada à configuração da presença mantida pela CGD na Região Administrativa Especial de Macau (REAM) através da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi decidido proceder à alteração da estrutura de representação até então adotada, passando esta a assumir a forma de sucursal.

O pedido formulado ao Chefe do Executivo da REAM para o estabelecimento de uma instituição financeira offshore sob a forma de sucursal foi outorgado através da publicação da Ordem Executiva nº 7/2013, de 25 de janeiro, a qual veio simultâneamente revogar a

autorização anteriormente concedida para o exercício de atividades financeiras offshore sob a forma de subsidiária.

Em resultado da obtenção das necessárias aprovações administrativas e legais, foram implementados os procedimentos necessários ao estabelecimento da nova unidade, em paralelo com o encerramento da subsidiária.

Desta forma, com data de 1 de fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor da Ordem Executiva), a CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. alienou ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A., pelo respetivo valor nominal, a totalidade dos seus ativos e passivos afetos à exploração da sua atividade comercial, incluindo direitos e obrigações sobre ela incidentes, independentemente da sua natureza. Estes foram na mesma data transferidos para a sucursal, a qual assegurará a sua gestão no âmbito da prossecução dos seus objetivos.

O registo de dissolução da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi realizado em 4 de fevereiro de 2013, tendo a respetiva liquidação sido subsequentemente formalizada já no decorrer do mês de maio.

Mesquita ETVIA - Comstrução de Vias de Comumicação, S.A.(Mesquita ETVIA)

Por deliberação do seu acionista único, Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD de 28 de março de 2013, e tendo em consideração a inexistência de perspetivas para a prossecução dos seus objetivos, a sociedade iniciou os procedimentos necessários à formalização da sua dissolução e liquidação.

A carteira de participações da Mesquita ETVIA havia já sido transferida para o seu acionista único no final do exercício de 2012 antecipando assim a decisão de encerrar atividade. Em maio de 2013 a assembleia geral aprovou as contas de liquidação assim como a distribuição dos seus ativos líquidos remanescentes.

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)

Em 31 de maio de 2012 foi concretizada a fusão das seguradoras Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e da Império Bonança - Companhia de Seguros S.A., tendo esta última sido incorporada na primeira. A fusão produziu efeitos comtabilísticos a 1 de janeiro de 2012. Na sequência desta operação verificou-se a alteração da denominação social da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. para Fidelidade - Companha de Seguros S.A. (Fidelidade) bem como o aumento do capital social desta entidade, de 400.000 mEuros para 520.000 mEuros.

Em junho de 2012, em resultado da deliberação do acionista Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A. o capital social da Fidelidade foi aumentado de 520.000 mEuros para 605.000 mEuros. Este aumento de capital social foi integralmente subscrito pela CGD, mediante conversão de empréstimos subordinados de igual montante concedidos a esta entidade, tendo a Caixa Seguros e Saúde abdicado do seu direito de preferência enquanto acionista único. Em resultado desta operação a CGD passou a deter uma participação direta de cerca de 14% no capital social da Fidelidade, reduzindo-se a participação da Caixa Seguros e Saúde para 86%. Posteriormente, esta participação foi alienada pela CGD à Caixa Seguros e Saúde por um valor unitário de 5 euros por ação, ascendendo o montante global da transação a 85.000 mEuros (equivalente ao valor nominal do aumento de capital).

Ainda no decorrer do mês de junho, a Caixa Seguros e Saúde realizou um aumento de capital social no montante de 351.525 mEuros por contrapartida de um empréstimo subordinado e de suprimentos anteriormente concedidos pela CGD à sua subsidiária neste montante. Deste aumento de capital resultou a emissão de 175.762.460 ações com o valor

nominal de 2 Euros cada, ascendendo o capital social da Caixa Seguros e Saúde nesta data a 799.925 mEuros, integralmente detido pela CGD.

Mercantile Bank Holdings, Ltd e Mercantile Bank, Ltd (Mercantile)

No decorrer do primeiro semestre de 2012, em resultado de oferta realizada junto dos acionistas minoritários, o Grupo recomprou a totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited (subsidiária do Mercantile Bank Holdings, Ltd), tendo passado a deter, direta e indiretamente, a totalidade do seu capital social. Na sequência desta transação, as ações do Mercantile Bank Limited deixaram de estar cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo.

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (ex Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.)

Em 2 de junho de 2010, o Grupo Caixa celebrou com o Grupo Banif um acordo de parceria no âmbito do qual se encontrava prevista a aquisição a este último de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (Banif CVC). Para a sua concretização, a operação necessitava de prévia aprovação das competentes autoridades regulatórias de Portugal e do Brasil.

Em 6 de fevereiro de 2012 foi assinado entre as partes o contrato relativo à aquisição da referida participação no capital da Banif CVC pelo Grupo CGD. De acordo com os termos deste contrato, a aquisição do capital da Banif CVC, concretizada através da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda (entidade de direito brasileiro, participada em partes iguais pelo Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. e pelo Caixa – Banco de Investimento, S.A.), foi efetuada pelo preço global de aproximadamente 123.925 mReais.

O acordo de acionistas da Banif CVC previa ainda o seguinte:

- Opção de venda pelo Grupo Banif do remanescente da participação detida na Banif CVC, a realizar no prazo entre o 12º e o 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 junho de 2010;

- Opção de compra pelo Grupo Caixa do remanescente da participação detida pelo Grupo Banif na Banif CVC, a partir do 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 de junho de 2010.

Em 2 de junho de 2012, foi exercida a opção de venda da participação remanescente de 30% do capital social da Banif CVC por um montante global de 55.726 mReais. Adicionalmente, e ainda no decorrer desta operação, a denominação social da Banif CVC foi alterada para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (CGD Investimentos CVC).

Em 31 de Outubro de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas extraordinária a fusão por incorporação reversa da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda (PINF) na CGD Investimentos CVC. A referida incorporação foi efetivada mediante integração da totalidade dos ativos e passivos da PINF na sua participada, a qual se extinguiu, assumindo a CGD Investimentos CVC todos os direitos e obrigações decorrentes da sua atividade até à data de registo da fusão.

Banco Nacional de Investimento, S.A. (BNI)

O Banco Nacional de Investimento, S.A. foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Banco Comercial e de

Investimentos, S.A.R.L., tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento. O Grupo Caixa detinha uma participação direta de 50,5% do capital social do BNI titulada em 49,5% pela CGD e 1% pelo Banco Comercial de Investimentos, S.A.R.L..

No decorrer do segundo semestre de 2012 a CGD alienou a sua participação de 49,5% no capital social do BNI ao IGEPE - Instituto de Gestão de Participações do Estado pelo montante global de 1.067.255 mMZN, tendo em resultado desta operação reconhecido menos valias (incluindo reversão do efeito cambial acumulado em reservas) de aproximadamente 3.619 mEuros.

Do montante global da transação, a CGD recebeu à data da sua efectivação 450.000 mMZN, sendo o remanescente devido em três prestações iguais, anuais e sucessivas, a primeira, no prazo de um ano a contar da data do contrato.

Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)

No decorrer do exercício de 2012, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, o BNU realizou um aumento de capital no valor de 1.600.000 mMOPS integralmente subscrito e realizado pela CGD.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento (FIIAH – Caixa Arrendamento)

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 34.617 novas unidades de participação pelo montante global de 34.999 mEuros, integalmente realizado em numerário.

Em resultado desta transação, a participação direta detida pela Caixa no capital do FIIAH-Caixa Arrendamento foi reforçada para 87,86%.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Caixa	582.815	619.896
Depósitos à ordem em bancos centrais	913.846	983.231
	1.496.661	1.603.127
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	121	155
	1.496.781	1.603.281

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Cheques a cobrar		
- No país	65.045	75.039
- No estrangeiro	35.260	39.964
	100.305	115.003
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
- No país	174.248	170.369
- No estrangeiro	657.247	1.011.809
	831.495	1.182.178
Juros a receber	3.294	4.831
	935.094	1.302.012

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do período subsequente.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Mercado monetário interbancário	125.000	163.000
Depósitos a prazo		
- No país	422.598	37.076
- No estrangeiro	66.632	74.348
Empréstimos		
- No país	205.000	715.535
- No estrangeiro	59.667	75.761
Outras aplicações		
- No país	161.658	97.831
- No estrangeiro	1.053.854	987.403
Operações de compra com acordo de revenda	242.555	367.415
Crédito e juros vencidos	7.472	8.085
	2.344.435	2.526.453
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	-	121
Juros a receber	5.521	3.781
Proveitos diferidos	(339)	(542)
	2.349.617	2.529.813
Imparidade (Nota 37)	(12.845)	(12.413)
	2.336.772	2.517.400

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Empréstimos - no país" incluía 150.000 mEuros relativos a um programa de papel comercial com um limite de 400.000 mEuros, contratado junto do Banco BIC Português, S.A. (BIC), entidade anteriormente designada por Banco Português de Negócios, S.A. (BPN). O referido programa, o qual beneficia de garantia do Estado Português até à sua data de vencimento em março de 2015, decorre do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do ex-BPN no âmbito da sua reprivatização pelo Estado Português ultimada no decurso do primeiro trimestre de 2012. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do ex-BPN.

No decurso do processo de alienação do Banco, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (detentores de um conjunto de ativos transferidos do BPN em resultado do processo de reestruturação implementado após a sua privatização), e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas, cujo valor nominal em 30 de junho de 2013 ascendia a 362.879 mEuros (Nota 13) e

3.100.000 mEuros (Nota 8), respectivamente, foram transferidos para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem (Nota 13). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a referida sociedade.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia no quadro do programa de intervenção em curso. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos, ascendia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a 12.040 mEuros e 12.053 mEuros, respetivamente.

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, é apresentado na Nota 37.

7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013			31-12-2012		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	120.234	-	120.234	68.920	-	68.920
. Bilhetes do tesouro	49.206	-	49.206	122.384	6.133	128.517
. Obrigações de outros emissores						
públicos:						
Estrangeiros	348.998	20.409	369.407	318.053	21.380	339.433
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	105	34.444	34.549	14.320	41.990	56.310
De não residentes	5.409	52.589	57.998	26.146	66.516	92.661
i)	523.952	107.442	631.394	549.822	136.019	685.841
Instrumentos de capital						
De residentes	8.004	126.104	134.108	23.400	127.134	150.534
De não residentes	47.566	35.980	83.547	14.630	25.995	40.625
ii)	55.571	162.084	217.654	38.030	153.128	191.159
Outros instrumentos financeiros						
- Unidades de participação						
De residentes	2.171	536.752	538.923	1.464	516.887	518.351
De não residentes	-	530.507	530.507	-	519.095	519.095
- Outros						
De não residentes	137	-	137	-	-	-
iii)	2.308	1.067.259	1.069.567	1.464	1.035.982	1.037.446
Crédito e outros valores a receber iv)	-	282	282	-	410	410
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 11)						
- Swaps	1.269.951	-	1.269.951	1.616.069	-	1.616.069
- Futuros e outras operações a prazo	16.380	-	16.380	1.821	-	1.821
- Opções de divisas e cotações	261.984	-	261.984	283.399	-	283.399
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	149.964	-	149.964	181.720	-	181.720
- Outros	855	-	855	833	-	833
v)	1.699.135	-	1.699.135	2.083.842	-	2.083.842
i)+ii)+iii)+iv)	2.280.965	1.337.067	3.618.032	2.673.159	1.325.539	3.998.698

Em 30 de junho de 2013, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por entidades do Grupo nos montantes de 54.891 mEuros e 333.068 mEuros, respetivamente (66.263 mEuros e 316.271 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida” inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 127.143 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Nota 21).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados” inclui 33.450 mEuros e 32.986 mEuros relativos a uma participação de 10,5% do capital social da Sumol + Compal, S.A..

No decorrer do exercício de 2012 foram concluídas as negociações, entre o Grupo CGD e a Refrigor, relativas à alienação a prazo da participação detida pelo FCR Grupo CGD no capital desta sociedade, a qual à data do acordo ascendia a 19,4%. Nos termos do referido entendimento, foi concretizada em setembro de 2012 a venda à Refrigor de 8,9% do capital da Sumol+Compal pelo montante de 28.329 mEuros. Ainda na sequência desta operação o Grupo atribuiu à Refrigor uma opção de compra sobre o remanescente da participação, a exercer até 30 de junho de 2017, tendo igualmente adquirido o direito a uma opção de venda sobre as ações da Sumol+Compal a exercer entre 30 de junho e 31 de dezembro de 2017.

Em junho de 2012, na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa no decorrer do mês de março desse mesmo ano, a CGD alienou à InterCement Austria Holding Gmbh a totalidade de uma participação que detinha na Cimpor pelo valor global de 354.233 mEuros, correspondente a um valor unitário de 5,5 Euros por ação. A referida participação, representativa de 9,584% do capital social desta sociedade, tinha sido adquirida pela Caixa em fevereiro de 2009 por 317.844 mEuros, e encontrava-se registada na classe de ativos financeiros "Ao justo valor através de resultados". Nos termos do acordo assinado à data com o vendedor, este detinha uma opção de compra da participação à Caixa pelo respetivo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor, opção esta que até ao seu término (em fevereiro de 2012) não foi exercida.

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
- De dívida pública	8.553.221	8.433.884
- De outros emissores públicos	1.150.317	1.206.923
- De organismos financeiros internacionais	23.840	59.077
- De outros emissores	8.031.966	8.695.568
	17.759.344	18.395.452
Instrumentos de capital		
- Valorizados ao justo valor	1.149.491	1.241.389
- Valorizados ao custo histórico	184.151	187.117
	1.333.642	1.428.505
Outros instrumentos	1.487.566	1.457.435
	20.580.552	21.281.393
Imparidade (Nota 37)		
- Instrumentos de capital	(488.640)	(526.964)
- Instrumentos de dívida	(3.428)	(12.794)
- Outros instrumentos	(175.826)	(165.158)
	(667.894)	(704.916)
	19.912.657	20.576.477

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores” inclui 3.042.131 mEuros e 2.887.320 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 6). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Outros instrumentos" inclui 510.099 mEuros e 390.031 mEuros, respetivamente, relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual o Grupo detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais o Grupo detém uma participação minoritária, retêem autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de desreconhecimento de

balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a exposição mantida pelo Grupo apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.000	(16.738)	163.262	-
Flit-Ptrel SIVAC	119.125	(12.590)	106.535	10.947
Discovery Portugal Real Estate Fund	79.692	(15.288)	64.403	14.119
Vallis Construction Sector	73.417	(9.248)	64.169	9.140
OXI Capital, SCR	59.682	-	59.682	(318)
Fundo Recuperação Turismo, FCR	59.271	(13.597)	45.674	13.505
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.374	-	6.374	(9)
	577.561	(67.461)	510.099	47.383

	31-12-2012			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	150.000	(14.608)	135.392	-
Flit-Ptrel SIVAC	128.489	(14.663)	113.826	13.936
Vallis Construction Sector	71.715	(9.248)	62.467	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	65.416	(15.263)	50.153	-
Fundo Recuperação Turismo, FCR	41.189	(13.597)	27.593	-
OXI Capital, SCR	600	-	600	-
	457.409	(67.379)	390.031	13.936

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço e imparidade ascendiam em 30 de junho de 2013 a 47.835 mEuros e 46.592 mEuros, respetivamente (46.939 mEuros e 46.191 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 o valor da Imparidade de “Outros instrumentos” inclui 3.403 mEuros e 5.112 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo (2.977 mEuros e 4.772 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 266.582 mEuros e 116.083 mEuros, respetivamente (381.499 mEuros e 118.292 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	30-06-2013							
	Atividade bancária	Atividade Seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor								
Portugal Telecom, S.A.	459.990	2.573	-	462.563	(297.273)	165.290	-	6,17
Galp Energia, SGPS, S.A.	64.131	2.740	-	66.872	-	66.872	(3.325)	0,38
SICAR NovEnergia II	-	-	55.266	55.266	-	55.266	12.843	15,49
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	23.440	23.440	-	23.440	(377)	17,16
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	15.331	257	-	15.588	-	15.588	4.100	1,12
Banco Comercial Português, S.A.	45.495	19.522	-	65.017	(56.485)	8.532	2.852	0,46
La Seda Barcelona, S.A.	52.736	-	-	52.736	(48.971)	3.765	(141)	14,24
EDP – Energias de Portugal, S.A.	-	3.354	-	3.354	(372)	2.982	339	0,03
EDP Renováveis, S.A.	10	1.394	-	1.404	(440)	964	240	0,00
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	-	9	-	9	(3)	6	3	0,00
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,64
Ações de entidades estrangeiras	1.907	306.582	16.469	324.959	(43.097)	281.862	7.778	
Outros instrumentos com características de capital	35	-	-	35	(10)	25	1	
Outros	23.823	18.573	14.553	56.949	(13.574)	43.374	1.054	
	663.460	355.004	131.028	1.149.491	(481.525)	667.966	25.365	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	-	153.003	-	153.003	-	9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	-	711	4.769	(1.178)	3.591	-	4,48
Outros	26.830	61	(512)	26.379	(5.937)	20.442	-	
	183.891	61	199	184.151	(7.115)	177.036	-	
	847.350	355.065	131.227	1.333.642	(488.640)	845.002	25.365	

	31-12-2012							
	Atividade bancária	Atividade Seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor								
Portugal Telecom, S.A.	476.093	2.642	-	478.735	(271.495)	207.240	16.172	6,16
Galp Energia, SGPS, S.A.	66.302	2.713	-	69.015	-	69.015	(2.315)	0,38
SICAR NovEnergia II	-	-	54.041	54.041	-	54.041	14.470	15,49
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	24.692	24.692	-	24.692	2.435	17,16
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	14.463	240	-	14.703	-	14.703	3.215	1,12
Banco Comercial Português, S.A.	118.643	19.039	-	137.682	(125.561)	12.121	2.263	1,03
La Seda Barcelona, S.A.	52.825	-	-	52.825	(47.986)	4.838	(53)	14,24
EDP – Energias de Portugal, S.A.	3.136	3.145	-	6.281	(1.676)	4.605	451	0,05
EDP Renováveis, S.A.	10	1.398	-	1.408	(434)	974	245	0,00
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	-	8	-	8	(3)	5	1	0,00
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,64
Ações de entidades estrangeiras	2.461	302.281	16.027	320.768	(38.089)	282.679	7.805	
Outros instrumentos com características de capital	3.183	-	-	3.183	(20)	3.163	-	
Outros	25.312	17.896	13.538	56.746	(13.284)	43.462	1.407	
	762.428	349.363	129.598	1.241.389	(519.849)	721.539	46.097	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	-	153.003	-	153.003	-	9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	-	711	4.769	(1.178)	3.591	-	4,48
Outros	29.084	61	200	29.345	(5.937)	23.408	-	
	186.145	61	911	187.117	(7.115)	180.002	-	
	948.573	349.424	130.508	1.428.505	(526.964)	901.541	46.097	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna "Atividade seguradora" inclui os títulos da Caixa Seguros e Saúde e da Garantia;
- A coluna "Banca de investimento e capital de risco" inclui os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à "Atividade bancária".

O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo por contrapartida de resultados nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 apresenta a seguinte composição (Nota 37):

	30-06-2013	30-06-2012
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	25.778	57.444
ENI S.p.A.	1.196	131
La Seda Barcelona, S.A.	985	28.757
Banco Comercial Português, S.A.	-	7.516
A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, SA	-	6.857
Instrumentos de capital - atividade Seguradora	4.056	16.374
Outros	37	2.639
	32.052	119.718

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

		30-06-2013	31-12-2012
Reserva de justo valor (Nota 27)			
(valores brutos, antes de interesses minoritários)			
Instrumentos de dívida	**i)**	(186.918)	(190.280)
Instrumentos de capital	**ii)**		
- Justo valor positivo		50.540	61.096
- Justo valor negativo			
. Menos valia inferior a 20% do custo de aquisição		(11.309)	(6.030)
. Menos valia entre 20% e 30% do custo de aquisição		(5.558)	(6.529)
. Menos valia entre 30% e 40% do custo de aquisição		(5.634)	(1.224)
. Menos valia entre 40% e 50% do custo de aquisição		(2.673)	(1.217)
		25.365	46.097
Outros instrumentos	**iii)**	93.183	54.007
	i)+ii)+iii)	(68.370)	(90.175)
Reserva por impostos diferidos		30.757	59.777
		(37.614)	(30.398)
Saldo atribuível aos interesses minoritários		1.411	(1.373)
		(36.203)	(31.771)

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício de 2012, os principais instrumentos de capital registados como “Ativos financeiros disponíveis para venda” tiveram os seguintes movimentos:

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

No decorrer do primeiro semestre de 2013, a Caixa alienou 114.380.012 ações do BCP por um valor global de 12.522 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 5.201 mEuros (Nota 32).

Em março de 2012, a Caixa alienou 6.000.000 ações do BCP por um valor global de 981 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 165 mEuros (Nota 32).

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

Em janeiro de 2013, a Caixa alienou 800.000 ações da EDP por um montante global de 1.882 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 390 mEuros (Nota 32).

No decorrer do segundo semestre de 2012, a Caixa alienou 2.728.914 ações da EDP pelo valor de 6.230 mEuros. Em resultado destas transações, a Caixa reconheceu uma mais valia de 1.143 mEuros.

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON)

Em junho de 2012, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. celebraram com a empresa Jadeium B.V. um acordo para a venda de 33.181.144 e 215.000 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON), respetivamente, correspondentes a 10,805% do respetivo capital social, por um preço unitário de 2,6 euros.

A concretização da operação e respetiva transmissão da titularidade das ações ocorreu em 2 de julho de 2012, data da liquidação do preço de venda acordado entre as partes, pelo valor global de 86.830 mEuros. Em resultado desta transação, o Grupo registou no exercício de 2012 uma mais valia de 10.869 mEuros. Deste montante 118 mEuros correspondem ao ganho realizado pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., o qual se encontra registado na margem da atividade de seguros.

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

Em novembro de 2012, a Caixa alienou através de operações de bolsa 8.295.510 ações da Galp, representativas de 1% do seu capital social, por um montante de 95.232 mEuros tendo em consequencia desta transação reconhecido menos valias de 10.807 mEuros.

Esta venda foi realizada no âmbito do exercício do direito de "*tag along*" previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Amorim Energia B.V. e a ENI S.p.A. (datado de março de 2012), dado esta última ter decidido proceder à alienação em mercado da participação que detinha na Galp.

Brisa – Auto Estradas de Portugal (Brisa)

Em resultado da oferta pública de aquisição de ações lançada sobre o capital da Brisa pela Tagus Holdings, a CGD alienou a esta última, pela sua totalidade, a posição que detinha nesta participada. O preço da transação ascendeu a 24.840 mEuros, tendo sido registada uma mais valia de 2.115 mEuros.

Reclassificação *de títulos*

Caixa Geral de Depósitos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.7, e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afetados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente afetados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.001.797	n.a
Valor de balanço em 31-12-2008	873.101	n.a
Valor de balanço em 31-12-2009	560.350	n.a
Valor de balanço em 31-12-2010	336.275	n.a
Valor de balanço em 31-12-2011	261.035	n.a
Valor de balanço em 31-12-2012	156.972	n.a
Valor de balanço em 30-06-2013	139.825	n.a
Justo Valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	139.825	n.a
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	(12.041)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.315	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(6.673)	n.a
Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60.758)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57.186	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(52.234)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2.247)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17.620)	n.a
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	14.112	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.210)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	7.457	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 30-06-2013		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	2.571	n.a
Imparidade reconhecida no período	(2.725)	n.a

Títulos reclassificados no exercício de 2010

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.414.007	503.466
Valor de balanço em 31-12-2010	1.039.972	504.393
Valor de balanço em 31-12-2011	483.799	495.037
Valor de balanço em 31-12-2012	342.668	477.515
Valor de balanço em 30-06-2013	190.407	452.587
Justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	190.407	447.287
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2013	(9.968)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36.589)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(47.894)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(1.234)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	70.581	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	604	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 30-06-2013		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	3.934	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	2.149	n.a

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

9. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2013	31-12-2012
Ao justo valor através de reservas de reavaliação		
Instrumentos de dívida		
- De emissores públicos:		
. Títulos da dívida pública	99.500	68.576
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De não residentes	576.260	435.584
	675.760	504.160

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício de 2012 o Grupo celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 19) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 20).

10. PRODUTOS “UNIT-LINKED”

Os “Investimentos associados a produtos “unit-linked” correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica “Responsabilidades para com subscritores de produtos “unit-linked”, do passivo. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Investimentos associados a produtos "unit-linked":		
- Instrumentos de dívida	950.749	1.033.457
- Instrumentos representativos de capital	13.566	18.154
- Outros	13	14
Instrumentos derivados		
- Justo valor positivo	428	459
Aplicações em instituições de crédito	99.262	96.142
	1.064.018	1.148.225
Responsabilidades para com subscritores de produtos "unit-linked"	1.063.998	1.148.225

11. DERIVADOS

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respetivos resultados.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2013							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.722	(5.020)	-	-	(3.298)
Compras	1.088.360	-	1.088.360					
Vendas	1.086.054	-	1.086.054					
NDF's (Non Deliverable Forward)				-	(1.319)	-	-	(1.319)
Compras	-	-	-					
Vendas	14.380	-	14.380					
FRA (forward rate agreements)	8.000	-	8.000	66	(2)	-	-	63
Swaps								
Swaps Cambiais				18.822	(5.254)	-	-	13.567
Compras	3.448.919	-	3.448.919					
Vendas	3.435.429	-	3.435.429					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				1.247.098	(1.286.277)	65.191	(80.672)	(54.659)
Compras	57.615.727	647.420	58.263.147					
Vendas	57.577.435	655.865	58.233.300					
Swaps de Eventos de Crédito				4.031	(7.661)	-	-	(3.630)
Compras	165.566	-	165.566					
Vendas	82.340	-	82.340					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	66.576	-	66.576					
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Longas	(152.621)	-	(152.621)					
Posições Curtas	1.211.951	-	1.211.951					
Futuros de Cotações				-	(4)	-	-	(4)
Posições Longas	6.860	-	6.860					
Posições Curtas	18.362	-	18.362					
Outros Futuros				14.592	(14.592)	-	-	-
Posições Longas	(100.597)	-	(100.597)					
Posições Curtas	422.629	-	422.629					
Opções								
Divisas				380	(74)	-	-	306
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Cotações				261.604	(265.167)	-	-	(3.563)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				149.964	(157.147)	-	-	(7.182)
Compras	741.839	-	741.839					
Vendas	757.559	-	757.559					
Outros	-	-	-	855	(15.753)	-	-	(14.898)
	127.494.767	1.303.285	128.798.052	1.699.135	(1.758.271)	65.191	(80.672)	(74.617)

	31-12-2012							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.716	(6.693)	-	-	(4.977)
Compras	436.162	-	436.162					
Vendas	570.372	-	570.372					
NDF's (Non Deliverable Forward)				30	(22)	-	-	8
Compras	25.814	-	25.814					
Vendas	7.362	-	7.362					
FRA (forward rate agreements)	5.000	-	5.000	75	-	-	-	75
Swaps								
Swaps Cambiais				601	(29.723)	-	-	(29.122)
Compras	2.221.628	-	2.221.628					
Vendas	2.249.998	-	2.249.998					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				1.610.598	(1.672.977)	98.725	(84.479)	(48.133)
Compras	62.798.285	787.715	63.586.000					
Vendas	62.775.615	773.526	63.549.140					
Swaps de Eventos de Crédito				4.871	(11.726)	-	-	(6.855)
Compras	164.740	-	164.740					
Vendas	81.844	-	81.844					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Longas	(3.276)	-	(3.276)					
Posições Curtas	3.597.857	-	3.597.857					
Futuros de Cotações				-	(9)	-	-	(9)
Posições Longas	4.759	-	4.759					
Posições Curtas	6.812	-	6.812					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
- Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	(170.307)	-	(170.307)					
Posições Curtas	274.558	-	274.558					
Opções								
Divisas				517	(334)	-	-	184
Compras	23.430	-	23.430					
Vendas	953	-	953					
Cotações				282.882	(286.505)	-	-	(3.623)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				181.720	(189.322)	-	-	(7.602)
Compras	747.261	-	747.261					
Vendas	771.727	-	771.727					
Outros	-	-	-	833	(17.149)	-	-	(16.317)
	136.590.595	1.561.241	138.151.835	2.083.842	(2.214.461)	98.725	(84.479)	(116.372)

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Passivos detidos para negociação” inclui ainda 1.642 mEuros e 2.582 mEuros relativos a responsabilidades decorrentes de operações de empréstimos de instrumentos de capital da carteira do Grupo, as quais foram liquidadas no decorrer dos primeiros dias dos períodos subsequentes.

12. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	30-06-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
- De dívida pública	1.888.698	1.856.962
- De outros emissores públicos	45.967	45.697
- De outros emissores		
De outros residentes	166.427	250.688
De outros não residentes	241.315	315.931
	2.342.407	2.469.277

Em abril e outubro de 2011 o Grupo procedeu à reclassificação de um conjunto de instrumentos de dívida soberana e de dívida emitida por instituições financeiras e empresas (“corporates”) da classe de ativos financeiros disponíveis para venda, para a classe de investimentos a deter até à maturidade.

Os critérios que presidiram à reclassificação atenderam às carteiras a que se encontravam afetos os ativos financeiros assim como às respetivas maturidades, tendo em consideração necessidades futuras de “cash flow”.

As características dos instrumentos de dívida reclassificados na data da transferência entre categorias de ativos financeiros, assim como os ganhos e perdas não reconhecidos em capitais próprios após a data da reclassificação, apresentam o seguinte detalhe:

	Títulos de dívida pública nacional	Títulos de emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores	Total
Na data da reclassificação				
Valor de balanço	1.760.395	297.508	843.223	2.901.126
Reserva de justo valor	(314.586)	(80.233)	(28.604)	(423.423)
Taxa de juro efetiva		8,46%		
Em 31 de dezembro de 2011				
Valor de balanço	1.818.396	221.915	797.067	2.837.379
Justo valor	1.476.727	209.636	739.892	2.426.254
Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos				
por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse				
ocorrido a reclassificação	(341.669)	(12.280)	(57.176)	(411.125)
Em 31 de dezembro de 2012				
Valor de balanço	1.856.962	45.697	566.619	2.469.277
Justo valor	2.067.765	46.862	568.278	2.682.904
Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos				
por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse				
ocorrido a reclassificação	210.803	1.165	1.659	213.627
Em 30 de junho de 2013				
Valor de balanço	1.888.698	45.967	407.742	2.342.407
Justo valor	2.094.768	46.542	409.090	2.550.401
Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos				
por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse				
ocorrido a reclassificação	206.070	576	1.340	207.986

De referir que no apuramento da taxa efetiva dos ativos reclassificados na data da transferência entre carteiras foi considerada a recuperação da totalidade dos fluxos de caixa futuros associados a estes instrumentos.

Os montantes contabilizados em resultados nos seis meses findos em 30 de junho de 2013 e nos exercícios de 2012 e 2011 relativos a títulos reclassificados (excluindo o efeito fiscal), apresentam o seguinte detalhe:

Impacto em resultados no primeiro semestre de 2013, dos quais:	
Proveitos com juros	60.554
Outros	642
	61.195
Impacto em resultados no exercício de 2012, dos quais:	
Proveitos com juros	128.762
Imparidade reconhecida no exercício	(49.556)
Outros	(2.175)
	77.031
Impacto em resultados no exercício de 2011, dos quais:	
Proveitos com juros	141.923
Imparidade reconhecida no exercício	(120.035)
Resultados cambiais	4
Outros	1.136
	23.026

No decorrer do exercício de 2011, o Grupo reconheceu perdas de imparidade em exposições detidas em dívida soberana emitida pela República da Grécia que se encontravam classificadas nessa data em investimentos a deter até à maturidade, no montante de 120.035 mEuros. O valor das perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados foi apurado considerando um pressuposto de recuperação de 50% do valor nominal e juros corridos das emissões em carteira. Adicionalmente, encontravam-se registados na rubrica de provisões para outros riscos e encargos 50.856 mEuros destinados à cobertura de perdas adicionais por imparidade nestes títulos. Estas provisões foram determinadas com base no valor de mercado no primeiro dia em que houve formação de preço (9 de março de 2012) dos ativos recebidos no âmbito da oferta de troca divulgada pela República da Grécia em 21 de fevereiro de 2012, considerada um "adjusting event" nos termos da Norma IAS 10.

Em face da decisão tomada pelo Grupo de aceitar as condições propostas no programa de troca de dívida soberana grega, conforme referido em maior detalhe na Nota 39, e após determinação do valor efetivo das perdas a incorrer em resultado desta operação, no decorrer do exercício de 2012 o Grupo reconheceu perdas adicionais de imparidade em títulos classificados como investimentos a deter até à maturidade no montante de 49.556 mEuros, registados por contrapartida da anulação do valor das provisões constituídas para o efeito em 2011 na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 22). Ainda na sequência do programa de troca destes ativos, o Grupo procedeu ao desreconhecimento destas obrigações do seu balanço.

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	53.730.802	54.465.304
Créditos em conta corrente	3.584.894	3.601.227
Outros créditos	5.940.531	6.596.169
Outros créditos e valores a receber - titulados		
. Papel comercial	3.433.595	4.068.736
. Outros	1.706.794	1.652.951
Operações de locação financeira imobiliária	1.466.831	1.574.927
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	461.338	587.862
Operações de compra com acordo de revenda	-	133.995
Operações de locação financeira mobiliária	786.099	904.165
Créditos tomados – factoring	218.281	205.787
Descobertos em depósitos à ordem	403.420	403.759
	71.732.586	74.194.883
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	1.030	1.316
Juros a receber	258.633	284.035
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(65.462)	(69.526)
	71.926.786	74.410.708
Crédito e juros vencidos	5.182.699	4.513.268
	77.109.486	78.923.976
Imparidade (Nota 37)	(4.436.537)	(4.189.393)
	72.672.949	74.734.584

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 83.034 mEuros e 88.531 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” refere-se integralmente a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Empréstimos” inclui 362.879 mEuros e 381.667 mEuros, respetivamente, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (Notas 6 e 8). Estes créditos encontram-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de reprivatização do BPN concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da posição contratual entre o Banco e a Parvalorem (Nota 6). Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica "Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial".

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos no semestre findo em 30 de junho de 2013 foi o seguinte:

	Nostrum Mortgages nº1	Nostrum Mortgages nº2	Total
Saldos em 31-12-2012	389.692	4.892.634	5.282.326
Vendas de novos créditos	559	15.565	16.124
Reembolsos	(19.805)	(76.236)	(96.041)
Recompras	(559)	(15.717)	(16.276)
Outros	(42)	(13.640)	(13.682)
Saldos em 30-06-2013	369.845	4.802.606	5.172.451

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no que se refere à operação Nostrum Mortgages nº1, ascendiam a 251.970 mEuros e 342.891 mEuros, respetivamente (Nota 21). Estes saldos não incluem os passivos associados à operação Nostrum Mortgages nº 2, os quais são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 10.425.751 mEuros e 10.932.732 mEuros respetivamente assim como créditos afetos à emissão de obrigações sobre o Setor Público, com um valor de balanço de 1.320.459 mEuros e 1.418.068 mEuros, respetivamente (Nota 21).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o património autónomo que colateriza as referidas emissões incluia igualmente títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 127.143 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Nota 7).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	30-06-2013	31-12-2012
Até três meses	656.767	345.605
De três a seis meses	415.815	206.233
De seis meses a um ano	411.311	769.278
De um a três anos	2.023.137	1.628.158
Mais de três anos	1.675.669	1.563.995
	5.182.699	4.513.268

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o crédito concedido a clientes excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	30-06-2013								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	62	-	62	400.824	31.043	431.866	400.886	31.043	431.928
Indústrias extrativas	295	-	295	142.411	11.193	153.604	142.706	11.193	153.900
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	816.613	83.334	899.947	816.613	83.334	899.947
Indústria têxtil	-	-	-	253.831	49.051	302.882	253.831	49.051	302.882
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	57.430	4.998	62.429	57.430	4.998	62.429
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	156.372	25.140	181.512	156.372	25.140	181.512
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	-	-	-	204.210	11.772	215.982	204.210	11.772	215.982
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	484.905	836	485.742	484.905	836	485.742
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	298.832	6.087	304.919	298.832	6.087	304.919
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	104.796	13.808	118.603	104.796	13.808	118.603
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	310.212	39.008	349.219	310.212	39.008	349.219
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	391.470	64.434	455.904	391.470	64.434	455.904
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	87.036	5.575	92.611	87.036	5.575	92.611
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	215.833	3.361	219.195	215.833	3.361	219.195
Fabrico de material de transporte	440	-	440	94.222	6.320	100.542	94.662	6.320	100.982
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	296.788	24.559	321.347	296.788	24.559	321.347
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	10.523	1.071	11.593	1.602.193	52.483	1.654.676	1.612.715	53.554	1.666.269
Construção	41.648	456	42.104	4.053.712	1.368.335	5.422.047	4.095.359	1.368.791	5.464.150
Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest.	39	-	39	2.723.363	408.241	3.131.604	2.723.402	408.241	3.131.643
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	174	-	174	1.119.720	100.065	1.219.785	1.119.894	100.065	1.219.959
Transportes, armazenagem e comunicações	87.945	-	87.945	2.180.152	153.944	2.334.096	2.268.096	153.944	2.422.041
Atividades financeiras	96.231	-	96.231	7.523.579	222.415	7.745.994	7.619.810	222.415	7.842.224
Atividades imobiliárias	10.996	-	10.996	2.873.933	688.620	3.562.553	2.884.930	688.620	3.573.549
Outras atividades	1.292.431	-	1.292.431	2.003.342	111.174	2.114.516	3.295.774	111.174	3.406.947
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.598.798	90.276	2.689.075	227.517	293	227.811	2.826.316	90.570	2.916.886
Educação	4.833	50	4.883	189.692	4.546	194.237	194.525	4.596	199.121
Saúde e segurança social	3.711	6.490	10.202	569.529	69.202	638.731	573.241	75.692	648.933
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	96.463	1.178	97.641	1.894.729	226.485	2.121.214	1.991.192	227.664	2.218.855
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	48	100	148	48	100	148
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	26	-	26	271	28	300	298	28	326
	4.244.616	99.523	4.344.138	31.277.567	3.786.449	35.064.015	35.522.182	3.885.971	39.408.153
Particulares									
Habitação	-	-	-	34.475.916	1.134.690	35.610.606	34.475.916	1.134.690	35.610.606
Outros fins	-	-	-	1.927.659	162.038	2.089.697	1.927.659	162.038	2.089.697
	-	-	-	36.403.574	1.296.728	37.700.303	36.403.574	1.296.728	37.700.303
	4.244.616	99.523	4.344.138	67.681.141	5.083.177	72.764.318	71.925.757	5.182.699	77.108.456

	31-12-2012								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	421.181	24.261	445.442	421.181	24.261	445.442
Indústrias extrativas	-	-	-	164.235	9.917	174.152	164.235	9.917	174.152
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	855.354	64.741	920.094	855.354	64.741	920.094
Indústria têxtil	-	-	-	249.889	53.455	303.344	249.889	53.455	303.344
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	58.687	4.960	63.647	58.687	4.960	63.647
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	181.850	25.955	207.806	181.850	25.955	207.806
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	-	-	-	210.096	10.544	220.641	210.096	10.544	220.641
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	461.730	138	461.868	461.730	138	461.868
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	311.507	4.548	316.056	311.507	4.548	316.056
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	116.922	8.005	124.927	116.922	8.005	124.927
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	300.785	36.592	337.378	300.785	36.592	337.378
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	445.849	39.670	485.519	445.849	39.670	485.519
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	91.148	6.073	97.220	91.148	6.073	97.220
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	168.541	2.345	170.886	168.541	2.345	170.886
Fabrico de material de transporte	443	-	443	62.996	5.301	68.297	63.439	5.301	68.741
Indústrias transformadoras não especificadas	-		-	268.765	28.731	297.496	268.765	28.731	297.496
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	14.462	730	15.193	1.628.384	10.028	1.638.412	1.642.847	10.758	1.653.605
Construção	41.669	875	42.544	4.585.350	987.541	5.572.891	4.627.019	988.416	5.615.435
Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest.	47	-	47	2.954.069	315.241	3.269.310	2.954.115	315.241	3.269.356
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	159	-	159	1.104.148	93.888	1.198.035	1.104.307	93.888	1.198.195
Transportes, armazenagem e comunicações	87.512	-	87.512	2.185.807	141.223	2.327.030	2.273.319	141.223	2.414.542
Atividades financeiras	96.594	-	96.594	7.819.840	257.082	8.076.922	7.916.434	257.082	8.173.515
Atividades imobiliárias	11.664	-	11.664	3.065.731	695.224	3.760.955	3.077.395	695.224	3.772.619
Outras atividades	1.350.180	-	1.350.180	2.170.008	98.937	2.268.945	3.520.188	98.937	3.619.125
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.733.703	89.533	2.823.236	150.979	2.106	153.084	2.884.681	91.638	2.976.320
Educação	4.479	0	4.480	195.872	3.711	199.583	200.352	3.711	204.063
Saúde e segurança social	25.153	6.545	31.698	602.630	65.245	667.874	627.782	71.790	699.572
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	69.822	360	70.182	1.741.108	179.644	1.920.752	1.810.930	180.003	1.990.934
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	255	99	353	255	99	353
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	35	-	35	307	32	339	342	32	374
	4.435.921	98.044	4.533.965	32.574.023	3.175.236	35.749.259	37.009.944	3.273.280	40.283.224
Particulares									
Habitação	-	-	-	35.303.344	1.083.330	36.386.674	35.303.344	1.083.330	36.386.674
Outros fins	-	-	-	2.096.104	156.658	2.252.762	2.096.104	156.658	2.252.762
	-	-	-	37.399.449	1.239.988	38.639.437	37.399.449	1.239.988	38.639.437
	4.435.921	98.044	4.533.965	69.973.471	4.415.224	74.388.695	74.409.393	4.513.268	78.922.661

14. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos de ativos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
ACTIVOS		
Imóveis e equipamento	911.439	824.911
Filiais - HPP - Hospitais Privados de Portugal	-	87.579
	911.439	912.491
Imparidade de imóveis e equipamento (Nota 37)	(277.024)	(234.867)
	634.415	677.623
PASSIVOS		
Filiais - HPP - Hospitais Privados de Portugal	-	100.746
	-	100.746

Em 31 de dezembro de 2012, as rubricas de “Ativos e passivos não correntes detidos para venda – Filiais”, correspondem ao valor agregado dos ativos e passivos da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A (HPP). Estes saldos foram refletidos de forma agregada nesta rubrica, em conformidade com as disposições da Norma IFRS 5, após terem sido iniciados os procedimentos de alienação desta área de negócio. O processo de venda da área da Saúde resultou do objetivo de racionalização da estrutura do Grupo CGD e a concentração das suas atividades no negócio bancário (segmento “core”), conforme linhas de orientação definidas pelo acionista Estado.

Em Março de 2013, após finalização dos requisitos administrativos e obtenção das autorizações regulamentares a que a transação se encontrava sujeita, foi concluída a alienação da HPP ao grupo brasileiro de saúde Amil, tendo na sequência desta operação sido reconhecidas mais valias globais de aproximadamente 36.448 mEuros.

O valor contabilístico (sem imputações de justo valor e após ajustamentos inerentes ao processo de consolidação), das principais categorias de ativos e passivos da HPP em 31 de dezembro de 2012, era o seguinte:

	31-12-2012
Ativos não correntes detidos para venda	
Clientes	40.798
Imobilizado	30.383
Disponibilidades	7.189
Existências	5.311
Outros ativos	3.898
	87.579
Passivos não correntes detidos para venda	
Empréstimos	56.112
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	39.204
Outros passivos	5.430
	100.746
Capital próprio	(13.167)

Complementarmente, em 30 de junho de 2012, os resultados gerados por esta unidade de negócio encontram-se evidenciados de forma individualizada na demonstração de resultados consolidada sob a designação "Resultados em filiais detidas para venda". Nessa data as principais categorias que contribuem para a determinação dos resultados da HPP apresentam a seguinte composição (sem imputações de justo valor e após ajustamentos inerentes ao processo de consolidação):

	30-06-2012
Proveitos	
Prestação de serviços	96.690
Outros	724
	97.414
Custos	
Custo das matérias vendidas e consumidas	17.581
Fornecimentos e serviços externos	40.182
Gastos com pessoal	26.121
Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	6.915
Encargos com juros	1.336
Imparidades, líquidas de reversões	(392)
Outros	7.896
	99.639
Impostos sobre os resultados	(792)
RESULTADO LÍQUIDO	(1.433)

Conforme descrito na Nota 2.8, a rubrica de ativos não correntes detidos para venda inclui ainda imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013		31-12-2012	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Empreendimentos conjuntos				
Esegur, S.A.	50,00	5.978	50,00	5.201
Locarent, S.A.	50,00	5.103	50,00	3.919
Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.	-	-	50,00	176.981
		11.082		186.101
Empresas associadas				
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60	14.203	21,60	14.709
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	25,00	3.689	25,00	4.078
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	38,15	3.225	38,15	4.482
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00	3.000	27,00	2.973
Outras		4.578		5.261
		28.695		31.503
		39.777		217.603

Os dados financeiros estatutários (demonstrações financeiras não auditadas) das principais empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes:

		30-06-2013				
Sector de atividade/Entidade	Sede	Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	74.703	63.587	11.116	424	3.850
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	61.762	47.005	14.757	(1.625)	917
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	377.348	467.042	(89.694)	(5.928)	5.687
Outros sectores						
Esegur, S.A.	Lisboa	36.601	24.573	12.028	730	25.212
Locarent, S.A.	Lisboa	261.821	251.445	10.376	617	42.499
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.384	982	3.402	(3)	-
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	15.873	7.419	8.454	(297)	10.643
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	147.057	80.417	66.640	4.238	75.905

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do período e exclui interesses minoritários.

		31-12-2012				
Sector de atividade/Entidade	Sede	Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	72.003	60.987	11.016	1.123	8.469
Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.	Luanda	358.412	4.450	353.962	(1.742)	157
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	64.090	47.779	16.311	(5.972)	1.176
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	375.996	456.897	(80.901)	(20.681)	18.874
Outros sectores						
Esegur, S.A.	Lisboa	38.421	27.124	11.298	515	55.309
Locarent, S.A.	Lisboa	285.740	277.403	8.337	2.595	94.213
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.382	975	3.407	(8)	-
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	18.784	7.035	11.749	1.186	19.701
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	164.850	96.388	68.462	8.709	131.685

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

No decorrer do primeiro semestre de 2013 foi concluída a operação de venda da participação detida pelo Grupo no capital do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD).

Esta instituição financeira, constituída em 14 de fevereiro de 2011 mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, S.G.P.S., S.A., a Caixa - Participações, S.G.P.S., S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., tinha por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela lei.

O capital social do banco ascendia a 45.900.000.000 Kwanzas, (correspondentes, na data da sua constituição, a USD 500.000.000), dos quais 23.500.000 Kwanzas realizados no ato do registo desta sociedade. A participação do Grupo no capital do BPD era de 50%, repartido entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

O montante da parcela não realizada do capital do BPD atribuível à Caixa em 31 de dezembro de 2012 ascendia a 171.838 mEuros considerando o câmbio de fecho nessa data.

Ainda 31 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de compra e venda para alienação da participação detida pelas empresas do grupo CGD às entidades do grupo Sonangol Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola , Empresa Pública (Sonangol EP) e Sonip - Sonangol Imobiliária e Propriedades, LDA.(Sonip), por um montante global de USD 29.664.249, acordo este cuja concretização à data se encontrava pendente da obtenção das necessárias autorizações para transmissão de participações sociais e licença de exportação de capitais por parte do Banco Nacional de Angola.

Em resultado desta transação, o Grupo reconheceu mais valias de 8.604 mEuros, dos quais 2.695 mEuros registados em rubricas de "Resultados cambiais - reavaliação da posição cambial " (Nota 32) e 5.909 mEuros em rubricas de "Outros resultados de exploração - ganhos em filiais e emprendimentos conjuntos" (Nota 33).

Conforme referido em maior detalhe na Nota 2.2, a Caixa alterou, com efeitos no exercício económico de 2013, a sua política contabilística de reconhecimento de investimentos em entidades sob controlo conjunto (empreendimentos conjuntos), os quais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo de acordo com o método da equivalência patrimonial. Até 31 de dezembro de 2012, estes investimentos eram incorporados nas contas consolidadas de acordo com o método de integração proporcional. De forma a assegurar a comparabilidade dos dados apresentados, as demonstrações financeiras de períodos comparativos foram reexpressas.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes:

	30-06-2013	31-12-2012
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	52.929	37.841
Outros	38.074	23.022
	91.003	60.862
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	16.623	46.052
Outros	163.089	138.010
	179.712	184.063
	(88.709)	(123.201)
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1.323.138	1.404.325
Por prejuízos fiscais reportáveis	135.498	63.464
	1.458.636	1.467.789
Passivos por impostos diferidos	171.445	190.650
	1.287.191	1.277.139

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Variação em		Outros	Saldo em 30-06-2013
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	74.085	(1.033)	2.543	941	76.536
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	875.346	-	(20.384)	(4.031)	850.931
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(11.264)	-	102	-	(11.162)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	69.608	(31.518)	-	684	38.774
Valorização de outros títulos	4.184	-	(5.423)	6.569	5.330
Prejuízos fiscais reportáveis	63.464	-	72.232	(198)	135.498
Benefícios dos trabalhadores	165.981	(866)	4.148	(5.840)	163.422
Comissões	18.183	-	(926)	(329)	16.928
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.742)	-	112	-	(4.630)
Outros	22.295	-	(12.307)	5.577	15.565
	1.277.139	(33.417)	40.096	3.373	1.287.191

	Saldo em 31-12-2011	Variação em		Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 30-06-2012
		Capital Próprio	Resultados			
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	54.218	(26)	476	-	(1.252)	53.417
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	717.344	-	96.430	(1.502)	2.652	814.925
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(11.530)	-	(55)	-	(33)	(11.618)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	782.069	(364.365)	-	-	36.877	454.581
Valorização de outros títulos	1.004	-	1.981	-	(14.444)	(11.459)
Prejuízos fiscais reportáveis	78.547	-	(19.942)	-	(36.612)	21.993
Benefícios dos trabalhadores	146.940	-	223	(1.324)	(1.187)	144.651
Comissões	17.576	-	(202)	-	-	17.374
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(5.133)	-	288	-	-	(4.844)
Outros	(19.136)	-	16.757	-	1.621	(758)
	1.761.901	(364.390)	95.956	(2.826)	(12.378)	1.478.262

No decorrer do exercício de 2011 o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do período antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	30-06-2013	30-06-2012
Impostos correntes		
Do período	14.325	144.179
Contribuição sobre o sector bancário	12.567	14.912
Correções a exercícios anteriores (líquido)	(27.701)	(6.297)
	(809)	152.794
Impostos diferidos	(40.096)	(95.956)
Total de impostos em resultados	(40.905)	56.838
Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários	(199.698)	63.711
Carga fiscal	20,48%	89,21%

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica “Correções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2011 e 2012)	(2.434)	(2.997)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	(25.244)	(3.293)
Outros	(24)	(8)
	(27.701)	(6.297)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2013		30-06-2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(199.698)		63.711
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,85%	(57.613)	28,83%	18.368
Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial	0,34%	(670)	(0,95%)	(605)
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	(1,14%)	2.271	4,09%	2.605
Diferenças definitivas a deduzir:				
Mais valias isentas de tributação	2,16%	(4.323)	(2,83%)	(1.806)
Outras	0,27%	(536)	(2,38%)	(1.518)
Diferenças definitivas a acrescer				
Provisões não aceites	(0,40%)	808	0,53%	336
Outras	(0,93%)	1.864	3,61%	2.300
Registo de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de utilizações	0,23%	(457)	11,42%	7.275
Anulação de prejuízos fiscais não recuperáveis	(2,38%)	4.762	0,00%	-
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis (*)	(7,67%)	15.317	0,00%	-
Tributação autónoma	(1,09%)	2.178	1,84%	1.174
Contribuição sobre o sector bancário	(6,29%)	12.567	23,41%	14.912
Outros	(1,95%)	3.899	19,32%	12.312
	9,98%	(19.932)	86,88%	55.353
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	10,49%	(20.949)	2,34%	1.493
Outras	0,01%	(24)	(0,01%)	(8)
	10,50%	(20.973)	2,33%	1.485
	20,48%	**(40.905)**	**89,21%**	**56.838**

(*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis na atividade doméstica é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 25%, não incluindo Derrama Estadual e Municipal

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua atividade, ascende a 28,85% (28,83% em 30 de junho de 2012).

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD reflete o aditamento, ao abrigo da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual no seu nº 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000 mEuros (derrama estadual).

No âmbito da publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), a redação do artigo 87º-A do CIRC foi alterada de forma a considerar atualizações à taxa adicional de imposto a aplicar sobre a parte do lucro tributável que

exceda 1.500 mEuros e 10.000 mEuros, respetivamente, quando na sua globalidade este seja superior a 10.000 mEuros, relativamente ao qual, a tributação adicional a considerar será de 3% e 5%. Considerando que a nova redação do artigo 87º-A é apenas aplicável de forma transitória aos lucros tributáveis e pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, entendeu-se não proceder, decorrente desta situação, a qualquer alteração à taxa nominal de imposto utilizada no apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos a recuperar/ (pagar) reconhecidos com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis inclui 101.497 mEuros e 29.234 mEuros, respetivamente, reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa Geral de Depósitos, S.A., dos quais 72.263 mEuros gerados no período de tributação em curso e o remanescente no exercício de 2010. De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados em 2010 poderão ser recuperados num periodo máximo de quadro anos após o seu apuramento (5 anos no que se refere a prejuízos fiscais realizados em 2013). Contudo, com referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, o Grupo reconheceu nos seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 um custo de 12.567 mEuros e 14.912 mEuros, respetivamente, relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência da nova contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre o valor dos passivos das instituições de crédito com sede no território português, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura. Encontram-se igualmente abrangidos pelo tributo as filiais de instituições de crédito cuja sede se situe fora do território português, assim como sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede fora da União Europeia.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2009 a 2012, no caso da maioria das entidades com sede em Portugal, sendo que no caso da Caixa Geral de Depósitos, os exercícios de 2009 e 2010 foram já objeto de inspeção). Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

17. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		30-06-2013	31-12-2012
Caixa Seguros			
Ramo vida:			
Provisão matemática		11.889	9.412
Provisão para sinistros:			
Sinistros declarados		9.322	10.447
Sinistros não declarados (IBNR)		2.543	2.532
		11.865	12.979
Provisão para participação nos resultados		-	15
Total do ramo vida		23.753	22.405
Ramos não vida:			
Provisão para prémios não adquiridos		44.849	33.613
Provisão para sinistros:			
Sinistros declarados		134.848	126.855
Sinistros não declarados (IBNR)		5.673	9.524
		140.521	136.379
Total dos ramos não vida		185.370	169.992
Subtotal Caixa Seguros	i)	209.123	192.397
Outros	**ii)**	5.034	5.030
	i)+ii)	214.157	197.427

18. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Outros ativos		
Certificados de dívida do Território de Macau	450.408	383.529
Outros	11.406	11.263
Devedores e outras aplicações		
Recibos por cobrar - Seguros	130.930	94.280
Sector Público Administrativo	12.578	6.833
Suprimentos	216.229	218.591
Devedores por operações sobre futuros	29.825	29.545
Valores a receber pela venda da EDP	481.456	460.724
Devedores diversos	1.419.040	1.603.674
Bonificações a receber		
Do Estado	37.606	42.433
De outras entidades	11.448	11.272
Valor a receber pela venda de bens arrematados	6.389	10.999
Outros	282.902	404.744
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso / (insuficiência) de cobertura de responsabilidades		
Caixa Geral de Depósitos	19.225	19.225
Caixa Seguros e Saúde	4.034	6.328
Outros	(472)	(502)
Rendimentos a receber	46.108	63.204
Despesas com encargo diferido		
Rendas	7.844	6.572
Outras	51.893	25.594
Receitas com rendimento diferido	(1.725)	(2.430)
Outras operações ativas por regularizar	252.488	172.187
Operações de Bolsa	3.153	73.506
	3.472.766	3.641.571
Imparidade (Nota 37)	(231.980)	(207.814)
	3.240.786	3.433.757

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 37.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Devedores e outras aplicações – Devedores diversos", inclui 925.262 mEuros e 1.086.542 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "Swaps de taxa juro ("IRS") com essas entidades.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 50.282 mEuros, relativos a depósito caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 22.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 25). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 450.408 mEuros e 383.529 mEuros, respetivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013	31-12-2012
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
Moretextile, SGPS, S.A.	33.581	33.105
A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, S.A.	28.327	28.327
Sagesecur - Estudo, Desenvolvimento e Participações em Projetos, S.A.	14.830	14.830
PP3E - Projetos e Participações em Empreendimentos de Energia Elétrica, S.A.	10.200	10.200
Outros	43.291	46.129
	216.229	218.591

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros com vencimento em 30 de junho de 2014. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano;
- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pago juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial do empréstimo tendo a taxa sofrido um incremento de *spread* de 2% até 31 de dezembro de 2012 e 3% até à nova data de vencimento dos suprimentos, a qual foi prorrogada até 30 de setembro de 2013

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A. (entidade constituida em resultado desta operação), suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011 a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22.299 mEuros, tendo este valor sido reforçado em 10.228 mEuros no decorrer de 2012.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui ainda a cedência à Parcaixa dos direitos de crédito sobre 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública à Sagesecur, no âmbito da realização do capital social desta entidade no momento da sua constituição.

19. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Recursos de bancos centrais		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos		
Caixa Geral de Depósitos	4.750.000	6.950.000
Outras entidades do Grupo	1.699.800	1.465.000
Recursos - de outros bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	973	150
De Instituições de crédito no estrangeiro	47.616	51.308
Outros recursos	2.503	2.847
Juros a pagar	72.755	60.497
	6.573.647	8.529.802
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	1.079.055	1.295.717
De instituições de crédito no estrangeiro	1.128.712	1.358.183
Recursos do mercado monetário interbancário	17.000	45.000
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	259.534	403.995
De instituições de crédito no estrangeiro	2.256	10.305
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	37.511	28.380
Recursos de organismos financeiros internacionais	115.795	85.752
Operações de venda com acordo de recompra	601.307	447.600
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	-	121
Juros a pagar	22.927	22.230
Despesas com encargo diferido	(362)	(381)
	3.263.735	3.696.903
	9.837.382	12.226.705

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Recursos de bancos centrais - Recursos – Banco Central Europeu” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por instrumentos de dívida e outros créditos da carteira do Grupo. Estes ativos não estão disponíveis para livre

circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 22).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pelo Grupo com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 9). A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		30-06-2013	31-12-2012
Depósitos de poupança		1.844.433	1.980.371
Outros débitos			
À vista	i)	18.783.686	17.789.818
A prazo			
Depósitos		43.508.266	44.802.691
Produtos de taxa fixa - seguros		5.745.554	5.600.888
Depósitos obrigatórios		308.649	318.353
Outros recursos:			
Cheques e ordens a pagar		142.245	45.731
Empréstimos		94.100	101.614
Operações com acordo de recompra		14.889	17.252
Outros		764.482	55.135
	ii)	50.578.185	50.941.664
	i)+ii)	69.361.871	68.731.483
Juros a pagar		605.922	621.669
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos		(5.318)	(7.050)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)		(9.321)	(9.699)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura		29.517	38.263
		620.800	643.184
		71.827.104	71.355.037

A rubrica “Produtos de taxa fixa – seguros” corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.16) e que consequentemente são registados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da atividade bancária.

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	657.669	692.189
- Taxa de juro fixa	2.949.535	4.178.847
- Remuneração indexada a ações / índices	200.900	266.220
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	537.642	611.085
i)	4.345.746	5.748.341
Obrigações hipotecárias ii)	3.613.967	3.001.450
Obrigações sobre o setor público iii)	604.750	617.150
Obrigações de caixa		
- Remuneração indexada a taxas de juro	68.482	23.654
iv)	68.482	23.654
vi) = i)+ii)+iii)+iv)	8.632.945	9.390.595
Outros		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit		
- Papel Comercial	18.087	636.000
Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper and Certificates of Deposit		
- Certificados de depósito	-	22.738
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 13):		
- Crédito à habitação	251.970	342.891
vii)	270.057	1.001.629
Correção de valor de passivos objeto		
de operações de cobertura	6.621	21.855
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(13.166)	(14.840)
Juros a pagar	188.823	191.388
vi)+vii)	9.085.280	10.590.627

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados de dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2013	31-12-2012
EMTN	15.961	127.395
Obrigações hipotecárias	3.700.000	4.843.550
Obrigações sobre o setor público	135.450	235.450
Outras obrigações de caixa	4.600.000	4.600.000
	8.451.411	9.806.395

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado "EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit" a CGD (diretamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e "Notes" com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) US Commercial Paper

Ao abrigo deste programa a CGD North America Finance LLC pode emitir "Notes" até um montante global de dois mil milhões de Dólares Norte Americanos. As "Notes" têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250.000 Dólares Norte Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iv) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir diretamente pela CGD até ao montante máximo atual de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de ativos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco

de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.451.450 mEuros e 7.845.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 30-06-2013	Taxa em 31-12-2012
	30-06-2013	31-12-2012						
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche	1.256.450	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900.000	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	0,377%	0,477%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	0,272%	0,236%
Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*)	200.000	200.000	27-02-2008	29-02-2016	Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	0,503%	0,724%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses - 0,012%	0,197%	0,171%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Serie 9 15/09/2016	175.000	175.000	08-10-2009	15-09-2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,575%	0,900%	1,068%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1.000.000	1.000.000	27-01-2010	27-01-2020	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 12 2011/2021 FRN (*)	350.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,956%	0,949%
Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*)	750.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,956%	0,949%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	31-07-2012	31-07-2022	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,957%	0,946%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	750.000	-	18-01-2013	18-01-2018	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	-
	7.451.450	7.845.000						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a 10.425.751 mEuros e 10.932.732 mEuros, respetivamente (Nota 13).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 127.143 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Notas 7).

Em 30 de junho de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch eram de Baa3 e BBB, respetivamente.

(v) Obrigações sobre o Setor Público

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e outras categorias limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deverá representar no mínimo 106,5% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 800.000 mEuros e 900.000 mEuros, respetivamente, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a 1.320.459 mEuros e 1.418.068 mEuros, respetivamente (Nota 13).

Em 30 de junho de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody's e Fitch eram de Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	30-06-2013						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	132.900	199.457	1.809.660	2.142.017	-	-	2.142.017
Entre 1 e 5 anos	68.000	154.363	1.543.588	1.765.950	2.345.367	628.676	4.739.993
Entre 5 e 10 anos	-	26.958	243.957	270.915	1.248.600	44.556	1.564.071
Mais de 10 anos	-	156.864	10.000	166.864	20.000	-	186.864
	200.900	537.642	3.607.204	4.345.746	3.613.967	673.232	8.632.945

	31-12-2012						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	140.220	177.648	1.797.528	2.115.396	-	-	2.115.396
Entre 1 e 5 anos	126.000	203.616	2.812.404	3.142.020	1.731.450	640.804	5.514.274
Entre 5 e 10 anos	-	42.328	251.104	293.432	1.250.000	-	1.543.432
Mais de 10 anos	-	187.493	10.000	197.493	20.000	-	217.493
	266.220	611.085	4.871.036	5.748.341	3.001.450	640.804	9.390.595

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread.*

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2012	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2013
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	5.748.341	-	(1.248.574)	(51.216)	(102.805)	4.345.746
Obrigações hipotecárias	3.001.450	750.000	-	-	(137.483)	3.613.967
Obrigações sobre o setor público	617.150	-	-	-	(12.400)	604.750
Outras obrigações de caixa	23.654	44.555		273		68.482
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	636.000	18.087	(636.000)	-	-	18.087
Certificados de depósito	22.738	-	(22.738)	-	-	-
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (nota 13)	342.891	-	(90.921)	-	-	251.970
	10.392.224	812.642	(1.998.233)	(50.943)	(252.688)	8.903.002

	Saldo em 31-12-2011	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2012
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	7.526.628	-	(1.475.476)	609	(361.163)	5.690.598
Obrigações hipotecárias	5.696.350	-	(2.000.000)	-	(640.793)	3.055.557
Obrigações sobre o setor público	930.900	-	-	-	(309.550)	621.350
Outras obrigações de caixa	38.564	-	(11.890)	(539)	-	26.135
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	-	1.140.000	-	-	-	1.140.000
Certificados de depósito	23.186	-	-	642	-	23.828
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização	402.830	-	(27.134)	-	-	375.689
	14.618.458	1.140.000	(3.514.500)	712	(1.311.506)	10.933.157

22. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldo em 30-06-2013
Provisões para encargos com benefícios de empregados	549.950	3.473	(1.024)	(11.986)	(370)	12.915	552.958
Provisões para contingências judiciais	24.134	889	(627)	(27)	(434)	287	24.222
Provisões para garantias e compromissos assumidos	193.490	27.356	(6.071)	-	37	41	214.853
Provisões para outros riscos e encargos	205.229	45.127	(6.165)	(5.007)	105	(5.175)	234.114
	422.854	73.372	(12.863)	(5.034)	(292)	(4.847)	473.190
	972.804	76.845	(13.887)	(17.020)	(662)	8.068	1.026.148

	Saldo em 31-12-2011	Entradas/(saidas) do perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldo em 30-06-2012
Provisões para encargos com benefícios de empregados	497.493	-	6.079	-	(6.128)	10	5.751	503.205
Provisões para contingências judiciais	17.879	5.464	1.494	-	(10)	(402)	(47)	24.378
Provisões para garantias e compromissos assumidos	125.110	-	31.720	(2.425)	-	(2)	197	154.600
Provisões para outros riscos e encargos	246.646	-	30.406	(47.653)	(25.875)	31	8.015	211.570
	389.635	5.464	63.620	(50.078)	(25.885)	(373)	8.165	390.548
	887.128	5.464	69.699	(50.078)	(32.013)	(363)	13.916	893.753

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade do Grupo. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui 19.417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização de Investidores a efetuar pela CGD, a qual foi liquidada em janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica incluía ainda 50.856 mEuros destinados à cobertura de perdas de imparidade adicionais em títulos de dívida soberana grega registados na carteira de “Investimentos a deter até à maturidade” (Nota 12). Em resultado da participação do Grupo na oferta de troca de dívida soberana proposta pela República da Grécia, concretizada no decurso do primeiro semestre de 2012, esta provisão foi anulada, tendo a imparidade para os referidos títulos sido reforçada também neste período no valor de 49.556 mEuros.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despender na sua resolução, com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013	31-12-2012
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	22.931.655	25.372.587
Garantias e avales	4.947.190	4.613.244
Créditos documentários abertos	326.664	410.835
Cartas de crédito "stand by"	51.920	67.309
Transações com recurso	2	2
Aceites e endossos	-	1.089
	28.257.430	30.465.066
Compromissos		
Compromissos revogáveis	7.286.923	7.676.704
Subscrição de títulos	2.033.640	2.478.281
Linhas de crédito irrevogáveis	1.588.385	1.764.341
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155.553	155.553
Operações a prazo	99.970	96.638
Sistema de indemnização aos investidores	36.555	38.867
Outros compromissos irrevogáveis	4.592	-
Contratos a prazo de depósitos		
A constituir	1.546	2.000
Outros	123.972	123.972
	11.331.136	12.336.356
Depósito e guarda de valores	57.349.794	60.140.483

Os ativos dados em garantia apresentam a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	1.071.000	1.103.452
Banco de Portugal *	20.894.973	23.266.065
Fundo de Garantia de Depósitos	174.940	209.940
Royal Bank of Scotland	15.000	16.000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	28.695	32.345
Euronext	5.000	4.000
Outros ativos		
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	692.500	692.500
Banco Central Europeu	49.011	47.754
Outros	535	531
	22.931.655	25.372.587

(*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos dados em garantia respeitam a instrumentos de dívida classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui igualmente títulos de dívida adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessa data ascendia a 125.000 mEuros. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia, ascendia a 22.029.881 mEuros e 24.431.682 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2013, a rubrica “Outros ativos dados em garantia” inclui créditos concedidos pelo Grupo dados em garantia ao Banco Europeu de Desenvolvimento e ao Banco Central Europeu nos montantes de 692.500 mEuros e 49.011 mEuros, respetivamente (692.500 mEuros e 47.754 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pelo Grupo, apresentam um valor de mercado de 204.057 mEuros e 247.329 mEuros, respetivamente.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação integral da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou a referida correção por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas efetuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 18).

23. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013							
	Ramo Vida			Ramos não Vida				Total
	Contratos de seguro	Investimento com participação nos resultados	Sub-total	Automóvel	Acidentes de trabalho	Outros ramos	Sub-total	
De seguro direto e resseguro aceite:								
Ramo Vida:								
Provisão matemática	231.905	1.615.624	1.847.529	-	-	-	-	1.847.529
Provisão para participação nos resultados	27.269	54.952	82.221	-	-	-	-	82.221
Provisão para sinistros:								
Sinistros declarados	72.014	21.154	93.168	-	-	-	-	93.168
Sinistros não declarados (IBNR)	15.384	2	15.386	-	-	-	-	15.386
Provisão para prémios não adquiridos	3.248	52	3.300	-	-	-	-	3.300
Outras provisões técnicas								
Provisão para compromissos de taxa	-	11.014	11.014	-	-	-	-	11.014
Provisão para estabilização de carteira	22.942	-	22.942	-	-	-	-	22.942
Outras provisões	2.341	-	2.341	-	-	-	-	2.341
Total do ramo vida	375.103	1.702.798	2.077.901	-	-	-	-	2.077.901
Ramos não Vida:								
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	122.299	12.874	158.737	293.910	293.910
Provisão para sinistros:								
Sinistros declarados	-	-	-	534.122	814.692	333.910	1.682.724	1.682.724
Sinistros não declarados (IBNR)	-	-	-	47.144	3.913	26.305	77.362	77.362
	-	-	-	581.266	818.605	360.215	1.760.086	1.760.086
Provisão para riscos em curso	-	-	-	10.583	1.772	12.757	25.112	25.112
Outras provisões técnicas								
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	3	13	94	110	110
	-	-	-	714.151	833.264	531.803	2.079.218	2.079.218
Outras provisões	-	-	-	5.102	2.755	11.306	19.163	19.163
Total dos ramos não vida	-	-	-	719.253	836.019	543.109	2.098.381	2.098.381
Subtotal Caixa Seguros	375.103	1.702.798	2.077.901	719.253	836.019	543.109	2.098.381	4.176.282
Garantia								9.104
Total								**4.185.386**

	31-12-2012							
	Ramo Vida			Ramos não Vida				Total
	Contratos de seguro	Investimento com participação nos resultados	Sub-total	Automóvel	Acidentes de trabalho	Outros ramos	Sub-total	
De seguro direto e resseguro aceite:								
Ramo Vida:								
Provisão matemática	231.791	1.669.080	1.900.871	-	-	-	-	1.900.871
Provisão para participação nos resultados	28.115	55.334	83.449	-	-	-	-	83.449
Provisão para sinistros:								
Sinistros declarados	77.148	24.023	101.171	-	-	-	-	101.171
Sinistros não declarados (IBNR)	15.353	1	15.354	-	-	-	-	15.354
Provisão para prémios não adquiridos	1.560	60	1.620	-	-	-	-	1.620
Outras provisões técnicas								
Provisão para compromissos de taxa	-	11.014	11.014	-	-	-	-	11.014
Provisão para estabilização de carteira	22.291	-	22.291	-	-	-	-	22.291
Outras provisões	4.532		4.532	-	-	-	-	4.532
Total do ramo vida	380.790	1.759.512	2.140.302	-	-	-	-	2.140.302
Ramos não Vida:								
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	125.015	12.259	137.507	274.781	274.781
Provisão para sinistros:								
Sinistros declarados	-	-	-	562.009	786.443	318.022	1.666.474	1.666.474
Sinistros não declarados (IBNR)	-	-	-	50.467	26.283	27.231	103.981	103.981
	-	-	-	612.476	812.726	345.253	1.770.455	1.770.455
Provisão para riscos em curso	-	-	-	10.359	2.284	4.125	16.768	16.768
Outras provisões técnicas								
Provisão para participação nos resultados	-	-	-			35	35	35
	-	-	-	747.850	827.269	486.920	2.062.039	2.062.039
Outras provisões	-	-	-	4.475	2.813	4.764	12.052	12.052
Total dos ramos não vida	-	-	-	752.325	830.082	491.684	2.074.091	2.074.091
Subtotal Caixa Seguros	380.790	1.759.512	2.140.302	752.325	830.082	491.684	2.074.091	4.214.393
Garantia								9.750
Total								4.224.143

24. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Obrigações	2.873.365	2.871.659
Empréstimos	21.209	22.975
	2.894.574	2.894.634
Juros a pagar	85.846	37.107
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(38.989)	(42.682)
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	23	8
	2.941.453	2.889.067

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;

- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;

- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);

- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;

- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	900.000	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.729	537.629	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão)	EUR	400.000	390.078	379.898	12-11-2007	13-11-2017	Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	368.522	368.522	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	120.000	95.720	105.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	209	209	18-12-2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	03-03-2008	03-03-2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.595	81.245	81.245	12-11-2007	13-11-2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	28-12-2007	28-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Notes	EUR	21.000	21.000	21.000	14-07-2005	28-06-2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral Finance	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	1.163	1.156	18-12-2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral Finance	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	55.000	55.000	55.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
Caixa Geral Finance	Floating Rate Notes due 2016	USD	265.000	17.163	17.014	06-12-2006	20-12-2016	Libor 3 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Libor 3 meses + 0,75%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 20 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Banco Comercial e de Investimentos	Obrigações Subordinadas do BCI 2008-2018	MZN	216.000	5.221	5.161	16-10-2008	16-10-2018	1º cupão 15,25%. Cupões seguintes indexados à taxa média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo igual ou superior a 90 dias, acrescida de 1%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 16 de janeiro, abril, julho e outubro	O Emitente poderá efetuar o reembolso antecipado, total ou parcial, ao par, por redução ao valor nominal, na data de vencimento do 2º período de contagem de juros e, posteriormente, em cada data de pagamento de juros.
Banco Comercial do Atlântico	Obrigações BCA Crescente 2017	CVE	500.000	4.069	4.521	17-12-2010	17-12-2017	1º e 2º ano 5,75%, 3º e 4º ano 5,85%, 5º e 6º ano 6% e 7º ano 6,25%. Pagamento de juros semestral, nos dias 17 de junho e dezembro.	O Emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal da dívida *outstanding* a partir do 5º cupão, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações que seriam amortizadas nos períodos subsequentes.
Banco Interatlântico	Obrigações BI 2014	CVE	500.000	3.910	3.910	08-07-2008	08-07-2018	Euribor 6 meses + 0,9% até ao 2º cupão. 6,0% até julho de 2013 . A partir dessa data, taxa da última emissão de OT's a 5 anos + 0,5%. Pagamento de juros semestral, no dia 8 de janeiro e julho.	O emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida *outstanding* ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado IFC	USD	8.500	6.650	6.526	20-03-2009	15-06-2015	Libor 3 meses + 3,00% + 0,5% caso se verifiquem condições contratuais. Pagamento de juros trimestral, nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro.	O Mutuário (BCI) poderá pagar antecipadamente o empréstimo, no todo ou em parte, em qualquer data de pagamento de juros no dia 15 de dezembro de 2009 ou após essa data, mediante notificação com uma antecedência mínima de 30 dias à IFC.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado BPI	USD	3.704	2.898	2.843	30-07-2008	30-07-2018	Libor 3 meses + 3,00%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de janeiro, abril, julho e outubro.	A antecipação do reembolso do capital, total ou parcial, só poderá ocorrer por iniciativa do BCI e mediante a prévia autorização do Banco de Moçambique.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Credores		
Recursos consignados	838.898	853.983
Fornecedores de bens de locação financeira	5.718	6.827
Outros fornecedores	53.471	83.958
Recursos - conta caução	193.875	150.349
Recursos - conta subscrição	44.322	28.137
Recursos - conta cativa	17.260	3.973
Credores diversos:		
Credores por seguro direto e resseguro	162.453	240.350
Credores por cedência de factoring	20.872	28.341
Caixa Geral de Aposentações	238.907	46.123
Fundo de Pensões CGD	23.164	226
Credores por operações sobre futuros	18.025	19.686
Credores por operações sobre valores mobiliários	197	186
Outros	504.443	726.621
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação - Macau (Nota 18)	450.417	411.100
Retenção de impostos na fonte	73.575	70.272
Contribuições para a Segurança Social	17.461	13.593
Outros impostos a pagar	16.495	19.390
Cobranças por conta de terceiros	1.662	1.652
Outros	33.178	17.601
Encargos a pagar	264.676	231.226
Receitas com rendimento diferido	59.675	57.666
Operações passivas a regularizar	375.322	383.162
Operações de Bolsa	4.901	570
	3.418.966	3.394.992

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Recursos - conta caução”, inclui 189.473 mEuros e 145.568 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações “Swap de taxa de juro” (IRS).

26. CAPITAL

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Número de ações	1.180.000.000	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	5.900.000.000	5.900.000.000

Aumentos de Capital

Em 29 de junho de 2012, no decurso da deliberação do acionista de 27 de junho desse mesmo mês, foi realizado um aumento de capital de 750.000 mEuros, através da emissão de 150.000.000 novas ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em numerário.

Adicionalmente, nesta data a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (Nota 24).

O aumento de capital e a emissão de instrumentos híbridos serviram para assegurar o cumprimento de um rácio core tier 1 de 9% em 30 de junho de 2012, de acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1).

Essa recomendação proposta pela Autoridade Bancária Europeia (acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012), com o acordo do Conselho Europeu de 26 de outubro de 2011, requeria que os bancos constituam um buffer temporário de capital que lhes permita atingir um rácio de Core Tier I de 9% em 30 de junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de setembro de 2011.

27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CGD

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	(36.203)	(31.771)
Ativos com acordo de recompra	(1.772)	(1.299)
Investimentos a deter até à maturidade	(131.268)	(156.594)
	(169.243)	(189.664)
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal - CGD	862.906	862.906
- Outras reservas	786.568	560.617
- Resultados transitados	(1.086.894)	(444.414)
	562.580	979.109
Resultado consolidado atribuível ao acionista da Caixa	(181.595)	(394.715)
	393.337	394.730

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais da CGD, no montante de 862.906 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 110.425 mEuros e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra avaliados por contrapartida de capital próprio e investimentos a deter até à maturidade (apenas no que respeita a ativos reclassificados para esta categoria da classe de ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são amortizadas até à extinção do respetivo instrumento financeiro), líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída nas “Outras reservas”.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a contribuição líquida das sucursais e filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

	30-06-2013	30-06-2012
Caixa Geral de Depósitos, S.A.		
Caixa Geral de Depósitos	(183.711)	(25.357)
Sucursal de Espanha	(73.207)	(52.265)
Sucursal de Cayman	(9.510)	2.423
Sucursal de França	8.710	11.823
Sucursal de Timor	3.026	1.757
Sucursal de Luxemburgo	(1.825)	(2.564)
Sucursal de Londres	(1.195)	5.209
Sucursal de Nova Iorque	(719)	831
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	80	156
Sucursal Offshore de Macau	50	-
Sucursal do Zhuhai	(48)	23
	(258.347)	(57.964)

	30-06-2013	30-06-2012
Contribuição para o resultado das filiais:		
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a)	69.692	27.574
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	18.744	14.164
Wolfpart, Sgps	(15.392)	(643)
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.	(15.222)	(14.047)
Caixa Imobiliário	(14.702)	(807)
Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a)	13.997	3.169
Banco Caixa Geral, S.A. (a)	(9.609)	(5.745)
Inmobiliaria Caixa Geral, S.A.U.	(7.514)	(9.231)
BCG Totta de Angola	6.987	4.378
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	6.916	6.752
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	5.964	5.982
Caixagest Imobiliario Internacional FEI	5.903	(1.029)
Parcaixa, SGPS, S.A.	4.286	4.976
Caixagest Private Equity FEI	4.066	539
Imocaixa	(3.120)	(725)
Caixagest Infra-Estruturas FEI	2.264	1.138
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	2.083	2.747
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(2.072)	-
CGD Investimentos CVC	(1.809)	(1.393)
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	(1.391)	3.344
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	835	684
Caixagest Oportunidades FEI	833	1.727
Caixagest Estratégia Dinâmica	757	465
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD	738	(3.611)
Caixa Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional	546	531
Garantia	526	479
CGD Subsidiária Offshore de Macau	416	1.220
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	(278)	1.076
Partang, SGPS	36	3.580
Outras	335	599
	74.817	47.895
Contribuição para o resultado das empresas associadas e empreendimentos conjuntos:		
Torre Ocidente	(406)	(617)
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	912	1.745
Locarent, S.A.	911	440
BPD - Banco para Promoção e Desenvolvimento	-	(4.960)
Outras	519	749
	1.935	(2.644)
Resultado consolidado atribuível ao acionista da CGD	(181.595)	(12.713)

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme referido em maior detalhe na Nota 3, após obtenção das necessárias aprovações legais e regulamentares, a CGD - Sucursal Offshore de Macau iniciou a sua atividade em 1 de Fevereiro de 2013, assegurando assim a gestão dos recursos até então sob responsabilidade da CGD - Subsidiária Offshore de Macau.

Distribuição do resultado do exercício

Exercício de 2012

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2013, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2012, no montante de 679.067 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

28. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	30-06-2013	31-12-2012
Parcaixa, SGPS, S.A. (c)	466.173	475.621
Partang, SGPS (b)	181.277	170.571
Caixa Geral Finance	96.251	96.305
Caixagest Imobiliário Internacional FEI	72.499	70.984
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	69.040	65.917
Caixagest Infra-Estruturas FEI	27.453	26.035
Caixagest Private Equity FEI	26.799	26.894
Caixagest Estratégia Dinâmica	20.964	20.531
Caixagest Oportunidades FEI	6.997	8.869
Banco Comercial do Altlântico, S.A.R.L.	6.873	4.941
Fundo Especial Investimento Aberto Caixagest Estratégias Alternativas	4.817	5.052
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	4.223	3.945
Credip - IFIC, S.A.	2.356	2.359
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a)	2.329	2.974
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.586	1.086
A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	1.225	1.179
Banco Caixa Geral, S.A.	967	127
Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a)	748	485
Outras	1.809	1.442
	994.386	985.316

(a) Demonstrações Financeiras Consolidadas
(b) Inclui a atividade do Banco Caixa Geral Totta Angola
(c) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman com um capital social de 1.000 Euros. Em 28 de junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 250.000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Diretores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 28 de junho de 2014 ao preço de 1.000 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

Em 30 de setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 350.000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

No decurso da sua atividade, o Grupo tem vindo a proceder à recompra de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance, cujo valor acumulado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 ascende a 505.166 mEuros.

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013	30-06-2012
Partang, SGPS (a)	20.075	9.091
Parcaixa, SGPS, S.A. (b)	(8.420)	(5.080)
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	6.645	6.488
Caixagest Imobiliario Internacional FEI	1.605	(434)
Caixagest Infra-Estruturas FEI	1.130	569
Caixagest Estratégia Dinâmica	431	176
Caixagest Oportunidades FEI	353	1.215
Caixagest Private Equity FEI	(324)	218
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	(190)	738
Caixa Geral Finance	-	959
Outras	1.497	5.645
	22.802	19.586

(a) Inclui a atividade do Banco Caixa Geral Totta Angola
(b) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

29. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	10.538	30.153
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	12.053	13.671
Juros de crédito interno	649.846	1.003.157
Juros de crédito ao exterior	289.545	333.991
Juros de crédito vencido	21.302	18.461
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
- Derivados	376.780	662.594
- Títulos	10.679	11.133
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.980	1.959
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	282.666	352.715
Juros de derivados de cobertura	13.570	20.110
Juros de devedores e outras aplicações	7.616	5.496
Juros de disponibilidades	7.222	7.169
Juros de outros créditos e outros valores a receber	94.106	94.561
Outros juros e rendimentos similares	2.354	3.674
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	58.462	63.909
Outros	82.376	135.974
	1.921.095	2.758.727
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
- Do sector público administrativo	5.811	35.014
- De outros residentes	453.537	485.778
- De emigrantes	27.536	28.100
- De outros não residentes	152.275	151.223
- Produtos de taxa fixa - seguros	83.273	80.694
- Outros	350	293
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	26.460	51.937
Juros de recursos de instituições de crédito no país	37.604	54.893
Juros de swaps	379.725	644.454
Juros de outros passivos de negociação	6.284	1.421
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	216.402	289.816
Juros de derivados de cobertura	2.144	9.896
Juros de passivos subordinados	76.501	40.736
Outros juros e encargos similares	8.620	23.611
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	3.575	5.619
Outros	26.947	132.754
	1.507.044	2.036.239

Em 30 de junho de 2013 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de passivos subordinados", inclui 39.763 mEuros relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 24).

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	20.865	34.756
EDP - Energias de Portugal, S.A.	7.571	6.204
ADP - Águas de Portugal, S.A.	4.465	2.850
Ascendi Beiras Litoral e Alta, Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.	1.203	2.524
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	1.064	994
Galp Energia, SGPS, S.A.	697	2.787
ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	16	5.310
LUSOSCUT - AE Grande Porto, S.A.	-	1.416
Sumol Compal, S.A.	-	1.165
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	16.083	20.571
Outros	2.293	1.957
	54.257	80.533

31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Rendimentos de serviços e comissões:		
Meios de pagamento	113.747	121.804
Serviços prestados a terceiros	53.318	67.208
Em operações de crédito	73.024	72.329
Gestão de ativos	21.190	23.765
Garantias prestadas	41.426	38.903
Operações sobre instrumentos financeiros	13.247	11.248
Outros	14.543	12.109
	330.495	347.366
Encargos com serviços e comissões:		
Meios de pagamento	50.801	52.726
Serviços prestados por terceiros	7.313	16.718
Em operações de crédito	49	384
Gestão de ativos	3.112	3.157
Garantias obtidas	223	472
Operações sobre instrumentos financeiros	8.529	11.051
Outros	4.371	5.033
	74.398	89.541

32. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Resultados cambiais:		
Reavaliação da posição cambial	23.619	61.198
Resultados em derivados cambiais	23.989	(12.684)
	47.608	48.514
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	(7.666)	34.845
Instrumentos de capital	(13.020)	(25.830)
Outros instrumentos	878	287
i)	(19.809)	9.302
Em derivados:		
Taxa de juro	60.815	(53.916)
Cotações	1.884	16.499
Eventos de crédito	1.980	2.175
Outros	1.252	3.122
ii)	65.931	(32.120)
i)+ii)	46.122	(22.818)

(cont)		30-06-2013	30-06-2012
Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:			
Instrumentos de dívida		(7.132)	3.204
Instrumentos de capital		171	10.231
Outros títulos		5.490	(149)
Créditos e outros valores a receber		(128)	(640)
		(1.598)	12.646
Resultados na alienação de crédito a clientes		(424)	(1.159)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda:			
Instrumentos de dívida	iii)	76.306	38.209
Instrumentos de capital			
BCP (Nota 8)		5.201	165
EDP - Energias de Portugal (Nota 8)		390	-
Outros		126	(89)
	iv)	5.718	76
	iii)+iv)	82.024	38.284
Outros títulos		6.132	6.142
		88.156	44.426
Resultados em operações de cobertura:			
Derivados de cobertura		(13.858)	41.287
Correções de valor em ativos e passivos cobertos		15.254	(36.596)
		1.396	4.691
Outros			
Resultados na recompra de passivos emitidos		13.743	171.912
Outros		344	(2.094)
		14.087	169.818
		195.348	256.118

Em 30 de junho de 2013, a rubrica "Resultados cambiais - reavaliação da posição cambial" inclui 2.695 mEuros relativos à venda da participação detida pelo Grupo no capital do BPD (Nota 15).

33. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	21.309	23.894
Reembolso de despesas	2.063	3.267
Ganhos em filiais e empreendimentos conjuntos	42.357	-
Rendas de locação operacional	9.009	2.680
Ganhos em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	9.719	5.189
- Outros ativos tangíveis	333	87
- Propriedades de investimento	674	16.594
- Outros	125	168
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	692	1.764
Venda de cheques	10.414	9.809
Outros	16.265	39.318
	112.959	102.769
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	3.505	4.828
Perdas em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	19.750	8.981
- Outros ativos tangíveis	216	21
- Outros	4.435	8.237
Outros impostos	26.450	15.799
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	14.022	12.242
Multas e penalidades	3.207	1.784
Outros	17.222	22.866
	88.806	74.757
	24.152	28.012

Em 30 de junho de 2013, a rubrica "Ganhos em filiais e empreendimentos conjuntos" inclui 36.448 mEuros relativos à alienação da HPP ao Grupo brasileiro Amil, conforme referido em maior detalhe na Nota 14 e 5.909 mEuros decorrentes da venda da participação detida pelo Grupo no capital do BPD (Nota 15).

34. MARGEM TÉCNICA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

34.1 Prémios, líquidos de resseguro

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013			30-06-2012		
	Prémios brutos	PPNA	Prémios líquidos	Prémios brutos	PPNA	Prémios líquidos
Seguro direto						
. Ramo vida						
. De contratos de seguro	97.597	(1.688)	95.909	104.523	(1.571)	102.952
. De contratos de investimento com participação						
discricionária nos resultados	22.296	9	22.305	36.383	9	36.392
. Ramos não vida						
. Automóvel	193.954	4.239	198.193	198.993	5.489	204.482
. Acidentes de trabalho	65.242	(1.059)	64.183	73.211	(1.607)	71.604
. Outros ramos	305.444	(25.621)	279.823	304.386	(25.969)	278.417
Resseguro cedido						
. Prémios brutos emitidos						
. Ramo vida						
. De contratos de seguro	(10.628)	-	(10.628)	(12.492)	-	(12.492)
. Ramos não vida						
. Automóvel	(5.300)	887	(4.413)	(990)	265	(725)
. Acidentes de trabalho	(596)	-	(596)	(454)	(13)	(467)
. Outros ramos	(79.004)	11.389	(67.615)	(82.324)	11.956	(70.368)
Prémios de Resseguro aceite e retrocessão			-	2.312	(298)	2.014
	589.005	(11.844)	577.161	623.548	(11.739)	611.809
Outros			2.279			2.480
			579.440			614.289

34.2 Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013			30-06-2012		
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Juros	28.235	17.143	45.378	34.164	20.848	55.012
Dividendos	6.897	3.562	10.459	8.431	4.220	12.651
Ganhos e perdas, líquidos	5.167	1.322	6.489	75	(548)	(473)
Outros	-	8.829	8.829	-	8.863	8.863
	40.299	30.856	71.155	42.670	33.383	76.053

34.3 Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013							
	Ramo Vida			Ramos não Vida				Total
	Contratos de seguro	Investimento com participação nos resultados	Subtotal	Automóvel	Acidentes de trabalho	Outros ramos	Subtotal	
Seguro direto e resseguro aceite								
Sinistros pagos	46.640	107.006	153.646	124.871	60.239	180.718	365.828	519.474
Variação da provisão para sinistros	(5.122)	(2.867)	(7.989)	(30.543)	1.885	14.268	(14.390)	(22.379)
	41.518	104.139	145.657	94.328	62.124	194.986	351.438	497.095
Provisão para participação nos resultados	1.544	(2.448)	(904)	1	23	86	110	(794)
Variação das outras provisões técnicas	765	(53.997)	(53.232)	155	(511)	8.700	8.344	(44.888)
	43.827	47.694	91.521	94.484	61.636	203.772	359.892	451.413
Saldo de resseguro cedido	(5.941)		(5.941)	(406)	43	(43.870)	(44.233)	(50.174)
	37.886	47.694	85.580	94.078	61.679	159.902	315.659	401.239
Outros								389
								401.627

	30-06-2012							
	Ramo Vida			Ramos não Vida				Total
	Contratos de seguro	Investimento com participação nos resultados	Subtotal	Automóvel	Acidentes de trabalho	Outros ramos	Subtotal	
Seguro direto e resseguro aceite								
Sinistros pagos	51.324	300.521	351.845	145.212	63.153	144.499	352.864	704.709
Variação da provisão para sinistros	(5.676)	(10.032)	(15.708)	(31.398)	13.941	(7.831)	(25.288)	(40.996)
	45.648	290.489	336.137	113.814	77.094	136.668	327.576	663.713
Provisão para participação nos resultados	2.577	(6.990)	(4.413)	-	-	(11)	(11)	(4.424)
Variação das outras provisões técnicas	(6.700)	(229.481)	(236.181)	(3.557)	14	(4.736)	(8.279)	(244.460)
	41.525	54.018	95.543	110.257	77.108	131.921	319.286	414.829
Saldo de resseguro cedido	(6.687)	-	(6.687)	(636)	(1.445)	(10.084)	(12.165)	(18.852)
	34.838	54.018	88.856	109.621	75.663	121.837	307.121	395.977
Outros								782
								396.759

34.4 Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2013			30-06-2012		
	Ramo vida	Ramos não vida	Total	Ramo vida	Ramos não vida	Total
Proveitos técnicos:						
Comissões:						
De operações de resseguro cedido	10.753	10.007	20.760	5.215	11.335	16.550
Comissões de gestão de Co-Seguro	24	603	627	5	466	471
Comissões de gestão de Fundos de Pensõe	170	-	170	159	-	159
Outros proveitos técnicos						
Outros Proveitos Técnicos	3	13	16	3	1	4
	10.950	10.623	21.573	5.382	11.802	17.184
Custos técnicos:						
Comissões:						
De operações de seguro direto:						
- Comissões de mediação e corretagem	(6.055)	(38.718)	(44.773)	(6.963)	(41.502)	(48.465)
- Comissões de cobrança	(65)	(3.673)	(3.738)	(66)	(3.665)	(3.731)
- Outras	-	(7.168)	(7.168)	-	(5.383)	(5.383)
De operações de resseguro aceite	-	411	411	-	441	441
Comissões de gestão de Co-Seguro	(22)	(112)	(134)	(20)	(200)	(220)
Outros custos técnicos						
Provisão para recibos por cobrar	2.192	(983)	1.209	(1.526)	(2.166)	(3.692)
Impostos da atividade	(564)	(1.445)	(2.009)	(399)	(1.679)	(2.078)
Outros	-	(10)	(10)	(1)	(65)	(66)
	(4.514)	(51.698)	(56.212)	(8.975)	(54.219)	(63.194)
Outros	-	535	535	-	371	371
	6.436	(40.540)	(34.104)	(3.593)	(42.045)	(45.638)

35. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	7.457	9.152
Remuneração dos empregados	335.441	312.642
	342.898	321.794
Outros encargos relativos a remunerações	34.517	33.367
Assistência médica - CGD		
- Custo normal	14.154	14.653
- Contribuições relativas a pessoal no ativo	15.142	12.548
Responsabilidades com pensões - CGD		
- Custo normal	30.194	24.229
Outros encargos com pensões		
Caixa Seguros e Saúde	234	1.268
Outros	2.564	2.641
Outros encargos sociais obrigatórios	12.634	12.828
	109.439	101.534
Outros custos com pessoal	11.618	10.120
	463.954	433.448

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, por tipo de funções, foi o seguinte:

	30-06-2013			30-06-2012		
	Atividade Bancária	Atividade Seguradora e Saúde	Grupo	Atividade Bancária	Atividade Seguradora e Saúde	Grupo
Direção	519	101	620	471	131	602
Chefias	2.849	560	3.409	2.934	656	3.590
Técnicos	5.125	1.373	6.498	5.139	2.093	7.232
Administrativos	7.213	1.500	8.713	7.549	2.043	9.592
Auxiliares	379	50	429	1.374	666	2.040
	16.085	3.586	19.671	17.467	5.589	23.056
Número de efetivos no final do período	16.147	3.640	19.787	17.481	5.626	23.107

Em 30 de junho de 2013 e 2012, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (261 e 258, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (66 e 71, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (90 e 94, respetivamente) designadamente em comissão de serviço no exterior.

36. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Serviços especializados		
- Serviços de Informática	40.829	45.809
- Serviços de segurança e vigilância	5.565	5.664
- Serviços de limpeza	4.804	4.735
- Serviços de Informações	3.154	3.357
- Avenças e honorários	2.475	2.837
- Serviços de estudos e consultas	2.113	3.410
- Outros	74.771	69.948
Rendas e alugueres	48.325	48.035
Publicidade e edição de publicações	15.466	15.686
Comunicações e despesas de expedição	24.811	27.088
Conservação e reparação	16.653	18.599
Água, energia e combustíveis	12.457	14.468
Transporte de valores e outros	5.740	5.725
Deslocações, estadas e representação	9.150	9.789
Impressos e material de consumo corrente	4.858	4.756
Outros	8.084	8.062
	279.255	287.968

37. IMPARIDADE EM ATIVOS

O movimento na imparidade durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2013	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 13)	4.189.393	1.674.786	(1.289.381)	(151.717)	(3)	13.371	4.436.449	(13.466)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	12.413	1.939	(1.293)	-	(75)	(52)	12.932	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)								
Instrumentos de capital	526.964	32.052	-	(70.392)	-	17	488.640	
Instrumentos de dívida	12.794	6	(26)	(9.388)	42	-	3.428	
Outros instrumentos	165.158	12.945	-	(2.090)	(7)	(179)	175.826	
Imparidade de outros ativos tangíveis	14.026	-	(2.838)	(43)	-	29	11.174	
Imparidade de ativos intangíveis	1.196	-	-	-	-	-	1.196	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis e equipamento (Nota 14)	234.867	61.470	(18.155)	(2.793)	-	1.634	277.024	
Imparidade de outros ativos (Nota 18)	207.814	29.507	(3.322)	(1.579)	(96)	(343)	231.980	
	1.175.231	137.918	(25.634)	(86.286)	(136)	1.105	1.202.199	-
	5.364.624	1.812.704	(1.315.014)	(238.002)	(139)	14.476	5.638.649	(13.466)

	Saldo em 31-12-2011	Entradas/(saidas) do perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2012	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes	3.383.246	-	1.813.596	(1.314.611)	(84.904)	2.892	47.372	3.847.591	(15.683)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito	12.312	-	4.906	(3.303)	-	(1)	(187)	13.727	
Imparidade de ativos disponíveis para venda									
Instrumentos de capital	724.212	(660)	119.718	-	(22.266)	54	-	821.056	
Instrumentos de dívida	52.629	-	1.606	(135)	(29.367)	265	2.084	27.083	
Outros instrumentos	103.641	-	7.470	-	(13.044)	(246)	638	98.459	
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade	120.035	-	49.556	-	(169.591)	-	-	-	
Imparidade de outros ativos tangíveis	11.068	-	58	(156)	(82)	-	-	10.888	
Imparidade de ativos intangíveis	12.027	-	-	-	(11.069)	-	-	958	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda									
Imóveis e equipamento	103.374	-	36.697	(12.672)	(1.014)	-	-	126.385	
Imparidade de outros ativos	183.145	-	31.089	(9.275)	(21.464)	(140)	93	183.447	
	1.322.441	(660)	251.100	(25.541)	(267.897)	(68)	2.629	1.282.003	-
	4.705.687	(660)	2.064.696	(1.340.152)	(352.801)	2.824	50.000	5.129.593	(15.683)

38. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Atividade Seguradora: inclui a atividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e Saúde e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.. A atividade foi dividida entre Vida e Não Vida;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME’s. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos em 30 de junho de 2013 e no exercício de 2012 apresenta a seguinte composição:

Linhas de negócio

	30-06-2013								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	(98 423)	470 468	(48 865)	1 985	68 325	16 831	1 752	1 977	414.051
Rendimentos de instrumentos de capital	16 218	2	25 286	9 583	44	630	121	2 373	54.257
Rendimentos de serviços e comissões	18 621	95 219	58 933	16 428	39 808	1 007	-	100 479	330.495
Encargos com serviços e comissões	(7 323)	(2 841)	(4 345)	(2 757)	(493)	(89)	(152)	(56 399)	(74.398)
Resultados em operações financeiras	192 549	603	222	921	(460)	785	303	425	195.348
Outros resultados de exploração	(2 163)	(7 686)	(2 414)	394	5 203	(80)	(980)	31 877	24.152
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	107 650	471 790	-	579.440
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	40 299	30 855	-	71.155
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(85 568)	(316 065)	6	(401.627)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-	-	6 443	(40 547)	-	(34.104)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	119 479	555 765	28 817	26 554	112 428	87 909	147 077	80 738	1.158.767
Outros custos e proveitos									(1 340 363)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD									(181.595)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	3 978 165	408 790	36 265	2 140	109	202 389	126 972	13 817	4.768.647
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	17 094 242	220 261	526 145	571 602	(44 931)	7 750 002	1 288 283	272 460	27.678.064
Crédito a clientes (líquido)	1 711 782	35 807 393	34 969 150	91 222	77 477	1 661	2 350	11 915	72.672.949
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	23 753	185 370	5 034	214.157
Ativo líquido total	22 822 381	36 343 733	36 945 867	861 276	101 251	7 938 055	1 969 991	5 701 032	112.683.587
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	9 128 404	177 385	492 388	31 861	-	-	-	7 344	9.837.382
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 398 441	52 922 130	11 673 719	72 565	-	5 745 554	-	14 696	71.827.104
Responsabilidades representadas por títulos	8 788 700	252 024	44 556	-	-	-	-	-	9.085.280
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	2 077 886	2 098 396	9 104	4.185.386
Responsabilidades por produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	1 063 998	-	-	1.063.998

	31-12-2012 *Pró-forma* (*)								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	(49 553)	1 156 538	26 374	5 803	170 169	30 833	5 732	3 353	1.349.249
Rendimentos de instrumentos de capital	21 180	49	65 237	25 648	3	1 001	203	5 621	118.942
Rendimentos de serviços e comissões	42 409	181 792	113 839	35 128	82 151	2 529	-	220 185	678.033
Encargos com serviços e comissões	(18 482)	(19 992)	(4 581)	(5 002)	(11 356)	(172)	(55)	(109 600)	(169.239)
Resultados em operações financeiras	313 744	61 447	(614)	(2 188)	(700)	2 534	(205)	(10 757)	363.261
Outros resultados de exploração	(1 192)	(4 138)	(1 405)	(8 885)	(4 969)	-	(2 407)	31 601	8.606
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	237 518	965 314	-	1.202.831
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	102 751	76 821	-	179.572
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(153 786)	(629 258)	1	(783.043)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-	-	(1 025)	(85 340)	118	(86.247)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	308 106	1 375 697	198 850	50 506	235 297	222 183	330 805	140 521	2.861.965
Outros custos e proveitos									(3 256 680)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD									(394.715)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	4 436 391	900 219	32 901	2 064	1 164	19 548	25 790	4 617	5.422.693
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	17 909 682	503 807	493 433	585 048	(44 211)	7 482 327	1 608 203	257 273	28.795.562
Crédito a clientes (líquido)	1 877 356	36 327 058	36 352 378	95 472	65 906	1 491	2 454	12 469	74.734.584
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	22 406	169 991	5 030	197.427
Ativo líquido total	24 868 586	38 372 525	36 978 566	837 006	173 845	7 168 457	2 265 520	6 194 124	116.858.628
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	11 485 152	190 931	489 991	33 646	-	-	-	26 985	12.226.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 263 028	53 187 753	11 174 558	64 294	-	5 600 888	-	64 516	71.355.037
Responsabilidades representadas por títulos	10 203 616	342 987	44 024	-	-	-	-	-	10.590.627
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	2 140 303	2 074 091	9 750	4.224.143
Responsabilidades por produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	1 148 225	-	-	1.148.225

(*) As demonstrações financeiras consolidadas em 31-12-2012 foram reexpressas em resultado da alteração de política contabilística na consolidação de empreendimentos conjuntos

Mercados Geográficos

	30-06-2013								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Margem financeira	197.004	93.285	138	4.244	10.317	29.244	79.848	(28)	414.051
Rendimentos de instrumentos de capital	93.366	11.078	-	-	-	35	14.375	(64.598)	54.257
Rendimentos de serviços e comissões	277.432	29.520	-	232	9.120	16.037	40.248	(42.095)	330.495
Encargos com serviços e comissões	(71.505)	(12.187)	-	(27)	(279)	(8.485)	(8.939)	27.024	(74.398)
Resultados em operações financeiras	151.414	(11.812)	-	0	(3.400)	1.726	42.407	15.015	195.348
Outros resultados de exploração	71.690	(5.088)	(25)	(60)	(3.996)	1.403	3.349	(43.120)	24.152
Prémios, líquidos de resseguro	577.161	-	-	-	-	-	2.279	-	579.440
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	77.158	-	-	-	-	-	-	(6.003)	71.155
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(401.239)	6	-	-	-	-	(395)	-	(401.627)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(52.036)	-	-	-	-	-	535	17.397	(34.104)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	920.444	104.802	113	4.389	11.761	39.959	173.706	(96.407)	1.158.767
Outros custos e proveitos									(1.340.363)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD									(181.595)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	12.170.859	2.945.648	111.116	1.497.299	152.629	3.397.748	1.408.619	(16.915.270)	4.768.647
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	32.962.348	2.985.978	-	37.172	144.787	43.371	611.458	(9.107.050)	27.678.064
Crédito a clientes (líquido)	59.207.086	13.029.569	-	681.170	194.507	1.548.021	2.363.299	(4.350.702)	72.672.949
Provisões técnicas de resseguro cedido	209.123	-	-	-	-	-	5.034	-	214.157
Ativo líquido total	117.218.977	19.367.129	111.617	2.216.600	559.265	5.505.499	4.788.601	(37.084.100)	112.683.587
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	15.815.755	6.841.013	7	1.586.905	125.370	192.124	130.258	(14.854.050)	9.837.382
Recursos de clientes e outros empréstimos	59.729.434	5.584.845	-	695.975	171.323	4.433.945	3.486.586	(2.275.004)	71.827.104
Responsabilidades representadas por títulos	11.233.962	5.717.293	-	-	-	-	68.500	(7.934.475)	9.085.280
Provisões técnicas de contratos de seguros	4.176.282	-	-	-	-	-	9.104	-	4.185.386
Responsabilidades por produtos "Unit-Linked"	1.063.998	-	-	-	-	-	-	-	1.063.998

	31-12-2012 *Pró-forma* (*)								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Margem financeira	854.471	220.248	397	5.817	27.207	52.671	156.060	32.378	1.349.249
Rendimentos de instrumentos de capital	180.289	16.568	-	-	-	147	12.576	(90.638)	118.942
Rendimentos de serviços e comissões	569.535	49.288	59	1.281	17.902	32.362	84.061	(76.455)	678.033
Encargos com serviços e comissões	(163.040)	(15.825)	-	(64)	(632)	(17.856)	(19.076)	47.254	(169.239)
Resultados em operações financeiras	318.824	(3.353)	(35)	(328)	(2.907)	6.552	85.337	(40.829)	363.261
Outros resultados de exploração	115.233	(12.094)	(50)	1.449	(7.960)	2.737	14.943	(105.652)	8.606
Prémios, líquidos de resseguro	1.198.308	-	-	-	-	-	4.523	-	1.202.831
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	195.260	-	-	-	-	-	-	(15.688)	179.572
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(781.365)	1	-	-	-	-	(1.679)	-	(783.043)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(118.002)	-	-	-	-	-	1.223	30.532	(86.247)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	2.369.513	254.833	371	8.155	33.610	76.613	337.968	(219.098)	2.861.965
Outros custos e proveitos									(3.256.680)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD									(394.715)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	13.567.747	4.255.996	111.027	1.632.727	295.759	3.272.204	1.208.889	(18.921.656)	5.422.693
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	34.556.573	3.027.102	-	35.753	75.757	51.486	620.975	(9.572.084)	28.795.562
Crédito a clientes (líquido)	62.062.939	13.623.981	-	680.360	114.091	1.449.049	2.359.671	(5.555.507)	74.734.584
Provisões técnicas de resseguro cedido	192.397	-	-	-	-	-	5.030	-	197.427
Ativo líquido total	123.519.014	21.265.789	111.503	2.349.895	592.500	5.186.598	4.574.126	(40.740.797)	116.858.628
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	19.261.273	7.913.507	7	1.681.385	74.819	194.121	157.832	(17.056.239)	12.226.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	60.631.593	5.311.873	-	696.769	189.411	4.113.925	3.286.936	(2.875.470)	71.355.037
Responsabilidades representadas por títulos	12.062.611	6.573.650	-	22.784	-	-	67.688	(8.136.106)	10.590.627
Provisões técnicas de contratos de seguros	4.214.393	-	-	-	-	-	9.750	-	4.224.143
Responsabilidades por produtos "Unit-Linked"	1.148.225	-	-	-	-	-	-	-	1.148.225

(*) As demonstrações financeiras consolidadas em 31-12-2012 foram reexpressas em resultado da alteração de política contabilística na consolidação de empreendimentos conjuntos

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	1.555.129	487.080	123.657	154.858	(399.630)	1.921.095
Juros e encargos similares	(1.443.348)	(270.693)	(109.200)	(111.191)	427.388	(1.507.044)
Rendimentos de instrumentos de capital	25.099	11.328	2.373	738	14.720	54.257
Margem Financeira Alargada	136.880	227.714	16.830	44.405	42.478	468.307
Rendimentos de serviços e comissões	222.430	95.157	37.644	1.007	(25.743)	330.495
Encargos com serviços e comissões	(48.921)	(29.367)	(5.202)	(3.872)	12.965	(74.398)
Resultados em operações financeiras	157.140	28.594	2.281	682	6.651	195.348
Outros Resultados De Exploração	5.647	(4.393)	33	42.760	(19.895)	24.152
Margem Complementar	336.296	89.991	34.756	40.577	(26.022)	475.597
Prémios, líquidos de resseguro	-	2.279	-	577.161	-	579.440
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	77.158	(6.003)	71.155
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(389)	-	(401.239)	-	(401.627)
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	-	535	-	(52.036)	17.397	(34.104)
Margem técnica da atividade de seguros	-	2.425	-	201.043	11.395	214.863
PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	473.176	320.131	51.586	286.025	27.850	1.158.767
Outros custos e proveitos	(656.806)	(374.691)	(37.389)	(216.333)	(55.144)	(1.340.363)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(183.630)	(54.560)	14.197	69.692	(27.293)	(181.595)

	30-06-2012					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	2.833.359	647.743	159.324	212.563	(1.094.261)	2.758.727
Juros e encargos similares	(2.471.570)	(420.558)	(143.956)	(164.848)	1.164.692	(2.036.239)
Rendimentos de instrumentos de capital	42.288	17.055	5.793	929	14.468	80.533
Margem Financeira Alargada	404.077	244.239	21.162	48.644	84.899	803.021
Rendimentos de serviços e comissões	226.330	96.964	41.813	1.530	(19.271)	347.366
Encargos com serviços e comissões	(54.482)	(27.696)	(15.500)	(1.972)	10.110	(89.541)
Resultados em operações financeiras	251.716	43.323	(12.560)	(4.489)	(21.872)	256.118
Outros Resultados De Exploração	38.569	3.206	570	3.520	(17.853)	28.012
Margem Complementar	462.133	115.797	14.323	(1.412)	(48.886)	541.955
Prémios, líquidos de resseguro	-	2.480	-	611.809	-	614.289
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	84.883	(8.830)	76.053
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(782)	-	(395.977)	-	(396.759)
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	-	371	-	(61.774)	15.765	(45.638)
Margem técnica da atividade de seguros	-	2.070	-	238.941	6.935	247.945
PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	866.210	362.106	35.485	286.173	42.948	1.592.921
Outros custos e proveitos	(891.411)	(373.710)	(36.367)	(258.599)	(45.547)	(1.605.634)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(25.201)	(11.605)	(883)	27.574	(2.599)	(12.713)

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2013	31-12-2012
Títulos de negociação		
Divida pública	518.438	509.357
Divida privada	5.514	40.466
i)	523.952	549.822
Outros ativos financeiros ao justo valor em contrapartida de resultados		
Divida pública	20.409	27.513
Divida privada	87.033	108.505
ii)	107.442	136.019
Ativos disponíveis para venda		
Divida pública	9.703.538	9.640.807
Divida privada	8.052.378	8.741.851
iii)	17.755.916	18.382.658
Investimentos a deter até à maturidade		
Divida pública	1.934.665	1.902.659
Divida privada	407.742	566.619
iv)	2.342.407	2.469.277
Ativos com acordo de recompra		
Divida pública	99.500	68.576
Divida privada	576.260	435.584
v)	675.760	504.160
i)+ii)+iii)+iv)	21.405.477	22.041.937
Instrumentos financeiros derivados	1.764.325	2.182.568
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito	2.336.772	2.517.400
Crédito a clientes	72.744.255	74.810.636
Outros devedores	2.909.107	3.213.801
Outras operações a regularizar	252.488	172.187
	80.006.948	82.896.591
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas:		
Garantias e avales	4.732.336	4.419.754
Cartas de crédito stand-by	51.920	67.309
Créditos documentários abertos	326.664	410.835
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	2	1.091
Contratos de depósitos a prazo a constituir	1.546	2.000
Linhas de crédito irrevogáveis	1.588.385	1.764.341
Outros compromissos irrevogáveis	4.592	-
Credit default swaps	165.566	164.740
	6.871.012	6.830.070
Exposição máxima	108.283.437	111.768.598

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

Os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desiquilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por um contínuo ambiente de incerteza e instabilidade. Esta situação, visível no alargamento dos *spreads* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de intervenção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito do Grupo Caixa em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2013					Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual								
	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados									
Portugal	49.206	93.160	27.074	-	169.440	169.440	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	150	-	150	150	-	-	
Itália	-	-	158	-	158	158	-	-	
	49.206	93.160	27.382	-	169.748	169.748	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação									
Portugal	1.049.798	4.207.819	3.392.541	2.564	8.652.721	8.652.721	-	12.156	
Grécia	-	-	2.860	-	2.860	2.860	-	(3.483)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	2.949	139.047	35.335	-	177.331	177.331	-	(122)	
Itália	10.787	17.386	129.515	-	157.688	157.688	-	2.690	
	1.063.534	4.364.252	3.560.252	2.564	8.990.601	8.990.601	-	11.240	
Investimentos detidos até á maturidade									
Portugal	5	196.049	1.692.644	-	1.888.698	2.094.768	-	(175.891)	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	
Itália	-	23.200	22.766	-	45.967	46.542	-	459	
	5	219.249	1.715.410	-	1.934.665	2.141.311	-	(175.432)	
Total									
Portugal	1.099.009	4.497.028	5.112.259	2.564	10.710.860	10.916.930	-	(163.734)	BB-
Grécia	-	-	2.860	-	2.860	2.860	-	(3.483)	B-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	2.949	139.047	35.486	-	177.482	177.482	-	(122)	BBB-
Itália	10.787	40.586	152.439	-	203.812	204.388	-	3.148	BBB
	1.112.745	4.676.661	5.303.045	2.564	11.095.015	11.301.660	-	(164.192)	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2012					Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual								
	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados									
Portugal	129.549	49.480	18.409	-	197.437	197.437	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	134	-	134	134	-	-	
Itália	-	-	147	-	147	147	-	-	
	129.549	49.480	18.690	-	197.719	197.719	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação									
Portugal	3.953.784	2.265.236	2.280.949	2.490	8.502.459	8.502.459	-	128.814	
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	
Irlanda	105	-	-	-	105	105	-	1	
Espanha	141.945	20.367	25.446	-	187.758	187.758	-	(2.204)	
Itália	14.344	17.492	120.275	-	152.111	152.111	-	2.259	
	4.110.178	2.303.095	2.429.278	2.490	8.845.042	8.845.042	-	125.070	
Investimentos detidos até á maturidade									
Portugal	5	190.004	1.666.952	-	1.856.962	2.067.765	-	(203.437)	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	520	-	-	-	520	523	-	1	
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	
Itália	-	22.811	22.366	-	45.177	46.339	-	650	
	525	212.815	1.689.318	-	1.902.659	2.114.626	-	(202.786)	
Total									
Portugal	4.083.338	2.504.720	3.966.310	2.490	10.556.858	10.767.661	-	(74.624)	BB-
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	CCC
Irlanda	624	-	-	-	624	627	-	2	BB+
Espanha	141.945	20.367	25.580	-	187.892	187.892	-	(2.204)	BBB-
Itália	14.344	40.303	142.788	-	197.436	198.598	-	2.909	BBB
	4.240.252	2.565.390	4.137.287	2.490	10.945.419	11.157.386	-	(77.716)	

O ano de 2011 foi caracterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos intrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta

situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International Finance, Inc ("IIF"), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos downgrades a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte do Grupo a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano, com efeitos ainda no exercício de 2011.

Em consequência desta deliberação, o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas associado a emissões classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 14.629 mEuros, foi reclassificado para resultados do exercício. No que respeita à exposição detida pelas Seguradoras do Grupo, classificadas como Investimentos detidos até à maturidade, foi considerado como referencial para reconhecimento de imparidade uma perda estimada correspondente a 50% do respetivo valor nominal da emissão, tendo o diferencial apurado entre este valor (ou o seu valor de balanço quando este era inferior ao referido referencial), e o respetivo custo de aquisição ajustado, no montante agregado de 120.035 mEuros, sido reconhecido por contrapartida de resultados.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, o Grupo foi notificado das condições inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo ("Private Setor Involvement - PSI"), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo o Grupo decidido pela adesão ao programa de troca. No decorrer do exercício de 2012 e em resultado da sua participação nesta operação, o Grupo não reconheceu perdas adicionais nas suas demonstrações financeiras.

De referir que os resultados não realizados de instrumentos de dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro apresentados na coluna "Reserva de justo valor", não incluem as valias não registadas por contrapartida de capital próprio de títulos da carteira da Caixa Seguros e Saúde reclassificados no exercício de 2011 da classe de ativos financeiros disponíveis para venda para a classe de Investimentos a deter até à maturidade, observadas após a data da referida transferência (Nota 12), as quais totalizam ganhos potenciais de 207.986 mEuros e 213.627 mEuros em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os

elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados do Grupo inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

				30-06-2013			31-12-2012		
TIPO	Rating emissão (*)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor
Ativos financeiros disponíveis para venda									
Residential mortgage-backed securities	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	215	-	(3)
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	1.878	-	(590)	2.598	-	(861)
	A- até A+	Senior	União Europeia	13.630	-	(5.650)	13.404	-	(6.211)
	Menor que A-	Senior	União Europeia	19.414	-	(3.011)	19.232	-	(4.511)
		Mezzanine	União Europeia	2.281	-	(3.090)	2.645	-	(2.714)
	CCC	Mezzanine	América do Norte	-	-	-	101	(9.364)	-
		Mezzanine	União Europeia	1.815	-	(4.615)	1.308	-	(5.111)
i)				39.017	-	(16.957)	39.504	(9.364)	(19.410)
Collateralized loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	7.000	-	(250)
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	98	-	(3)	97	-	(4)
	A- até A+	Senior	União Europeia	91	-	(3)	92	-	(4)
		Mezzanine	União Europeia	260	-	(41)	252	-	(50)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	11.900	-	(2.909)	12.381	-	(2.359)
ii)				12.349	-	(2.956)	19.822	-	(2.666)
Outros instrumentos financeiros iii)	Sem rating	Senior	União Europeia	4	(46)	-	1	(49)	-
iv) = i)+ii)+iii)				51.370	(46)	(19.913)	59.327	(9.413)	(22.077)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados									
Outros instrumentos financeiros v)	A- até A+	Senior	União Europeia	32.331	-	-	33.467	-	-
iv)+v)				83.700	(46)	(19.913)	92.794	(9.413)	(22.077)

(a) A apresentação dos títulos é efetuada considerando informação disponível sobre notações de rating em 30-06-2013, com excepção de espécies alienadas ou amortizadas, as quais devem ser referenciadas a 31-12-2012.

O movimento ocorrido nestes títulos nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

							Impacto em resultados do período				
TIPO	Rating emissão (a)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2012	Alienações e amortizações de capital	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Outros movimentos	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2013
Ativos financeiros disponíveis para venda											
Residential mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	215	(215)	-	(3)	-	3	-	-
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	2.598	(777)	-	(214)	-	271	-	1.878
	A- até A+	Senior	União Europeia	13.404	(338)	-	2	-	561	-	13.630
	Menor que A-	Senior	União Europeia	19.232	(1.343)	-	24	-	1.500	-	19.414
		Mezzanine	União Europeia	2.645	-	-	13	-	(377)	-	2.281
	CCC	Mezzanine	América do Norte	101	(102)	-	1	-	-	-	-
		Mezzanine	União Europeia	1.308	-	-	12	-	495	-	1.815
Collateralized loan obligations											
	AAA	Senior	União Europeia	7.000	(7.236)	-	(14)	-	250	-	-
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	97	-	-	-	-	1	-	98
	A- até A+	Senior	União Europeia	92	(3)	-	-	-	2	-	91
		Mezzanine	União Europeia	252	-	-	-	-	8	-	260
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	12.381	-	-	70	-	(551)	-	11.900
Outros instrumentos financeiros											
	Sem rating	Senior	União Europeia	1	-	-	-	3	-	-	4
				59.327	(10.015)	-	(108)	3	2.163	-	51.370
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados											
Outros instrumentos financeiros											
	A- até A+	Senior	União Europeia	33.467	(4.326)	-	3.189	-	-	-	32.331
				33.467	(4.326)	-	3.189	-	-	-	32.331
				92.794	(14.341)	-	3.081	3	2.163	-	83.700

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2013, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2012.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2011	Alienações e amortizações de capital	Aquisições	Impacto em resultados do período: Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Impacto em resultados do período: Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Entradas/ (saídas) de entidades no perímetro	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2012
Ativos financeiros disponíveis para venda											
Commercial mortgage-backed securities											
	A- até A+	Senior	União Europeia	17.372	(7.127)	-	(1.118)	-	1.222	-	10.350
	C	Senior	União Europeia	2.697	(3.128)	-	2.305	-	448	-	2.321
Residential mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	21.099	(6.718)	-	185	-	33	-	14.599
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	12.761	(399)	-	(9)	-	94	-	12.447
		Mezzanine	União Europeia	200	(200)	-	(2)	-	1	-	(0)
	A- até A+	Senior	União Europeia	19.221	(1.260)	-	(31)	-	(571)	-	17.360
		Mezzanine	União Europeia	60	-	-	-	-	15	-	75
	Menor que A-	Senior	União Europeia	19.135	(1.664)	-	(46)	-	1.130	-	18.555
		Mezzanine	União Europeia	3.172	(223)	-	(16)	-	388	-	3.322
	CCC	Mezzanine	América do Norte	199	-	-	20	-	(41)	-	178
Collateralized loan obligations											
	AAA	Senior	União Europeia	6.642	-	-	(60)	-	349	-	6.931
			Outros	36.702	-	-	1.136	-	224	-	38.062
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	87	-	-	-	-	2	-	89
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	202	-	-	(1)	-	8	-	209
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	7.064	-	-	38	-	1.347	-	8.449
	CCC	Mezzanine	União Europeia	434	(303)	-	(517)	-	385	-	-
Outros instrumentos financeiros											
	Sem rating	Senior	União Europeia	6.703	-	-	(6.000)	-	-	-	703
				153.751	(21.021)	-	(4.115)	-	5.035	-	133.650
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados											
Outros instrumentos financeiros											
	A- até A+	Senior	União Europeia	39.258	(6.411)	3	1.659	-	-	-	34.510
				39.258	(6.411)	3	1.659	-	-	-	34.510
				193.010	(27.432)	3	(2.456)	-	5.035	-	168.160

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2012, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2011.

Os "Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados" incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de uma forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	30-06-2013									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.497.711	-	-	-	-	-	-	-	-	1.497.711
Disponibilidades em outras instituições de crédito	888.587	-	-	-	-	-	-	-	47.135	935.723
Aplicações em instituições de crédito	1.758.442	193.536	300.464	61.547	14.052	1.674	8.326	19.010	401	2.357.452
Carteira de títulos										
Negociação	29.697	2.195	45.258	28.890	207.205	52.975	201.778	14.212	1.767.835	2.350.045
Outros	324.572	420.198	1.886.344	3.427.687	5.836.022	3.404.948	4.414.244	1.345.300	3.000.831	24.060.146
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	526	15.949	16.492	52.062	228.163	369.691	5.227	467	468.355	1.156.932
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.047.219	4.150.185	5.685.024	3.933.715	14.142.189	10.042.085	17.662.181	36.421.553	(81.375)	96.002.776
Investimentos a deter até à maturidade	2.384	31.400	124.418	201.133	1.929.327	460.508	89.036	3.673	(178.333)	2.663.546
Ativos com acordo de recompra	1.249	501	5.772	100.208	207.545	378.233	17.025	-	411	710.943
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	65.191	65.191
	8.550.389	4.813.963	8.063.772	7.805.241	22.564.503	14.710.112	22.397.817	37.804.216	5.090.451	131.800.465
Passivos										
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(1.929.013)	(1.429.564)	(353.351)	(95.731)	(5.481.119)	(284.583)	(721.454)	(588)	20.937	(10.274.466)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(23.696.936)	(6.395.087)	(8.601.212)	(9.798.555)	(16.234.591)	(7.256.240)	(1.018.591)	(1.398.316)	(112.209)	(74.511.738)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	(526)	(15.949)	(16.492)	(52.062)	(228.163)	(369.691)	(5.227)	(467)	(468.335)	(1.156.912)
Responsabilidades representadas por títulos	(391.290)	(217.660)	(581.400)	(1.284.199)	(2.934.116)	(2.557.981)	(1.753.098)	(454.816)	3.439	(10.171.121)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(15.753)	(34)	(1.323)	(134)	(1.284)	-	(4.407)	(1.428)	(1.735.551)	(1.759.913)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.672)	(80.672)
Outros passivos subordinados	(8.332)	(7.913)	(77.596)	(58.777)	(307.168)	(2.076.680)	(969.296)	(130.349)	9.318	(3.626.793)
Recursos consignados	-	(2.964)	(1.006)	(52.518)	(53.055)	(31.622)	(525.233)	(372.360)	(196)	(1.038.954)
	(26.041.850)	(8.069.171)	(9.632.380)	(11.341.975)	(25.239.495)	(12.576.797)	(4.997.307)	(2.358.325)	(2.363.269)	(102.620.569)
Instrumentos Financeiros Derivados	3.328	26.176	22.568	(26.186)	(34.986)	(15.601)	(42.194)	(21.689)	-	(88.584)
Diferencial	(17.488.133)	(3.229.032)	(1.546.040)	(3.562.920)	(2.709.979)	2.117.715	17.358.316	35.424.202	2.727.183	29.091.312

	31-12-2012									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.603.128	-	-	-	-	-	-	-	-	1.603.128
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.264.244	-	-	-	-	-	-	-	32.937	1.297.181
Aplicações em instituições de crédito	1.498.497	696.902	15.331	264.404	30.585	2.060	2.392	24.308	437	2.534.919
Carteira de títulos										
Negociação	2.165	20.904	58.179	74.650	143.082	54.802	230.090	13.364	2.144.656	2.741.892
Outros	531.256	1.742.236	1.773.573	2.935.888	6.043.140	2.981.639	4.246.495	959.617	3.026.081	24.239.924
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	369	4.401	26.544	46.168	598.514	436.712	81.473	308	89.298	1.283.786
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.572.665	4.643.937	5.539.240	4.646.631	13.289.920	10.445.334	17.795.172	37.352.539	(888.694)	97.396.743
Investimentos a deter até à maturidade	18.081	50.017	161.357	144.702	1.738.586	501.548	438.921	3.673	(210.561)	2.846.324
Ativos com acordo de recompra	946	17.977	15.190	11.571	142.026	322.880	26.681	-	(2.221)	535.050
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	98.725	98.725
	9.491.351	7.176.374	7.589.414	8.124.014	21.985.852	14.744.975	22.821.224	38.353.810	4.290.657	134.577.672
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.758.113)	(1.582.377)	(227.595)	(365.687)	(6.773.321)	(841.492)	(1.590)	()	(3.656)	(12.553.831)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(23.317.840)	(6.640.396)	(7.661.716)	(9.043.652)	(17.309.787)	(8.470.923)	(961.125)	(1.797.553)	631.415	(74.571.578)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	(369)	(4.401)	(26.544)	(46.168)	(598.514)	(436.712)	(81.473)	(308)	(89.298)	(1.283.786)
Responsabilidades representadas por títulos	(255.105)	(837.777)	(883.830)	(1.188.992)	(4.145.982)	(2.025.915)	(1.824.456)	(580.170)	(1.749)	(11.743.977)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.786)	(122)	(42)	(228)	(1.203)	-	(11.623)	-	(2.202.038)	(2.217.043)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.479)	(84.479)
Outros passivos subordinados	(5.375)	(16.530)	(53.522)	(57.306)	(226.848)	(2.086.064)	(983.261)	(138.983)	9.350	(3.558.540)
Recursos consignados	-	(663)	(911)	(4.090)	(98.057)	(23.291)	(383.447)	(525.993)	(218)	(1.036.669)
	(26.338.589)	(9.082.265)	(8.854.160)	(10.706.123)	(29.153.713)	(13.884.396)	(4.246.976)	(3.043.008)	(1.740.672)	(107.049.903)
Instrumentos Financeiros Derivados	3.396	(10.830)	14.272	43.586	(37.923)	(31.274)	(58.308)	(38.241)	-	(115.320)
Diferencial	(16.843.841)	(1.916.721)	(1.250.474)	(2.538.523)	(7.205.783)	829.305	18.515.940	35.272.561	2.549.985	27.412.449

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Para este efeito, a projeção dos rendimentos e encargos com juros futuros para instrumentos de taxa variável é realizada considerando taxas forward implícitas nas curvas que se estima estarem em vigor nas respetivas datas de refixação dos fluxos inerentes aos ativos e passivos relevantes. Até 31 de dezembro de 2012 os elementos divulgados neste âmbito eram quantificados utilizando as taxas de juro indicativas em vigor na data de referência do exercício, mantendo-se estas constantes ao longo do período relevante de geração dos fluxos de caixa futuros. De forma a assegurar a comparabilidade da informação, os dados comparativos de 31 de dezembro de 2012 apresentados foram reexpressos em conformidade com os novos pressupostos metodológicos em vigor.

Ainda no caso do Crédito à Habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expetativas relativas a taxas de reembolso antecipado, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural do Grupo, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por "bucket";

- Depósitos à ordem de clientes – reafetação do saldo de "core deposits" (montante estável de depósitos à ordem apurado com base num histórico de observações alargado) do "bucket" "Até 1 mês" para o "bucket" "Mais de 10 anos";

- Carteira de Títulos – reafetação dos títulos de dívida e de capital com elevada liquidez para a maturidade "Até 1 mês", com exceção dos títulos onerados que foram reafetados à coluna "Indeterminado".

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

	30-06-2013									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.496.661	-	-	-	-	-	-	-	-	1.496.661
Disponibilidades em outras instituições de crédito	884.665	-	-	-	-	-	-	-	47.135	931.800
Aplicações em instituições de crédito	1.754.838	192.741	295.065	59.755	12.577	576	5.612	15.397	401	2.336.964
Carteira de títulos										
Negociação	1.051.036	298	5.348	3.886	28.271	5.682	27.882	2.105	1.156.458	2.280.965
Outros (líquido de imparidade)	9.791.567	60.559	251.639	490.213	765.527	423.645	559.296	179.589	8.727.688	21.249.724
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	402	15.525	722	45.130	187.196	341.710	4.587	390	468.355	1.064.018
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.890.367	3.885.092	5.281.744	3.289.239	11.563.601	7.492.782	11.807.161	24.603.977	(81.375)	71.732.586
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	675.760	675.760
Investimentos a deter até à maturidade	-	30.715	80.300	146.591	1.756.507	419.649	83.486	3.500	(178.333)	2.342.414
	18.869.535	4.184.930	5.914.817	4.034.815	14.313.680	8.684.043	12.488.023	24.804.958	10.816.089	104.110.891
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.926.263)	(1.409.965)	(343.964)	(76.450)	(5.249.040)	(204.301)	(552.429)	(588)	20.937	(9.742.062)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.074.211)	(5.467.006)	(5.198.336)	(9.361.887)	(20.185.613)	(9.988.523)	(2.345.148)	(12.473.371)	(112.209)	(71.206.304)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	(402)	(15.525)	(722)	(45.130)	(187.196)	(341.710)	(4.587)	(390)	(468.335)	(1.063.998)
Responsabilidades representadas por títulos	(357.648)	(178.791)	(491.437)	(1.142.195)	(2.487.408)	(2.318.906)	(1.566.945)	(363.112)	3.439	(8.903.002)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(15.753)	(34)	(1.323)	(134)	(1.284)	-	(4.407)	(1.428)	(1.735.551)	(1.759.913)
Outros passivos subordinados	(8.118)	(6.650)	(452)	(904)	(23.921)	(1.857.873)	(905.973)	(100.000)	9.318	(2.894.574)
Recursos consignados	-	-	-	(50.000)	(33.333)	-	(422.576)	(332.793)	(196)	(838.898)
	(8.382.395)	(7.077.971)	(6.036.233)	(10.676.700)	(28.167.795)	(14.711.313)	(5.802.065)	(13.271.682)	(2.282.597)	(96.408.751)
Diferencial	10.487.140	(2.893.042)	(121.416)	(6.641.886)	(13.854.115)	(6.027.270)	6.685.959	11.533.276	8.533.492	7.702.140

	31-12-2012									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.603.127	-	-	-	-	-	-	-	-	1.603.127
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.264.244	-	-	-	-	-	-	-	32.937	1.297.181
Aplicações em instituições de crédito	1.496.919	693.713	15.218	259.334	29.603	1.415	440	21.289	437	2.518.368
Carteira de títulos										
Negociação	1.031.072	3.093	8.458	9.930	18.153	5.950	31.686	2.005	1.562.814	2.673.159
Outros (líquido de imparidade)	8.450.608	257.910	258.866	411.344	821.866	381.747	564.965	125.306	10.629.403	21.902.015
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	50	2.852	20.095	19.015	538.873	399.964	77.828	251	89.298	1.148.225
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.388.631	4.351.462	5.130.244	4.024.408	11.037.459	8.285.235	12.212.093	25.654.045	(888.694)	74.194.883
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	504.160	504.160
Investimentos a deter até à maturidade	15.161	18.100	138.050	97.915	1.556.058	436.450	414.605	3.500	(210.561)	2.469.277
	18.249.812	5.327.129	5.570.930	4.821.946	14.002.011	9.510.762	13.301.617	25.806.395	11.719.793	108.310.395
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.754.869)	(1.559.844)	(223.533)	(338.760)	(6.501.839)	(760.146)	(1.590)	()	(3.656)	(12.144.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.752.739)	(5.618.952)	(4.248.369)	(9.675.226)	(21.014.457)	(10.862.636)	(2.308.086)	(11.843.127)	611.739	(70.711.854)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	(50)	(2.852)	(20.095)	(19.015)	(538.873)	(399.964)	(77.828)	(251)	(89.298)	(1.148.225)
Responsabilidades representadas por títulos	(202.391)	(767.342)	(836.351)	(1.010.929)	(3.666.038)	(1.846.170)	(1.599.855)	(461.398)	(1.749)	(10.392.224)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.786)	(122)	(42)	(228)	(1.203)	-	(11.623)	-	(2.202.038)	(2.217.043)
Outros passivos subordinados	(5.161)	(9.369)	(453)	(453)	(907)	(1.880.522)	(905.973)	(101.145)	9.350	(2.894.634)
Recursos consignados	-	-	-	-	(83.333)	-	(289.242)	(481.189)	(218)	(853.983)
	(8.716.997)	(7.958.482)	(5.328.843)	(11.044.611)	(31.806.651)	(15.749.438)	(5.194.198)	(12.887.110)	(1.675.869)	(100.362.199)
Diferencial	9.532.816	(2.631.353)	242.087	(6.222.665)	(17.804.640)	(6.238.677)	8.107.419	12.919.285	10.043.924	7.948.196

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos registados pelo custo amortizado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é apresentado no quadro seguinte:

	30-06-2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.496.781	1.496.781	-	-	1.496.781
Disponibilidades em outras instituições de crédito	934.985	934.985	-	109	935.094
Aplicações em instituições de crédito	1.985.678	1.988.807	3.129	351.094	2.336.772
Investimentos a deter até à maturidade	2.342.414	2.550.401	207.986	(8)	2.342.407
Crédito a clientes	70.526.415	62.940.912	(7.585.503)	2.146.535	72.672.949
	77.286.274	69.911.886	(7.374.388)	2.497.730	79.784.003
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	9.694.511	9.747.601	(53.091)	142.871	9.837.382
Recursos de clientes e outros empréstimos	70.161.087	70.442.395	(281.308)	1.666.017	71.827.104
Responsabilidades representadas por títulos	9.037.542	8.579.403	458.138	47.738	9.085.280
Outros passivos subordinados	2.942.707	2.680.778	261.928	(1.254)	2.941.453
Recursos consignados	838.702	855.958	(17.256)	196	838.898
	92.674.548	92.306.135	368.413	1.855.569	94.530.117

	31-12-2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.603.281	1.603.096	(185)	-	1.603.281
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.301.903	1.301.903	-	109	1.302.012
Aplicações em instituições de crédito	2.288.459	2.189.513	(98.946)	228.941	2.517.400
Investimentos a deter até à maturidade	2.469.277	2.682.904	213.627	-	2.469.277
Crédito a clientes	73.312.575	67.920.245	(5.392.330)	1.422.008	74.734.584
	80.975.495	75.697.660	(5.277.835)	1.651.059	82.626.554
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	12.122.447	12.210.609	(88.162)	104.258	12.226.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	70.449.121	70.779.161	(330.039)	905.916	71.355.037
Responsabilidades representadas por títulos	10.570.171	10.110.118	460.053	20.457	10.590.627
Outros passivos subordinados	2.889.862	2.501.217	388.645	(795)	2.889.067
Recursos consignados	853.960	877.647	(23.687)	23	853.983
	96.885.561	96.478.751	406.810	1.029.859	97.915.420

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida da Caixa cotadas, cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável. Para o efeito foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluíndo:
    - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito, durante os meses de junho de 2013 e dezembro de 2012;
    - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis, durante os meses de junho de 2013 e dezembro de 2012, salvaguardando a sua representatividade.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:

- O crédito vencido, líquido da imparidade constituída;
- Saldos de entidades não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	30-06-2013			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	581.477	353	-	581.830
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	1.008.445	148.832	179.508	1.336.785
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.134.160	10.185.409	416.052	19.735.621
Ativos com acordo de recompra	462.386	213.374	-	675.760
Derivados de negociação	(4)	(59.132)	-	(59.136)
Derivados de cobertura	-	(15.481)	-	(15.481)
	11.186.464	10.473.355	595.560	22.255.380

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

	31-12-2012			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	565.106	24.210	-	589.317
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	999.784	162.712	162.632	1.325.129
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.642.987	9.438.599	315.600	20.397.185
Ativos com acordo de recompra	279.355	224.805	-	504.160
Derivados de negociação	(9)	(130.609)	-	(130.618)
Derivados de cobertura	-	14.246	-	14.246
	12.487.223	9.733.964	478.232	22.699.419

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1** - Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 -** Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 -** Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

No decorrer do primeiro semestre de 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados			Ativos financeiros disponíveis para venda			Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida Obrigações Corporates	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida Obrigações Corporates	Subtotal	
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2012	158.002	4.630	162.632	266.325	49.272	315.600	478.232
Aquisições	18.017	-	18.017	99.113	64	99.177	117.194
Alienações	(1.100)	-	(1.100)	(69)	(11.454)	(11.522)	(12.622)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	-	-	-	(1)	(179)	(180)	(180)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	(21)	(64)	(84)	167	3	170	86
Imparidade reconhecida no período	-	-	-	(2.287)	-	(2.287)	(2.287)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	13.445	1.363	14.808	14.808
Outros	43	-	43	578	(291)	287	330
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2013	174.941	4.567	179.508	377.272	38.778	416.052	595.560

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro uilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação e resultados de aproximadamente 470 mEuros e 147 mEuros, respetivamente.

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos cash flows futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos cash flows resultantes de taxas forward (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/rating da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do rating considerado: nível 2 para ratings provenientes de agências, nível 3 para ratings internos.

O recurso a ratings internos verifica-se apenas nos casos em que não existe classificação de risco externa para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os inputs utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco

Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da atividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

i) Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;

ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;

iii) Fluxos de caixa descontados;

iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;

v) Custo de aquisição.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2013			31-12-2012		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,0650	0,1500	0,4250	0,0100	0,3000	0,4250
1 mês	0,0700	0,2100	0,4700	0,0600	0,3500	0,5300
2 meses	0,1159	0,2700	0,5200	0,0947	0,4000	0,5400
3 meses	0,1577	0,2936	0,5426	0,1290	0,4149	0,5600
6 meses	0,2835	0,3061	0,5557	0,2351	0,3660	0,5505
9 meses	0,3387	0,3307	0,5804	0,2504	0,3621	0,5512
1 ano	0,4061	0,3583	0,6079	0,2781	0,3652	0,5544
2 anos	0,6071	0,5120	0,7995	0,3790	0,4035	0,7076
3 anos	0,7912	0,8280	1,0001	0,4727	0,4930	0,7696
5 anos	1,2259	1,5705	1,5497	0,7714	0,8380	1,0197
7 anos	1,5944	2,1520	2,0308	1,1317	1,2570	1,3665
10 anos	2,0142	2,7090	2,5550	1,5753	1,7630	1,8749
15 anos	2,3922	3,1810	2,9880	2,0184	1,9040	2,4388
20 anos	2,4942	3,3465	3,1966	2,1715	2,2990	2,7458
25 anos	2,5102	3,4210	3,2985	2,2203	2,5210	2,9084
30 anos	2,5042	3,4610	3,3382	2,2413	2,6370	2,9885

Os valores das curvas de crédito são obtidos no sistema Bloomberg, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/rating. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2013		31-12-2012	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	0,7592	0,0085	1,1791	-0,0022
6 meses	1,1006	0,0117	1,5485	-0,0022
9 meses	1,4040	0,0266	2,0127	-0,0022
1 ano	2,1529	0,0417	2,1441	-0,0022
2 anos	3,2633	0,2011	3,3959	-0,0022
3 anos	4,8051	0,3482	4,4682	-0,0022
5 anos	5,4929	0,7645	5,2956	0,0462
7 anos	6,0794	1,1471	6,4514	0,3132
10 anos	6,3202	1,7331	6,7529	0,7502
15 anos	6,5676	2,0393	6,8670	1,2968
20 anos	6,5935	2,3005	6,8889	1,7265
25 anos	6,6071	2,5008	6,8973	2,0333
30 anos	6,6178	2,4842	6,9084	2,1204

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	30-06-2013	31-12-2012
EUR/USD	1,308	1,3194
EUR/GBP	0,8572	0,8161
EUR/CHF	1,2338	1,2072
EUR/AUD	1,4171	1,2712
EUR/JPY	129,39	113,61
EUR/BRL	2,8899	2,7036

Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- “Value-at-Risk” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de “trading” – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos aduiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - Atividade de gestão de tesouraria – funding em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

A análise de VaR exclui instrumentos financeiros geridos no âmbito da atividade seguradora.

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:

  . Caixa - Banco de Investimento;

  . BCG Espanha;

  . BNU Macau;

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;

. Testes de esforço (Stress Tests).

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- decay fator=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

Atividade desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos (Sede e Sucursais)

Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	7.368	11.252	5.591	10.123
Cambial	99	1.361	45	134
Preço	988	1.788	163	165
Volatilidade	-	2	-	-
Efeito diversificação	(399)	-	-	(282)
	8.056	11.821	5.743	10.139

Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	4.065	8.374	4.065	8.437
Cambial	2.209	3.869	849	1.504
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(2.273)	-	-	(1.749)
	4.001	8.216	3.706	8.192

Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	206.246	206.246	131.278	152.665
Cambial	146	520	1	99
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(151)	-	-	(61)
	206.242	206.242	131.312	152.703

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	453	513	453	477
Cambial	116	4.355	19	117
Preço	2.192	4.208	1.620	3.832
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(682)	-	-	(605)
	2.079	4.198	2.023	3.821

Atividade desenvolvida no âmbito da banca de investimento

Caixa - Banco de Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	19.775	92.665	17.132	27.291
Cambial	539	2.150	26	855
Preço	81	382	40	72
Volatilidade	527	551	436	451
Efeito diversificação	(1.246)	-	-	(1.189)
	19.677	93.301	17.044	27.481

O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

18. Relatórios EBA

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING AUTHORITY (EBA) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

Carta Circular nº 97/2008/DSB, de 3 de dezembro, do Banco de Portugal

I.	Modelo de Negócio	
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	**Relatório & Contas de 2012:** Ver Relatório do Conselho de Administração, nos capítulos: • Mensagem do Presidente • Estratégia e Modelo de Negócio Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade.
2.	Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver o referido no ponto I.1 atrás. **Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo: • Banca Comercial (sobre operações de titularização) Ver Notas 13, 21 e 24 do Anexo às DF's Consolidadas, sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados.
3.	Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	**Relatório & Contas de 2012:** Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo: • Estratégia e Modelo de Negócio **Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Relatório do Conselho de Administração, nos capítulos: • Segmentos de Atividade • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência Ver Notas 27 e 38 do Anexo às DF's Consolidadas.

I.	Modelo de Negócio	
4.	Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás. **Relatório & Contas de 2012:** Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo: • Gestão dos Riscos **Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Nota 2.7 do Anexo às DF's Consolidadas.
5.	Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás.
II.	**Riscos e Gestão dos Riscos**	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	**Relatório & Contas de 2012:** Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo: • Gestão dos Riscos Ver Anexo às DF's Consolidadas: Nota 44, onde é efetuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro Nota 45, onde se descreve a gestão de risco relativa a Contratos de Seguro
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Ver o referido no ponto II.6 atrás.

III.	Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos *write-downs* nos resultados;	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo: • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência Ver Notas 6, 8, 18 e 37 do Anexo às DF's Consolidadas.
9.	Decomposição dos *write-downs*/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *colateralised debt obligations* (CDO), *asset-backed securities* (ABS);	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Nota 39 do Anexo às DF's Consolidadas, onde se descrevem as exposições afetadas pelo período de turbulência.
10.	Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular os capítulos: • Enquadramento Económico-Financeiro • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência Ver o referido nos pontos III. 8 e III.9 atrás.
11.	Comparação de: i) impactos entre períodos (relevantes); ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
12.	Decomposição dos "*write-downs*" entre montantes realizados e não realizados;	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial a Nota 39 do Anexo às DF's Consolidadas.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	N.d.

III.	Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o capítulo: • Principais Riscos e Incertezas no 2º Semestre de 2013 Ver o referido no ponto III.10 atrás.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Relatório do Conselho de Administração. No capítulo: • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.
IV.	**Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência**	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições ”vivas”;	**Relatório & Contas de 2012:** Ver Relatório do Conselho de Administração. No capítulo: • Gestão dos Riscos **Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Anexo às DF’s Consolidadas: Nota 2.7 Nota 39, onde é efetuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos ativos e passivos registados ao custo amortizado.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	**Relatório & Contas de 2012:** Ver Anexo às DF’s Consolidadas: Nota 45, onde se descreve a gestão de risco relativa a Contratos de Seguro **Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Anexo às DF’s Consolidadas: Nota 2.7, onde se descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura; Nota 11; Nota 39.

IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g. *ratings*, *vintages*); - Áreas geográficas de origem; - Setor de atividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. *ratings*, peso/parcela de ativos *sub-prime* associados, taxas de desconto, *spreads*, financiamento; - Características dos ativos subjacentes: e.g. *vintages*, rácio *loan-to-value*, privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Nota 39 do Anexo às DF's Consolidadas.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "*write-downs*", compras, etc.).	Ver pontos III.8 a III.15 atrás.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.	N.d.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "*monoline*" e qualidade dos ativos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito; - Valor dos "*write-downs*" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por *rating* ou contraparte.	A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo "*monoline*".
V.	**Políticas contabilísticas e métodos de valorização**	
22.	Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico.	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas, onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros.

V.	Políticas contabilísticas e métodos de valorização	
23.	Consolidação das *Special Purpose Entities* (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência.	N.d.
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos *day 1 profits* (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição).	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Notas 7, 8 e 39 do Anexo às DF's Consolidadas. Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os *inputs* nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e *inputs* chave); - *Stress Scenarios*.	**Relatório & Contas de 2012:** Ver Nota 45 do Anexo às DF's Consolidadas: **Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Nota 2.7 do Anexo às DF's Consolidadas, onde consta informação e os processos aplicados pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros.
VI.	**Outros aspetos relevantes na divulgação**	
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	**Relatório Intercalar - 1º Semestre de 2013:** Ver Nota 2 Anexo às DF's Consolidadas.

Caixa Geral
de Depositos